

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Plagiário, à maneira de todos os historiadores

**Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas
primeiras décadas do século XIX**

Bruno Franco Medeiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Iris Kantor

São Paulo
2011
Exemplar Original

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – por ter apoiado financeiramente esta dissertação, tornando menos tortuoso o caminho trilhado para a produção deste trabalho. Agradeço também à Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo por ter concedido uma bolsa que me permitiu realizar um estágio de pesquisa em Portugal durante o mês de setembro de 2009. Pude agradecer pessoalmente ao Prof^o. Manoel Luis Salgado Guimarães (1952-2010) pela carta de referência para concorrer àquela bolsa, mas deixo aqui também meu agradecimento póstumo. Sou grato também à Prof^a. Lúcia Maria Paschoal Guimarães, também por ter aceitado escrever uma carta de referência para a mesma seleção. À Prof^a. Tânia Bessone pelo entusiasmo com que recebeu um dos primeiros resultados da pesquisa apresentado num seminário do Centro de Estudos do Oitocentos que aconteceu em Mariana no mês de maio de 2008 e por ter enviado do Rio de Janeiro um exemplar d’*O Patriota* reeditado pela Biblioteca Nacional. Ao Prof^o. Fernando Novais e à Prof^a. Wilma Peres Costa pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação.

Durante a composição desta dissertação, algumas circunstâncias imprevistas levaram-me a morar em cinco cidades, entre São Paulo, Minas e Espírito Santo (incluindo uma pequena passagem por Lisboa). Este trabalho deve muito ao contato e ao apoio que tive das pessoas com quem convivi nesses lugares.

Agradeço à minha mãe, pela compreensão e amor que não exige troca, por ter me ensinado a ser quem eu sou hoje, ser um refúgio com o qual sempre posso contar e também a maior entusiasta deste trabalho.

Muito tenho a agradecer ao Frederico por ter sido a única companhia que tive durante dias a fio, dono de uma benevolência e sagacidade felina que às vezes não encontramos em alguns seres humanos.

À Tania Mano, por ter abrigado minha casa em sua casa, pelas conversas diárias que tivemos e ainda vamos ter. À Cristina Greco, por desejar o término deste trabalho tanto quanto eu. À Cris Silvestrin, por ter me presenteado com um exemplar de um livro do Pockock e pelas boas histórias que sempre iremos lembrar. À Tereza Harumi, por ter demonstrando interesse por esse trabalho desde a primeira vez que lhe falei sobre ele. À Ellen Araújo, por ter me mostrado bons caminhos quando achei que os havia perdido. À Gabriela Scarpa, pela companhia e ajuda num dia muito difícil pra mim em São Paulo.

À Luisa Wittmann e Marcelo Téó, pelo carinho com que me receberam em sua casa nas últimas vezes que precisei ir a São Paulo para finalizar este trabalho.

Devo agradecer novamente à Luisa, Denise Tedeschi (companhia inseparável em terras lusas), Nelson Cantarino, Cecília Guimarães, Dine Pereira e Vivian Steinberg por ajudarem a diminuir a saudade de casa quando estávamos em Lisboa. Sem essas pessoas, a estadia naquele lugar certamente não seria a mesma.

Minha eterna gratidão a Débora Cazelato, Luara França e Clarissa Prado: apesar da distância, algo muito maior nos une. Agradeço à Prof^a Helena Mollo por ter me incentivado, mesmo que muitas vezes indiretamente, a estudar história da historiografia. Ao Clayton Guimarães por ter sido uma das primeiras pessoas a me apresentar a literatura francesa do século XIX e à Prof^a Júnia Barreto, por me ensinar as primeiras lições de francês. À Thamara Rodrigues, por me mostrar o que eu já fui um dia; Priscilla Tukoff, por sempre inspirar a alegria de viver a vida e Flávia Varella, por uma amizade que dura deste os primeiros dias da graduação.

Agradeço ao Álvaro Pio de Abreu: lamento o fato de ele não poder ver este trabalho pronto. À Aline Novaes, Clarissa, Natalia e Aloísio Novaes, pelo amor, pelo apoio e por ter sido uma segunda família no ano que passou. Agradeço à Naila, por entender que várias páginas deste trabalho precisavam ser escritas enquanto o sol brilhava lindo lá fora.

Ao Prof^o Valdei Araujo, por ser uma importante referência intelectual e um grande amigo de inquietações historiográficas.

À minha orientadora, Prof^a Iris Kantor, por ter sido muito compreensível quando eu precisei mudar de São Paulo, por ter sido muito paciente e cautelosa com este trabalho, pela leitura atenta e minuciosa de várias versões do texto e por me fazer voltar ao curso central do rio quando eu teimava em adentrar seus afluentes ou me chamar de volta à estação quando eu saltava do trem para ir visitar lugares pitorescos.

A lista se estenderia ao infinito e seria até mesmo impossível lembrar todas as pessoas que de algum modo contribuíram para que este trabalho fosse realizado. No entanto, algumas pessoas em especial poderão consultar essa dissertação no futuro e perceber que seu nome não consta nestes agradecimentos. Elas devem saber (por motivos que não precisam ser ditos) que seu nome não é digno de figurar neste trabalho nem mesmo em uma pequena nota de rodapé.

RESUMO

Este trabalho analisa a obra historiográfica de Alphonse de Beauchamp (1767-1832) a partir da qual examina as transformações ocorridas na maneira de escrever história no início do século XIX. Historiador orientado para o grande público, sua obra inscreve-se no contexto político restauracionista, em que se buscava reconstruir a memória da revolução francesa e legitimar os interesses monárquicos. Tal posicionamento político o levou a se interessar pela história da Monarquia portuguesa, e particularmente sobre o episódio da transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. A história do Brasil de Alphonse de Beauchamp deveria servir de contraponto ao destino das ex-colônias espanholas durante o processo de Independência nas primeiras duas décadas do século XIX. O historiador francês valeu-se, igualmente, dos historiadores da antiguidade, para escrever suas memórias sobre a França do seu tempo, assim como para reconstituir a história do Brasil. Contudo, os modelos da historiografia clássica já não supriam as exigências por novas maneiras de representar e narrar o passado, de tal forma que sua obra veio a ser confundida com a prática de plágio, caindo no descrédito dos historiadores e eruditos.

Palavras-Chave: Alphonse de Beauchamp, história contemporânea, história do Brasil, escrita da história, plágio.

ABSTRACT

This dissertation investigates the work of historiography of Alphonse de Beauchamp (1767-1832) from which examines the transformations in the way of writing history in the early nineteenth century. Historian oriented to the general public, his work falls into the political restorationist, which sought to reconstruct the memory of the French Revolution and legitimate interests monarchists. This political stance led him to become interested in the history of the Portuguese monarchy, and particularly on the episode of the transfer of the Court to Rio de Janeiro in 1808. Brazil's history of Alphonse de Beauchamp should serve as a counterpoint to the fate of former Spanish colonies during the Independence on the first two decades of the nineteenth century. The French historian took advantage also of the historians of antiquity to write his memoirs about his time in France, as well as to reconstruct the history of Brazil. However, the models of classical historiography no longer meet the demands for new ways of representing and narrating the past, so that his work came to be confused with the practice of plagiarism, falling into disrepute by historians and scholars.

Key-Words: Alphonse de Beauchamp, contemporary history, history of Brazil, writing of history, plagiarism.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução..... | 6 |
| Parte I | |
| <i>L'EUROPE FINIT, L'AMÉRIQUE COMMENCE</i> | |
| HISTÓRIA, COLÔNIAS, IMPÉRIOS | |
| Capítulo 1 | |
| <i>O desafio de escrever história contemporânea</i> | |
| <i>Das possibilidades da escrita da história contemporânea.....</i> | 15 |
| <i>Tiraniam, vícios e veto à história contemporânea.....</i> | 34 |
| Capítulo 2 | |
| <i>Leituras do passado colonial americano na crise dos impérios ibéricos: do Império Português ao Império do Brasil</i> | |
| <i>Da história contemporânea para a história do Brasil.....</i> | 46 |
| Basta ser lida como história de Portugal..... | 54 |
| L'injustice à la fin produit l'indépendance..... | 65 |
| Capítulo 3 | |
| <i>Que história escrever para o Império do Brasil: polêmicas e disputas por uma história verdadeira</i> | |
| A crônica precedeu a história..... | 86 |
| Seguir o uso de todos os historiadores modernos..... | 91 |
| Novas afinidades entre historiadores brasileiros e franceses..... | 97 |
| Parte II | |
| <i>O DESAFIO DA PROVA</i> | |
| PLÁGIO E ESCRITA DA HISTÓRIA | |
| Capítulo 4 | |
| <i>Discussões sobre o plágio na França no início do século XIX</i> | |
| Piratar do lado de lá da linha..... | 108 |
| República das Letras como tribunal: o passado pertence a todos..... | 114 |
| Por que tais livros têm notas de rodapé?..... | 119 |
| Capítulo 5 | |
| <i>Alphonse de Beauchamp e sua apologia da história</i> | |
| A história antiga muito me agrada..... | 127 |
| É necessário que o historiador deixe seu gabinete e seus livros..... | 134 |
| Capítulo 6 | |
| <i>História, falsidade, romance: a verdade em primeiro lugar, o estilo depois</i> | |
| A história não admite a mais ligeira mentira..... | 146 |
| O luxo da literatura: abundância excessiva de ornamentos..... | 150 |
| Conclusão..... | 158 |
| Fontes, Obras de Referência e Bibliografia..... | 166 |

Introdução

Se ele não tomou parte nas gloriosas campanhas dos Franceses, ao menos ele consagrou seus talentos a lhes descrever, e pela sua pluma ele adquiriu tanta reputação quanto ele poderia ter adquirido portando a espada. Suas histórias são feitas através da simplicidade dos detalhes. A reprovação que poderíamos fazer a M. de Beauchamp é a de escrever com muita precipitação e não rever muito suas obras. Mas elas são muito boas e em grande número para assegurar ao autor um lugar entre os historiadores remarcáveis de nosso século. Ele morreu em Paris, no começo do mês de junho de 1832, à idade de 65 anos.¹

As palavras acima foram extraídas de um necrológio escrito por Pierre-Charles Desrochers em 1833. Com o respeito e a polidez necessária quando se fala dos mortos, Alphonse de Beauchamp repousava finalmente sob uma crítica menos severa. Das poucas notícias que temos a seu respeito, sabemos que ingressou como sub-tenente no regimento da marinha da Sardenha em 1784 e lá permaneceria até 1792. Em meio aos turbulentos anos iniciais da Revolução, partiu em direção à Paris, onde freqüentaria a casa de alguns parentes abastados e construiria sua vida intelectual². Na capital francesa escreveu suas obras durante as três primeiras décadas do século XIX. Convém levar em conta que ele produziu suas narrativas históricas num momento de grandes transformações que ocorreram entre fins do século XVIII e início do próximo no modo de escrever história, as quais alterariam não somente a maneira dos historiadores se relacionarem com o tempo, mas também com a própria história.

A Revolução Francesa desempenhou um papel importante como elemento catalisador dessas transformações, sentidas no Velho e Novo Mundo, embora na França – por ter sido o teatro principal dos acontecimentos – seus efeitos tenham sido experimentados de forma mais dramática. Conquanto passasse a ser considerada desde então o acontecimento que inaugurou um novo tempo, ao romper com as estruturas tradicionais do Antigo Regime, a Revolução não tornou possível, a princípio, o

¹Pierre-Charles-Tr Desrochers. *Nécrologe de 1832, ou notices historiques sur les hommes les plus arquans tant en France que dans l'étranger, morts pendant l'année 1832*. Paris : Chez l'Auteur, Février 1833. p. 14. No original : « (...) S'il n'a pas pris part au glorieuses campagnes des Français, du moins il a consacré ses talents à les décrire, et par sa plume il s'est acquis autant de réputation qu'il eût pu en acquérir en portant l'épée. Ses *histoires* sont faits que pour la simplicité des détails. Le reproche qu'on pourrait faire à M. de Beauchamp, c'est d'écrire avec trop de précipitation et de ne pas assez revoir ses ouvrages. Mais ils cont assez bons et en assez grand nombre pour assurer à l'auteur une place parmi les historiens remarquables de notre siècle. Il est mort à Paris, au commencement du mois de juin 1832, à l'âge de soixante-cinq ans ». Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 18 de fevereiro de 2010)

² *Biographie Universelle (Michaud) Ancienne et Moderne, ou histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leur écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes*. Nouvelle édition. Tome Troisième. Paris : Madame C. Desplaces : Michaud, 1854, p. 362. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 24 de março de 2011).

completo abandono de uma compreensão do passado baseada na crença de que a história poderia conceder exemplos. Sendo assim, a concomitância existente no início do século XIX na França entre uma nova maneira de escrever história (que a Revolução teria contribuído para colocar em evidência) e outra que havia sido cultivada desde os historiadores da Antiguidade, moldada pela fórmula da *historia magistra vitae*, é interpretada por François Hartog como um conflito entre dois regimes de historicidade³.

Nesta dissertação, dividida em duas partes, tentamos compreender como as narrativas históricas produzidas por Beauchamp situaram-se nesse conflito entre dois regimes de historicidade. Na primeira parte, percorremos um caminho que começa com a análise das obras de Beauchamp relativas aos acontecimentos que ocorreram na França no início do século XIX. Nossa análise atravessa os Pirineus para chegar à Península Ibérica, onde seus panfletos apologéticos a respeito da monarquia tiveram boa recepção entre portugueses e espanhóis que defendiam os mesmos princípios legitimistas. Em seguida, cruzamos o Atlântico em direção ao Brasil, objeto de uma das primeiras narrativas sobre a história da Independência.

No capítulo 1, analisamos a primazia que os acontecimentos ocorridos na França entre o século XVIII e o XIX tiveram nas narrativas históricas produzidas por Beauchamp: tanto ele quanto alguns de seus coetâneos diziam escrever *história contemporânea* (*histoire contemporaine*), a qual ele chamaria também *história viva* (*histoire vivante*). Inspirado nos exemplos extraídos de historiadores da Antiguidade, ele considerava mais importante apresentar opiniões e testemunhas oculares dos eventos do que recorrer aos arquivos. Nosso objetivo foi traçar quais eram as características dessa prática historiográfica, a tipologia das fontes que ele utilizou e como ele reelaborou a tradição historiográfica herdada dos historiadores antigos a partir das demandas de seu próprio tempo. O conteúdo desses relatos históricos, que em sua maioria narravam episódios da Revolução Francesa, acabou também se transformando em um importante instrumento de legitimação contra-revolucionária, ao expor a defesa dos princípios monárquicos e denunciar os crimes cometidos por Napoleão, bem como o caráter despótico e tirânico de seu governo.

³ François Hartog. « Temps et histoire. ‘Comment écrire l’histoire de France ?’ ». In : *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 50^e année, n. 6, 1995. p. 1221. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 28 de dezembro de 2010). No original : « Dans cette perspective, la Révolution française, chez ses auteurs eux-mêmes et chez ceux qui presque immédiatement ont essayé d’en rendre compte, peut aussi être lue comme un conflit entre deux régimes d’historicité [...] ».

Das obras publicadas por Beauchamp acerca dos acontecimentos de seu próprio tempo, analisamos principalmente a 4ª edição da *Histoire de la Guerre de la Vendée* [História da Guerra da Vendéia], publicada em 1820, por ser considerada pelo próprio autor a versão mais completa, além de outros motivos que o leitor terá oportunidade de ver no decorrer do capítulo. As três edições da *Histoire des Campagnes de 1814 et 1815* [História das Campanhas de 1814 e 1815] publicadas entre 1815 e 1817 também assumem uma centralidade em nossa análise por relatarem os eventos decisivos que levaram à queda de Napoleão e a Restauração do trono francês em 1815. Utilizamos também outras obras de caráter histórico publicadas por Beauchamp, dentre elas biografias e resenhas críticas, centrando nossa análise particularmente nos elementos que poderiam explicar sua maneira de escrever história.

Contudo, Beauchamp não se limitou apenas a escrever a história de seu próprio tempo. Ao contrário de autores que no mesmo período publicavam relatos de sua viagem à América do Norte, como o fizeram François-René Chateaubriand (1768-1848) e Constantin-François Volney (1757-1820), Beauchamp escolheu outro caminho. Ele não narrou uma viagem (mesmo porque nunca viajou para a América), mas escreveu sobre um objeto que ainda era inédito na França – uma história do Brasil.

No capítulo 2, demonstramos como ele mobilizou idéias e temas que já vinham sendo discutidos pela intelectualidade francesa, sobretudo, com relação à posição ocupada por Portugal frente às outras nações da Europa durante a época moderna e a importância que o Brasil passava a ocupar no interior do Império português, após a vinda da Corte para o Brasil em 1808. A *Histoire du Brésil (1815)* logo caiu nas graças de portugueses e luso-brasileiros, traduzida e publicada em Lisboa a partir de 1817, tendo sido acolhida entre os que compartilhavam a utopia do poderoso império ou acreditavam na possibilidade de Portugal restaurar sua imagem histórica. Assim, a história do Brasil de Beauchamp era parte constitutiva da História de Portugal.

Após a Independência em 1822, o Brasil continuaria a despertar o interesse de escritores franceses, particularmente daqueles ligados à monarquia de Luis XVIII. Monarquista convicto, Beauchamp publicou um panfleto apologético sobre a Independência do Brasil em 1824, em meio às negociações de reconhecimento do Império brasileiro. José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, considerou Beauchamp um estrênuo e eloqüente advogado das causas brasileiras na França. Beauchamp foi um crítico feroz das revoluções liberais na Europa e temia que os princípios revolucionários europeus tivessem influência na América. Qualificava as

revoluções americanas de filhas degeneradas e paródias da Revolução Francesa. Durante a era dos Congressos (os de Viena (1815) e Verona (1823) acabaram sendo os mais representativos), a França buscava estreitar sua aliança política com o Brasil, a última monarquia remanescente na América, de modo que também pudesse reforçar e mesmo recuperar seu protagonismo político no continente, ameaçado pela Inglaterra.

Das fontes consultadas para a composição deste capítulo, destacamos a edição original da *Histoire du Brésil*. Dividida em três volumes e composta de 45 livros organizados por décadas, ela tem início com uma síntese da história de Portugal desde 1139 até a época dos descobrimentos e termina com uma descrição atual do Brasil por volta de 1810. Ao iniciar sua narrativa histórica sobre o Brasil a partir de uma síntese da história de Portugal, Beauchamp incluía os sucessos políticos ocorridos na América Portuguesa nos quadros da história do Império português durante a época moderna. Foi sob essa perspectiva que analisamos a tradução de sua história em Portugal a partir de 1817. Ainda em relação ao Brasil, analisamos seu panfleto apologético sobre a Independência publicado em 1824 e intitulado *L'Indépendance de l'Empire du Brésil, présentée aux monarques européens* (Independência do Império do Brasil, apresentada aos monarcas europeus). Cotejamos suas narrativas históricas sobre o Brasil, Portugal e Espanha com a de outros publicistas e historiadores franceses, dentre eles os abades De Pradt e Raynal (com o qual chegou a ser comparado pelos tradutores portugueses da *Histoire du Brésil*) e Chateaubriand, que esteve empenhado tanto como homem de letras como político com as questões da península ibérica quando ocupou o cargo de ministro plenipotenciário francês no Congresso de Verona, ocorrido em 1823. Ao confrontar as narrativas históricas de Beauchamp com os escritos de Raynal, De Pradt e Chateaubriand, tivemos o intuito de inseri-lo num contexto maior das discussões coloniais que aconteceram na França nas primeiras décadas do século XIX, em meio à reorganização do mapa europeu pós-congresso de Viena.

A repercussão da *Histoire du Brésil* de Beauchamp no Brasil avançaria até a década de 1840, tendo sido largamente utilizada pelo general José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869) como fonte para o seu *Compêndio da história do Brasil*. Objeto de um juízo crítico expedido por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) em 1844 para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o *Compêndio* de Abreu e Lima deu origem à polêmica entre seu autor e Varnhagen. Este último, criticou severamente o uso indiscriminado da *Histoire du Brésil* de Beauchamp. Varnhagen frisou que Beauchamp já tinha nome assente no círculo de plagiários franceses, e que sua história seria uma

cópia do primeiro volume publicado pelo historiador inglês Robert Southey em 1810. Beauchamp e Abreu e Lima utilizaram, voluntariamente, apenas as narrativas que já haviam sido produzidas sobre o mesmo assunto que eles trataram.

No capítulo 3, demonstramos como as heranças historiográficas reclamadas pelos dois sócios do IHGB representam o conflito entre uma maneira “tradicional” (Beauchamp) e outra “moderna” (Southey) de escrever história, num contexto onde a primeira passaria a ser cada vez mais desabonada. Com efeito, na década de 1840, novos campos de pesquisa sobre o passado brasileiro começaram a ser realizadas pelo IHGB. Como a maneira de escrever história realizada por Beauchamp já não correspondia a esses novos interesses, a pesquisa histórica passou a ser moldada (mas não somente) pelas afinidades estabelecidas entre historiadores do Instituto e os historiadores liberais franceses, contribuindo para a desqualificação do estilo de Beauchamp. Além do *Compêndio* de Abreu e Lima e do *Juízo* escrito por Varnhagen, utilizamos como fontes para este capítulo algumas passagens da *História Geral do Brasil* publicada por Varnhagen a partir de 1854 e algumas considerações que Marie-Armand D’Avezac (1798-1875), membro da *Société de Géographie de Paris*, publicou sobre ela num dos boletins dessa instituição. Além disso, analisamos o relatório apresentado ao IHGB em 1846 por seu Secretário Perpétuo: Manoel Ferreira Lagos (1817-1871). Através dele tentamos explicar as transformações nas pesquisas sobre o passado brasileiro naquele momento, assim como as heranças historiográficas que ele assumiu em relação aos historiadores liberais franceses, particularmente Augustin Thierry (1795-1856).

*

Beauchamp, assim como os historiadores antigos, não citava suas fontes e referências, ao menos não em notas de rodapé. Por não seguir as regras do método crítico, ele seria frequentemente acusado de plágio. No capítulo 4, tentamos apontar como o conceito de plágio foi mobilizado na França no início do século XIX, como os acusadores de Beauchamp se apropriaram de alguns de seus significados e como ele respondeu àquelas acusações. O que hoje parece ser obrigatório ao historiador profissional e mesmo um dos elementos que validam o seu ofício – citar as fontes e as referências bibliográficas que ele utilizou na composição de seu texto historiográfico a partir de notas de rodapé – é uma tarefa que Beauchamp não se impôs ao escrever suas narrativas históricas, uma atitude tomada de forma voluntária. Nossa intenção foi

reconstruir um contexto discursivo e estabelecer possíveis diálogos entre as opiniões expressas por ele e aquelas de outros escritores contemporâneos, a partir da comparação entre as diferentes narrativas históricas⁴. Tentamos refazer essa discussão a partir de um dos primeiros tratados sistemáticos sobre o plágio escrito pelo bibliógrafo e erudito francês Charles Nodier (1783-1844), publicado em 1812. Além disso, analisamos dois casos de plágio que foram julgados em tribunais parisienses no início do século XIX, envolvendo os irmãos editores Louis-Gabriel (1773-1858) e Joseph François Michaud (1767-1839) e outro envolvendo Conrad Malte-Brun (1775-1826). Todos eles foram acusados de plágio, tinham afinidades intelectuais e eram muito próximos de Beauchamp. Analisamos também a biografia publicada por Beauchamp em 1822 sobre *Ali Pacha*, visir de Janina, pela qual também foi acusado de plágio.

No capítulo 5, contrapomos essas acusações de plágio dirigidas a alguns historiadores, procurando evidenciar que uma mudança no modo de representar o tempo histórico estava em questão. A análise da obra de Beauchamp nos permite reconstituir tais polêmicas historiográficas e concepções em confronto. Em alguns momentos Beauchamp afirmou que não seria necessário dizer como se deveria escrever história depois que algumas autoridades antigas e modernas o fizeram. Dentre eles, citou o abade Mably (1709-1785). Por isso, analisamos o *De la manière d'écrire l'histoire* (Da maneira de escrever história), publicada por Mably em 1783. Ao analisá-la, tentamos identificar particularmente as passagens que demonstram uma afinidade entre a maneira de escrever história de Beauchamp e Mably, baseada em características herdadas da historiografia antiga.

No capítulo 6, apresentamos o panorama intelectual francês no início do século XIX para compreender as críticas dirigidas à Beauchamp. Se ele de fato não se valia das regras do método crítico, por outro lado, não devemos ignorar que mesmo os historiadores antigos tinham que provar aquilo que era narrado, mas a “prova” ou a “evidência” seguia outras regras de verossimilhança e dispositivos discursivos, que atendiam às convenções retóricas. Para isso, partimos do relatório produzido em 1810 pela classe de História e Literatura Antiga e Moderna do *Institut de France*, a respeito do concurso do prêmio decenal oferecido pelo *Institut* no ano anterior. Dentre as obras concorrentes, estava a *Histoire générale et raisonnée de la diplomatie française* (História geral e raciocinada da diplomacia francesa), de Gaëtan de Raxis Flasan (1760-

⁴ J. G. A. Pocock. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

1845). Dos seis finalistas que concorreram ao prêmio, Flasan acabou figurando entre os dois últimos lugares. Sua história foi objeto de algumas resenhas publicadas por Beauchamp e Malte-Brun na *Gazette de France* et no *Journal de l'Empire* entre 1811 e 1812. Para se defender, Flasan publicou uma apologia à sua história, na qual acusava seus dois detratores de mais de 100 erros e falsidades literárias.

*

As citações em francês no texto foram traduzidas livremente por mim, constando sua referência original em nota de rodapé. As citações das fontes em português foram atualizadas ortográfica e gramaticalmente. O acesso à maioria dos livros, obras de referências e periódicos consultados para a escrita dessa dissertação foi possível graças ao *Projeto Biblioteca* do Google, que mantém contato com bibliotecas conceituadas no mundo inteiro, disponibilizando um riquíssimo acervo digitalizado on-line. Algumas obras foram consultadas na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e também na Biblioteca Nacional de Portugal em Lisboa. A edição original da *Histoire du Brésil* de Alphonse de Beauchamp, com a qual surgiu a idéia dessa dissertação, foi lida pela primeira vez em 2005 na biblioteca do Museu da Inconfidência, cujo acervo encontra-se disponível na Casa do Pilar em Ouro Preto.

L'EUROPE FINIT, L'AMÉRIQUE COMMENCE
HISTÓRIA, COLÔNIAS, IMPÉRIOS

Toda história digna deste nome é história contemporânea.
(Benedetto Croce, *Contributo alla critica di me stesso*, 1926)

CAPÍTULO 1

O desafio de escrever história contemporânea

Das possibilidades da escrita da história contemporânea

No dia 29 de novembro de 2010, jornais do mundo inteiro anunciaram que dezoito soldados da Grande Armada do exército de Napoleão I, mortos ao retornar da Campanha da Rússia no fim de 1812, foram finalmente enterrados no cemitério de Antakalnis em Vilnius, capital da Lituânia. Descobertos ao acaso, quando alguns pesquisadores locais procuravam por restos mortais de soldados da Segunda Guerra Mundial, seu reconhecimento fora possível graças à identificação dos botões, muito bem conservados, dos uniformes pertencentes aos soldados do 29º regimento de infantaria, do segundo regimento de dragões e do sétimo regimento dos hussardos, pertencentes à cavalaria. Esses restos mortais juntaram-se aos de outros dois mil corpos de soldados da mesma armada, encontrados em 2001 durante obras de construções em Vilnius, os quais já haviam sido enterrados na mesma cidade em 2003.

Quase duzentos anos antes, no dia 16 de novembro de 1812, o contingente das tropas napoleônicas que havia sobrevivido ao rigoroso inverno daquele ano, considerado um dos principais motivos do fracasso da intervenção militar de Napoleão na Campanha da Rússia, tentava retornar para casa ⁵. Philippe-Paul de Ségur (1780-1873), que havia participado dessa Campanha como general à frente de vários regimentos, assistiu ao fracasso francês, sobreviveu e publicou em 1824 sua versão daqueles acontecimentos em *Histoire de Napoléon et de la Grande Armée em 1812*. No ano seguinte, Alphonse de Beauchamp publicou uma crítica histórica com observações literárias sobre aquela história em um folheto de pouco mais de 70 páginas. Nessa época contava com 58 anos e esta seria uma de suas últimas obras, vindo a falecer sete anos mais tarde, devido a uma epidemia de cólera que assolou Paris em 1832.

Ao justificar a análise que fazia da obra de Ségur, Beauchamp afirmou que essa havia eclipsado, ao menos pela notoriedade que alcançou quando publicada, todas as outras a respeito do mesmo assunto. Seu sucesso não poderia deixar de chamar a atenção do público em geral e particularmente de um escritor que, como ele, “faz da

⁵ Jean Lucas-Dubreton. *Napoleon*. Paris: Hachette, 1960.

história contemporânea um objeto contínuo de seus estudos e de seus trabalhos”⁶. Relembrava a importância dos resultados finais daquela expedição militar e enfatizou como ela havia contribuído para a transformação da história do Ocidente ao derrubar um colosso de poder – Napoleão – e fortalecer outro – Alexandre I, czar da Rússia. Do choque extraordinário que havia coberto dois impérios de tantos fragmentos, tornava-se visível o aparecimento da reconstrução política de uma parte do globo, marcada particularmente pela recondução de algumas monarquias hereditárias aos seus respectivos tronos.

Entretanto, sua análise não tinha como objetivo principal destacar as conseqüências políticas daquele acontecimento para a história européia, mas sim, criticar os procedimentos literários que Ségur havia utilizado para escrevê-la. Dividida em vários livros, Beauchamp afirmou que a narrativa daquele grande acontecimento tinha início apenas a partir do quarto livro. Seria justamente a partir daí que o autor passou a imprimir mais segurança e solidez do que nos livros anteriores, pois os fatos pareciam melhores encadeados, a descrição estava mais colorida (*mieux coloriées*) e a exposição das informações menos vagas. Dessa forma, uma das poucas passagens da obra de Ségur elogiada por Beauchamp restringiu-se a uma narração que ele fez das tropas francesas adentrando as estepes e florestas da Lituânia. Ségur teria chamado a atenção do leitor para o estrondo que emanava de vários trovões e que tomava todo o lugar, um fato que apenas pressagiava as intempéries que as tropas deveriam enfrentar em seguida. A armada napoleônica teria sido ameaçada por fogos do céu e oprimida por pesadas e negras nuvens. 10 000 cavalos pereceram devido a uma forte precipitação de granizo, seguida de uma intensa chuva muito fria: acontecimentos que, segundo ele, representavam presságios, uma reprovação celeste que se abateria também sobre todos os soldados.

Para Beauchamp, eram detalhes impressionantes como estes que davam alma à história. Relembrou o quanto os historiadores antigos dedicaram-se a recolher todos os tipos de circunstâncias de acidentes naturais relacionados aos eventos que eles narraram e que, embora desprovidos de exageração supersticiosa, não eram menos propícios a produzir as mais vivas impressões em quem as lia, pois descreviam o que sua alma

⁶ Alphonse de Beauchamp. *Critique historique, avec des observations littéraires, sur l'ouvrage du général Comte de Ségur intitulé Histoire de Napoléon et de la Grande Armée, pendant l'année 1812*. Paris : Andriveau, 1825, p. 5-6. Disponível em < <http://books.google.com.br> > (acessado em 15 de outubro de 2010). No original : « [...] d'un écrivain qui fait de l'histoire contemporaine l'objet continuel de ses études et de ses travaux ».

sentia vivamente ⁷. Tito-Lívio e Xenofonte teriam apresentado alguns modelos dessa narrativa, embora afirmasse que “nada me parece apresentar maior efeito moral causado por uma profunda comoção do que a descoberta das ossadas das legiões de Varus em Tácito [...]” ⁸. Sob o escudo da referência a Tácito, Beauchamp esboçava um paralelo entre as desventuras sofridas pelo exército napoleônico e aquelas das legiões comandadas por Públio Quintílio Varo (46 a.C-9 d.C), as quais foram massacradas e os sobreviventes escravizados por Armínio (16 a.C-21 d.C) na famosa Batalha da Floresta de Teutoburgo em 11 de setembro de 9 d.C.

Todavia, se a partir do quarto livro a narrativa de Ségur parecia encontrar o seu rumo certo, o mesmo não poderia ser dito daqueles que começavam sua obra. Em uma crítica um tanto quanto severa, Beauchamp afirmou que os três primeiros livros de sua história eram constituídos de um tipo de introdução ou discurso preliminar interminável, composto de 136 páginas, que apenas ofereciam ao leitor uma confusão e um amontoado de fatos mal coordenados: ficaria explícito ao leitor atento que Ségur não sabia distribuir os materiais que tinha disponíveis e muito menos estabelecer as proporções de sua obra. Sendo o conjunto destas características uma das partes essenciais do talento do historiador, Beauchamp recomendava àqueles que iniciavam naquela carreira a atentar-se para os preceitos e teorias expostos numa carta que Fénelon (1651-1715) teria enviado à *Académie Française*, para a qual fora eleito em 1693. Reportar aos jovens aspirantes a historiadores o conteúdo daquela carta não estava fora do propósito de sua crítica, pois era importante apoiar-se numa autoridade imponente, “principalmente num tempo onde se parecem evitar as ocasiões de oferecer por modelos aos jovens nossos autores verdadeiramente clássicos pelo talento e pela moral” ⁹. Fénelon, que era descrito como um preceptor judicioso e formado à escola dos antigos, teria afirmado que a principal perfeição do historiador consistia na ordem e no arranjo de sua história, assim como deveria produzir uma narrativa fácil de ser memorizada, um princípio baseado nas preceptivas retóricas de Cícero, que chegou a ser citado.

⁷ Para Jacqueline de Romilly, apesar de na época homérica já existir um rudimento de arte militar, o poeta não teria se preocupado em apresentá-lo, pois a batalha aparecia apenas como pano de fundo no enredo da epopéia. Segundo ela, às vezes acrescentava-se uma evocação metafórica de grande efeito, comparando o conflito a algum fenômeno natural, sob o qual grandes forças estariam a solta. Cf. Jacqueline de Romilly. “Os relatos de batalhas: análise e narração”. In: *História e razão em Tucídides*. Brasília: Ed. UNB, 1998, p. 74.

⁸ Alphonse de Beauchamp. *Critique historique...* Op. Cit. p. 24-25. No original : « [...] mais rien ne me paraît présenter un plus grand effet moral causé par un profond attendrissement que la découverte des ossements des légions de Varus dans Tacite [...] ».

⁹ Idem, p. 16-17. No original : « [...] surtout dans un temps où l’on semble éviter les occasions d’offrir aux jeunes gens pour modèles, nous auteurs vraiment classiques et par le talent et par la morale ».

Recomendava-se também o sábio método tão freqüentemente empregado pelos antigos, dentre eles Tácito, no qual o historiador aprenderia a distinguir a verdade em meio a afirmações dúbias, baseadas no ouvir-dizer¹⁰.

Ao declarar a importância dos acontecimentos narrados por Ségur, Beauchamp refletiu sobre a natureza daquele tipo de acontecimento, além de descrever as principais tarefas delegadas a quem pretendesse escrever história de um evento daquela natureza. Dessa maneira, ele afirmou que

grandes eventos sempre geraram seus historiadores. A história não sendo que *a imagem das ações dignas de serem ofertadas ao olhar da posteridade*, aqueles que as descrevem podem ser comparados aos poetas e aos atores que, representando príncipes e os gerais célebres, se associam de algum modo à sua glória. Mas os historiadores não são apenas pintores que retraçam vivamente os objetos, e não tem outro mérito que tocar os olhos por uma semelhança fiel, e por um quadro animado das ações que eles reproduzem; *aqueles que ousam aplicar seus passos na carreira dos Tácitos e dos Tito-Lívios* devem aspirar à uma mais nobre vocação, aquela de *instruir os homens* lhes revelando as causas dos eventos e suas seqüências infalíveis: é por isso, sobretudo, que a história *torna-se a escola dos grandes capitães e homens de Estado*.¹¹

Ao afirmar que grandes eventos geraram seus historiadores, Beauchamp se referia não somente à Ségur, mas também a si próprio. Todo o seu percurso como homem de letras é marcado pelo esforço de escrever a história de seu próprio tempo, o que pode ser comprovado pela avidez com que publicava seus relatos históricos. Conforme foi dito por Koselleck, os grandes historiadores de seu próprio tempo (como exemplo ele citou o historiador francês Jacques Auguste de Thou (1553-1617) e Frederico, o Grande (1712-1886)) procuravam conservar na lembrança os últimos acontecimentos de modo que pudesse preservá-los para as gerações futuras. Essa definição da tarefa do historiador pressupõe um campo de experiência onde todas as histórias eram semelhantes entre si ou estruturalmente parecidas, o que tornava possível aprender com ela no futuro¹². Baseando-se no modelo da *historia magistra vitae*, Beauchamp acreditava ser a história um reservatório de exemplos que poderiam ser utilizados de acordo com as demandas de uma situação no presente, sendo possível se

¹⁰ Idem, p. 20.

¹¹ Idem, p. 1-3. No original : « De si grands évènements ont toujours enfanté leurs historiens. L'histoire n'étant que l'image des actions dignes d'être offertes aux regards de la postérité, ceux qui les décrivent peuvent être comparés aux poètes et aux acteurs qui, en représentant les princes et les généraux célèbres, s'associent en quelque sorte à leur gloire. Mais les historiens ne sont pas seulement des peintres retraçant vivement les objets, et n'ayant d'autre mérite que de frapper les yeux par une ressemblance fidèle, et par un tableau animé des actions qu'ils reproduisent ; ceux qui osent porter leurs pas dans la carrière des Tacite et des Tite-Live doivent prétendre à une plus noble vocation, celle d'instruire les hommes en leur dévoilant les causes des évènements et leurs suites infaillibles : c'est par-là surtout que l'histoire devient l'école des grands capitaines et des hommes d'État ». (Grifos nossos)

¹² Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006. p. 276.

instruir por meio dela ¹³. Seu uso referia-se à crença em um contínuo histórico de validade geral, no qual o aperfeiçoamento moral ou intelectual dos homens na história só era possível se os pressupostos para que isso acontecesse fossem sempre os mesmos. Além disso, seu uso só pode ser considerado quando se leva em conta uma constância da natureza humana, o que, de todo modo, remete-se à semelhança potencial entre os eventos terrenos ¹⁴.

Se para Beauchamp um dos principais objetivos da história visava à instrução, se ela era a escola dos grandes homens de Estado, um dos gêneros historiográficos mais cultivados desde a Antiguidade e que cumpriram um importante papel didático foi a biografia. Em 1806, Beauchamp publicou, pela primeira vez, sua *Biographie des Jeunes Gens*, a qual descrevia a vida de grandes homens escolhidos pelas suas virtudes, talentos e ações dignas de serem propostos por modelos à juventude. Em 1823, já apresentava ao público a terceira edição, através do livreiro e editor parisiense Alexis Eymery (1774-1854). Ninguém melhor para editar esta obra do que ele. Eymery havia adquirido os fundos da livraria de Pierre Blanchard (1772-1856), um homem que dedicou grande parte de sua vida a escrever e publicar obras para a educação dos jovens. Eymery continuou seu trabalho ao dedicar-se quase inteiramente a esse gênero de publicação, tornando-se um dos editores de livros didáticos mais importantes de sua época ¹⁵.

Ao refletir sobre a importância da biografia como gênero histórico, Beauchamp afirmou que “o estudo da história não se limitava à pesquisa minuciosa dos fatos e datas”, pois “a história se propõe a um objetivo mais nobre, o conhecimento do homem, da moral e da política; é a grandeza dos personagens que a torna interessante” ¹⁶. Entretanto, lembrava também que não era somente dessas características positivas que a história era feita, mas também dos vícios inerentes à natureza humana. A história pintaria com frequência os homens sob aspectos pouco favoráveis à moral, e diversas vezes o vício era apresentado nessas narrativas. Esses inconvenientes, ligados ao gênero

¹³ Para uma história da fórmula *historia magistra vitae*, Cf. Reinhart Koselleck. “Historia Magistra Vitae. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado...* Op. Cit.

¹⁴ Idem, p. 43.

¹⁵ Edmonde Werdet. *De la librairie française. Son passé – son présent – son avenir, avec des notices biographiques sur les libraires-éditeurs les plus distingués depuis 1789*. Paris : E. Dentu, 1860, p. 215. Disponível em < <http://books.google.com.br> > (acessado em 22 de março de 2011).

¹⁶ Alphonse de Beauchamp. *Biographie des Jeunes Gens, ou vie des grands hommes qui, par leurs vertus, leurs talents et leurs actions, sont dignes d'être proposés pour modèles à la Jeunesse*. Troisième édition. Tome Premier. Paris : Alexis Eymery, 1823, p. VI. Disponível em < <http://books.google.com.br> > (acessado em 25 de junho de 2009). No original : « L'étude de l'histoire ne se borne point à la recherche minutieuse des faits et des dates ; l'histoire se propose un but plus noble, la connaissance de l'homme, de la morale et de la politique ; c'est la grandeur des personnages qui la rend intéressante ».

histórico, se faziam sentir particularmente nos anais dos povos e dinastias. Por isso, chegou a afirmar que o estudo da história deveria começar pela leitura das vidas particulares, pois os personagens, menos confundidos com os eventos, se mostrariam em todo o seu caráter disforme ou em todo seu brilho (*éclat*). Tais biografias não eram submetidas a nenhuma reflexão temporal. Ao produzi-las, Beauchamp não levou em conta uma diferença temporal entre as vidas relatadas, pois para ele essa diferença simplesmente não se manifestava como tal: presente e passado eram circundados por um horizonte histórico comum. Isto é facilmente demonstrável por sua despreocupação em conectar a história das vidas particulares aos eventos em que elas figuraram: procurava-se retirar da narrativa dessas biografias apenas instruções sobre vícios e virtudes a serem seguidos ou rejeitados.

Beauchamp enfatizou o estudo das biografias porque acreditava poder apreender desse estudo um princípio inato de justiça e virtude, que restava à educação nutrir e à história vivificar: “Infeliz os povos, disse Tácito, sob os quais se extinguiu o entusiasmo pela virtude!”. Pois as virtudes, e particularmente, as virtudes políticas, eram consideradas um importante testemunho da imortalidade¹⁷. Mais do que as palavras, as ações dos grandes homens seriam a melhor forma de demonstrar exemplos de virtude para a juventude. Tal era, segundo Beauchamp, o objetivo de sua *Biographie*,

onde os maiores homens de todos os tempos são postos lado a lado sob os olhos da juventude, brilhantes de glória e imortalidade. Não se trata de um amontoado confuso de verdades e erros, mas de uma galeria de personagens ilustres, cuja vida deveria ser para nós uma lição eterna, e também um quadro das virtudes que deveriam caracterizar o homem público, e servir de regra de conduta ao administrador, ao magistrado e ao general; quadro que enobrece a alma e instrui o homem na grande arte da sabedoria.¹⁸

Além de biografias e anotações críticas, Beauchamp escreveu várias histórias sobre eventos que aconteceram durante a Revolução Francesa. Contudo, sua *Histoire de la guerre de la Vendée*, publicada pela primeira vez em 1806 e que teve outras três edições até 1820, conquistou notável reconhecimento. Gostava de estampar no frontispício de suas outras obras que era historiador daquela guerra, chegando a reconhecer, na edição publicada em 1820, que foi a partir dela que iniciou sua carreira

¹⁷ Idem, p. X. No original: « Malheur aux peuples, dit Tacite, chez qui s'éteint l'enthousiasme de la vertu ! ».

¹⁸ Idem, p. XI. No original: « [...] où les plus grands hommes des temps anciens et modernes sont placés tour-à-tour sous les yeux de la jeunesse, brillans de gloire et d'immortalité. Il ne s'agit point ici d'un amas confus de vérités et d'erreurs, mais d'une galerie de personnages illustres, dont la vie devrait être pour nous une leçon éternelle, mais d'un tableau des vertus qui doivent caractériser l'homme public, et servir de règle de conduite à l'administrateur, au magistrat et au général ; tableau qui ennoblit l'âme et instruit l'homme au grand art de la sagesse ».

de historiador. De todo modo, conseguiu associar seu nome à glória daqueles homens cuja história narrou, aplicando seus passos, como ele próprio afirmou, na carreira dos Tácitos e Tito-Lívios, historiadores que também escreveram a história de seu próprio tempo. Ou ainda Tucídides, que associou seu nome à história da guerra do Peloponeso e para o qual a história contemporânea era a única possível¹⁹. Assim como ele, Beauchamp também compreendia o passado apenas como o início de uma situação política do presente, o qual lançava luz para a compreensão tanto do passado quanto do futuro. Compreender o presente era a chave que o historiador precisava para desvendar o funcionamento da natureza humana. Além disso, tanto para ele quanto para Tucídides, o presente poderia representar o único período sobre o qual se poderia obter uma informação confiável²⁰.

No entanto, Beauchamp tinha pretensões maiores: escrever a história da própria Revolução. Em 1808, quando foi publicada sua *Histoire de la conquête et des révolutions du Pérou*, seu editor lembrava aos leitores que o autor da presente obra já era conhecido pela narrativa histórica da guerra da Vendéia. Dizia também que seu autor sucederia ao quadro das guerras civis francesas “uma narrativa mais imponente ainda em seu conjunto, mais terrível, mais instrutiva em seus resultados, a *História de nossa Revolução*”. Contudo, o editor dizia que os ressentimentos causados por ela eram ainda muito recentes e que por isso Beauchamp teria resolvido abandonar o projeto temporariamente, embora estivesse convicto em retomá-lo um dia²¹. Quando publicou a quarta edição de sua história sobre a guerra da Vendéia em 1820, Beauchamp dizia-se “tocado pela lembrança das cenas desoladoras do grande drama de nossa revolução”. Filho do século XVIII (*enfant du XVIII^e siècle*), reconheceu que no início da Revolução se apaixonou pelo doce nome da Liberdade, embora ninguém ainda compreendesse seu verdadeiro sentido. Contudo, afirmou que um coração direito, como era o seu, deveria repulsar imediatamente uma liberdade que acabou degenerando em ferocidade e sangue e que apenas servia como um degrau para os mais vis malfeitores. Indignado com essa contradição de princípios, Beauchamp afirmou que naquele momento resolveu escrever

¹⁹ François Bédarida. « Le temps présent et l'historiographie contemporaine ». In : *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. N° 69, janvier-mars 2001. Disponível em < <http://www.persee.fr> > (acessado em 16 de março de 2011).

²⁰ Arnaldo Momigliano. “A tradição herodoteana e tucídideana”. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004, p. 68.

²¹ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la conquête et des révolutions du Pérou*. Paris : Lenormant : Lerouge, 1806, p. 1. Disponível em < <http://books.google.com.br> > (acessado em 5 de janeiro de 2009). No original : « [...] un récit plus imposant encore dans son ensemble, plus terrible, plus instructif dans ses résultats, l'*Histoire de notre Révolution* [...] ».

um dia tudo aquilo que observou. Em uma nota, afirmou que os resultados dessas observações se conformariam na possível publicação de uma “História da revolução, desde sua origem até 1815”. Afirmou ter reunido todos os materiais necessários para escrevê-la e sobre a qual se ocupava naquele momento sem pausa (*sans relâche*)²². Entretanto, essa história nunca apareceu, embora talvez tenha perseguido essa idéia até sua morte.

Beauchamp fez coincidir o fim da Revolução Francesa com o marco cronológico de 1815. Essa data marca o retorno dos Bourbons ao trono francês através da “miraculosa restauração” francesa, como ele mesmo afirmaria. Dessa forma, o conceito de revolução era caracterizado por ele como restauração de uma antiga ordem. Assim o era também para Philippe Nettement, ex-secretário da legação francesa em Londres, num opúsculo publicado em 1815 e cujo título era *O segundo retorno dos Bourbons, ou o fim da revolução*. No prefácio de sua obra ele afirmou que “a revolução francesa começou pela derrubada do Trono, e ela somente poderia terminar pelo seu restabelecimento [...]”²³. O conceito de revolução mobilizado por Beauchamp e Nettement se afasta das tentativas de caracterizá-lo a partir de seu significado moderno, ou seja, revolução como mudança radical a partir de transformações políticas e sociais. A Revolução Francesa foi lida como restauração porque ambos ainda se apoiavam no substrato natural daquele conceito, ou seja, no movimento cíclico regular dos astros celestes. Ele refere-se a um retorno, uma mudança de trajetória, baseado no uso latino daquela palavra, o qual admite a condução dos acontecimentos ao ponto de partida do movimento, compreendido unicamente por sua característica circular. Essa metáfora de cunho natural utilizada na compreensão de uma revolução política apóia-se no pressuposto que o tempo histórico, assim como sua experimentação, tem sempre a mesma qualidade, é fechado em si mesmo e passível de repetição²⁴.

A guerra da Vendéia foi um dos eventos mais importantes e representativos do choque de forças políticas que existiu na França durante a Revolução. A enorme bibliografia a seu respeito, cuja origem data da época da eclosão da guerra, poderia ser classificada, segundo Jean-Clément Martin, em duas grandes correntes historiográficas:

²² Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée, ou tableau des guerres civiles de l'ouest, depuis 1792 jusqu'en 1815*. Quatrième édition. Tome Premier. Paris : Louis-Gabriel Michaud, 1820. p. VIII-IX. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 21 de março de 2011).

²³ Philippe Nettement. *Le second retour des Bourbons, ou la fin de la révolution*. Paris : Gueffier, 1815, p. 1. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 25 de março de 2011). No original : « La révolution française avait commencé par le renversement du Trône, et elle ne pouvait finir que par son rétablissement [...] ».

²⁴ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado...* Op. Cit. p. 63-65.

uma pró-revolucionária (*bleu*) e outra pró-Vendéia (*blanc*)²⁵. Essa dupla tradição historiográfica já era perceptível para Beauchamp, embora sua observação sobre essa duplicidade não tenha se limitado à Vendéia, mas também a outros episódios da Revolução Francesa. Na análise que ele fez da história de Ségur, afirmou que existia naquele momento na França o que denominou dois corpos de história e de tradição sobre os mesmos fatos relacionados à Revolução. A geração que surgia naquele momento adquiria apenas uma instrução artificial daqueles fatos. “Entretanto”, diz Beauchamp “dos dois lados se invoca Clio, que severa e impassível, se obstina a permanecer de pé no meio do espaço que separa os dois campos, expostos a todas as tempestades”²⁶. Afirmava ainda que havia um tempo onde os historiadores queriam conhecer o passado tal como ele foi feito (*tel qu’il a été fait*), e não como cada um se esforçava para recriá-lo, segundo seus interesses ou paixões. No plano das ações políticas, essa dupla tradição foi resumida pelo abade Antoine Eugène Genoude (1792-1849) num artigo publicado em 1819 no periódico *Le conservateur* que havia fundado junto com François-René de Chateaubriand em 1818. Num trecho retirado do artigo, intitulado *É nécessaire ser Royaliste ou Révolutionnaire*, Genoude dizia o seguinte:

[...] Existe na França apenas dois partidos: um defende as doutrinas da revolução enquanto o outro defende as doutrinas opostas à revolução. Que lhes conceda o nome que se queira: França antiga, França nova, ultras ou independentes, a verdadeira separação está nas doutrinas. Aqueles que imaginariam que a luta é sobre a forma de governo, cairiam num erro singular. “Durante muito tempo se disputou, disse Rousseau, sobre a melhor forma de governo, sem considerar que cada uma delas é a melhor em certos casos, e a pior em outras”. O que exigem os *royalistes*? Aquilo que sempre demandaram: a religião, a monarquia e a legitimidade.²⁷

As narrativas historiográficas pró-Vendéia acabaram consagrando-a como o lugar por excelência dos princípios da contra-revolução. Certamente, Beauchamp foi um dos pioneiros da historiografia *blanc* (tradição pró-Vendéia, como definiu Martin), ao

²⁵ Jean-Clément Martin. « A propos du ‘génocide vendéen’. Du recours à la légitimité de l’histoire ». In : *Sociétés Contemporaines* (2000) n° 39, p. 27. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 9 de março de 2011).

²⁶ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée...* Op. Cit. No original: « Cependant des deux côtés on invoque Clio, qui, sévère et impassible, s’obstine à rester debout au milieu de l’espace qui sépare les deux camps, exposée à toutes les tempêtes ».

²⁷ Antoine Eugène Genoude. « Qu’il faut être Royaliste ou Révolutionnaire ». In : *Le Conservateur*. Tome Quatrième. Paris : Le Normant, 1819, p. 607. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 9 de março de 2011). No original : « Il n’y a en France que deux partis : l’un défend les doctrines de la révolution ; l’autre les doctrines opposées à la révolution. Qu’on leur donne le nom qu’on voudra : France ancienne, France nouvelle, ultras ou indépendans, la véritable séparation est dans les doctrines. Ceux qui s’imagineroient que la lutte est sur la forme du gouvernement, seroient dans une singulière erreur. ‘On a de tout temps beacoup disputé, dit Rousseau, sur la meilleure forme de gouvernement, sans considérer que chacune d’elles est la meilleure en certains cas, et la pire en d’autres’. Que demandent les royalistes ? Ce qu’ils ont toujours demandé, la religion, la monarchie et la légitimité ».

reafirmar diversas vezes a fidelidade dessa região à monarquia francesa, assim como sua oposição aos princípios revolucionários. Para ele, essa resistência era apenas uma evidência de que, mesmo após vinte séculos, a Vendéia não havia mudado. Apoiando-se numa passagem dos *Comentários* de César, afirmou que, sob os romanos, ela havia sido uma região (*pays*) desigual e difícil, coberta por densos bosques e pântanos. César teria dito que nunca pode submetê-la completamente, devido às dificuldades naturais insuperáveis e à resistência obstinada de seus habitantes. Para Beauchamp, uma evidência antiga de coragem que não havia degenerado ²⁸. Segundo ele, a maioria das informações sobre a guerra lhe foi noticiada por homens que haviam figurado nela, seja na condição de vítimas seja por aqueles que aproveitaram a ocasião para promover sua fortuna. Paixões, interesses, espírito de partido e rancores ainda recentes haviam alterado os fatos, disseminados por escritos parciais e dispersos, mas que tinham necessidade de serem reunidos para formar uma obra exata e uniforme. Assim o fez Beauchamp, “não somente para transmitir sem alteração os eventos memoráveis, mas também oferecer aos contemporâneos terríveis lições” ²⁹.

A Vendéia acabou se transformando no centro da preocupação de vários escritores de opiniões contrárias à Revolução durante os primeiros anos do século XIX. Além de Beauchamp, Chateaubriand também se propôs a retratar aqueles acontecimentos num artigo publicado em 1819 no *Le Conservateur*. Segundo ele, a Vendéia passou a ser objeto de uma rígida vigilância após a Restauração e que, naquele momento, novos atos de autoridade administrativa afetavam os departamentos do Oeste, o que o obrigava a romper o silêncio, assim como o forçava a trazer novamente à lembrança da admiração pública as memórias de fidelidade e honra daquela região. Por ter nascido naquelas províncias, Chateaubriand via-se na obrigação de cumprir o seu dever enquanto francês e patriota, ao retratar a glória e os infortúnios sofridos pelos *royalistes* na Vendéia e na Bretanha. Relembrar esses feitos era necessário também porque a memória da heróica dedicação dos homens da Vendéia havia caído no esquecimento de algumas pessoas ³⁰.

Essa lembrança passava por uma leitura da própria Revolução Francesa, através da qual Chateaubriand tentou neutralizar seu significado de acontecimento decisivo para

²⁸ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée...* Op. Cit. p. 23-24.

²⁹ Idem, p. 8-9. No original : « J’ai formé cette entreprise non seulement pour transmettre sans altération des évènements mémorables, mais encore pour offrir aux contemporains des leçons terribles ».

³⁰ François-René Chateaubriand. « De la Vendée ». In : *Le Conservateur*. Tome Quatrième. Paris : Le Normant, 1819. p. 193. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 9 de março de 2011).

a derrubada do Antigo Regime. Para isso, recuou até o século XV para afirmar que a antiga constituição da França foi atacada primeiramente pela tirania de Luis XI, em seguida enfraquecida pelo gosto das artes e pela voluptuosidade dos costumes (*moeurs*) durante o reinado dos Valois, deteriorada sob os primeiros Bourbons pelas reformas religiosas e guerras civis, aterrada pelo gênio de Richelieu, subjugada pela corrupção durante a Regência e pela filosofia do século XVIII. Portanto, concluía que seria um erro imaginar que a Revolução havia derrubado a monarquia, pois ela apenas dispersou aquilo que já estava em ruínas. Para ele, isso poderia ser comprovado pela pouca resistência que a Revolução encontrou logo que eclodiu: tudo o que os revolucionários quiseram fazer, o fizeram sem nenhuma resistência, pois vieram a operar sobre uma sociedade que já estava morta³¹. Entretanto, a velha França apareceu viva durante a Revolução nas províncias do Oeste, onde milhares de homens “terminaram dignamente a história da nobreza francesa, e os camponeses vendéianos (*vendéens*) mostraram à Europa as antigas Comunas de França”³². Para Chateaubriand, era importante que tal quadro fosse colocado diante dos olhos dos homens para que eles instruissem povos e reis no futuro.

Em 1819, o abade Antoine Eugène Genoude, autor do artigo *É nécessaire ser Royaliste ou Revolucionário* que citamos acima, retirou alguns meses para viajar pela Vendéia, viagem que acabou se estendendo ao sul da França e a alguns cantões da Suíça. Em 1821 publicou suas impressões a partir do itinerário traçado por ele, iniciando-as com uma crítica aos viajantes que dedicavam mais a outros países do que à própria França:

Todos os dias novos viajantes vão buscar na Grécia, no Egito, na Itália e na Palestina as lembranças da religião, da liberdade e os vestígios dos povos que brilharam na história e desdenham perto de si, em seu próprio país, os restos de um povo admirável. Nós não quisemos ir para longe recolher as lembranças de um heroísmo que não existe mais, nós o contemplamos ainda respirando em nossa França. Uma viagem na Vendéia é um motivo para admirar e amar nossa pátria. Cremos que os leitores franceses nos seguirão com prazer nas vilas, sobre os campos de batalha [...] deste glorioso país. Todos os traços de coragem ou humanidade que nós citaremos nós os tomamos sobre os lugares mesmo; todas as palavras dos camponeses ou ainda dos heróis *vendéens*, nós apenas lhes repetiremos fielmente.³³

³¹ Essa leitura conservadora da Revolução, assim como a neutralização de seu papel em relação ao fim do Antigo Regime, foi feita também por Alexis de Tocqueville. Cf. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade Brasileira, 1997.

³² François-René Chateaubriand. « De la Vendée »...Op. Cit. p. 197. No original : « [il] a terminé dignement l’histoire de la noblesse française, et les paysans vendéens ont montré à l’Europe les anciennes Communes de France ».

³³ Antoine Eugène Genoude. *Voyage dans la Vendée et dans le midi de la France ; suivi d’un voyage pittoresque dans quelques cantons de la Suisse*. Paris : Méquignon Fils Ainé ; Lyon : Périsse Frères, 1821, p. 1-2. <<http://books.google.com.br>> (acessado em 5 de abril de 2011). No original : « Tous les

Sua narrativa de viagem pela Vendéia acabou se transformando também em uma oportunidade para relembrar, em diversos momentos, os próprios anais da história da França. Encontrou alguns monumentos druidas em estado de ruínas, e amontoados de terra que, segundo ele, poderiam ter servido de sepulturas para reis, generais, para perpetuar a lembrança de alguma vitória ou até mesmo ter sido o local dos sacrifícios realizados pelos druidas. Genoude relatou o ritual de sacrifício que estes últimos teriam realizado. Segundo ele, os druidas colocavam aqueles que eram destinados à morte em grandes estátuas de vime, cercavam-na de madeiras e ateavam fogo, quando então os sacrificados expiravam naquelas chamas. Caracterizou esse sacrifício para traçar o paralelo entre os druidas e os aqueles homens, também considerados bárbaros, da Convenção, que teriam sacrificado à força novas vítimas, e foi quando se viu “renovar as festas do paganismo ao pé desses monumentos”³⁴. Para Genoude, recolher essas e outras notícias era possível porque todas as ruínas, assim como todos os mortos da Vendéia, ainda tinham suas testemunhas³⁵. Uma viagem pelas províncias do sul da França parecia ser uma continuação de uma viagem na Vendéia: durante os *Cem Dias*³⁶, Bordeaux, Toulouse, Avignon e Marselha compartilharam a glória daquele nobre país. Passar por Vendôme era relembrar um grande capitão do sangue dos Bourbons, cujo nome havia sido legado àquela cidade. Havia também Tours, onde os soldados de Maomé teriam recuado diante dos soldados de Jesus Cristo³⁷.

O paralelo traçado por Genoude entre fatos remotos da história da França e aqueles relacionados à Vendéia contemporânea demonstra uma compreensão na qual existiria um contínuo histórico onde a diferença temporal não se impõe, mas sim a semelhança entre estes eventos. Entretanto, a Vendéia acaba se tornando num centro de convergência no qual todos os fatos importantes da história da França deságuam. A ênfase é concedida à história contemporânea, enquanto as histórias do passado, situadas

jours de nouveaux voyageurs vont chercher dans la Grèce, en Egypte, en Italie, en Palestine, les souvenirs de la religion, de la liberté, et les vestiges des peuples qui brillèrent dans l’histoire ; et on dédaigne près de soi, dans son propre pays, les restes d’un peuple admirable. Pour nous, nous n’avons pas voulu aller au loin recueillir les souvenirs d’un héroïsme qui n’est plus, nous l’avons contemplé respirant encore dans notre France. Un voyage dans la Vendée est un motif de plus admirer et d’aimer notre patrie. Nous croyons donc que des lecteurs françois nous suivront avec plaisir dans les villes, sur les champs de bataille, dans les chaumières de ce glorieux pays. Tous les traits de courage ou d’humanité que nous citerons nous les avons appris sur les lieux mêmes ; toutes les paroles des paysans ou plutôt des héros vendéens, nous ne ferons que les répéter fidèlement ».

³⁴ Idem, p. 4-5. « [...] l’on vit se renouveler les fêtes du paganisme au pied de ces monuments ».

³⁵ Idem, p. 45.

³⁶ Os *Cem Dias* representam o período que marca o retorno de Napoleão do seu exílio da ilha de Elba em 1º de março de 1815, reconquistando o poder. Entretanto, esse governo teria fim em 18 de junho do mesmo ano, quando Napoleão e sua Grande Armada foram vencidos na Batalha de Waterloo.

³⁷ Idem, p. 149.

fora da lembrança coletiva, constituem apenas um complemento da experiência histórica do presente. Além disso, o gênero das narrativas de viagens esclarece muito a respeito da compreensão da história esboçada por Genoude. As viagens eram úteis à história porque o viajante testemunhava aquilo que descrevia. Os exemplos do passado poderiam exercer uma efetiva lição sobre o presente e a testemunha ocular, a autópsia realizada pelo viajante, permanecia ainda como o principal tipo de testemunha histórica – os índices de verossimilhança permaneciam atrelados a ela. O espaço histórico de experiência do tempo que correspondia a esse princípio pressupunha que a capacidade testemunhal aumentava com a proximidade do sujeito que relatava os eventos e lugares que ele descrevia e, inversamente, diminuía com seu afastamento ³⁸.

“As viagens são uma das fontes da história”, afirmaria Chateaubriand em 1827, na ocasião da publicação de *Voyage en Amérique*, realizada em 1791. A conversão de relatos de viagem em documentos históricos acabaria se tornando uma prática corrente no século XIX. No *Itinéraire de Paris à Jerusalem* publicado em 1811, Chateaubriand já havia estreitado os laços entre viagens e história, ao traçar alguns princípios metodológicos que aproximavam o historiador e o viajante: ambos tinham o dever de relatar fielmente o que viu e ouviu dizer ³⁹. Como afirma Temístocles Cezar, apoiando-se nas reflexões de François Hartog feitas n’*O espelho de Heródoto* ⁴⁰, o conteúdo dos relatos seria uma manifestação verdadeira do que os viajantes viram. A *intenção de verdade* no texto seria demarcada pelo efeito da autópsia. Provavelmente, o grau de confiabilidade da testemunha ocular teria sido, segundo Cezar, o vetor da aproximação entre o relato de viagem e a historiografia, quando esta se apropriou do relato de viagem como documento histórico ⁴¹.

As testemunhas oculares tinham primazia em detrimento de outras fontes para a escrita da história contemporânea. Por escrever história de seu próprio tempo, Beauchamp dependia diretamente do interrogatório daqueles que estiveram presente nos eventos que ele descreveu. Como afirmou François Bédarida, na constituição da história do tempo presente, o historiador seria constantemente confrontado com uma memória viva (*une mémoire vive*). Isto explicaria porque uma das primeiras imputações de seu

³⁸ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado...* Op. Cit. p. 166-172.

³⁹ Temístocles Cezar. “Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, mai. 2010, p. 29-30. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/almanack>> (acessado em 9 de novembro de 2010).

⁴⁰ François Hartog. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

⁴¹ Temístocles Cezar. Op. Cit.

trabalho consistia em integrar esta memória como objeto de sua história, quaisquer fossem as características plurais da lembrança (*souvenir*), a exclusão ou as manipulações na representação do passado ⁴². Entretanto, as fontes utilizadas por Beauchamp para escrever suas histórias não se limitaram apenas a esse tipo de testemunha.

Sobre a história da Vendéia, afirmou em 1820 ter recolhido os documentos que viriam esclarecer sua narrativa em silêncio: atas, relatórios, discursos, brochuras, correspondências, petições, narrativas de viagens, etc. Conseguiu informações dos partidos opostos, as estudou, comparou testemunhos e relações diversas, interrogou os numerosos atuantes na guerra que ainda estavam vivos e vasculhou vários depósitos de documentos oficiais, conseguindo, dessa forma, possuir uma imensa gama de materiais para escrever sua história, os quais deveriam ser coordenados de modo que concedessem “movimento e vida a tantos fatos sem ligação e a tantas circunstâncias incoerentes” ⁴³. Além disso, as dificuldades a respeito da composição dessa obra eram imensas, pois, segundo ele, não se tratava de produzir uma história a partir de outros livros, mas sim um assunto a ser tratado sem guia e sem modelo ⁴⁴. Quando sua história foi publicada, a veracidade dos depoimentos das testemunhas foi colocada à prova. Beauchamp se defendeu afirmando que não relatou nenhum fato importante sem citar suas autoridades e que elas compunham-se de oficiais honrosos e testemunha dos eventos. Se seus relatos fossem mentirosos ou infieis, seria necessário resolver esse impasse colocando-os à prova (*l'établir en preuve*), sem que fosse necessário torná-lo responsável por circunstâncias de uma narrativa a qual só lhe pertencia o estilo e o encadeamento dos fatos ⁴⁵.

Entretanto, como escrever a história da Vendéia naquele instante e se abster do testemunho daqueles que atuaram na guerra ou a presenciaram? Para se obter uma versão confiável daqueles fatos, Chateaubriand chegou a afirmar que nada deveria ser descartado, embora preferisse, em geral, as obras publicadas pelas autoridades republicanas, pois, segundo ele, lhe pareciam menos suspeitas e parciais. Lembrou o quanto deveria ser motivo de lamento que os boletins da armada real e católica, impressos em Châtillon no curso da guerra da Vendéia não tivessem sido conservados.

⁴² François Bédarida. « Le temps présent et l'historiographie contemporaine »...Op. Cit. 158.

⁴³ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée*...Op. Cit. No original: « [...] pour donner le mouvement et la vie à tant de faits sans liaison, à tant de circonstances incohérents ».

⁴⁴ Idem. p. X-XI.

⁴⁵ Idem, p. XXXVIII-XXXIX.

Além desses documentos, havia também um jornal manuscrito que relatava o que se passou na Vendéia depois de 1793. Segundo Chateaubriand, sua importância se dava particularmente por ter sido escrito por uma testemunha ocular. Contudo, esse jornal havia desaparecido e sua perda era irreparável ⁴⁶.

Certamente, um dos principais desafios para a escrita de uma história da guerra da Vendéia, seja naquela época ou mesmo nos dias atuais, relaciona-se às fontes que permitiriam conhecê-la. Segundo Jean-Clément Martin, as operações militares foram responsáveis por uma numerosa destruição de arquivos e cantões inteiros teriam perdido para sempre os traços de seu passado entre 1791-1792 e 1794-1795. As reconstituições daqueles fatos só poderiam ser feitas a partir da conjugação dos diversos testemunhos. O historiador teria que recorrer à memória coletiva, não de modo a explorar os domínios tradicionalmente fora dos arquivos, mas justamente porque esta era uma das únicas maneiras de sanar sua ausência. Além disso, acrescenta a necessidade de desconfiar de possíveis falsificações arquivísticas, pois a história que emana dos documentos daquele tempo é apenas aquela que os atores quiseram deixar. Os republicanos teriam sido mais favorecidos que os *Blancs* ⁴⁷, pois haviam deixado muitos traços escritos em vista dos medíocres traços deixados pelos outros. Diante dessa situação, as memórias acabaram representando um recurso obrigatório na composição dos relatos historiográficos a respeito daquela guerra, a começar pelas famosas e exemplares *Mémoires* de madame de La Rochejaquelein que, entretanto, não eram as únicas ⁴⁸.

Beauchamp afirmou que para escrever sua história foi obrigado a adquirir secretamente (*à la dérobé*) novas notícias e retificações essenciais em memórias de outros autores, ainda inéditas, que chegaram ao seu conhecimento. Dentre essas memórias, as de Madame de La Rochejaquelein sobressaíam sobre todas outras do gênero, lidas com grande avidez em toda a Europa. Beauchamp as considerava um monumento precioso para a história não só por conter a pintura viva e tocante dos infortúnios sofridos por ela, mas principalmente por conter uma narrativa animada das operações e proezas da grande armada da Vendéia até sua destruição nos campos de Savernay ⁴⁹.

Madame de La Rochejaquelein havia sido casada com Louis-Marie de Salgues, Marquês de Lescure (1766-1793), um dos principais atuantes da guerra da Vendéia que

⁴⁶ François-René Chateaubriand. « De la Vendée »... Op. Cit. p. 194-196.

⁴⁷ Partidários monárquicos da Vendéia.

⁴⁸ Jean-Clément Martin. « La Vendée et sa guerre : les logiques de l'événement ». Op. Cit. p. 1081-1082.

⁴⁹ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée*...Op. Cit. p. XXIX-XXX.

viria morrer logo no início dos combates . Em 1801, casou-se novamente com Louis du Vergier de La Rochejaquelein (1777-1815), também um dos generais que figuraram naquela guerra. As *Mémoires* começaram a ser escritas durante seu exílio na Espanha e concluídas quando retornou à França em 1801, tendo circulado em forma manuscrita antes de ser impressa, pela primeira vez, em 1814. Acabou se tornando umas das principais fontes para a história da guerra da Vendéia. Suas memórias, assim como outros engajamentos pessoais que se conformariam num arcabouço memorialístico daquele episódio, foram rigorosamente vigiadas pelas autoridades. Tornando-se a mais célebre entre todas as outras, chegou a ter sua publicação interdita por ordem de Napoleão. Não é por acaso que sua impressão só foi possível quando ele se encontrava exilado na ilha de Elba ⁵⁰.

Numa carta escrita em 1º de agosto de 1811, e que acabou se tornando a dedicatória de suas *Mémoires*, La Rochejaquelein as oferecia a seus filhos, afirmando que foi por eles que teve coragem de concluí-las. Reconhecia que muitas lembranças lhe escaparam e que não tinha nenhuma anotação:

A impressão viva que tantos eventos provocaram em mim foi meu único recurso. Portanto, longe de poder escrever *a história completa da Vendéia*, apenas narrei tudo que aconteceu durante o tempo no qual eu vi (*j'ai vu*) a guerra civil. Mil esquecimentos me causam arrependimentos. Apenas pude e quis escrever aquilo que eu me lembrei perfeitamente e somente por ignorância passo em silêncio ou apenas indico fatos, ações ou pessoas que merecem elogios em todos os aspectos. [...] Limitei-me, portanto, a relatar com exatidão tudo aquilo que eu conservo a lembrança.⁵¹

Ao concluir suas *Mémoires*, La Rochejaquelein apresentou o manuscrito para alguns componentes da armada da Vendéia, ao menos àqueles em que ela confiava. Isso teria sido importante para o estabelecimento do texto final que viria a ser impresso porque a leitura feita por eles ajudaria a perceber alguns erros cometidos durante a escrita, assim como acrescentar outros fatos importantes que havia faltado. Para redigir suas memórias, assim como para inserir algumas notas explicativas no texto que,

⁵⁰ Jean-Clément Martin. « A propos du 'génocide vendéen'. Du recours à la légitimité de l'histoire ». Op. Cit. p. 27.

⁵¹ *Mémoires de Madame la Marquise de La Rochejaquelein, avec deux cartes du théâtre de la guerre de la Vendée*. Tome Premier. Seconde édition, revue et corrigée. Paris : L.G. Michaud (Imprimeur du Roi), 1815, p. 6. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 25 de março de 2011). No original : [...] L'impression vive que tant d'événements on fait sur moi, a été ma seule ressource. Loin donc d'avoir pu écrire *l'histoire complète de la Vendée*, je n'ai pas même raconté tout ce qui s'est passé pendant le temps où j'ai vu la guerre civile. Mille oublis me donnent des regrets. Je n'ai pu et n'ai voulu écrire que ce dont je me rappelais parfaitement ; et c'est seulement par ignorance, que je passe souvent sous silence ou ne fais qu'indiquer des faits, des actions ou des personnes qui méritaient à tous égards des éloges. [...] je me suis donc bornée à rapporter avec une exacte vérité tout ce dont je conserve le souvenir».

segundo ela, estava sobrecarregado de detalhes inúteis e o estilo difuso e incorreto, La Rochejaquelein delegou a Prosper de Barante (1783-1866) essa tarefa. Barante refundiu e corrigiu todo o manuscrito das *Mémoires* e, segundo La Rochejaquelein, a descrição da Vendéia que constava no terceiro capítulo foi toda feita por ele ⁵².

Barante foi nomeado subprefeito de Bressuire em julho de 1807 e, em fevereiro de 1809, prefeito da Vendéia. Foi durante sua permanência em Bressuire que freqüentou a casa de La Rochejaquelein e teve o primeiro contato com os manuscritos de suas *Mémoires* ⁵³. Entretanto, esse encontro apenas veio acentuar seu interesse pela história da Vendéia. Em uma carta enviada de a Madame de Stäel (1766-1817) em 29 de junho de 1808, Barante comentava seu grande interesse por aquele episódio, chegando a confessar o seguinte: “Se eu estiver destinado a passar ainda um ano aqui, creio que escreverei a história da Vendéia. É um projeto que muito me agrada; aquela que foi feita não falta com a verdade, mas ela não tem nem simplicidade nem colorido local” ⁵⁴, referindo-se à história produzida por Beauchamp. Anos depois, quando organizou e publicou em 1835 vários artigos históricos e literários produzidos por ele ao longo dos anos, Barante disse que no mesmo instante em que Madame de La Rochejaquelein havia permitido que ele redigisse suas *Mémoires*, os irmãos editores Louis-Gabriel (1773-1858) e Joseph-François Michaud (1767-1839) haviam lhe encomendado artigos sobre alguns homens da Vendéia, para que fossem publicados na *Biographie Universelle* que eles estavam organizando, para a qual Beauchamp também contribuiu com um grande número de artigos. Entretanto, afirmou que nessa época a censura imposta pelo regime imperial era muito rígida e impunha muita cautela na relação de algumas notícias. Esse volume publicado em 1835 representava a conclusão de sua pesquisa sobre a Vendéia. Deu a ela a forma de notícias biográficas, segundo ele, um resumo das guerras civis do Oeste. Nessa ocasião, afirmou que quando estava na Vendéia, várias narrativas lhe foram contadas, notas e memória confiadas. Possuía um grande número de documentos sobre “esta triste e curiosa parte da história contemporânea” ⁵⁵.

⁵² Idem, p. 6-7.

⁵³ *Biographie des hommes vivants, ou histoire par ordre alphabétique de la vie publique de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs actions ou leur écrits*. Tome premier. Paris : L. G. Michaud, 1816, p. 186. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 8 de abril de 2011).

⁵⁴ Citado em: Stephen Bann. “The historian as taxidermist: Ranke, Barante, Waterton”. In: E. S. Shaffer (ed.). *Comparative Criticism*. A Yearbook. Volume 3. Cambridge: CUP, 1981, p. 31-32. No original: « Si je suis destiné à passer encore un an ici, je crois que j’écrirai l’histoire de la Vendée. C’est un projet qui me plaît assez ; celle qu’on a faite ne manque pas de vérité ; mais elle n’a ni simplicité ni coloris local ».

⁵⁵ Baron de Barante. *Mélanges historiques et littéraires*. Tome Premier. Bruxelles : J. P. Meline, 1835, p. VII-VIII. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 10 de março de 2011). No original : « [...] cette triste et curieuse partie de l’histoire contemporaine [...] ».

Quando publicou a *Histoire de la Campagne de 1814* em 1815, Beauchamp continuava reafirmando a preeminência da testemunha ocular para a escrita da história. Para escrever essa história, além do tipo de documentação que já havia utilizado na sua história da guerra da Vendéia, acrescentavam-se ainda conferências, conversações, esclarecimentos, traduções, notas e análises. Comparou um conjunto de boletins oficiais alemães, ingleses, franceses e russos, embora considerasse essas relações analisadas sempre incompletas, quando não eram adulteradas (*infidèles*). Neste caso, o historiador deveria atentar-se para deliberar a respeito dessa documentação com uma extrema precaução e com grande discernimento. Disse também que esse tipo de documentos eram apenas o esqueleto da história (*le squelette de l'histoire*), pois “a substância e as cores nós adquirimos das memórias particulares, nas relações confidenciais, nas notas comunicadas por pessoas cujo testemunho é irrecusável, e tendo visto eles mesmos os eventos”⁵⁶.

No ano seguinte, Beauchamp respondia às acusações feitas contra ele na *Gazette de France* de que teria escrito essa história apenas com os boletins do inimigo. Ao se defender, dizia que o historiador devia estar sempre atento com relação às exagerações ou reticências dos primeiros documentos redigidos precipitadamente e sob a influência de uma facção interessada e enganadora. Contudo, ele não deveria deixar de consultar esse tipo de material e seria justamente pela “comparação das relações de dois partidos, modificadas por informações particulares, que apareceria a verdade em toda a sua essência”⁵⁷. Dessa forma, afirmou que somente um crítico de má fé ousaria se recusar em reconhecer que suas narrativas não repousavam sobre aquele pressuposto, pois, acima de tudo, somente após ter lido e comparado todos os materiais que tinha disponíveis é que tomou a pluma para escrever sua história.

Talvez motivado por outras acusações a respeito dos documentos utilizados na história das campanhas de 1814 e 1815, quando publicou a segunda parte dela em 1817 Beauchamp detalhou as fontes que utilizou. Os documentos para escrever essa história

⁵⁶ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Campagne de 1814, et de la Restauration de la Monarchie Française, avec de pièces justificatives*. Tome Premier. Paris : Le Normant, 1815, p. XIX-XXI. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 13 de janeiro de 2009). No original : « La substance et les couleurs, on ne les trouve que dans les mémoires particuliers, dans les relations confidentielles, dans les notes communiquées par des personnes dont le témoignage est irrécusable, et ayant vu par elles-mêmes les événements ».

⁵⁷ Alphonse de Beauchamp. *Histoire des Campagnes de 1814 et de 1815 [...] rédigée sur des matériaux authentiques ou inédits*. Tome Premier. Paris : Le Normant, 1816, p. XI-XII. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 13 de março de 2011). No original : « [...]c'est de la comparaison des relations des deux partis, modifiée par les renseignements particuliers qu'apparoît la vérité dans tout son jour ».

foram retirados tanto de fontes autênticas quanto de comunicações particulares, segundo ele, próprias a inspirar confiança. Teriam sido utilizadas mais de trinta memórias manuscritas que lhes foram comunicadas, a respeito dos eventos de 1815, nas quais poderia encontrar detalhes importantes que nenhum documento público poderia suprir. Disse ter interrogado, em conversas confidenciais, pessoas influentes que participaram ou testemunharam os principais fatos. Quanto às fontes públicas, nenhuma fora negligenciada, inclusive jornais franceses e estrangeiros. Ao fim do prefácio era apresentada uma lista dos principais escritos impressos, que afirmou ter lido do início ao fim ⁵⁸.

Todavia, Beauchamp sabia (com um grande conhecimento de causa, segundo ele) “que só se escreve história contemporânea caminhando sobre carvões ardentes” ⁵⁹. Em 1815, reconheceu que era uma tarefa audaciosa expor uma história imparcial sobre a Campanha de 1814 e da “miraculosa restauração” francesa, pois todos esses eventos “vieram passar sob nossos olhos”: as paixões envolvidas nestes episódios ainda não tinham se apagado, os rancores eram ainda recentes e os preconceitos muito arraigados. Alguns poderiam opor-se, dizendo que seria audaciosa a tarefa de enfrentar as dificuldades das quais a história contemporânea não poderia escapar, principalmente quando ela retraçasse uma mudança de dominação e de império. Mas Beauchamp afirmou que não encobriu essas objeções na narrativa daqueles eventos e que, para sustentar sua veracidade, poderia opor àquelas objeções “autoridades poderosas e grandes exemplos, seja na antiguidade, seja entre os modernos” ⁶⁰. Além disso, essa história teria exigido muito estudo, ordem e meditação e foi necessário cercar-se de todas as luzes para retratar um evento tão imponente. Em vista dessa situação, confessou que “tal é a desvantagem ligada aos assuntos contemporâneos: eles formam, de algum modo, *a história da véspera, a história viva*, cercadas por mil dificuldades” ⁶¹.

Ainda sobre a história das campanhas de 1814 e 1815, Beauchamp afirmou que, assim como os pintores da antiguidade expuseram os seus quadros à observação do público, para enriquecê-los com as observações críticas, ele também submeteu ao julgamento de seus concidadãos o quadro histórico dos eventos políticos e militares de

⁵⁸ Alphonse de Beauchamp. *Histoire des Campagnes de 1814 et de 1815...* Op. Cit. p. XV-XVI.

⁵⁹ Idem. p. 52.

⁶⁰ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Campagne de 1814...* Op. Cit. p. V. No original : « [...] mais nous pourrions leur opposer de puissantes autorités et de grands exemples, soit dans l’antiquité, soit parmi les modernes ».

⁶¹ Idem, p. XIX. No original: « Tel est le désavantage attaché aux sujets contemporains : ils forment, en quelque sorte, l’histoire de la veille, l’histoire *vivante*, et mille difficultés les environnent ».

1814. Todavia, essa obra suscitou críticas logo que foi publicada, pois ela era repleta de revelações inoportunas. Com sua publicação, várias paixões teriam sido desencadeadas e, quanto maior a comoção em torno dela, maior também se tornava a curiosidade pública a seu respeito, assim como o descrédito que alguns setores davam a ela, de modo que sua influência fosse enfraquecida. Segundo Beauchamp, uma grande quantidade de jornais e panfletos teria lhe atacado. Alguns lhe acusavam de ter retratado a armada francesa de forma humilhante e exaltar as nações estrangeiras em detrimento da França. Outros o acusavam de ter escrito sua obra a partir de idéias que teriam sido ditadas pelo inimigo e que ele havia sido financiado por potências estrangeiras⁶². Ele se defendeu afirmando que nada era mais difícil do escrever história contemporânea, sobretudo onde “a deusa da Verdade se mostra caprichosa e encolerizada”. Perguntava aos seus detratores se eles desconheciam que os mesmos eventos podiam ser vistos e julgados sob diferentes aspectos, que excelentes impressões desses eventos poderiam escapar ao escritor judicioso e que existiam erros e omissões inevitáveis no gênero da história⁶³. Apesar dessas críticas, Beauchamp continuava afirmando a necessidade de escrever a história contemporânea:

Nós dissemos: os tempos mais infelizes para os povos são os mais ricos em quadros (*tableaux*) para a história e os mais fecundos em lições úteis para os depositários da autoridade. Os homens, disse Salústio, só conservam as últimas impressões. *In omnibus postrema meminere*. Tal é o motivo que torna a história contemporânea mais viva do que as histórias cujos eventos estão já longe de nós⁶⁴.

Tiranía, vícios e veto à história contemporânea

Quando publicou a quarta edição de sua *Histoire de la Guerre de la Vendée* em 1820, Beauchamp lembrou as dificuldades que enfrentou quando a publicou pela primeira vez em 1806, bem como as críticas e os debates que ela suscitou a respeito do assunto, afirmando que as perseguições sofridas por ele se ligavam à história literária daquela época. Explicou os motivos que o levaram a escrever aquela história, assim como as circunstâncias pelas quais ele havia se arriscado a publicá-la. Esses detalhes,

⁶² Alphonse de Beauchamp. *Histoire des Campagnes de 1814 et de 1815...* Op. Cit. p. VI-VIII.

⁶³ Idem, p. XXX-XXXI.

⁶⁴ Alphonse de Beauchamp. *Histoire des Campagnes de 1814 et de 1815*. Seconde Partie. Tome Premier. Paris : Le Normant, 1817, p. IV. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 13 de março de 2011). No original : « On l’a dit : le temps les plus malheureux pour les peuples sont les plus riches en tableaux pour l’histoire et les plus féconds en leçons utiles pour les dépositaires de l’autorité. Les hommes, dit Salluste, ne conservent guère que les derniers impressions. *In omnibus postrema meminere*. Tel est le motif qui rend l’histoire contemporaine plus vive et plus attachante que celle dont les événemens sont déjà loin de nous ».

disse ele, faltaram às três primeiras edições, pois, “dizer toda a verdade era então impossível”⁶⁵. Várias pessoas falavam a respeito da guerra civil na Vendéia, embora nada de positivo fosse dito a seu respeito. Sobre os relatórios oficiais do comitê revolucionário, devia-se crer muito menos. Ele temia que um evento daquela importância escapasse às tradições contemporâneas ou que, “semelhante à história dos tempos mais remotos, ela chegaria à posteridade envolta em fábulas e mentiras grosseiras” , embora sua origem estivesse apenas a sessenta léguas de Paris⁶⁶.

Disse também que o sucesso de sua obra devia-se à novidade do assunto e que ela relatava fatos muito recentes e pouco conhecidos. Devia-se também à revelação de uma quantidade de fatos interessantes, perdidos em meio ao tumulto da Revolução e “freqüentemente dissimulados pela política de facções”, que ajudou a espalhar por Paris notícias enganosas, emitidas pelo comitê de saúde pública, a respeito do nome dos principais atuantes daquela guerra⁶⁷. Todavia, afirmou que escreveu sua história diante dos contemporâneos àquele evento e, principalmente, em meio às testemunhas que poderiam desmenti-lo, caso tivesse faltado com a verdade⁶⁸. Para atestá-la, evocava novamente sua proximidade em relação aos fatos quando afirmou que “toda a revolução se desenrolou sucessivamente sob meus olhos [...]”⁶⁹.

De forma não muito diferente, quando publicou em 1815 a sua história dos três meses das Campanhas de 1814, Beauchamp afirmou que havia chegado o tempo de publicar e discutir aqueles fatos que pertenciam tanto aos contemporâneos quanto à posteridade, principalmente porque os anais políticos e militares das nações não tinham oferecido ainda grandes quadros ao interesse e à meditação dos homens e, o mais importante: todas as lições da história se encontravam reunidas neste acontecimento. Mas, para isso, argumentou que era necessário reabilitar a história entre os franceses após eles já terem feito o mesmo com a liberdade política e civil através da restauração da monarquia em 1815. Entretanto, ele podia reclamar a reabilitação da história porque essa situação só havia se tornado possível naquele instante: “Felizes tempos aquele onde é permitido dizer tudo o que se pensa, e pensar tudo o que se diz, exclamou o inimitável

⁶⁵ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée...* Op. Cit. p. VII-VIII.

⁶⁶ Idem, p. X. No original: « [...] semblable à l’histoire des temps les plus reculés, il ne parviendrait à la postérité qu’environné de fables et de grossiers mensonges [...] ».

⁶⁷ Idem, p. XVII.

⁶⁸ Idem, p. XLII-XLIII.

⁶⁹ Idem, p. IX. No original: « [...]Toute la révolution se déroulait successivement à mes regards, précédée et suivie de la terreur ».

Tácito ao sair da tirania sangrenta de Domiciano, e sob o reino do virtuoso Nerva”⁷⁰. Ao opor o tirano Domiciano ao virtuoso Nerva, Beauchamp traçava um paralelo e falava indiretamente de Napoleão e Luis XVIII, respectivamente. A história podia ser reabilitada graças à liberdade de poder dizer e pensar tudo o que era possível, pois, como afirmou Beauchamp, a primeira necessidade dos tiranos era condenar seus escravos à ignorância, envolvendo em mistérios suas ações criminosas. Ninguém teria conhecido melhor essa arte do que o “astuto Napoleão”. Sob ele,

todas as fontes da verdade estavam comprometidas ou exauridas; todos os caminhos que poderiam conduzir até ela estavam obstruídos ou fechados. De repente o denso véu que a cobria se abriu a nossos olhos, e a história, *espelho da verdade*, apareceu novamente como um freio que nenhum homem, nenhum potentado poderá jamais fugir nem afrontar⁷¹.

Desde a Antiguidade os historiadores adotaram o princípio segundo o qual os relatos a respeito do que os homens fazem ou sofrem deveriam ser escritos de modo fiel à verdade. Desde Luciano ou Cícero, as normas de conduta da profissão de fé do historiador o obrigam sempre a dizer a verdade, de modo que a história fosse resguardada de adentrar no reino das fábulas. Entretanto, Koselleck chama a atenção para o fato de que essa postura do historiador possuía uma exigência que deveria acompanhá-la, ou seja, permitir que a verdade irrompesse pura e imediatamente. Somente dessa forma, Beauchamp pode dizer que sob Napoleão a verdade estava comprometida, assim como os caminhos para alcançá-la estavam fechados, pois, para que a verdade viesse a tona em toda sua integridade, ela deveria estar livre de paixões e vaidades – imparcial e objetiva. Um dos indícios inequívocos da crença na possibilidade de que a verdade das histórias se manifestasse intacta foi a freqüente utilização da metáfora do espelho, utilizada por Beauchamp na citação acima. A imagem que o historiador deveria refletir em seu relato, semelhante ao espelho, não deveria ser deturpada ou deformada, uma fórmula que se manifestava ao menos desde Luciano. A alegoria da “verdade nua e crua” seria uma variante dessa metáfora, uma vez que ela significa a possibilidade da verdade da história falar por si mesma, caso o historiador

⁷⁰ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Campagne de 1814...* Op. Cit. p. VI-VII. No original : « ‘Heureux temps que celui où il est permis de dire tout ce qu’on pense, et penser tout ce qu’on dit’, s’écrioit l’inimitable Tacite au sortir de la tyrannie sanglante de Domitien, et sous le règne du vertueux Nerva ».

⁷¹ Idem, p. VII. No original: Toutes les sources de la vérité étoient empoisonnées ou taries ; toutes les issues qui pouvoient conduire vers elle étoient obstruées ou fermées. Tout à coup le voile épais qui la couvroit se déchire à nos yeux, et l’histoire, *miroir de la vérité*, apparôit de nouveau comme un frein que nul homme, nul potentat ne pourra plus éluder ni braver ».

desejasse que ela fosse realmente conhecida e surtisse seus efeitos. Com a abstração de qualquer julgamento por parte do historiador, essa alegoria acabava reafirmando a metáfora do espelho⁷².

Essas metáforas nutriam-se mais de testemunhos oculares do que dos testemunhos auditivos que poderiam atestar a verdade da história. Segundo Koselleck, o que amparou metodologicamente esse tipo de atitude frente às testemunhas oculares foi justamente a história do presente ou do passado mais recente. Teria permanecido intacta a precedência dada ao registro da história contemporânea, acrescida da contribuição proveniente, desde o início da época moderna, da literatura memorialística. Essa atitude estendia-se até mesmo às investigações do passado imediato. Em ambos os casos, o índice de verossimilhança permanecia associado ao testemunho ocular, assim como se dava preferência ao testemunho de agentes participantes. Isso significa que a experiência histórica dos historiadores que praticaram essa historiografia manteve-se associada a um presente que se movia continuamente, acumulando fatos que não alteravam significativamente a qualidade da história. Além disso, as metáforas do espelho, do reflexo ou da verdade nua, todas elas referentes à visão contemporânea, baseavam-se no fundamento das experiências próprias da qualidade do tempo presente. Dessa maneira, o historiador era obrigado a interrogar, primeiramente, testemunhas oculares, para depois fazê-lo com as testemunhas auditivas sobreviventes, para que depois pudesse investigar os fatos e atos verdadeiros. Como afirmou Koselleck, a história como presente contínuo vive do interrogatório de suas testemunhas oculares, e a condução desses interrogatórios exigia distanciamento e imparcialidade⁷³.

Anos mais tarde, quando publicou sua crítica à obra de Ségur em 1825, Beauchamp voltava a se referir ao veto sofrido pela história contemporânea naqueles termos. Segundo ele, havia um tempo que os escritores corajosos, confiantes nas liberdades públicas, não eram expostos às humilhações de todo tipo, suscitadas por uma liga de homens que, tendo cultivado as revoluções, “apenas celebram a claridade para ter direito de permanecer nas trevas”, perseguindo qualquer um que se voltasse às investigações da história, considerados também por ele como esclarecedores da posteridade⁷⁴. Segundo Beauchamp, estes homens se gabavam de poder escapar “à

⁷² Reinhart Koselleck. *Futuro Passado...*Op. Cit. p. 163-164.

⁷³ Idem. p. 166-167.

⁷⁴ Alphonse de Beauchamp. *Critique historique...*Op. Cit. p. 10-11.

temível testemunha do tempo (como Cícero chama a história)”⁷⁵. Exortava os escritores contemporâneos a reabilitar a história entre eles, repetindo que a liberdade civil e política já haviam sido restabelecidas após a Restauração do trono francês em 1815⁷⁶. O exemplo de Tácito era de fundamental importância para Beauchamp neste momento: a liberdade que o historiador tinha em determinado presente para escrever história era imprescindível para o esclarecimento dos homens no futuro. Segundo sua compreensão do que era a história, esclarecer o futuro era um dos principais atributos de Clio.

As inúmeras referências que Beauchamp faz a Tácito devem ser compreendidas no interior das formulações analíticas sobre os aspectos mais indesejáveis do governo tirânico descritos pelo historiador romano, o qual pode não ter sido o fundador daquele modelo, mas acabou consagrando-o como um clássico. Arnaldo Momigliano afirmou que, mesmo no início do século XIX, havia ainda historiadores que imitavam Tácito do ponto de vista estilístico e psicológico. O simples nome de Tácito irritava Napoleão I. O historiador romano, a partir de seu relato histórico, visava à superação da decadência dos costumes. Segundo Flávia Varella, é muito esclarecedora dessa situação a escolha de Tácito pelo principado Júlio-Claudio como eixo central de sua história. No prefácio de seus *Anais*, Tácito acusava a inexistência de liberdade de expressão para que uma história verdadeira fosse escrita sob aquele Principado, o que dava lugar, sobretudo ao medo e à adulação. Entretanto, Tácito afirmava que podia escrever uma história sem ódio e rancor somente porque o período em que ele vivia tornava essa situação possível. Segundo Varella, com essa distinção temporal, Tácito pode enfatizar que houve um momento de decadência na história romana que deveria ser mostrado, embora ela pudesse alcançar algum tipo de restauração⁷⁷.

Entre os intelectuais franceses das primeiras décadas do século XIX, havia uma divisão entre aqueles que admiravam Júlio César (100 a.C – 44 a.C) e aqueles que admiravam Tácito. Beauchamp publicou em 1823 uma vida de Júlio César, sob o ponto de vista da tirania exercida por ele. No prefácio de sua obra, declarou que até aquele momento a vida de César não havia sido considerada sob todos os aspectos. Nem Plutarco e muito menos Suetônio haviam produzido uma biografia completa: ao primeiro, apesar do caráter inimitável de suas narrativas e da sua perfeição moral

⁷⁵ No original: « [...] ce redoutable témoin du temps (comme Cicéron appelle l’histoire) ».

⁷⁶ Idem, p. 11-12. No original: « [...] à Tacite sous le règne du vertueux Nerva : ‘Heureux temps où il est permis de dire tout ce qu’on pense et de penser tout ce qu’on dit !’ »

⁷⁷ Flávia Florentino Varella. “*Sine ira et Studio*: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito”. In: *História da Historiografia*. Número 1. Agosto. 2008, p. 82-83. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh>> (acessado em 18 de abril de 2011).

política e religiosa, faltava maior exatidão na relação dos eventos; o segundo era considerado um biógrafo seco, sem cor e mais analista do que historiador. Dentre os modernos, Beauchamp citou a vida de Júlio César escrita por um advogado parisiense cujo sobrenome era Bury ⁷⁸ (?-1794), embora afirmasse que ela não passava de uma compilação mal escrita. Para realizar um trabalho que os seus predecessores não haviam realizado, Beauchamp disse que era necessário não somente confrontar e combinar as versões daqueles diferentes biógrafos, mas também confrontá-las com as partes da história geral e com os monumentos contemporâneos. Além disso, uma biografia de César não seria completa se os fatos militares não fossem encadeados aos eventos políticos⁷⁹. Beauchamp havia destinado essa biografia originariamente à *Biographie Universelle* dos irmãos Michaud, para a qual contribuiu com vários artigos. Entretanto, afirmou que o tamanho do artigo quando foi concluído ultrapassava os limites assinalados para a publicação na *Biographie*. Recusou-se a reduzir o artigo para ser publicado, embora outros elementos contribuíssem para que ela não fosse publicada em 1809. Segundo ele, “ela não poderia, aliás, aparecer num tempo onde a França tinha também seu César, que, menos magnânimo, não tolerava nenhuma alusão contrária ao seu poder e à sua autoridade” ⁸⁰.

Em diversos momentos, Beauchamp questionou se não haveria inconvenientes em lembrar os crimes e as extravagâncias de uma época deplorável e, se lembrá-las não despertaria ressentimentos ou mesmo vingança. Respondia negativamente, afirmando que lembrar esses acontecimentos significava suprir os deveres espinhosos, mas necessários da história que, “sem aceção de partido, época e opinião, julga as ações dos povos e dos reis”. Além disso, chamar a atenção para tais acontecimentos era “evocar o passado para a instrução do futuro” ⁸¹. Naquele instante, do alto de seu

⁷⁸ Na edição de 1860 da *Biographie Universelle* de François-Xavier Feller, Bury era descrito como um autor que deixou várias obras escritas, embora nenhuma delas fosse recomendada nem pelo estilo nem pela crítica. Cf. François-Xavier Feller. *Biographie Universelle des hommes qui sont fait un nome par leur génie, leurs talents, leurs vertus, leurs erreurs ou leurs crimes*. Tome Deuxième. BO-CL. Paris : J. B. Pélagaud, 1860, p. 266. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 20 de abril de 2011).

⁷⁹ A respeito dos diversos tipos de nuances concedidos aos relatos de batalhas entre os historiadores da Antiguidade, Cf. Jacqueline de Rommily. Op. Cit.

⁸⁰ Alphonse de Beauchamp. *Vie de Jules César, suivie du tableau de ses campagnes, avec des observations critiques*. Paris : Ch. Villet, 1823, p. VI-VIII. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 26 de novembro de 2008). No original : « [...] il n’aurait pu d’ailleurs paraître dans un temps où la France avait aussi son César qui, moins magnanime, ne tolérait aucune allusion contraire à sa puissance et à son autorité [...] ».

⁸¹ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Campagne de 1814*...Op. Cit. No original: « [...] l’histoire qui, sans acception de partis, d’époque et d’opinion, juge les actions des peuples et des rois ; c’est évoquer le passé pour l’instruction de l’avenir ».

tribunal impiedoso (*du haut de son tribunal inflexible*), a história passava a invocar o testemunho dos contemporâneos para obter as luzes (*les lumières*) que deveriam esclarecer seu julgamento. Sua missão, afirmou Beauchamp, era condenar eternamente à estima ou ao esquecimento, ao desprezo ou à admiração, aqueles homens que desolaram ou consolaram o universo. Sendo eles descendentes vivos do teatro político, lhes restava apenas suas ações, atestadas por milhares de testemunhas: atores e testemunhas vivas dos acontecimentos que presenciaram, eles serviriam também para restabelecer os fatos se os testemunhos fossem ditados por paixões ou interesses. Dessa maneira, as reclamações incertas, assim como as acusações falsas não representariam nenhum peso “diante do grande júri dos séculos, que pesa todas as reputações na balança da imparcialidade”⁸².

Comentando os ataques à maneira como escrevia história, Beauchamp afirmou que nem a pureza de suas intenções, nem sua perseverança no trabalho e muito menos a moderação de seus julgamentos o colocariam ao abrigo da animosidade das facções e das prevenções do que ele chamou de espírito de partido. Segundo ele, “banir, proscriver a história contemporânea (ou temer sua rigidez)”⁸³, tal foi constantemente a intenção de homens que macularam as revoluções por seus crimes, ou que as desonraram por suas baixezas. Os numerosos antagonistas deste gênero de escrita o acusaram de despertar rancores ainda recentes, enquanto ele permaneceu particularmente atrelado à celebração das ações generosas e à retraçar as lembranças úteis e, se chegou a lembrar os prejuízos antigos, foi “para evitar outros prejuízos e outras infelicidades”⁸⁴. Os adversários da história contemporânea se reduziam à defender uma causa através de sofismas e repetiam as mesmas acusações que haviam proferido contra ele em diversos momentos. Seus críticos o reprovavam, talvez com animosidade, por ele se erigir em historiador dos desastres franceses. Mas isso acontecia porque seus opositores tinham “horror à verdade, sob pretexto de *patriotismo*. Eu lhes oponho a princípio os sentimentos do judicioso Políbio. ‘Um historiador, disse ele, não é o panegirista da nação; é o juiz das ações e dos fatos’⁸⁵.

⁸² Idem, p. VIII-IX. No original: « [...] devant le grand jury des siècles, qui pèse toutes les réputations dans la balance de l'impartialité ».

⁸³ No original: « Banir, proscrire l'histoire contemporaine (ou redoute son inflexibilité) [...] ».

⁸⁴ Alphonse de Beauchamp. *Histoire des Campagnes de 1814 et de 1815...* Op. Cit. p. VIII. No original: « [...] pour éviter d'autres tort et d'autres malheurs ».

⁸⁵ Idem, p. XIII. « [...] car ils ont horreur de la vérité, sous prétexte de *patriotisme*. Je leur opposerai d'abord les sentiments du judicieux Polybe. ‘Un historien, dit-il, n'est pas le panégyriste d'une nation ; c'est le juge des actions et des faits’ ».

O veto à história contemporânea também havia se imposto sobre assuntos relativos à guerra na Vendéia. Até a Restauração em 1815, nenhum escrito sobre ela teria sido publicado de modo que pudesse esclarecer integralmente os fatos, pois, quanto “mais o governo tendia à tirania, mais as revelações da história eram reprimidas”⁸⁶. Entretanto, como a Restauração teria reaberto as fontes da história, Beauchamp afirmou que podia conceder ao público o quadro detalhado daquela guerra civil. Todavia, o trabalho foi retardado pela publicação de outras obras e também pelo tempo que foi exigido para a comunicação sucessiva de numerosos documentos e materiais particulares que precisavam ser incluídos na narrativa da campanha de 1799 e 1800 e também para o desfecho imprevisto de 1815⁸⁷.

Como uma guerra civil, as narrativas em torno da guerra da Vendéia suscitaram uma guerra também pelo estabelecimento de uma narrativa oficial marcada particularmente pela imagem que a posteridade receberia daqueles acontecimentos. Nesse sentido, Beauchamp considerava que no estado atual da civilização naquele momento, a história era mais do que nunca uma potência, estendendo seu império sobre os homens públicos e nações. Aqueles que pertencessem à fama por suas ações, não deveriam jamais desdenhar suas ordens, pois “os julgamentos da posteridade se compõem da narrativa dos contemporâneos”⁸⁸. Sendo assim, afirmou que abandonar suas leis, sua forma de governo, sua religião, seus costumes, e até mesmo seus preconceitos; ou passar de uma ordem estável à anarquia sem dar nenhum sinal de arrependimento seria para toda uma nação, diante da posteridade o último termo de profanação e degradação. Entretanto, Beauchamp afirmou que todos os revolucionários, regicidas e aqueles que participaram dos massacres e devastações da Vendéia também reclamavam uma herança de suas ações para a posteridade. Uma dessas reclamações vinha seguida de uma crítica à história de Beauchamp, como podemos ver a seguir: “[...] Pode-se negar que nesta História da Vendéia, os Vendéanos e os Chouans não são apresentados como modelos de fidelidade e heroísmo, enquanto nós que lhes vencemos, nós somos traduzidos à posteridade como bandidos?”⁸⁹. Tentativas de controlar o

⁸⁶ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée...*Op. Cit. p. XXIX. No original : « [...] car plus le gouvernement tendait à la tyrannie, plus les révélations de l’histoire étaient étouffées ».

⁸⁷ Idem, p. XXXV.

⁸⁸ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Campagne de 1814...*Op. Cit. p.XXV . No original: « [...] car les jugemens de la postérité se composent du récit des contemporains ».

⁸⁹ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre de la Vendée...*Op. Cit. p. XIX-XX. No original: « [...] Peut-on nier que dans cette Histoire de la Vendée, les Vendéens et les Chouans ne soient présentés comme des modèles de fidélité et d’héroïsme, tandis que nous qui les avons vaincus, nous sommes traduits à la postérité comme des brigands ? ».

conteúdo dessa história, além da descoberta de uma carta do *vendéen* Auguste de La Rochejaquelein dentre seus papéis, teriam levado a difamações combinadas que acabaram levando Beauchamp ao exílio em Reims em 1809, o qual só teve um termo sob a condição expressa de que ele aceitasse “não mais tratar nenhum assunto de nossa história contemporânea”⁹⁰.

Até agora pudemos perceber o quanto a situação política dos historiadores que escreviam história contemporânea na França durante as primeiras décadas do século XIX representou um fator determinante no veto à narrativa produzida por eles. Essa constatação neutraliza, ao menos em partes, a afirmação de Reinhart Koselleck de que as objeções contra a escrita da história do tempo em que se estava vivendo surgiram no fim do século XVIII, não tanto devido à situação política, mas sim como um resultado de uma nova experiência da realidade histórica e de sua reestruturação temporal⁹¹. Ao elaborar sua hipótese a respeito de uma temporalização da história durante a época moderna, em cujo fim (situado entre meados do século XVIII até meados do próximo) se encontraria uma peculiar formação da aceleração do tempo que caracterizaria a nossa modernidade, Koselleck afirmou que poderíamos compreender mais facilmente porque a escrita da história contemporânea, a “crônica do tempo presente”, acabou caindo em desuso em vista de novas exigências para a escrita da história. Sua resposta para essa situação dá-se a partir da constatação de que, em um mundo social onde as alterações se dariam com veemência, as dimensões temporais, nas quais até então a experiência se desenvolvera e acumulara, acabaram deslocando uma à outra⁹².

Diante dessa situação, o registro de uma história do tempo presente foi perdendo cada vez mais eficácia como maneira de representar o passado. No lugar dela, começou-se a exigir que, para obter um conhecimento verdadeiro do passado, era necessário que a distância temporal entre os eventos a serem narrados e aquele que os narrava se tornasse cada vez mais distante. Na esteira desse movimento, a testemunha ocular acabou perdendo seu lugar de destaque, sobretudo quando o passado deixou de ser mantido pela tradição escrita e oral e passou a ser reconstruído a partir de procedimentos críticos. A historiografia do tempo presente também passou a ser desacreditada entre os historiadores profissionais porque passou-se a acreditar que as oportunidades de conhecimento do passado aumentavam proporcionalmente ao distanciamento crescente

⁹⁰ Idem, p. XXII-XXIII. No original: « [...] ne plus traiter aucun sujet de notre histoire contemporaine [...] ».

⁹¹ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado... Op. Cit.* p. 291.

⁹² Idem, p. 59.

no tempo. Dessa forma, a superioridade das testemunhas oculares foi sobrepujada porque a verdade da história só se manifestaria integralmente depois de decorrido certo tempo e, graças ao processo de crítica histórica, ela se apresentaria de forma inteiramente diferente da maneira que os contemporâneos puderam observar ⁹³. A imparcialidade do historiador não se daria mais a partir do apoio nas testemunhas oculares, mas na capacidade que ele deveria ter de controlar os instrumentos críticos necessários para produzir um conhecimento sobre o passado.

De todo modo, Koselleck lança uma hipótese que nos parece plausível, a saber, que a historiografia que tratava da atualidade, do tempo presente, continuou a ser cultivada no início do século XIX, embora tenha deslizado para um gênero inferior, que continuou sendo praticado por jornalistas ⁹⁴. Para Mateus Henrique Pereira, a aproximação entre história do tempo presente e jornalismo não seria fortuita. Apoiando-se nas distinções feitas pelo historiador Jean-Guy Sarkis, ele afirma que o jornalista trabalharia com o evento “quente”, através de um contato direto com o que deveria ser descrito, enquanto o historiador trabalharia com o acontecimento “frio”, quando o fogo da atualidade do evento a ser narrado estivesse apagado ⁹⁵. Poderíamos ir além e afirmar que os historiadores que escreviam história contemporânea no início do século XIX passaram a ter sua prática confundida com a dos jornalistas. Um exemplo flagrante dessa alteração pode ser vista num pequeno extrato biográfico sobre Alphonse de Beauchamp produzido por Antoine Vincent Arnault (1766-1834) ⁹⁶. Para ele, qualquer um poderia perceber, através de uma simples leitura dos títulos de suas obras, que Beauchamp publicava com grande rapidez histórias sobre os assuntos que chamavam a atenção pública (*l’attention publique*). Ele era considerado por Arnault como “o historiador das circunstâncias e mesmo da circunstância”. Não era surpreendente o fato de Beauchamp incorrer em diversos erros devido à rapidez com que produzia suas obras, rapidez que Arnault considerou ser motivo de especulações mercantis ou políticas ⁹⁷.

⁹³ Idem, p. 290.

⁹⁴ Idem, p. 293.

⁹⁵ Mateus Henrique de Faria Pereira. “Algumas considerações sobre história e jornalismo”. In: *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: Edusc, 2009, p. 221-224.

⁹⁶ Arnault havia se aproximado de Napoleão, com o qual partiu em sua expedição ao Egito. Além disso, escolhido por Napoleão para ministro da Instrução Pública durante os Cem Dias e posteriormente fora eleito secretário perpétuo da *Académie Française* em 1833, cargo ocupado até sua morte no ano seguinte.

⁹⁷ Antoine Vincent Arnault. *Biographie nouvelle des contemporains, ou dictionnaire historique et raisonné de tous les hommes qui, depuis la Révolution Française, ont acquis de la célébrité [...]*. Tome Deuxième. B-BEZ. Paris: Librairie Historique, 1820, p. 235. Disponível em

Um dos fatores que poderiam também explicar como os elementos relativos à história contemporânea acabaram migrando para o jornalismo no início do século XIX identifica-se com o veto sofrido pelos jornais e periódicos da época. Um dos testemunhos mais esclarecedores dessa situação pode ser visto no livro publicado pelo jurista francês Jean Guillaume Locré de Roissy (1758-1840) em 1819, o qual relatava as discussões sobre a inclusão da liberdade de imprensa, censura e propriedade literária no Código Civil francês⁹⁸. Segundo ele, o estado das discussões em 1819 determinava que ele tirasse de seu volumoso portfólio os manuscritos que ele então trazia a público. Considerava que os seus escritos poderiam oferecer informações úteis, pois, quando se tratava de questões difíceis e importantes, “o conhecimento da maneira pela qual ela já foi tratada não pode ser desdenhada: ela indica ao menos o ponto de partida”. Por fim, considerava-se isento de julgar as opiniões expressas em seu livro, não se conformando nem como apologista, nem como censor. Para atestar sua imparcialidade, ele afirmou: “Eu sou apenas historiador”⁹⁹.

A respeito da liberdade de imprensa, Locré de Roissy disse que, em geral, convinha deixar cada um desenvolver suas idéias, mesmo que elas fossem extravagantes, característica que poderia ser dada a algumas descobertas importantes quando elas se tornavam conhecidas pela primeira vez. Tais descobertas poderiam perder-se, caso fosse imposto alguns entraves aos seus autores. Segundo ele, não faltavam exemplos sobre este caso. Além disso, afirmou que nada seria capaz de impedir a dispersão de obras contra a religião, caso elas fossem promovidas ao gosto do século, embora esse não fosse o problema naquele momento, pois como aquele século repulsava a loucura e a incredulidade, tais obras deixavam então de oferecer perigo para a ordem estabelecida. Portanto, reclamava a possibilidade de poder escrever livremente sobre a religião, conquanto não se abusasse dessa liberdade para escrever obras contra o Estado. Sobre isso, Locré de Roissy citou o parecer do Conde de Regnault (1761-1819) emitido numa das seções iniciais de discussão sobre a inclusão de alguns pontos no

<<http://books.google.com.br>> (acessado em 24 de março de 2011). No original: « C'est l'historien des circonstances et même de la circonstance ».

⁹⁸ Locré de Roissy foi um dos mais importantes juristas franceses na primeira metade do século XIX. Foi barão do Império, primeiro Secretário Geral do Conselho de Estado sob o Consulado, o Império e durante os Cem Dias, tendo participado ativamente da redação do Código Civil francês promulgado por Napoleão em 1804.

⁹⁹ Jean Guillaume Locré de Roissy. *Discussions sur la liberté de la presse, la censure, la propriété littéraire, l'imprimerie et la librairie, qui ont eu lieu dans le Conseil d'État, pendant les Années 1808, 1809, 1810 et 1811*. Paris : Garnery : H. Nicolle, 1819. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 28 de junho de 2010). Citação no original : « [...] la connaissance de la manière dont elle l'a déjà été n'est pas à dédaigner : elle indique du moins le point de départ ».

Código Civil. Naquela ocasião, Regnault teria afirmado que não era através de livros volumosos que o veneno contra a religião e o Estado dispersava-se rapidamente, mas sim pelas pequenas folhas diárias¹⁰⁰. Tais folhas diárias narravam os acontecimentos do dia, ou da véspera. Os mesmos acontecimentos dos quais se ocupavam os historiadores que produziam *história contemporânea*.

¹⁰⁰ Idem, p. 7-9.

CAPÍTULO 2

Leituras do passado colonial americano na crise dos impérios ibéricos: do Império Português ao Império do Brasil

Da história contemporânea para a história do Brasil

Mas não só da escrita da *história contemporânea* viveu Beauchamp. Ele também dedicou parte de seu tempo a escrever história de um passado mais remoto. Alguns de seus críticos contemporâneos consideravam a *Histoire de la conquête et des révolutions du Pérou* e a *Histoire du Brésil*, publicadas respectivamente em 1808 e 1815, como os seus primeiros títulos literários. Isso porque tais histórias eram e deveriam ser consideradas isentas de espírito de partido, o qual tanto teria acometido o autor em suas outras composições históricas relativas à história contemporânea¹⁰¹. Seu relato sobre a história do Peru foi publicado como o primeiro de uma série de livros que deveriam integrar uma coleção intitulada *Révolutions d'Amérique*. O editor prometia como continuação o relato das revoluções do México, seguida daquelas de Santo Domingo e da América do Norte, embora a coleção não tenha passado do primeiro livro. Segundo o editor, poderíamos encontrar naquele volume o relato dos excessos cometidos pelos espanhóis na América. Em uma passagem de sua história, Beauchamp descreveu um episódio esclarecedor a esse respeito:

[...] Isabel e o virtuoso Las Casas: desde os primeiros tempos da descoberta eles fizeram prevalecer os princípios da religião que lhes inspira tão nobres esforços. [...] Mas a corte de Madri não fez reviver essas máximas de moderação e de humanidade, ao colocar os Peruanos sob o julgo arbitrário e vergonhoso dos conquistadores espanhóis e seus descendentes [...]. Tal era, depois de quase um século, a condição dos Peruanos. Desprovidos de suas riquezas, excluídos dos empregos e honras, pelos quais eles se mostravam insensíveis, todos nasciam e morriam escravos da coroa de Espanha¹⁰².

As crueldades cometidas pelos espanhóis na América já vinham sendo denunciadas na França pelo menos desde quando o abade Raynal (1713-1796) iniciou a publicação de sua *Histoire Philosophique et Politique des Établissements & du Commerce des Européens dans les deux Indes*. Na edição publicada em Haia em 1774,

¹⁰¹ Antoine Vincent Arnault. Op. Cit. p. 234.

¹⁰² Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la conquête et de la Révolution du Pérou...* Op. Cit. p. 172-174. No original: [...] Isabelle et le vertueux Las Casas: dès les premiers temps de la découverte, ils firent prévaloir les principes de la religion qui leur inspira de si nobles efforts. [...] Mais la cour de Madri ne fit revivre ces maximes de modération et d'humanité, que pour soustraire les Péruviens à l'assujétissement arbitraire et vexatoire des conquérans espagnols et de leurs descendans [...]. Tell est, depuis près d'un siècle, la condition des Péruviens. Dépouillés de leurs richesses, exclus des emplois et des honneurs, pour lesquels ils se montrent d'ailleurs insensibles, tous naissent et meurent serfs de la couronne d'Espagne[...].

Raynal relatou os vícios nutridos pela religião e as conseqüências de seu transporte para a América. Constatou que a imagem da natureza bruta e selvagem naquele lugar já estava desfigurada em sua época, tornando-se necessário reunir os tratos que ainda subsistiam já quase desaparecidos, “depois de ter feito conhecer os ávidos e ferozes cristãos, que um infeliz acaso conduziu a princípio naquele outro hemisfério”¹⁰³, os quais teriam exterminado um terço dos indígenas, que Raynal estimou em um milhão antes da chegada dos espanhóis, o que poderia ser atestado por todos os monumentos (*monuments*)¹⁰⁴. Dessa forma, afirmou que “o primeiro instante onde a América foi conhecida pelo resto da terra, foi marcada por uma injustiça [e] a religião e a política foram as duas vias que cobriram esse sistema extravagante de desumanidade”¹⁰⁵.

A leitura da colonização espanhola na América passava a ser descrita cada vez mais como uma história de injustiça que se estendeu por todos os estabelecimentos europeus na América, apoiados pela religião e pela política. Essa leitura seria reforçada por Jean-François Marmontel (1723-1799) em *Les incas, ou la destruction de l'Empire du Pérou*, publicado em 1777. Utilizando-se das narrativas produzidas pelo frade dominicano Bartolomé de Las Casas (1474-1566)¹⁰⁶, Marmontel criticou o despotismo espanhol na América e os acusou de terem destruído aquele império. Desde fins do século XVI, as narrativas de Las Casas sobre os excessos cometidos pelos espanhóis na América vinham sendo utilizadas para questionar o papel de sua Conquista no Novo Mundo. As primeiras publicações de seus escritos fora da Espanha em fins do século

¹⁰³ Guillaume Thomas François Raynal. *Histoire Philosophique et Politique des Etablissemens & du Commerce des Européens dans les deux Indes*. Tome Troisième. La Haye :1774, p. 4. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 4 de novembro de 2011). No original :« [...] après avoir fait connoître les avides & féroces chrétiens, qu'un malheureux hazard conduisit d'abord dans cet autre hémisphere ».

¹⁰⁴ Idem, p. 22.

¹⁰⁵ Idem, p. 27-28. No original: « [...] Ainsi le premier instant où l'Amérique fut connue du reste de la terre, fut marqué par une injustice, présage fatal de toutes celles dont ce malheureux pays devoit être le théâtre. [...] La religion & la politique furent les deux voiles dont on couvrit ce système extravagant d'inhumanité. [...] Les Indiens qu'on attacha, furent dès ce moment des esclaves qui devoient leurs sueurs & leur sang à leurs maîtres. Cette horrible disposition fut suivie depuis, dans tous les établissemens du nouveau monde ». (Grifo meu)

¹⁰⁶ Na segunda metade do século XVIII alguns historiadores e eruditos começaram a desqualificar a credibilidade das testemunhas oculares que teriam presenciado o início da colonização espanhola na América. Segundo Jorge Cañizares-Esguerra, uma “nova arte de ler” apareceu na Europa nesse período. Diferente da leitura clássica renascentista, essa nova leitura argumentava ser necessário julgar as testemunhas por sua consistência interna (*internal consistency*) e compará-las a outros tipos de fontes não-escritas. No contexto historiográfico francês, esse debate dividiu eruditos ligados principalmente à *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, fomentadores dessa “nova arte de leitura” e historiadores filósofos que a desprezavam. Marmontel fazia parte desse último grupo e contribuiu de forma decisiva para a crítica ao despotismo português e espanhol praticado na América, o que ocasionou a censura de suas obras pelo Index espanhol em 1790. Cf. Jorge Cañizares-Esguerra. *How to write the history of the New World? Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: SUP, 2001, p. 12-13.

XVI apresentavam títulos como *Tiranias e crueldades que os espanhóis fizeram nas Índias Ocidentais* ou *História admirável dos horrores, insolências, crueldades e tiranias exercidas pelos espanhóis*, e eram utilizadas por franceses, holandeses e ingleses como uma forma de disseminar as denúncias de Las Casas às barbáries cometidas pela Coroa Espanhola¹⁰⁷. Marmontel afirmou que “nunca a história traçou nada de mais tocante e terrível do que as tristezas do novo mundo no livro de Las Casas”¹⁰⁸. Beauchamp chegou a produzir um extrato biográfico de Las Casas, publicado na edição de 1813 da sua *Biographie des jeunes gens*¹⁰⁹.

Apesar das obras que já haviam sido publicadas a respeito da colonização espanhola na América, o editor da obra de Beauchamp argumentou que aqueles eventos haviam sido tratados de forma parcial e difusa por historiadores espanhóis, e de maneira incompleta e superficial por outros escritores do século XVIII. Sua narrativa diferiria das anteriores por se apoiar em fontes autênticas e originais (nunca citadas) e também pelo confronto de testemunhos históricos¹¹⁰. Por fim, enfatizou que naquele momento tudo fazia pressentir que América era chamada a novos destinos, e que estava prestes a tornarem-se proféticas as palavras de um dos seus últimos reis, Luís XVI: “*l’Europe finit et l’Amérique commence*”¹¹¹.

Essa sensação de esgotamento da história européia foi reproduzida por vários autores no fim do século XVIII, particularmente aqueles que emigraram da França (voluntariamente ou não) como chegou a ser o caso de Alphonse de Beauchamp. A América foi destino de alguns deles: Chateaubriand, que partiu para o Novo Mundo em 1791 e retornou no início de 1792, publicou suas impressões a respeito daquela viagem em 1797 no seu *Essai historique*. Constantin-François de Volney (1757-1820) também encontrou refúgio na América durante os primeiros anos da revolução na França. Publicou o relato daquela viagem, que durou cerca de três anos, em 1803, dando o título *Tableau du climat et du sol des États-Unis*. Nessa ocasião, Volney declarou que

¹⁰⁷ José Alves de Freitas Neto. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 212.

¹⁰⁸ Jean-François Marmontel. *Les incas, ou la destruction de l’Empire du Pérou*. Tome Premier. Paris : Lacombe, 1777, p. XI-XIII. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 6 de julho de 2009). No original : « Jamais l’histoire n’a rien tracé de plus touchant, de plus terrible, que les malheurs du nouveau monde dans le livre de Las-Casas [...] ».

¹⁰⁹ Alphonse de Beauchamp. *Biographie des Jeunes Gens, ou vies des grands hommes qui, par leurs vertus, leur génie et leurs actions héroïques, sont dignes d’être proposés pour modèles à la Jeunesse*. Tome Troisième. Paris : Alexis Eymery, 1813. pp. 1-24. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 30 de abril de 2008).

¹¹⁰ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la conquête et de la Révolution du Pérou...* p. 6.

¹¹¹ Idem, p. 7-8.

quando embarcou em Le Havre em direção aos Estados Unidos, fugia do “desgosto e da indiferença” ocasionados, segundo ele, por injustiça e perseguição. “Triste pelo passado, inquieto com o futuro”, ele foi buscar num povo livre “um asilo de paz cuja Europa não lhe oferecia mais a esperança”¹¹². O paradoxo entre os princípios revolucionários e sua prática aumentava a descrença em relação ao futuro da França, situação que fazia acelerar cada vez mais a sensação de decadência e ruína da própria Europa¹¹³. Neste contexto, a América começou a desempenhar um importante papel de salvaguarda daquele futuro, um novo começo. Ao avaliar seu *Tableau* sobre os Estados Unidos, Volney traçou um paralelo bastante esclarecedor entre o Novo e o Velho Mundo:

[...] tal foi o resultado de minhas observações e reflexões, que considerando de uma parte a perspectiva tempestuosa e sombria da França e da Europa inteira; as probabilidades de guerras longas e irredutíveis devido à luta elevada entre os preconceitos em declínio e as luzes crescentes; entre os despotismos envelhecidos e os jovens libertos insurgentes;... por outro lado, o futuro pacífico e agradável dos Estados Unidos, devido à imensa extensão de terras a povoar; da facilidade de tornar-se proprietário, da necessidade e dos ganhos do trabalho, da liberdade das pessoas e da indústria, da benignidade do Governo [...].¹¹⁴

Entretanto, a grande maioria desses relatos sobre a América acabou se conformando em relatos de viagens, e quase nenhum deles falava sobre a América Portuguesa. Dessa forma, o grande mérito de Beauchamp estaria no fato de ele ter decidido escrever uma história e, além disso, uma história do Brasil. Acabou se transformando num dos grandes responsáveis no início do século XIX por mostrar ao público francês como a América Portuguesa despontava como uma nação que começava a trilhar o mesmo caminho das outras nações consideradas civilizadas. Quando veio a publicá-la, afirmou que nenhuma história geral e completa do Brasil havia ainda aparecido, não somente em língua francesa, mas também em outra língua da Europa.

¹¹² Constantin-François Chasseboeuf de Volney. *Tableau du climat et du sol des Etats-Unis d'Amérique, suivi d'éclaircissements sur la Floride, sur la colonie Française au Scioto, sur quelques colonies Canadiennes et sur les Sauvages*. Tome Premier. Paris : Courcier ; Dentu, 1803, p. I-II. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 11 de outubro de 2010). No original : « Triste du passé, soucieux de l'avenir [...] ; un asyle de paix dont l'Europe ne lui offrait plus l'espérance ».

¹¹³ Jean Ehrard. « L'histoire revisitée par la Révolution. Condorcet et Volney ». In : *Mélanges de l'École Française de Rome*. Italie et Méditerranée. T. 108, n° 2. 1996 ; Jean Leclant. « La modification d'un regard (1787-1826) : du *Voyage en Syrie et en Égypte* de Volney au Louvre de Champollion ». In : *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 131^e année, N. 4, 1987. Ambos disponíveis em <<http://www.persee.fr>> (acessados em 3 de fevereiro de 2011).

¹¹⁴ Constantin-François Chasseboeuf de Volney. *Tableau du climat...* Op. Cit. p. II-III. No original: « [...] et tel fut le résultat de mes observations et de mes réflexions, que considérant d'une part la perspective orageuse et sombre de la France et de l'Europe entière ; les probabilités de guerres longues et opiniâtres, à raison de la lutte élevée entre des préjugés au déclin et des lumières croissantes ; entre des despotismes vieillissés et de jeunes libérés insurgentes ; ... d'autre part, l'avenir pacifique et riant des États-unis, à raison de l'immense étendue des terres à peupler ; de la facilité à devenir propriétaire ; de la nécessité et des profits du travail ; de la liberté des personnes et de l'industrie ; de la douceur du Gouvernement [...] ».

Sobre o Brasil havia apenas informações vagas, incompletas e inexatas: ao invés de um corpo de história, possuíam-se apenas relatos de viagens e fragmentos históricos. Por isso, afirmou que a obra que concedia ao público era um tipo de criação e, portanto, teria ao menos o mérito de novidade. Chamou a atenção para o fato de que a história de um país tão pouco conhecido não deveria ser tratada como a história de um país da Europa, cujos costumes, usos, instituições e leis já haviam sido objeto de uma grande quantidade de observações, pesquisas, memórias e obras já publicadas. Enquanto na França os fatos coletados apenas deveriam somar aos que já existiam, em relação à história do Brasil nada deveria ser omitido, de modo que se pudesse conceder um conhecimento exato dos homens e coisas. Considerou necessário “pintar ao mesmo tempo Portugal e a América Portuguesa, retrazar as características dos Portugueses e os costumes dos Brasileiros, todavia sem perder de vista que Portugal deveria desempenhar apenas um papel acessório e episódico”¹¹⁵. Segundo ele, era necessário também acrescentar às noções já desenvolvidas e aos documentos da história, todas as luzes dos viajantes e dos geógrafos, para que “o leitor pudesse formar uma idéia justa do crescimento progressivo, das relações extensas e da grandeza comparativa do Brasil e de Portugal”¹¹⁶.

Ao coordenar todas as matérias disponíveis para produzir o terceiro e último volume de sua história do Brasil, Beauchamp afirmou que sentiu necessidade de colocá-lo ao nível das pesquisas que tinham completado a primeira parte de sua obra, além de fortalecer, a partir de informações recentes e autênticas, os capítulos destinados à fazer conhecer de uma maneira positiva o estado atual do Brasil. Enquanto trabalhava na composição de sua história, disse que obteve conhecimento de que o mineralogista inglês John Mawe (1764-1829) havia conseguido autorização do príncipe regente de Portugal para explorar o interior do Brasil. Embora a relação de sua viagem (publicada em 1812 e intitulada *Viagem ao interior do Brasil*¹¹⁷) fosse nula do ponto de vista histórico, ela seria rica em fatos sobre a topografia e o estado atual do Brasil, além de ser incontestavelmente a notícia mais recente e verdadeiramente original sobre aquele

¹¹⁵ Alphonse de Beauchamp. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810*. Tome Premier. Paris : Alexis Eymery, 1815. No original: « [...] de peindre à la fois le Portugal e l'Amérique Portugaise, de retracer le caractère des Portugais et les moeurs des Bresiliens, sans perdre de vue toutefois que le Portugal ne devait jouer qu'un rôle accessoire et épisodique [...] ».

¹¹⁶ Idem. p. VI-VIII. No original: « [...] pour que le lecteur pût se former une idée juste de l'accroissement progressif, des relations étendues et de la grandeur comparative du Brésil et du Portugal ».

¹¹⁷ John Mawe. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the Prince regent of Portugal, including a voyage to the Rio de la Plata, and an historical sketch of the revolution of Buenos Ayres*. London: Longman, 1812.

lugar. Segundo Beauchamp, na França existia apenas um exemplar do relato da viagem de John Mawe, o qual lhe foi comunicado por Alexander von Humboldt (1769-1859), que neste momento já era considerado um dos maiores conhecedores dos assuntos americanos, particularmente em relação à história natural do continente ¹¹⁸. Além disso, afirmou que seria culpado de ingratidão caso não reconhecesse a ajuda de outros literatos, não menos estimáveis, como René-Jean Durdent (1776-1819), que colaborou, assim como ele, com artigos para a *Biographie Universelle* dos irmãos Michaud, além de ter contribuído com alguns artigos para a *Biographie des jeunes gens* do próprio Beauchamp. Crê-se que Durdent teria deixado manuscrita uma história da Vendéia ¹¹⁹.

Além dos nomes já citados, Beauchamp também agradecia ao historiador italiano Carlo Botta (1766-1837) pelos esclarecimentos e conselhos que lhe foram concedidos. Segundo Arnaldo Momigliano, Botta era considerado um dos três historiadores italianos mais importantes do início do século XIX ¹²⁰, ao ponto de seus contemporâneos chegaram a conceder-lhe a alcunha de *Tácito da Itália* ¹²¹. Sua história sobre a guerra da Independência dos Estados Unidos, publicada originalmente no italiano em 1809, foi logo traduzida para o francês em 1812 por Charles-Louis de Sevelinges (1768-1831), também conhecido por ser um dos tradutores das obras de Goethe na França, além de ter também contribuído com alguns artigos para a *Biographie Universelle* dos irmãos Michaud. Na introdução que escreveu para a história de Botta, Sevelinges afirmou que a independência das colônias da Inglaterra no continente americano era, sem contradição, um dos eventos mais memoráveis do século XVIII depois da Revolução Francesa. Afirmou que, como historiador, Botta teve a lealdade de indicar todas as obras que consultou para tornar sua história o mais completa possível. Algumas histórias já publicadas sobre o mesmo assunto ofereciam detalhes interessantes enquanto outras, por terem sido escritas muito próximas dos personagens e dos fatos, continham alguns erros que Sevelinges considerava perigosos. Para ele, “era necessário que um historiador tome certa distância dos homens que ele

¹¹⁸ Lúcia Ricotta. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

¹¹⁹ *Biographie universelle (Michaud) Ancienne et Moderne*. Tome Douzième. Paris : Madame C. Desplaces, 1855, p. 90-92. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 24 de março de 2011). Durdent havia sido aluno de David, tendo dedicado grande parte do seu tempo à pintura. Era considerado uma enciclopédia viva, motivo pelo qual atraía a atenção de diversos livreiros parisienses.

¹²⁰ Arnaldo Momigliano. “Tácito e a tradição taciteana”. Op. Cit. p. 183.

¹²¹ François-Xavier de Feller. *Biographie universelle ou Dictionnaire Historique des hommes qui se sont fait un nom par leur génie, leurs talents, leurs vertus, leurs erreurs ou leurs crimes*. Tome II. Paris : J. Leroux, Jouby et Ce, 1848, p. 135. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 15 de abril de 2011).

queira pintar e das ações que ele queira descrever”. Botta teria se posicionado a uma distância razoável para poder escolher com discernimento (*discernement*) os materiais que ele havia reunido ¹²². A distância tomada em relação aos eventos narrados explica também porque os contemporâneos de Beauchamp consideraram a *Histoire du Brésil* uma de suas primeiras obras realmente históricas, pois as condições de imparcialidade aumentavam não só com a distância geográfica, mas também temporal, diferente dos viajantes, que presenciaram aquilo que narrava. Cabia ao historiador verificar, a partir da comparação com outras versões de um mesmo relato, a veracidade daquele tipo de narrativa.

Apesar de Beauchamp ter afirmado que sua obra era ao mesmo tempo histórica, política, descritiva, geográfica, militar e comercial, a ênfase era dada à história política e militar, enquanto as outras qualidades apenas representavam um pano de fundo para aquelas que deveriam desempenhar um papel mais importante. Dividida em três volumes, os dois primeiros traziam uma gravura no frontispício relacionado a um episódio específico narrado naquele volume: no primeiro, podemos ler na legenda que a gravura se refere à chegada do primeiro Governador Geral Tomé de Souza ao Brasil, no segundo, a legenda diz que “o Oceano é o único túmulo digno de um almirante batavo”¹²³, remetendo-se a um episódio do confronto entre as frotas portuguesa e holandesa na costa do Brasil. O terceiro volume trazia uma carta geográfica que demonstrava o território compreendido pela América Portuguesa no início do século XIX, pois era importante também que o leitor tivesse uma idéia do teatro dos acontecimentos.

Ao estampar duas gravuras, remetendo-as a episódios específicos de seu relato historiográfico sobre o Brasil, Beauchamp fixou a história também em imagem, fazendo uso de duas possibilidades que o historiador podia ainda reclamar no início do século XIX – imagem e narrativa. Herdada dos historiadores da Antiguidade, Beauchamp demonstrava que história podia ser transmitida de uma forma ou de outra ¹²⁴. Apesar de a *Histoire du Brésil* ter como objeto de representação um passado mais remoto, diferente das outras histórias relativas a eventos contemporâneos que Beauchamp estava

¹²² Charles Botta. *Histoire de la Guerre de l'Indépendance des États-Unis d'Amérique*. Traduite de l'Italien, et précédée d'une introduction par M. L. De Sevelinges. Tome Premier. Paris : J. G. Dentu, 1812, p. I-II. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 22 de março de 2011). No original: « [...] Il faut qu'un historien soit à une certaine distance des hommes qu'il veut peindre et des actions qu'il veut décrire ».

¹²³ No original: « L'Océan est le seul tombeau digne d'un Amiral Batave ».

¹²⁴ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado...* Op. Cit. p. 21.

acostumado a escrever, sua estrutura tinha como eixo principal os acontecimentos daquele momento, ou seja, a transmigração da Corte para o Brasil em 1808 e as conseqüências daquele acontecimento para a história do Império Português, com grande acento para o lugar ocupado pelo Brasil naquele momento. Dessa maneira, a estrutura narrativa dessa história não se diferencia muito das outras publicadas por Beauchamp e, assim como as outras, um dos principais artifícios utilizados para sua composição evoca a organização da história a partir das características de uma historiografia aditiva ¹²⁵. Basta observar, por exemplo, a seqüência das edições publicadas da *Histoire de la Campagne de 1814 et 1815*: 1815, 1816, 1817. Apesar de se referir aos mesmos eventos, a cada publicação eram acrescentados novos dados que foram surgindo com o passar do tempo. Atente-se também para a mudança de cronologia da primeira edição da *Histoire de la guerre de la Vendée* publicada em 1806 para a quarta edição, publicada em 1820: na primeira, a cronologia estende-se até 1800, enquanto na última edição ela estende-se até 1815. No caso da *Histoire du Brésil*, ela foi dividida em três volumes e 44 livros. No início de cada livro foi fixada uma relação de datas – na maioria das vezes décadas – que definiam o quadro a ser narrado ¹²⁶.

A organização das histórias de Beauchamp a partir dessa estrutura pressupõe que um presente contínuo deveria ser enriquecido com os fatos do passado, o qual sofre uma espécie de alargamento que origina um espaço de experiência da história homogêneo e constante. Numa historiografia cumulativa, dominada pela cronologia, o tipo de periodização estabelecida não remetia às novidades trazidas com o passar do tempo, mas sim aos novos dados proporcionados pelo passado, acumulando-se assim uma experiência adquirida a partir dele. No caso da *Histoire du Brésil*, este passado era o passado português, mas com ênfase na narrativa dos sucessos acontecidos na América Portuguesa ¹²⁷. Podemos encontrar outros casos de historiadores que mobilizaram essa historiografia aditiva em seus relatos historiográficos no mesmo período, como foi o caso da continuação da célebre *Histoire des Révolutions de Portugal* do Abade René-

¹²⁵ Idem. p. 276-277.

¹²⁶ Por exemplo, o primeiro livro tem como limites cronológicos as datas 1139-1499. Esses limites cronológicos na *Histoire du Brésil* sofre variações, podendo comportar desde séculos, como no caso acima relatado, ou mesmo décadas, o que é mais comum quando se passa para a narrativa da história do Brasil a partir de 1500.

¹²⁷ Guillermo Padilla Zermeño. “História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850”. In: *Almanack Braziliense*, nº 07. Maio 2008. p. 7. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/almanack>> (acessado em 16 de janeiro de 2010).

Aubert Vertot ¹²⁸ em 1809, pelo refugiado francês na Inglaterra Pierre-Marie Louis de Boisgelin de Kerdu (1758-1816), que trazia ao fim, em forma de anexo, uma breve descrição do estado atual do Brasil ¹²⁹.

Basta ser lida como história de Portugal

Quando publicada, a *Histoire du Brésil* de Beauchamp fora imediatamente lida por portugueses e americanos, e caiu nas graças particularmente daqueles que consideravam o Brasil como a possibilidade do Império português recuperar seu espaço entre as potências européias. Esse tipo de recepção da obra de Beauchamp pode ser demonstrado a partir de uma nota inserida no *post-scriptum* do artigo intitulado *Estados Unidos da America. Conjecturas politicas das vistas, que parece ter o Governo Americano sobre a Revolução Hespanhola, com algumas applicaçoes aos destinos do Brazil*, publicado no *Investigador Portuguez na Inglaterra*, em dezembro de 1815. Este artigo prognosticava que os Estados Unidos, que havia um dia recebido leis da Europa, passaria a ditar-lhes um dia segundo a “ordem da natureza”. Conjeturavam sobre as mútuas vantagens que poderiam se estabelecer entre Brasil e Estados Unidos, caso a sede da monarquia portuguesa permanecesse para sempre na América: unidas, “ter[iam] uma força incoquistável, e defender[iam] a sua independência e comércio contra quaisquer tentativas, que os ciúmes Europeus pretender[iam] algum dia fazer em prejuízo da soberania e da superioridade do Novo Mundo”. É verdade, afirmaram os editores do periódico, que não havia um só português que não suspirasse pelo retorno de D. João VI para o reino. Porém, os interesses comuns da monarquia e da “glória Portuguesa” exigiam o sacrifício de vantagens particulares em prol da “independência de fortuna das possessões de ambos os mundos” ¹³⁰.

Ao fim do artigo, os editores do periódico traziam à tona a sensação de esgotamento da Europa e a idéia da América como um novo começo, ao lembrarem o

¹²⁸ Vertot publicou sua história de Portugal originalmente em 1690 sob o título de *Histoire de la Conjuración du Portugal*.

¹²⁹ Louis de Boisgelin. *Histoire des Révolutions de Portugal, par L'Abbé de Vertot, continuée jusqu'au temps présent, enrichie de Notes Historiques et Critiques, d'une Table Historique et Chronologique des Rois de Portugal, et d'une Description du Brésil*. R. Juigné, 1809. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 2 de dezembro de 2010).

¹³⁰ “Estados Unidos da America. Conjecturas politicas das vistas, que parece ter o Governo Americano sobre a Revolução Hespanhola, com algumas applicaçoes aos destinos do Brazil”. In: *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.* Numero LIV (No. 2, Vol. XIV). Londres: T. C. Hansard, Dezembro de 1815. pp. 217-219

estado de decadência que assolava o reino de Portugal, bem como o lugar que o Brasil deveria assumir na conjuntura do Império português naquele momento:

As forças físicas do novo mundo são intrinsecamente superiores às da Europa, e só lhes falta o desenvolvimento progressivo, que o tempo de necessidade lhes há de dar. Em uma palavra, o novo mundo pode passar sem a Europa. (...) Assim que o trono português passou o Atlântico, ganhou uma independência, que já ninguém no mundo (com tanto que lá se conserve) é capaz de lhe roubar. (...) Sim, as descobertas de Cabral devem dar ao trono Português uma base indestrutível, e que de hoje em diante zombe para sempre de todas as futuras ambições Européias. *O Brasil poderá em todos os tempos, e em todas as hipóteses, defender a integridade e a independência de Portugal; porém Portugal, como centro da Monarquia, não poderá em muitas hipóteses defender-se a si, nem o Brasil (...)*¹³¹.

Para os editores do periódico, o parágrafo com o qual Alphonse de Beauchamp encerrou o terceiro e último volume da sua história do Brasil parecia-lhes análogo às idéias que acabavam de descrever. Na sua tradução transcrita ao fim do artigo, eles ressaltavam as notícias de Beauchamp acerca da emigração de D. João VI para o Rio de Janeiro, uma situação que concedia à América Portuguesa grandes esperanças, ao mesmo tempo em que o Império ali fundado parecia escolhido providencialmente para cumprir o destino tão desejado para Império português, pois “o Brasil [era] o local da energia de uma nação ressuscitada, [e] Lisboa já parecia pouco brilhante e muito precária para cumprir tais desígnios”. Ao concluir o artigo, os editores diziam o seguinte: “Ora, se até os estranhos nos estão dando tão úteis lições, e nos traçam a estrada da Independência, da Fortuna, e da Glória, será possível que nós as desprezemos? Não: *O quinto Império, profetizado pelas nossas Sybilas, está a ponto de realizar-se [...]*”¹³².

É importante salientar a importância que os periódicos tiveram nas discussões a respeito dos problemas enfrentados por Portugal no início do século XIX. Desde a instalação da Corte portuguesa na América, ocorriam manifestações por parte de portugueses do Reino e de exilados através de publicações importantes que discutiam a situação política daquele momento, a partir das quais expressavam o desejo do retorno de D. João à Europa. Dentre estes periódicos estariam *O Investigador Português*, *O Português* e *o Campeão Português*¹³³. Entretanto, *O Investigador* defendia que o retorno de D. João VI para o Reino poderia ser sacrificado, desde que fosse para manter

¹³¹ Ibidem. (Grifo nosso).

¹³² Ibidem.

¹³³ Cristiane Alves Camacho dos Santos. *Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010, p. 44-45.

a monarquia e a glória portuguesa. Certamente, a transferência e o funcionamento da Corte no Brasil a partir de 1808 acentuaram a noção de que cada vez mais uma possível restauração de Portugal, em vista da percepção da decadência da qual emergia, se tornava um plano de difícil realização. O Brasil passava a ser considerado como um lugar privilegiado para os planos de uma regeneração e restauração do passado glorioso de Portugal: desde então passava a representar a sede da monarquia portuguesa *ressuscitada*. As palavras inaugurais da *Histoire du Brésil* de Beauchamp já deixavam isso bem claro:

As expedições marítimas e a história dos estabelecimentos dos Portugueses na Índia relembram sua antiga glória; mas esse grande e belo episódio de seus anais coloca sob os olhos *o triste quadro da decadência de sua potência e de sua monarquia*. Um mais vivo interesse acompanha a história da origem das vicissitudes, dos progressos de seus estabelecimentos no Brasil, da fundação e do desenvolvimento prodigioso deste novo império do hemisfério austral, *hoje o seio da potência portuguesa ressuscitada* e o centro de seu comércio e de suas riquezas ¹³⁴.

Essa história foi imediatamente traduzida em Portugal a partir de 1817, na oficina tipográfica de Desidério Marques Leão. Além dele, outras pessoas estiveram envolvidas nessa tradução: Pedro José Figueiredo, responsável pelas anotações e correções da obra e Pedro Ciryaco da Silva, que teria traduzido, apesar de seu nome não constar no frontispício. Este último ainda traduziu e publicou em 1822 *Les ruines* de Volney, também na tipografia de Marques Leão ¹³⁵. O trabalho dos letrados portugueses ligados à Marques Leão, que publicavam traduções ou obras inéditas, girava em torno de um esforço para colocar em prática o projeto da regeneração portuguesa. Isso pode ser percebido a partir dos anúncios das obras editadas por Marques Leão em 1822. O primeiro noticiava a publicação da *Historia Chronologica, dos sucessos mais notaveis, que tem acontecido no Mundo desde a época da Revolução Franceza até aos nossos dias; narrando-se mais particularmente os de Portugal, e Brazil tanto antes como depois da Regeneração Portugueza*. A segunda é o anúncio da tradução que Pedro Cyriaco da Silva fez da obra de Volney. Ela era uma combinação das diversas edições

¹³⁴ Alphonse de Beauchamp. *Histoire du Brésil*...Op. Cit. p. iii. No original : « Les expéditions maritimes et l'histoire des établissemens des Portugais dans l'Inde rappellent leur ancienne gloire ; mais ce grand et bel épisode de leurs annales remet aussi sous les yeux *le triste tableau de la décadence de leur puissance et de leur monarchie*. Un plus vif intérêt accompagne l'histoire de l'origine des vicissitudes, des progrès de leurs établissemens au Brésil, de la fondation et du développement prodigieux de ce novel empire de l'hémisphère austral, *aujourd'hui le siège de la puissance portugaise ressuscitée* et le centre de son commerce et de ses richesses ». (Grifos meus).

¹³⁵ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Sexto. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862, p. 401. Essa tradução portuguesa concorreu ainda com a inacabada tradução realizada no Brasil em 1819 pelo Padre Ignacio Felizardo Fortes.

francesas que já haviam sido publicadas, tendo Cyriaco da Silva aplicado “a doutrina expandida por este grande Publicista, à gloriosa e sempre memorável Regeneração Portuguesa, e ao Estado Politico da Europa”¹³⁶.

A tradução portuguesa da história de Beauchamp saiu em 11 volumes. Do primeiro ao sexto, sua história foi traduzida integralmente, com notas que alertavam para os possíveis erros cometidos pelo historiador francês. Do sétimo ao décimo primeiro volume, os tradutores decidiram continuar a história de Beauchamp a partir da data em que este encerrou sua obra: 1810. Quando, em 1819 se empreendeu o projeto de continuação daquela história, Marques Leão recorreu novamente às benesses do príncipe do Brasil, Dom Pedro de Alcântara, para que ele patrocinasse a continuação como havia feito anteriormente em relação à tradução¹³⁷. Em 1823, Marques Leão justificou a continuação da história de Beauchamp afirmando que, embora pudesse relevar o fato de a história original ter alguns defeitos, os quais foram relatados no prólogo da tradução, tal obra “tinha em si a insuficiência de não passar além do ano de 1810”. Tal era a razão de no prólogo do tomo VII e o primeiro da continuação da história de Beauchamp, ter apontado para os leitores que o novo assunto a ser tratado tinha como objetivo o relato da notícia exata do território do Brasil e também “[...] do império Português, transferido ali desde fins do ano dito 807 até o de 819, em cujo tempo se imaginava ser esta a sua extensão, por ser vedado aos humanos o descortinar futuros, ciência reservada aos profetas, e alheia sempre da pena do historiador”¹³⁸.

¹³⁶ *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal. Ministro secretario d'Estado d'El Rei D. Joze I. Com o epítome da vida deste ministro e ornado do seu retrato.* Tomo II. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão, 1822, p. 277-280.

¹³⁷ *Historia do Brazil, desde 1807 até ao presente; originalmente composta em Portuguez para servir de construção à que se publicou vertida do Francez. Oferecida a S.A.R. O Sereníssimo Senhor D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real. Tomo VII.* Lisboa: Na Impressão de J.B. Morando, 1819. Marques Leão se dirigia ao príncipe nos seguintes termos:

“Senhor,

Aquele mesmo que tomou a ousadia de oferecer a v. A. a História do Brasil traduzida do Francês em Português, com as boas esperanças de ser patrocinado atreve-se segunda vez a valer-se da Autoridade, e Proteção de V. A., dedicando-lhe a continuação desta mesma Historia. A muita benignidade de V. A., e o ânimo favorável, e patrocinador, que mostra a respeito das letras, é que o meu a obrá-lo. A oferta é muito pequena, mas julgo que a boa e sincera intenção de quem não pode fazer mais servirá de desculpa. Ao mesmo tempo que suplico a V.A. queira magnanimamente patrocinar a obra, se digne perdoar-me o oferecer-lha sendo insufficiente.

Deus seja servido por muitos anos conservar a V. A. a estimável vida para amparo dos bons portugueses.
A.V. V.

B. as R. M.

Desidério Marques Leão”.

¹³⁸ *Historia do Brazil, desde 1807 até o presente; originalmente composta em portuguez para servir de continuação à que se publicou vertida do francez.* Tomo IX. Lisboa: Typ. Desiderio Marques Leão, 1823, p. V-VI.

Ao fazer uma espécie de balanço da *Histoire du Brésil*, assim como chamar a atenção para sua importância tanto para o Brasil quanto para Portugal, Marques Leão disse que, se haviam falhas naquela história, elas deviam-se ao fato de o autor estar no estrangeiro e de não poder desfrutar de recursos facultados a um nacional. Desculpava-se até mesmo a falta de prolixidade em relação às notícias dos últimos quatro anos de sua história. Segundo Marques Leão, isso se deu devido à pressa que Beauchamp teve em “presentear os Portugueses, e o mundo culto com uma história sem contradição original, e a primeira até àquele tempo mais bem coordenada, e interessante particularmente aos Portugueses [...]”¹³⁹. O fato de o historiador francês ter conseguido extrair de notícias vagas, inexatas e incompletas um material suficiente para produzir uma história do Brasil, “talvez a mais importante obra que há saído debaixo de sua pena esclarecida”¹⁴⁰, o tornava um autor digno de ser traduzido. A tradução da história do Brasil de Beauchamp em Lisboa a partir de 1817, bem como a vinda da – doravante denominada – comissão artística francesa para o Brasil em 1816, demonstram talvez que o rancor dos portugueses pelos franceses, em vista das conseqüências deflagradas pelas invasões napoleônicas na península ibérica, havia sido apaziguado¹⁴¹.

De todo modo, poderíamos nos perguntar qual seria a justificativa para um grupo de portugueses se interessarem por uma história do Brasil, publicada por um francês, em meio ao contexto de crise que envolvia naquele momento Brasil e Portugal? Somente a constatação de que Portugal poderia regenerar sua história no Brasil permitiria que Marques Leão afirmasse que a *Histoire du Brésil* de Beauchamp “basta [ria] ser lida como História de Portugal para ser lida com gosto”¹⁴². Além disso,

¹³⁹ Idem, p. VI-VII.

¹⁴⁰ Idem, p. VIII-IX.

¹⁴¹ Lilia Moritz Schwarcz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. As referências e gravuras da *Histoire du Brésil* de Alphonse de Beauchamp utilizadas por Lilia Schwarcz foram retiradas da tradução portuguesa. Sobre as relações entre Brasil e França, ver também: Mario Carelli. *Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus, 1994.

¹⁴² *Historia do Brazil, desde 1807 até ao presente; originalmente composta em Portuguez para servir de construção à que se publicou vertida do Francez. Oferecida a S.A.R. O Sereníssimo Senhor D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real*. Tomo I. Lisboa: Na Impressão de J.B. Morando, 1817. p. XII. O fato de a história do Brasil ser lida como história de Portugal implica também compreender que, apesar dos colonos portugueses na América se reconhecerem, por exemplo, como paulistas, pernambucanos ou baianos, em última instância eles eram reconhecidos como portugueses. Portanto, apesar da história de Beauchamp narrar os fatos acontecidos no Brasil, ela deveria ser submetida aos quadros da história portuguesa. Cf. João Paulo G. Pimenta e István Jancsó. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000, pp. 129-175; István Jancsó. “Independência, Independências”. In: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 18.

afirmou que os portugueses não possuiriam uma história tão bem organizada se Beauchamp não tivesse tanto esmero em seus trabalhos. Foi necessário que um historiador francês quisesse enriquecer os portugueses com admirável obra, mesmo que na época de sua produção a França lhe ofertasse matérias ainda mais importantes para a composição de semelhante natureza histórica. Além do mais, o fato de Beauchamp ser francês era irrelevante, pois, segundo Marques Leão, “a pátria do sábio, ou de qualquer outro prudente escritor é o mundo inteiro, onde se comunicam os conhecimentos humanos pelos escritores, ou suas obras, que a todos são comuns [...]”¹⁴³.

De acordo com sua interpretação da *Histoire du Brésil*, Marques Leão considerou que algumas passagens contidas nela assemelhavam-se em grande medida a algumas idéias que o abade Raynal havia desenvolvido em sua *Histoire Philosophique et Politique*:

Pode muito bem ser que religioso imitador da dicção amena e corrente do insigne abade Raynal, de quem repete linhas inteiras, o quisesse desse jeito imitar em sua filosófica imparcialidade. Os fatos que este sapientíssimo historiador havia já de longo tempo referido, sendo os mesmos que Mr. de Beauchamp tinha a inserir na sua história, não será estranho que, ao servir-se deles, lhe escapassem alguns vocábulos daquele filósofo, visto o não duvidar de traduzir literalmente certas passagens de muitos dos escritores, de que nos dá uma lista em seu prefácio; e aonde é de maravilhar não apareça Raynal, que a mui justo título devera ocupar a sua frente.¹⁴⁴

A comparação entre Raynal e Beauchamp não era, de todo modo, fortuita. Apesar das possíveis disparidades existentes entre os dois, ambos passavam a valorizar o espaço de experiência histórica da América Portuguesa em detrimento do reino de Portugal. Raynal foi um típico *philosophe de l'histoire* que dificilmente se arrogava à originalidade. Frequentador dos salões parisienses, sua obra pode ser considerada uma compilação das idéias que circulavam naqueles lugares. Se considerada uma empresa coletiva dos principais representantes da República das Letras, “seu *opus* é um termômetro para a filosofia da história que reinava em toda a parte”¹⁴⁵. Apesar das rígidas críticas levantadas contra sua história, e das tentativas de fazer calar o “profeta da crise” através da censura, sua obra foi lida com grande avidez nos dois lados do Atlântico, de modo que não seria errôneo afirmar que Beauchamp ao menos tinha ouvido falar sobre ela. Antes da independência das Treze Colônias da América do

¹⁴³ *Historia do Brazil, desde 1807 até o presente; originalmente composta em portuguez para servir de continuação à que se publicou vertida do francez*. Tomo IX. Lisboa: Typ. Desiderio Marques Leão, 1823, p. XIII-XVI.

¹⁴⁴ Idem, p. X-XIII.

¹⁴⁵ Reinhart Koselleck. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da UERJ, 1999, p. 152.

Norte, estima-se que 25 000 exemplares de sua obra tenham sido distribuídos naquelas colônias ¹⁴⁶. Desde a publicação da primeira edição em 1770, os espaços públicos de discussão política na Europa e na América passaram a dispor de uma série de reflexões que tanto renovavam “o movimento de ampliação acelerada desses espaços” quanto o dotavam “de novos pretextos e conteúdos”. Quando as Treze Colônias norte-americanas declararam independência em 1776, a obra de Raynal já havia alcançado um grande sucesso editorial, sendo reescrita à medida que seus prognósticos iam sendo confirmados ou revistos ¹⁴⁷. Os dispositivos que anteciparam o fim do pacto colonial na América, e em particular na América Portuguesa, tiveram lugar numa conjuntura que tinha como um de seus principais componentes uma crescente politização da esfera pública, alimentada pela leitura de várias obras cujo caráter contestatório ao Antigo Regime era flagrante ¹⁴⁸.

Nem mesmo a rigidez da censura existente na época foi capaz de constituir um obstáculo à circulação dessas obras. Além da *Histoire Philosophique et Politique* de Raynal, obras de Montesquieu, Rousseau, Mably, Marmontel, e Condorcet foram encontradas nas bibliotecas dos acusados de fomentar e participar dos movimentos contestatórios que aconteceram na América Portuguesa em fins do século XVIII ¹⁴⁹. Apesar dos inevitáveis interesses de alguns proprietários e negociantes acerca da conservação de mercados protegidos, tornou-se tão inevitável quanto essa conservação as críticas à política de monopólios e ao exclusivismo comercial empreendidos pela Coroa portuguesa. Difíceis de conciliação numa sociedade nomeadamente escravocrata e multiétnica, tais matrizes ideológicas da Ilustração foram discutidas pelos setores mais politizados que denunciaram o caráter unilateral do pacto colonial e passaram a conspirar contra os agentes locais e metropolitanos do Estado Absolutista ¹⁵⁰.

¹⁴⁶ Idem. p. 152-154.

¹⁴⁷ João Paulo Garrido Pimenta. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, p. 88-99, mai. 2010 Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/almanack>> (acessado em 18 de novembro de 2010).

¹⁴⁸ Ana Cristina Araújo. “Um Império, um Reino e uma Monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”. In: István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005. P. 235-270.

¹⁴⁹ Luiz Carlos Villalta. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: Laura de Melo e Souza (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; István Jancsó. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: Laura de Melo e Souza (org.). Op. Cit; Roberto Ventura. “Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 2. Nº 3. São Paulo. Setembro/Dezembro, 1988, pp. 40-51.

¹⁵⁰ Ana Cristina Araújo. “Um Império, um Reino e uma Monarquia...”. Op. Cit. p. 241-242.

É sob este ponto de vista que a obra de Raynal contribuiu para a constituição de um campo conceitual que acabou se conformando em enunciados de caráter doutrinário e programático que foram amplamente mobilizados pelos homens no fim do século XVIII e início do próximo, como forma de moldar seus padrões de ação política, o que contribuiu de forma decisiva para a crise dos impérios ibéricos ¹⁵¹. A história do encontro dos dois mundos que ele escreveu é reveladora da compreensão do Iluminismo a respeito desse acontecimento. A criação de um modelo iluminista do desenvolvimento da sociedade em diversas etapas, pelas quais todos os povos – que viviam em estágios distintos de civilização – deveriam obrigatoriamente passar, “permitia reduzir o conjunto da história em um único esquema universalmente válido, [o qual] situava as sociedades ‘mercantis’ européias no ponto culminante da civilização” ¹⁵². Dessa forma podemos entender porque Raynal disse que era necessário *apressar* a substituição da ferocidade cega de seus antepassados pelas luzes da razão: sua crítica ao estado de decadência de Espanha e Portugal, assim como de suas colônias, é formulada a partir dos limites desse quadro.

Segundo Raynal, quando a decadência de um estado iniciava, era muito raro detê-la. À perda de sua população, de suas manufaturas, do comércio e de sua agricultura, seguia-se um grande mal e, “enquanto a Europa se esclareceu rapidamente, [...] a Espanha caiu na inação e na barbárie” ¹⁵³. Uma veneração estúpida e supersticiosa pela época de suas conquistas e um desprezo pelas luzes e os costumes de seus vizinhos teria formado a base de sua identidade ¹⁵⁴. Conseqüentemente, o enfraquecimento da metrópole impediu que as colônias prosperassem. Essa situação se agravou com a discórdia nutrida entre espanhóis americanos (*criollos*) e europeus que se manifestava em vários momentos, uma situação que enfraquecia o poder metropolitano no Novo Mundo. Para Raynal, “esse germe fermentava sempre”, e deveria conduzir cedo ou tarde à revoluções ¹⁵⁵.

Animado pelo progresso de um bom exemplo e por uma rivalidade saudável, Portugal, que até aquele momento não era “muito mais esclarecido do que a Espanha”,

¹⁵¹ João Paulo Garrido Pimenta. “De Raynal a De Pradt ...”. Op. Cit. p. 89.

¹⁵² Josep Fontana. “O espelho do progresso”. In: *A Europa diante do Espelho*. Bauru: EDUSC, 2008. p. 121.

¹⁵³ Guillaume Thomas François Raynal. *Histoire philosophique et politique...* Op. Cit. p. 372-373. No original : « Tandis que l’Europe s’éclaircit rapidement, & qu’une industrie nouvelle animoit tous les peuples, l’Espagne tomboit dans l’inaction & la barbarie ».

¹⁵⁴ Idem, p. 373-374.

¹⁵⁵ Idem, p. 292.

deveria talvez adotar para o Brasil esse plano de reforma ¹⁵⁶. Portugal foi descrito por Raynal como um simples expectador do comércio que se fazia em suas colônias. Para ele, era impossível que uma nação perdesse sua agricultura e sua indústria sem ver decair junto com elas as artes liberais, as letras e as ciências, assim como os bons princípios de polidez e administração¹⁵⁷: infelizmente, Portugal era uma triste prova dessa verdade, e acrescentou: “Depois que a Grã-Bretanha o condenou à inação, Portugal caiu numa barbárie que não parece crível. *A luz que brilhou na Europa inteira, chegando aos Pirineus que parece repulsá-la, não chegou até seus portos [...]*” ¹⁵⁸.

Entretanto, retirar Portugal do estado de paralisia no qual ele se encontrava não deveria ser tarefa para portugueses, visto que não existiam, segundo Raynal, bons reformadores nas nações que mais precisavam: os homens mais próprios a transformar os impérios tinham sua origem mais afastada. Além disso, essa reforma não seria obra daquele momento e o trabalho que esses reformadores realizariam seria mais para despertar os espíritos, lhes dispor para receber a luz e preparar os instrumentos necessários para operar as grandes revoluções. Como esta cadeia de meios e preparativos não havia se formado ainda em Portugal, ele estava condenado a rastejar (*ramper*) por muito tempo, caso ele não adotasse as máximas dos povos esclarecidos e não chamasse estrangeiros capazes de lhe dirigir ¹⁵⁹. O despovoamento e o assoreamento das terras em Portugal durante a época das navegações passavam a ser considerados as causas principais de sua decadência, pois, “a experiência de todas as épocas prova que só podemos demandar muito da terra depois de termos lhe dado muito” ¹⁶⁰. Esta primeira transformação asseguraria outras, a indústria cresceria e “Portugal não se mostraria mais um povo selvagem entre os povos civilizados” ¹⁶¹.

A revolução que tiraria Portugal de seu estado de decadência poderia ser *acelerada*, se os grandes proprietários do Brasil mandassem seus filhos para estudarem

¹⁵⁶ Idem. p. 420-421. No original: « [...] le Portugal qui, jusqu'à présent, n'a guère été plus éclairé que l'Espagne, adoptera peut-être, pour le Brésil, ce plan de réformation ».

¹⁵⁷ Idem, p. 523-524.

¹⁵⁸ Idem, p. 531. No original: « Depuis que la Grande-Bretagne l'a condamné à l'inaction, il est tombé dans une barbarie qui ne paroît pas croyable. La lumière qui a brillé dans l'Europe entière, en s'arrêtant aux Pyrénées qui semblent la repousser, n'est pas arrivée jusqu'à ses portes [...] ».

¹⁵⁹ Idem, p. 531-532.

¹⁶⁰ Idem, p. 540. No original: « [...] Un des préjugés les plus funestes au bonheur des hommes, à la prospérité des empires, est celui qui veut, qu'il ne faille que des bras pour la culture. L'expérience de tous les âges, prouve qu'on ne peut beaucoup demander à la terre, qu'après lui avoir beaucoup donné [...] ».

¹⁶¹ Idem, p. 540-541. No original: « [...] le Portugal ne montrera plus un peuple sauvage entre des peuples civilisés [...] ».

na Europa e se a instituição pública em Portugal fosse reformada e aperfeiçoada. Dessa forma,

a metrópole confiaria os cargos importantes somente a eles. Eles desenvolveriam os talentos que eles adquiriram e a colônia mudaria de face. Os escritores que falassem dela não estariam restritos a lamentar sua ociosidade, ignorância, seus erros e superstições, que produziram a base de sua administração. A história dessa colônia não seria mais uma sátira.¹⁶²

A adesão da *intelligentsia* portuguesa às idéias ilustradas que se difundiam na Europa a partir da segunda metade do século XVIII orientou as tentativas de reverter o sentimento de decadência do Império português que vinha sendo denunciado por vários autores¹⁶³, embora o jogo e as disputas políticas entre as potências europeias já tivessem levado Portugal, nas primeiras décadas desse século, a investir numa construção da memória histórica do reino e de seus domínios ultramarinos: ambos necessitavam de uma história que deveria testificar e representar as potencialidades do Império português frente às outras potências europeias¹⁶⁴. Por isso, uma das primeiras iniciativas tomadas quando se decretou a criação da *Academia Real da História Portuguesa* em 1720, foi o projeto de escrita de uma história eclesiástica e secular, pois lamentava o rei “a pouca notícia que o mundo tem das Histórias de Portugal”, o que deveria ser remediado através da construção de um “corpo de toda a História deste Reino”¹⁶⁵.

Os esforços para compreender e solucionar o sentimento de crise e decadência de Portugal, dentro dos limites e soluções esboçados pelo Iluminismo, teve um grande impulso no período marcado pelo governo de D. Maria I e pelo regente D. João através da criação da *Academia Real das Ciências em Lisboa*. Numa das primeiras memórias publicadas por essa instituição – as *Memórias Econômicas* de 1789 – o autor do

¹⁶² Idem, p. 553-554. No original: La métropole ne confiara qu'à eux les places importantes. Ils y développeront les talens qu'ils auront acquis, & la colonie changera de face. Les écrivains qui parleront d'elle, ne seront plus bornés à gémir sur oisiveté, l'ignorance, les bévues, les superstitions, qui ont fait la base de son administration. L'histoire de cette colonie n'en sera plus la satyre ».

¹⁶³ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sétima edição. São Paulo: Hucitec, 2001, em especial o capítulo IV; Ana Rosa Cloet da Silva. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

¹⁶⁴ Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004, pp. 45-69.

¹⁶⁵ Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003, p. 38; Iris Kantor. Op. Cit.; SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720). *História da Historiografia*. Ouro Preto. número 03. Setembro. 2009. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh>> (acessado em 18 de novembro de 2011).

Discurso Preliminar disse que “o primeiro passo de uma Nação é conhecer as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, e o de que são capazes”¹⁶⁶. O abandono das terras cultiváveis em Portugal, devido aos excessos provocados pela expansão marítima, se tornaria um dos motivos do diagnóstico do atraso português, o que levou a uma série de reflexões sobre seu cultivo¹⁶⁷. Sob este ponto de vista, estadistas e ilustrados portugueses foram levados a integrar a análise dos problemas metropolitanos e coloniais¹⁶⁸. O diagnóstico da decadência portuguesa não era orientado pelo fato de Portugal não saber explorar suas colônias, mas sim pelo fato de não ter se desenvolvido paralelamente. Dessa forma, a política do reformismo ilustrado português passou a reforçar a idéia de que o desenvolvimento da metrópole era uma condição essencial da assimilação dos resultados obtidos com a exploração colonial. Segundo Fernando Novais, é a partir desse quadro de condicionamentos que visavam à integração do desenvolvimento metropolitano e colonial (“sem romper o sistema”) que o projeto do reformismo ilustrado português deveria ser entendido¹⁶⁹.

Anos mais tarde, preocupações a respeito do cultivo das terras do reino de Portugal ainda mobilizariam a produção de memórias na *Academia Real das Ciências de Lisboa*. Dentre estas, destacamos a memória produzida por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) em 1815, intitulada *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*. A crença gerada a partir do pressuposto de que a restauração do reino de Portugal poderia exercer efeitos mais sensíveis em sua dimensão geográfica, levou Bonifácio a propor um retorno às virtudes agrícolas dos primeiros lusitanos: através da recuperação das areias de sua costa, Portugal despontaria como uma nação agrícola e reduziria sua dependência das outras nações¹⁷⁰.

Às vésperas de seu retorno ao Brasil, Bonifácio continuaria a defender firmemente a restauração da história portuguesa. Porém, como destacado por Valdeci Araujo, a leitura de sua última memória na Academia em 1819 marcaria uma profunda transformação na sua compreensão do futuro do Império Português. Ao afirmar que era “forçoso abandonar o antigo, que me adotou por filho, para ir habitar o *novo Portugal*,

¹⁶⁶ Citado em Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil...* Op. Cit. p. 224-225.

¹⁶⁷ Maria Odila Leite da Silva Dias. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 47.

¹⁶⁸ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil...* Op. Cit. p. 235.

¹⁶⁹ Idem, p. 235-236.

¹⁷⁰ Valdeci Lopes de Araujo. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 31.

onde nasci”, Bonifácio passava a destacar a oposição entre o esgotamento de Portugal e o vigor americano. O novo Portugal que se almejava não nasceria da restauração do velho Portugal, mas de sua regeneração no Novo Mundo. O deslocamento da história do Império português e a possibilidade de sua regeneração na América possibilitavam a inclusão de Portugal na história universal, com possibilidades de um futuro melhor e diferente do passado ¹⁷¹. Sem vislumbrar ainda a ruptura entre colônia e metrópole pois, como afirmou Marques Leão, era vedado aos humanos o descortinar futuros, a história do Brasil bastaria ser lida como história de Portugal.

A crescente valorização que o espaço americano vinha adquirindo no interior do Império português desde a vinda da Corte para o Brasil serviu para alimentar a crença que a crise atravessada por este império podia ser superada. Porém, o que não se podia prever é que essa valorização do Brasil acabaria acentuando as diferenças entre metrópole e colônia. A produção de narrativas sobre o Brasil no período pré-independência, que salientavam uma história do Brasil com traços distintos de Portugal, pode ser considerado um dos motes do desenvolvimento e viabilização do projeto político da independência ¹⁷². Entretanto, o rompimento dos elos que ligavam Portugal à América Portuguesa não estavam ainda postulados, pois essa situação só foi possível quando o conceito de colônia passou a ser formulado como naturalmente antagonista de metrópole. A partir de então, Beauchamp não se preocuparia mais com o espaço de experiência histórica da América Portuguesa. Seu desafio passaria a ser, após 1822, defender o novo Império do Brasil.

L'injustice à la fin produit l'indépendance ¹⁷³

De todos os eventos contemporâneos que depois de trinta e dois anos surpreendem o mundo, [...] aquele que mais influenciou os destinos da Europa, foi a derrubada do poder revolucionário-militar na pessoa de Napoleão. A Europa mudou imediatamente de face [...]. Mas, quando os liberais de Espanha, levantando [...] o estandarte da revolta, exaltaram os soldados, e fizeram contra o rei um apelo à força, eles reabriram a carreira das revoluções. Nápoles, Lisboa e Turim responderam aos gritos sediciosos dos *janissaires* da desordem e da anarquia. ¹⁷⁴

¹⁷¹ Idem, p. 53-55.

¹⁷² João Paulo G. Pimenta. *Brasil y las Independencias de Hispanoamerica*. Castelló de La Plana: Publicacions de La Universitat Jame I, 2007.

¹⁷³ Tradução livre: *Finalmente a injustiça produziu a independência*.

¹⁷⁴ Alphonse de Beauchamp. *De la Révolution d'Espagne et de sa crise actuelle*. Paris : Ponthieu, 1822, p. 1-2. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 29 de dezembro de 2009). No original : « De tous les événements contemporains qui depuis trente-deux ans étonnent le monde, [...] celui qui a le plus influé sur les destinées de l'Europe, c'est le renversement du pouvoir révolutionnaire-militaire dans la personne de Napoléon. L'Europe changea aussitôt de face [...]. Mais quand les libéraux d'Espagne,

Dessa forma, Beauchamp iniciava sua análise, feita em 1822, das manifestações liberais na Espanha, vista por muitos de seus contemporâneos como uma tentativa de retorno aos ideais da Revolução Francesa. No mesmo ano publicaria também *De la Révolution d'Espagne et de son Dix-Août*¹⁷⁵, na qual traçava um paralelo entre episódios relativos à revolução liberal na Espanha com o 18 Brumário de Napoleão. Entretanto, a primeira vez que Beauchamp produziu algum escrito a respeito da Espanha foi em 1819, quando ele publicou suas notas e comentários a respeito dos relatos do tenente-coronel inglês sir John Thomas Jones (1783-1843) sobre a guerra entre França, Espanha e Portugal de 1807 à 1813. Para Germain Mathiot, editor da obra nesta época, logo que aquela notícia foi publicada em Londres, segundo ele, escrita por uma testemunha ocular, ele percebeu o quanto ela excitaria a curiosidade do público que, enfim, poderia comparar uma relação estrangeira com os numerosos escritos franceses sobre o mesmo assunto. Segundo ele, era através das aproximações e comparações desses escritos, tão essenciais à história, que “surgia a verdade” (*jaillit la vérité*)¹⁷⁶.

Para Mathiot, a tradução não poderia ser rigorosamente literal: a princípio devido à diferença entre os dois idiomas e, em seguida, se fosse realizada uma cópia servilmente original, apenas se teria uma versão cuja leitura seria muito fatigante. A tradução foi feita, sob os olhares atentos de Mathiot, por Alphonse de Viollet, considerado àquela altura um jovem que dava grandes esperanças pelo talento precoce que não se limitava apenas aos trabalhos de tradução. Em 1831, Viollet publicaria uma continuação da *Histoire de Bolívar* escrita por Ducoudray Holstein (1772-1839), o qual, após ter servido no exército de Napoleão, foi para a América e serviu também ao exército de Bolívar¹⁷⁷. A tarefa de Beauchamp seria organizar um texto final a partir da comparação de várias relações a respeito do mesmo assunto, demonstrando para o leitor as passagens que foram omitidas ou mutiladas por algum motivo, assinalar as causas de

arborant à l'île de Léon l'étendard de la révolte, eurent soulevé les soldats, et fait contre leur roi un appel à la force, ils rouvrirent la carrière des révolutions. Naples, Lisbonne et Turin répondirent aux cris séditieux des Janissaires de la licence et de l'anarchie ».

¹⁷⁵ Alphonse de Beauchamp. *De la Révolution d'Espagne et de son Dix-Août*. Paris: Michaud, 1822. Beauchamp também publicou dois anos depois, *Collection des mémoires relatifs aux révolutions d'Espagne*. Paris: L.-G. Michaud, 1824. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessados em 16 de abril de 2011).

¹⁷⁶ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre d'Espagne et de Portugal, pendant les années 1807 à 1813 ; Plus la Campagne de 1814 dans le midi de la France, par le Colonel sir John Jones, avec des Notes et des Commentaires*. Tome Premier. Paris: Germain Mathiot, 1819. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 7 de novembro de 2008).

¹⁷⁷ Alphonse Viollet. *Histoire de Bolívar par le général Ducoudray Holstein, continuée jusqu'à sa mort*. Paris: Alphonse Levavasseur, 1831. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 16 de abril de 2011).

alguns eventos que permaneciam indeterminadas, conceder uma idéia mais clara e precisa de algumas características e talentos de diversos generais. Segundo Mathiot, tal tarefa só poderia ficar a cargo de um escritor familiar a este assunto, e cujas produções foram todas consagradas ao gênero histórico. Seria principalmente pelas notas críticas de Beauchamp que o leitor deveria julgar o que faltaria talvez ao texto original do coronel John Jones ¹⁷⁸.

De todo modo, a eclosão das revoluções liberais por volta da década de 1820 em alguns países europeus chamou a atenção de vários escritores franceses, que imediatamente ensaiaram dar conta daqueles acontecimentos. Antes de Beauchamp, De Pradt (1759-1837) já havia publicado em 1820 um opúsculo intitulado *De la Révolution actuelle de l'Espagne* ¹⁷⁹, no qual a leitura do passado espanhol, tanto na Europa, como na América, seria ordenada do ponto de vista de uma história feita de injustiça, de modo que ele não hesitou em inscrever no frontispício de sua obra, logo abaixo do título, a epígrafe que dá título a esta seção: *Finalmente a injustiça produziu a independência*. Chateaubriand também teria exercido um papel decisivo nessas discussões, pois, na época, ocupou-se intensamente das questões relativas à Espanha quando foi nomeado ministro plenipotenciário da França (cargo que ocuparia até 1826) no Congresso de Verona ¹⁸⁰.

Periódicos liberais na Espanha e em Portugal chegaram a revidar imediatamente as opiniões apologéticas de Beauchamp e De Pradt sobre a monarquia constitucional. Essas respostas resumem parcialmente o choque de forças entre liberais e conservadores do período. Numa resenha publicada no periódico espanhol *El Censor* em 1822 sobre o livro de Beauchamp a respeito da revolução na Espanha, o redator disse que

o autor diz gostar do regime constitucional, mas aquele *que representa os diferentes interesses da sociedade*; quer dizer, daquele que dividindo a sociedade em classes subordinadas umas às outras, estabelece o império legal da aristocracia, de modo que os nobres sejam tudo e a nação nada. Uma constituição desta espécie é a que Mr. de Beauchamp quis que nosso monarca tivesse nos dado na época de sua restauração. ¹⁸¹

¹⁷⁸ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre d'Espagne...* Op. Cit. p. 3-4.

¹⁷⁹ Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac de Fourt de Pradt. *De la Révolution actuelle de l'Espagne, et de ses suites*. Paris: Bechet Aine & Bechet Fils, 1820. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 23 de novembro de 2010).

¹⁸⁰ Apesar de suas impressões a sobre este Congresso somente terem sido publicadas em 1838. Wilma Peres Costa. “Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, p. 5-25, mai. 2010, p. 13. Disponível em Disponível em <<http://www.brasiliense.usp.br/almanack>> (acessado em 10 de janeiro de 2010). Na sua obra dedicada a analisar a revolução da Espanha, Beauchamp referiu-se à Chateaubriand. Cf. Alphonse de Beauchamp. Op. Cit. p. 22.

¹⁸¹ *El censor, periódico político y literario*. n. 96. Sabado 1 de junio de 1822, p. 402-403. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 21 de outubro de 2009). No original: “El autor afecta gustar

A crítica a De Pradt viria de Lisboa. No dia 24 de maio de 1824 foi publicada na *Gazeta de Lisboa* uma resenha da sua obra, naquele momento recém-publicada, *A Europa e a América em 1822 e 1823*:

Mas enquanto houver no Globo um cantinho de terra em que um homem denominado Rei ouse exigir de seus povos chamados súditos ou vassallos um kopec, um baiaco, um real, ou um ceítal sem licença dos Srs. Deputados, não há de a grande Penna de Mr. *de Pradt* cessar de borrar papel, e há de o Publicista enviar de contínuo para casa do Livreiro *Bechet* carradas de volumes que serão felizes Variantes do seu primeiro Volume. [...] De mais, há cousa mais patriótica, mais *Francesa* que querer espalhar a Carta pelos quatro ou pelas seis partes do Mundo? ¹⁸²

O grande interesse de alguns autores franceses pelas manifestações liberais na Espanha pode ser interpretado como o grande temor da França sobre o possível retorno de uma onda revolucionária no continente. De todo modo, Beauchamp, De Pradt e Chateaubriand tentaram consolidar, a partir de seus escritos e atuações políticas, a monarquia constitucional e, acima de tudo, demarcar e retomar para a França o seu protagonismo político no continente europeu, também ameaçado naquele momento pela crescente hegemonia inglesa. É sob esse ponto de vista que Beauchamp fez a seguinte afirmação sobre o posicionamento da França face à revolução liberal espanhola: “[...] centro da civilização européia, [ela] se mostra desgostosa das revoluções e da anarquia. Ela deseja permanecer pacificamente e feliz sob o cetro de seu rei legislador, para não ser mais conduzida, nem corroída pelos apóstolos das doutrinas subversivas”. ¹⁸³ De modo não muito diferente, De Pradt já havia refletido sobre o papel que a França deveria desempenhar a partir do estabelecimento de uma nova ordem com a queda de Napoleão. Ao analisar as condições políticas da França a partir da restauração do trono francês, De Pradt fez o seguinte comentário em 1817:

Reconduzida no seu interior a uma ordem regular, pela revolução de 5 de setembro, esta restauração das restaurações, a França deve se ocupar em refazer o sangue que ela perdeu, e de fortalecer suas energias que as comoções de vinte e cinco anos

del régimen constitucional; pero es del *que representa los diferentes intereses de la sociedad*; es decir, del que dividiendo la sociedad en clases subordinadas unas á otras, establece el imperio legal de la aristocracia, de modo que los nobles lo sean todo y la nacion nada. Una constitucion de esta especie es la que Mr. de Beauchamp hubiera querido que nuestro monarca nos hubiera dado en la época de su restauration”. (Os grifos são do autor).

¹⁸² *Gazeta de Lisboa*. Num. 123. Ano 1824. Terça Feira, 25 de maio, p. 575. (A ortografia foi atualizada. Os grifos são do autor). Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 23 de novembro de 2010)

¹⁸³ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre d'Espagne...* Op. Cit. p. 3-4. No original : « La France pourtant, la France, centre de la civilisation européenne, se montre dans sa grande majorité dégoûtée des révolutions et de l'anarchie. Elle voudrait rester paisible et heureuse sous le sceptre de son roi législateur, pour ne plus être ni entraînée, ni entamée par les apôtres des doctrines subversives ».

enfraqueceram. A França não pode jamais ser um simples acessório da política da Europa e do mundo [...].¹⁸⁴

A revolução espanhola passava a ser interpretada como uma paródia ou, como foi caracterizada por Beauchamp, “a filha mais nova e degenerada da revolução francesa”¹⁸⁵. A crise revolucionária na Espanha também aparecia nos escritos de Chateaubriand sob o signo de sua semelhança com a Revolução Francesa, apesar de ser descrita como uma repetição farsesca ou mera cópia servil daquele movimento, uma tentativa dramática e malograda de acompanhar a marcha do século. De fato, o paralelismo traçado entre as duas revoluções, ao invés de demonstrar suas semelhanças, acabou denunciando a impossibilidade de repetição dos acontecimentos¹⁸⁶. Chateaubriand, por exemplo, chegou a afirmar “o perigo da imitação é terrível” e “aquilo que é bom para um povo é raramente bom para outro”¹⁸⁷. De modo não muito diferente, ele revia criticamente em 1826 a utilização dos paralelos que havia descrito entre as revoluções antigas e modernas e sua relação com a Revolução Francesa. Numa nota inserida na reedição do *Essai sur les Révolutions*, afirmou o seguinte:

O vício radical de todos os paralelos [...] fez supor que a sociedade, na época da revolução republicana da Grécia, foi semelhante à sociedade tal qual existe hoje; ora, nada poderia ser mais diferente [...]. Comparar a queda dos Pisistrátidas em Atenas [...] à queda dos Bourbon em França; [...] conceber relações entre esta influência e a influência de nossa revolução sobre os diversos governos da Europa, é um completo esquecimento ou, antes, uma falsificação manifesta da história.¹⁸⁸

A intervenção francesa na questão espanhola, seja política ou literária, era atravessada por uma preocupação que não se restringia apenas a seus interesses locais

¹⁸⁴ Dominique-Georges-Frédéric de Rioms de Prolhiac de Fourt de Pradt. *Des trois derniers mois de l'Amérique Méridionale et du Brésil, suivis des personnalités et incivilités de La Quotidienne et du Journal des Débats*. Paris : F. Bechet, 1817, p. 135. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 23 de novembro de 2010). No original: « [...] Ramenée dans son intérieur à un ordre régulier, par la révolution du 5 septembre, cette restauration des restaurations, la France doit s'occuper de refaire le sang qu'elle a perdu, et de raffermir les ressorts que les commotions de vingt-cinq ans ont brisés. La France ne peut jamais être le hors-d'oeuvre de la politique de l'Europe et du monde [...] ».

¹⁸⁵ Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la Guerre d'Espagne...* Op. Cit. p. 12.

¹⁸⁶ Wilma Peres Costa. “Entre tempos e mundos...”. Op. Cit. p. 14-15.

¹⁸⁷ Citado em François Hartog. *Régimes d'historicité : présentisme et expériences du temps*. Paris : Seuil, 2003. p. 87-88. No original: « Le danger de l'imitation est terrible. Ce qui est bon pour un peuple est rarement bon pour un autre ».

¹⁸⁸ René-François Chateaubriand. « Essai sur les Révolutions. Tome I ». In : *Oeuvres Complètes*. Troisième Livraison. Paris : Ladvocat, 1826, p. 248-249. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 20 de dezembro de 2010). No original: « Le vice radical de tous ces parallèles, sans parler des bizarreries qu'ils produisent, est de supposer que la société, à l'époque de la révolution républicaine de la Grèce, étoit semblable à la société telle qu'elle existe aujourd'hui ; or, rien n'étoit plus différent. Comparer la chute des Pisistratides à Athènes [...] à la chute des Bourbons en France [...] trouver des rapports entre cette influence et l'influence de notre révolution sur les divers gouvernements de l'Europe, c'est un complet oubli, ou plutôt une falsification manifeste de l'histoire ».

na Europa. Após a Revolução Francesa, tornar-se “nação” e ter soberania nacional era uma preocupação que devia levar em consideração a formação de um novo contexto geopolítico internacional. Esse fenômeno afetou tanto antigas nações quanto aquelas que surgiam no Novo Mundo. A formação nacional de ambos continentes na primeira metade do século XIX passava a ser realizada a partir de uma complexa reversividade, num contexto onde as antigas metrópoles ibéricas acabaram sendo marginalizadas ¹⁸⁹. Essas discussões foram debatidas intensamente na Era dos Congressos, dos quais De Pradt fora um ativo participante. Se por um lado, a maioria das discussões aí levantadas tocava quase exclusivamente aos direitos europeus, ao menos desde 1817, quando publicou *Des Colonies*, De Pradt já acenava para a necessidade do estabelecimento de um congresso colonial ¹⁹⁰.

Sob o ponto de vista da constituição da monarquia constitucional em ambos os lados do Atlântico, Wilma Peres Costa afirma que Chateaubriand a defendia nos dois mundos como forma da França recuperar seu prestígio político na Europa. Se o Brasil, no contexto internacional, prometia ser um dos impérios mais florescentes do mundo, o elo estabelecido entre ele e a França poderia, e até mesmo deveria, ser frutífero para ambos. De todo modo, se o velho mundo imprimiu sua forma ao novo durante o processo de colonização, defendia-se na época que ele deveria também conceder o modelo das novas entidades políticas nascentes. Neste caso, a defesa da monarquia constitucional regia o tom desse intercâmbio ¹⁹¹.

O desejo da aliança entre as monarquias constitucionais entre os dois mundos, assim como a necessidade da concretização de uma posição privilegiada no interior do novo sistema internacional das nações civilizadas no século XIX, não foi um esforço de mão única empreendido pela França. Segundo uma nota inserida por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua *História da Independência do Brasil*, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa (?-1846) e Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (1772-1843) foram encarregados, na condição de ministros plenipotenciários do Brasil, da negociação do reconhecimento da independência do Brasil na França e na Inglaterra. Lá, eles teriam auxiliado, além de Beauchamp, Angliviel de La Beaumelle (1772-1831)

¹⁸⁹ Wilma Peres Costa. “Entre tempos e mundos...”. Op. Cit. p. 7.

¹⁹⁰ Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac de Fourt de Pradt. *Des Colonies, et de la révolution actuelle de l’Amérique*. Tome Premier. Paris : F. Bechet, 1817, p. 151. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 21 de novembro de 2010).

¹⁹¹ Wilma Peres Costa. “Entre tempos e mundos...”. Op. Cit. p. 16-19.

a produzir seus respectivos panfletos apologéticos sobre a independência do Brasil ¹⁹². Numa obra também encomendada por D. Pedro I, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu (1756-1835) fez o seguinte elogio a Beauchamp:

[...] o dito Mr. Beauchamp deu à luz em 1824 outra Obra com o título de – *Independência do Império do Brasil, apresentada aos Monarcas da Europa* –. Suposto que se valesse de algumas idéias daquele seu predecessor (Beaumelle); contudo, em obséquio da verdade devo dizer, que aos Brasileiros cumpre confessar o serem com especialidade obrigados ao mesmo Mr. Beauchamp, por ser não só Estrênuo, e Eloqüente advogado da *Causa do Brasil*, mas também por ter feito justiça ao seu Heróico Libertador [...] ¹⁹³.

Quando publicou seu panfleto a respeito da Independência do Brasil em 1824 – intitulado *L'Indépendance de l'Empire du Brésil, présentée aux monarques européens* – Beauchamp estampou na folha de rosto do livro o título de historiador do Brasil ao lado da condecoração que havia recebido em 1814, o de *Chevalier de l'Ordre Royal de la Légion d'Honneur*. Relembrou naquela ocasião o seu pioneirismo na publicação de uma história geral do Brasil, afirmando que nenhuma história havia aparecido antes da sua em 1815. Afirmou que ela havia sido examinada e louvada por críticos de todas as partes e que foi produzida com numerosos materiais, os quais ele indicou a fonte (*la source*). Ela era conhecida no Brasil, largamente difundida na Europa, e ele preparava

¹⁹² Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. São Paulo: Melhoramentos, 1957 (1916). Hendrik Kraay também afirma que a obra de Beauchamp sobre a Independência do Brasil foi um panfleto de propaganda encomendado pelo governo de D. Pedro I. Cf. Hendrik Kraay. “A visão dos estrangeiros: a Independência do Brasil (1780-1850) na historiografia européia e norte-americana”. In: István Jancsó (org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 125. Uma síntese da opinião de agentes franceses expressos em relatórios diplomáticos sobre a situação política no Brasil pós-Independência e sua influência na constituição de uma imagem que os protagonistas brasileiros passavam a ter de si mesmos foi feita por Marco Morel. “Identidades políticas: além das intrigas da Corte”. In: *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. Op. Cit. p. 68-82. Marco Morel também destacou o papel desempenhado pelo livreiro e impressor Pierre Plancher (1779-1843) para a consolidação de uma política cultural nos primeiros anos do Império. Op. Cit. Capítulo 1.

¹⁹³ José da Silva Lisboa. *Introdução à História dos principais sucessos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826, p. 275. Utilizo a transcrição feita por Bruno Diniz e publicada em *História da Historiografia*. Número 02. Março. 2009. pp. 267-281. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh>> (acessado em 12 de maio de 2009). A notícia sobre a encomenda da obra é descrita por Lisboa logo no início da Introdução de sua história: “No *Diário Fluminense* de 12 de Janeiro do corrente ano de 1825 se publicou a Ordem do Senhor D. PEDRO I, nosso Augusto Imperador Constitucional, de sete do mesmo mês, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em que, de *Motu Próprio, dignos de memória* –, particularmente desde o dia 26 de Fevereiro de 1821; Determinando, que se remetessem Documentos autênticos dos Governos das Províncias, para servirem de *Seguros Guias*”. Na transcrição, p. 267. Os artifícios narrativos utilizados por Beauchamp, Beaumelle e Cairu para descrever o protagonismo político de D. Pedro I na Independência do Brasil continuavam atrelados aos mecanismos de construção de uma imagem real originada no Antigo Regime. Cf. Louis Marin. « Pouvoir du récit et récit du pouvoir ». In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 25, janvier 1979. pp. 23-43. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 28 de dezembro de 2010).

naquele momento uma segunda edição, corrigida e aumentada ¹⁹⁴. Nessa segunda edição, que, aliás, não chegou a ser publicada, Beauchamp provavelmente acrescentaria os sucessos ocorridos desde 1810 (data que encerra sua *Histoire du Brésil*) até aquele momento. “Como historiador do Brasil”, disse que não poderia permanecer insensível aos grandes eventos que o agitavam e regeneravam, assim como já havia anunciado ao mundo os grandes destinos do Império do Brasil sob o cetro da casa de Bragança.

Esta obra tinha como objetivo apresentar aos monarcas europeus a Independência do Brasil, num momento onde aconteciam as negociações de reconhecimento do novo Império. Para ele, não havia dúvidas de que na consciência de D. João VI tal reconhecimento já havia sido feito, embora alguns portugueses impusessem entraves à prosperidade do Império do Brasil. Para Beauchamp, o motivo dessa relutância era o fato da antiga arrogância metropolitana ainda prevalecer sobre a razão, além da resistência dos portugueses do reino em aceitar os brasileiros como seus irmãos e não mais como escravos. Questionava se eles se sentiriam feridos em seu amor próprio, caso cessassem de afirmar “nossas colônias”. De todo modo, eles deveriam deixar de se iludir, pois o Brasil havia chegado à sua virilidade e não recuaria. Para compreender porque a situação entre colônia e metrópole havia chegado a esse ponto, Beauchamp os fazia lembrar a reprovação que Camões já havia lhes dirigido há trezentos anos antes:

Portugueses, vocês enfraqueceram o reino! Lhe estendendo tão longe, vocês o despovoaram; vocês têm potências inimigas à sua porta, e procuram perigos desconhecidos, como se apenas tivessem em mente a falsa glória de serem nomeados: *os senhores da Índia, da Pérsia, da Arábia e da Etiópia*. ¹⁹⁵

Volney já havia apontado em *Les ruines* (difundida em Portugal no início do século XIX através da tradução de Pedro Cyriaco da Silva), que a avidez que acometia os impérios era um dos motivos principais de sua decadência. Ao refletir sobre a destruição, a decadência e a transformação da potência dos impérios em ruínas, Volney afirmou que “à medida que os Estados adquiriram mais extensão, sua administração tornou-se mais difícil e complicada” ¹⁹⁶. Impérios antigos e modernos, ao estenderem cada vez mais suas fronteiras a extensões ilimitadas, sucumbiram ao estado de

¹⁹⁴ Embora esta segunda edição nunca tenha sido publicada.

¹⁹⁵ Alphonse de Beauchamp. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil, présentée aux monarques européens*. Paris : Delaunay, 1824, p. I-II.

¹⁹⁶ Constantin-François Chasseboeuf de Volney. *Les ruines, ou méditation sur les révolutions des empires*. Paris : Desenne, 1791. p. 62-69. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 24 de agosto de 2010). No original: « [...] à mesure que les Etats acquirent plus d'étendue, leur administration devenant plus épineuse et plus compliquée [...] ».

decadência e ruína, pois as dificuldades de administração de um império cresciam proporcionalmente à sua extensão. Essa idéia vinha sendo debatida pelo círculo dos filósofos ilustrados franceses desde meados do século XVIII e foi sintetizada pelo abade Raynal, na edição de sua *Histoire philosophique et politique des deux Indes* publicada em Amsterdã em 1772. Nela, citava justamente o exemplo de Portugal para demonstrar as conseqüências da expansão desmedida dos impérios:

Esta pequena nação se tomando de uma só vez senhora do comércio mais rico e mais extenso da terra, foi logo em seguida composta apenas de comerciantes, mandatários e de marujos [...]. Dessa forma, ela perdeu o fundamento de toda sua potência real, a agricultura, a indústria nacional e a população [...]. Ela ainda fez pior: *ela quis ser conquistadora, e abraçou uma extensão de terra que nenhuma nação da Europa poderia conservar sem se enfraquecer.*¹⁹⁷

Para Beauchamp, o sistema colonial (*le système colonial*) da Europa só poderia se sustentar marchando em um sentido inverso ao seu objetivo, a saber, aquele que procurava fazer prosperar um país submetido a tal sistema. Entretanto, esse objetivo somente seria alcançado caso houvesse esforços dirigidos para sua emancipação, a qual se tornava cada vez mais inevitável à medida que o monopólio caía cada vez mais em um estado de decadência. Dessa forma, afirmou que ao conduzir a Corte para o Rio de Janeiro, Portugal rompeu, ele mesmo, o espírito colonial, ao criar a monarquia brasileira. Este evento, tão decisivo para o Brasil e Portugal, o havia sido também para a América e a Europa. Durante a guerra contra a França, Portugal teve que lutar em favor de um governo que, não estando mais em seu território, era apenas um aliado dos ingleses. Durante a paz, ele teria se tornado colônia do Brasil. Neste momento, os dois povos disputaram seu rei, pois não poderiam existir simultaneamente duas colônias recíprocas, de um velho Estado e de um novo que concedia asilo à monarquia em seu momento de desespero. Para Beauchamp, a separação entre colônia e metrópole acabou se tornando naturalmente a solução do problema. A partir de então, as preocupações deveriam girar em torno da manutenção e consolidação da casa real de Bragança no Brasil¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Guillaume-Thomas François Raynal. *Histoire Philosophique et Politique des Établissements & du Commerce des Européens dans les deux Indes*. Tome Premier. Amsterdam : 1772 (1770), p. 119-120. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 15 de dezembro de 2010). No original : « Cette petit nation se trouvant tout-à-coup maîtresse du commerce le plus riche & le plus étendu de la terre, ne fut bientôt composée que de marchands, de facteurs & de matelots [...]. Elle perdit ainsi le fondement de toute puissance réelle, l'agriculture, l'industrie nationale & la population [...]. Elle fit plus mal encore : elle voulut être conquérante, & embrassa une étendue de terrain qu'aucune nation de l'Europe ne pourroit conserver sans s'affoiblir ». (Grifo nosso)

¹⁹⁸ Alphonse de Beauchamp. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil*. p. VI-VIII.

A transformação do estatuto das colônias ibéricas durante a crise do Antigo Regime e o processo de independências nas Américas vinha sendo objeto de uma intensa reflexão por parte do abade De Pradt desde quando publicou sua primeira obra sobre as colônias – *Les trois âges des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir* – em 1801. Logo no início assinalava a influência da Revolução Francesa sobre o status das colônias. Para ele, a Revolução havia transformado simultaneamente o estado colonial – com ênfase nas companhias exclusivas de comércio – e o estado da escravidão, considerados os principais vetores da exploração colonial, tornando indispensável o estabelecimento de uma ordem de coisas absolutamente nova nas colônias. Ao vislumbrar uma futura invasão das tropas francesas em Portugal, De Pradt lançava uma tirada profética sobre os rumos que tomariam as discussões coloniais entre Brasil e Portugal:

A invasão de Portugal poderia conduzir o soberano deste país para o Brasil: dessa forma seria realizado o projeto de Pombal. Esta translação daria lugar à separação do continente americano com a Europa [...]. Essa translação de uma soberania européia na América a situaria entre dois governos independentes, um ao norte e outro ao sul.¹⁹⁹

A inevitabilidade de separação entre o continente americano e a Europa, e mais especificamente entre Portugal e Brasil, se dava a partir de duas constatações. A primeira delas já vinha sendo diagnosticada desde o século XVIII e referia-se ao estado de decadência de Portugal. “Este povo, quase imperceptível hoje na Europa por sua posição e pela exigüidade de sua população e território” em nada lembrava aquele que foi o primeiro a suspeitar e constatar a existência de terras desconhecidas, cuja descoberta veio a ser de grande utilidade para a Europa²⁰⁰. Situado entre as lembranças de seu grandioso passado e o sentimento de fraqueza atual, Portugal permanecia estacionário em meio ao avanço de seus vizinhos, restringindo-se apenas ao necessário em todos os ramos de sua administração. Enquanto as outras nações buscavam por

¹⁹⁹ Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac de Fourt de Pradt. *Les trois âges des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir*. Tome Premier. Paris : Giguet, 1801, p. XXVIII. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 2 de setembro de 2010). No original: « L'invasion du Portugal pouvoit pousser le souverain de ce pays vers le Brésil : ainsi se seroit réalisé le projet de Pombal. Cette translation auroit donné de suite ouverture à la séparation du continent américain avec l'Europe. [...] Cette translation d'une souveraineté européenne en Amérique, l'auroit placée entre deux gouvernements indépendans, l'un au nord, et l'autre au midi. ».

²⁰⁰ Idem, p. 26-27.

todos os lugares meios para desenvolver seu comércio, Portugal havia abandonado o seu à exploração da Inglaterra, posicionando-se no último grau da cena do mundo ²⁰¹.

Entretanto, o mesmo Portugal que havia conquistado territórios e estabelecido um intenso comércio com a África e a Ásia, iria fundar na América outro império da mais alta importância: “é no Brasil que ele se estabelecerá, e que pela ocupação deste imenso país, dividindo em dois a potência portuguesa, que a mostrará com um corpo monstruoso na América e uma cabeça quase imperceptível na Europa” ²⁰². Isso nos leva à segunda formulação a respeito da inevitabilidade da separação entre Portugal e Brasil. A partir desse momento, De Pradt acentuava a valorização do espaço americano no interior do Império Português, a ponto de afirmar que o Brasil poderia ser, levando-se em consideração sua extensão e a riqueza de seu solo, a colônia mais florescente e o império mais opulento do mundo ²⁰³. De Pradt passou então a formular um diagnóstico que acabaria se tornando um lugar comum nos debates da época das independências na América: as colônias podiam passar sem a metrópole, já a metrópole não conseguiria passar sem elas ²⁰⁴.

Desde a transferência da Corte para o Brasil em 1808, discussões sobre as relações mantidas entre colônia e metrópole passavam a destacar a inversão de papéis entre elas. Ao comentar as conseqüências que ocorreriam nas relações coloniais entre Portugal e Brasil a partir daquele acontecimento, De Pradt diria que ele exercia a maior influência sobre os destinos do mundo, e o navio que trouxe D. João VI ao Brasil “teria conseguido entre os antigos Gregos ainda mais honras do que aquele que levou Jasão e seus Argonautas. *Este príncipe concedeu o primeiro exemplo da mudança de uma colônia em metrópole, residência de um soberano da Europa*” ²⁰⁵. Assinalava a importância de os portugueses, a princípio em pequeno número, terem se aclimatado e

²⁰¹ Dominique-Georges-Frédéric de Rioms de Prolhiac de Fourt de Pradt. *Les trois ages des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir*. Tome Seconde. Paris : Giguet, 1801, p. 141-142. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 2 de setembro de 2010).

²⁰² Dominique-Georges-Frédéric de Rioms de Prolhiac de Fourt de Pradt. *Les trois ages des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir*. Tome Premier. Paris : Giguet, 1801, p. 44-45. No original: C’est au Brésil, qu’elle s’établira, et que par l’occupation de cette immense contrée, partageant en deux la puissance portugaise, elle la montrera avec un corps monstrueux en Amérique, et une tête presqu’imperceptible en Europe ».

²⁰³ Idem, p. 53-54.

²⁰⁴ Idem, p. 284. No original: « [...] Les colonies espagnoles peuvent se passer de l’Espagne bien plus que l’Espagne ne peut se passer d’elles ».

²⁰⁵ Dominique-Georges-Frédéric de Rioms de Prolhiac de Fourt de Pradt. *Des Colonies, et de la révolution actuelle de l’Amérique*. Tome Second. Paris : F. Bechet, 1817, p. 80-81. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 21 de novembro de 2010). No original : « Le vaisseau qui l’a porté au Brésil, eût obtenu chez les anciens Grecs encore plus d’honneurs que celui qui porta Jason et ses Argonautes. Ce prince a donné le premier exemple du changement d’une colonie en métropole, séjour d’un souverain d’Europe ». (Grifo nosso)

formado associações numerosas na América, de modo que pudessem se passar sem Portugal e também não mais temer a população indígena. O abrandamento desse temor teria lhes levado à separação de Portugal “quando a passagem do rei veio lhes oferecer aquilo que iam eles mesmos procurarem”²⁰⁶. Passou-se a considerar como um dos fatores determinantes para a inversão de papéis entre colônia e metrópole o fato de portugueses terem se fixado no território que haviam colonizado. Essa opinião era compartilhada pelos continuadores da *Histoire du Brésil* de Beauchamp em Portugal. Ao comentarem a elevação do Brasil à condição de reino unido de Portugal e Algarves em 1815, o status colonial do Brasil era descrito da seguinte forma:

[...] Se a mudança do nome, por tanto, de Estado em Reino, tem alguma significação, quanto ao Brasil, quer dizer: que aqueles países até então considerados como Colônia de Portugueses tem crescido a tal ponto de importância, e se acham situados em tais circunstâncias, que pelos progressos, ali verificados, lhes não pode já competir a denominação Colônia [...].²⁰⁷

Às vésperas da Independência do Brasil, De Pradt argumentava que seria inútil, e mesmo perigoso, ignorar o estado atual das colônias: aqueles que as viam como inferiores à Europa não conheciam sua verdadeira posição. Nas colônias, “a civilização tem marchado mais rapidamente que na Europa; vive-se dois séculos durante alguns anos; não existem mais *colonos* propriamente ditos, isto é, homens cujo pensamento, ações, toda existência dependem da metrópole [...]”²⁰⁸. A essas reflexões de De Pradt sobre a situação das colônias, Beauchamp acrescentava que, seria impossível ao Brasil escapar à emancipação, ainda mais situado no centro do grande movimento de independência que agitava todo o continente americano: ele havia resistido aos princípios destruidores que originaram a tormenta anti-social enquanto todo o restante da América ao seu redor passava por grandes transformações. Diferente dos Estados Unidos, que fundando sua independência inoculou “a febre da democracia, desastrosamente importada para a Europa”²⁰⁹, a independência do Brasil era exaltada

²⁰⁶ Idem, p. 96-97. No original: « [...] lorsque le passage du roi est venu leur offrir ce qu'ils allaient se procurer par eux-mêmes [...] ».

²⁰⁷ *Historia do Brazil, desde 1807 até o presente; originalmente composta em portuguez para servir de continuação à que se publicou vertida do francez*. Tomo IX. Lisboa: Typ. Desiderio Marques Leão, 1823, p. 225-227.

²⁰⁸ Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prohliac de Fourt de Pradt. *Des Colonies, et de la révolution actuelle de l'Amérique*. Tome Second. Paris : F. Bechet, 1817, p. 90-91. No original: La civilisation a marché plus rapidement qu'en Europe ; on a vécu deux siècles pendant quelques années [...] ; il n'y a plus de *colons* proprement dits, c'est-à-dire d'hommes dont la pensée, les actions, toute l'existence, dépendaient de la métropole [...] ».

²⁰⁹ Alphonse de Beauchamp. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil*. No original : « [...] la fièvre de la démocratie, maladroitement importée en Europe ».

por ter conseguido conservar o regime monárquico e o princípio da hereditariedade do poder. Dessa forma, o exemplo do Brasil seria considerado de grande peso para o outro lado do Atlântico, e mesmo entre os franceses, pois ele ajudaria a desenvolver o sistema mais compatível com o que Beauchamp denominou de *a verdadeira liberdade*. Para ele, muito teria contribuído o fato de no Brasil não ter ocorrido revolução em toda a acepção daquela palavra, ou seja, não houve mudança de estado social: aconteceram apenas transições ²¹⁰.

Beauchamp também chegou a negar que existisse qualquer tipo de escravidão no Brasil. Ao ignorar a escravidão africana, ele reforçou a leitura da colonização portuguesa no Brasil como uma história da opressão metropolitana sobre a colônia: “a única escravidão que pesava fortemente sobre o Brasil era aquela do monopólio; ela era odiosa; ela oprimia todas as partes do império (...)” ²¹¹. Segundo Marco Morel, a rebelião ocorrida em Santo Domingo em 1791 havia transformado as discussões a respeito da escravidão numa espécie de trauma para os franceses. Isso explicaria o cuidado com que o tema seria tratado no contexto francês nas primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, De Pradt teria insistido num plano de emancipação gradual das colônias e da escravidão justamente para evitar que os acontecimentos de Santo Domingo se espalhassem pela América. Neste caso, ele teria proposto duas atitudes sobre a escravidão: silêncio ou ocultação ou execrar os horrores do episódio de Santo Domingo ²¹². Portanto, em algumas ocasiões o tema da escravidão acabou sendo transportado para a leitura da colonização portuguesa no Brasil como opressão, exploração e injustiça, um tipo de discurso correntemente utilizado nas manifestações anti-lusitanas após a Independência do Brasil ²¹³. Não coincidentemente, quando Beaumelle publicou *De l'Empire du Brésil* em 1823, ele escolheria como epígrafe para uma das seções de seu livro a seguinte citação: *Finalmente a injustiça produziu a independência*. Lembremos que essa mesma citação havia sido utilizada por De Pradt em seu opúsculo sobre a revolução liberal na Espanha. A interpretação do processo de

²¹⁰ Idem. p. VIII-XI. Uma análise das mobilizações do conceito de revolução no mundo luso-brasileiro foi feito por Lúcia Maria Bastos Pereira Neves. “Revolução: em busca do conceito no império luso-brasileiro (1789-1822)”. João Feres Jr.; Marcelo Jasmin (org.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Loyola: IUPERJ, 2007. pp. 129-140.

²¹¹ Idem, p. 6-7. Essa é outra passagem que Beauchamp copiou de Beaumelle sem o citar. A passagem na obra de Beaumelle está na página 161 da edição que utilizamos.

²¹² Marco Morel. “Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, p. 34-38, mai. 2010. p. 37. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/almanack>> (acessado em 10 de janeiro de 2011).

²¹³ Cristiane Alves Camacho dos Santos. “A vitória dos ‘três séculos de opressão’”. In: *Escrevendo a história do futuro...* Op. Cit. pp. 103-163.

Independência do Brasil descrita por Beaumelle não se diferencia muito daquela que foi descrita por Beauchamp. Como afirmou o visconde de Cairu, Beauchamp utilizou algumas idéias de Beaumelle, chegando inclusive a transcrever alguns trechos.

O panfleto apologético de Beaumelle começava destacando que “os grandes eventos que se apresentam depois de algum tempo sobre a cena do mundo, sucedem-se uns aos outros com uma rapidez, que eles somente atingem ligeiramente nossa imaginação”. Entretanto, um desses eventos parecia ser fecundo em resultados: era a emancipação do Brasil ²¹⁴. Constatava que “não existe um só corpo de nação que nós contávamos há trinta séculos [assim como] não existe a metade daquelas que subsistiam a cinqüenta anos” ²¹⁵. Esta situação pode ser considerada um dos frutos da Era dos Congressos, na qual várias nações surgiram e outras desapareceram. Amenizava a idéia da emancipação das colônias americanas como uma ruptura brusca – como revolução – quando afirmou que ela não havia sido originada a partir de atos individuais, mas de “fatos sociais desenvolvidos pela evolução sucessiva dos diferentes eventos que lhes prepararam”, e não seria em vão buscar no passado a “origem de direitos novamente reclamados”. Sendo assim,

como não existe intervalo brusco nos eventos, nas constituições políticas e na organização dos indivíduos, a natureza procede gradualmente, *natura non facit saltus*; encontraremos nos antigos documentos da história dos povos o germe dos fatos os quais somos testemunhas, e o conhecimento de sua origem nos servirá para julgar melhor. ²¹⁶

Ao defender a inexistência de intervalos bruscos dos eventos, Beaumelle tentava controlar a sensação de aceleração do tempo, mobilizando o conceito de germe, utilizado por alguns nesse período para lidar com uma visão histórica marcada por retrocessos e descontinuidades, além de funcionar como um contrapeso à noção

²¹⁴ Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de La Beaumelle. *L'Empire du Brésil, considéré sous ses rapports politiques et commerciaux*. Paris : Bossange Frères, 1823, p. I. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 8 de janeiro de 2010). « Les grands événements qui se présentent depuis quelques temps sur la scène du monde, se succèdent les uns aux autres avec une telle rapidité, qu'ils ne font que frapper légèrement notre imagination ».

²¹⁵ Idem, p. 1-2. No original : « Le fait est incontestable ; l'histoire entière nous l'atteste. Il n'existe pas un seul corps de nations que l'on comptait il y a trente siècles ; que dis-je ? il n'en existe pas la moitié de ceux qui subsistaient il y a cinquante ans [...] ».

²¹⁶ Idem, p. 10. No original: « [...] des faits sociaux développés par l'évolution successive des différents événements qui les ont préparés [...].« Cependant ce n'est point une vaine étude, ce que sont point d'inutiles recherches de curiosité que de chercher dans les temps anciens l'origine des droits nouvellement réclamés. Ils en tirent une nouvelle force ; et d'ailleurs, comme il n'existe point d'intervalle brusque dans les événements, comme dans les constitutions politiques, ainsi que dans les organisations d'individus, la nature procède graduellement, *natura non facit saltus* ; on trouvera dans les antiques documens de l'histoire des peuples le germe des faits dont nous sommes les témoins, et la connaissance de leur origine servira à nous les faire mieux juger ».

catastrófica de revolução ²¹⁷. Descreveu o crescimento natural das nações e os fatos que geralmente concorrem para que isso acontecesse, mas deixou claro que havia uma força antagônica que combatia esse crescimento, e que, em certas circunstâncias, poderia acabar por dividi-las: era o desejo de independência, do qual cada uma das partes de uma vasta monarquia era dotada. Esse desejo, associado ao crescimento de uma força própria numa parte afastada dessa monarquia, tornaria a separação tão necessária quanto havia sido sua adesão. Não seria fácil reconhecer todas as circunstâncias que concorria para a fragmentação dos Estados, mas um dos mais significativos seria, evidentemente, seu afastamento em relação ao centro do império ²¹⁸. As colônias são fracas, afirmou, e esse sentimento de fraqueza promovia sua adesão ao estado que as fundou. Entretanto, pouco a pouco elas se expandiam, o que tornava sua administração pela metrópole cada vez mais difícil. Sua emancipação aparecia então na primeira circunstância. Aparecia, disse ele, pois é evidente que “a independência deve existir de fato antes de ser declarada” ²¹⁹.

Beaumelle e Beauchamp mobilizaram em suas narrativas uma idéia que se tornaria um lugar comum no vocabulário político durante e após a Independência: a noção de Providência. Ela servia tanto como um elemento estabilizador da aceleração do tempo, quanto para justificar os acontecimentos que levaram à Independência, “(...) pois, se estes eventos são o resultado de uma disposição providencial”, afirmou Beaumelle, “se eles são o lugar dos fatos que passaram e que, se passaram, estão fora do poder humano”²²⁰. A leitura da independência e da fundação do império do Brasil para alguns protagonistas políticos e autores da época foi, em grande medida, alimentada por essa compreensão. Para Beaumelle, cessada a idéia tão clara até então que, “para regenerar Portugal, [os portugueses] deveriam submeter o Brasil” ²²¹, a independência

²¹⁷ Valdei Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...*Op. Cit. p. 36.

²¹⁸ Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de La Beaumelle. *L'Empire du Brésil...*Op. Cit. p. 4-5.

²¹⁹ Idem. p. 9-10.

²²⁰ Ibidem. O debate a respeito da mobilização do conceito de Providência na França durante o século XIX, particularmente em Alexis de Tocqueville, gira em torno de duas hipóteses distintas. Questiona-se, em primeiro lugar, se o conceito era mobilizado como uma compreensão literal da atuação da Providência na história ou, em segundo lugar, se seu uso era apenas um argumento retórico. Cf. Marcelo Gantus Jasmin. “Providência e História”. In: *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ, 2005. pp. 151-176.

²²¹ Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de La Beaumelle. *L'Empire du Brésil...*Op. Cit. p. 73. O contexto da citação refere-se à discussão sobre o estatuto colonial do Brasil nas Cortes de Lisboa, quando Beaumelle afirmou que os deputados portugueses começaram a tomar decisões a respeito do Brasil antes da chegada dos deputados brasileiros. Segue a citação na íntegra: « [...] Ils ne pouvaient pas être douteux ; puisqu'elles avaient attribué à l'indépendance du Brésil la décadence du Portugal ; il était clair que pour régénérer le Portugal elles devaient soumettre le Brésil. Aussi, elles commencèrent, même avant l'arrivée des députés coloniaux, à prendre des mesures relatives à ce pays ». Sobre a atuação dos deputados

do Brasil não teria se realizado através de ruptura, mas sim dos eventos preparados desde muito tempo por eventos anteriores, ela mesma um produto da Providência ²²². Isso seria reafirmado diversas vezes por Beaumelle e por Beauchamp, como na passagem em que este último afirmou categoricamente que a emancipação de um jovem império, porém já poderoso, foi um decreto da divina Providência ²²³. Ele chegou a reforçar essa idéia em várias passagens de sua obra, como naquela que vemos a seguir:

Dom Pedro tem se tornado imperador do Brasil, como o duque d'Anjou se tornou rei da Espanha, sob o nome de Filipe V; como Fernando de Bourbon se tornou rei de Nápoles, a título hereditário [...]. No Brasil, mesma legitimidade, mesma necessidade de conservar o princípio monárquico e a hereditariedade da coroa. Podemos dizer que a legitimidade, esta ordem de sucessão estabelecida pela Providência, tem sido legalmente promulgada no Brasil na pessoa de Dom Pedro ²²⁴.

A base desse discurso providencialista neste momento pode ter origem nas discussões sobre a legitimidade monárquica quando foi firmado o pacto da Santa Aliança, concluído em 26 de setembro de 1815 pelo czar Alexandre I e outros países europeus. A França só viria a se juntar a esse grupo em 1818, do qual a Inglaterra, visando interesses próprios, acabou se isolando voluntariamente. Jacques-Henri Pirenne, assim como outros historiadores, chamou atenção para o aspecto místico do discurso promovido pela Santa Aliança ²²⁵. Para ele, o recurso a Deus era uma tendência naquele momento. Alexandre I, sem querer renunciar às suas pretensões territoriais, tentou evitar uma ruptura com seus aliados enviando-lhes em 31 de dezembro de 1814 um *memorandum*, no qual invocava os princípios imutáveis da religião cristã como básica única da ordem política e moral que deveria se estabelecer na Europa ²²⁶.

Embora fosse reconhecido mais por seus trabalhos como geógrafo, Conrad Malte-Brun, que era muito próximo a Beauchamp, terminou de escrever em meados de setembro de 1824 o seu *Traité de légitimité*, o qual deveria servir de base para o direito público da Europa cristã. Ele viria a ser publicado no ano seguinte, precedido de uma carta na qual o dedicava à Chateaubriand. No início do tratado ele afirmou o seguinte:

brasileiros nessas discussões, Cf. Márcia Regina Berbel. *A nação como artefato – deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

²²² Idem, p. 95.

²²³ Alphonse de Beauchamp. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil...* Op. Cit. p. XII.

²²⁴ Idem, p. 45.

²²⁵ Maurice Bouquin. *Histoire de la Sainte-Alliance*. Genève : Librairie de l'Université Georg et Cie, 1954.

²²⁶ Jacques-Henri Pirenne. « L'union des deux natures politique et mystique du Pacte de la Sainte Alliance ». In : *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tome 56. Fasc. 2, 1978. Histoire (depuis l'Antiquité) – Geschiedenis (sedert de Oudheid). pp. 399-409. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 16 de março de 2011).

“Somente Deus é soberano! Somente a ele pertence todo poder, porque somente nele estão os tesouros do amor, da ciência e sabedoria infinitas”.

Estas palavras, quem as pronunciou? Foi a Europa, assinando o pacto da santa aliança; foi a cristandade, reunida ao redor dos altares do salvador. Esta confissão solene de uma verdade divina inicia uma nova era na história política.²²⁷

Malte-Brun chegou a citar um trecho da declaração assinada pelos aliados, na qual relatava a resolução que, tanto na administração de seus respectivos estados quanto nas relações políticas estabelecidas com outros governos, eles tomariam por único guia os princípios da santa religião, da justiça, da caridade cristã e da paz, os quais, longe de serem aplicados apenas aos interesses privados, deveriam exercer uma influência imediata sobre todos os conselhos dos príncipes e reger todas as suas diligências, como também deveriam ser consideradas como o único meio de consolidar as instituições humanas e sanar suas imperfeições: sob essas declarações religiosas, todos os estados comprometidos com a Santa Aliança prometeram manter as legitimidades existentes.

Desenvolver o princípio da legitimidade conforme o espírito da Santa Aliança era o objetivo de seu tratado. Pretendia apresentar e fixar a idéia da legitimidade em sua aceção mais estendida, como o princípio fundador e conservador de toda sociedade, além de lembrar os efeitos benéficos que ela havia exercido sobre o sistema político, civil e religioso da antiga Europa. Além disso, era necessário demonstrar a funesta queda daquela Europa, a qual foi seguida por uma nova época de barbárie, para depois saudar o seu restabelecimento como a aurora de uma nova época de felicidade para a Europa e para a França. Entretanto, a legitimidade deveria ser considerada mais protetora dos povos do que guardiã dos tronos. Ela lhes revelaria os princípios da verdadeira liberdade e civilização, além de inspirar a coragem de combater as tiranias de todas as espécies, assim como os direitos da pátria e os interesses da humanidade²²⁸.

Malte-Brun questionava por que o legislador eterno, que chegou a conceder leis uniformes tanto aos astros quanto aos menores vermes, não fez o mesmo com relação ao estado político, quando poderia também ter criado um modelo de estado sob as mesmas condições, imprimindo um movimento regular aos impérios e às repúblicas, ao “fixar a

²²⁷ Conrad Malte-Brun. *Traité de la légitimité, considérée comme base du droit public de l'Europe chrétienne, précédé d'une lettre à S. S. Le vicomte de Chateaubriand...* Paris : Charles Gosselin, 1825, p. 3. Disponível em <<http://www.gallica.fr>> (acessado em 14 de março de 2011). No original : « 'Dieu seul est souverain ! A lui seul appartient toute puissance, parcequ'en lui seul sont les trésor d'amour, de science et de sagesse infinies'. Ces paroles, qui les a prononcées ? c'est l'Europe, en signant le pacte de la sainte alliance ; c'est la chrétienté, réunie autour des autels du sauver. Cet aveu solennel d'une vérité divine commence une nouvelle ère dans l'histoire politique ».

²²⁸ Idem, p. 4-6.

forma e a marcha dos corpos políticos como aquela dos corpos celestes [...]”²²⁹. Para ele, isso não teria acontecido porque Deus quis abandonar esta ordem de coisas às próprias mãos do homem. Afirmou que o mundo político, assim como as letras, as artes, a civilização, era apenas um objeto temporário da atividade humana, e o mais alto grau de importância ao qual toda civilização poderia aspirar era aquele de ser “uma escola passageira das virtudes humanas, um ensaio mortal de imitar as criações do Eterno, uma sombra fugitiva da imortal cidade de Deus”²³⁰.

A legitimidade não deveria ser considerada uma abstração, mas sim um fato (*un fait*) que absorvia todas as abstrações. Malte-Brun disse que sua defesa da legitimidade não era proposta como uma teoria particular, mas sim como um pensamento do gênero humano, unânime em todos os povos civilizados e que, mesmo nas tempestades revolucionárias e nas sombras da tirania, ora radiosa, ora obscurecida, restaria sempre iluminada e nunca se extinguiria. Nenhum fato era mais marcante na história do que esta tendência que os povos tinham em reconhecer uma legitimidade qualquer que fosse, um ponto fixo, diante do qual o tempo pararia imóvel. Embora a forma de cada governo fosse puramente de direito político, o supremo poder *legítimo* tinha nele mesmo uma característica religiosa e divina. A legitimidade seria, portanto, uma emanção indireta do pensamento divino e as santas escrituras concediam aos reis e a todos os governantes legítimos os mais admiráveis preceitos sobre o modo de compor e conduzir seu conselho. Um rei legítimo na Europa cristã poderia se dedicar apenas à leitura do livro divino, pois nele encontraria toda a política necessária para formar seu conselho secreto.

Além disso, Malte-Brun demonstrou-se preocupado com os imensos países, povoados de colônias européias, que passavam ainda por agitações interiores que lhes impedia de chegar a um estado de estabilidade. Entretanto, essa preocupação logo seria amenizada a partir da decisão da abertura de um Congresso sobre as Colônias no Panamá, que acabou acontecendo em 1826, o qual parecia por um termo às discussões coloniais entre Europa e América. Acenando para a possibilidade desse congresso desde 1817, De Pradt demonstrou bastante entusiasmo ao falar sobre o assunto:

Um congresso na América! Um congresso dos Povos! [...] Um congresso para por fim à uma guerra da Europa contra a América, e para fixar os direitos de uma porção do globo para suas outras partes. Céu, em que tempo nós vivemos! e comparando tantas

²²⁹ No original: « [...] de fixer enfin la forme et la marche des corps politiques comme celle des corps célestes ? ».

²³⁰ Idem, p. 10. No original: « [...] une école passagère des vertus humaines, un essai mortel d’imiter les créations de l’Éternel, une ombre fugitive de l’immortelle cité de Dieu »

novidades e grandezas, que tornaria o resto da história, *mesmo aquela dos antigos dias?* Que época do mundo viu tal reunião chamada a partir do seio de um território tão vasto, destinado a pronunciar sobre iguais interesses? ²³¹

Sob o signo da epígrafe – *O gênero humano está em marcha, e nada o fará retroagir* ²³² – De Pradt afirmou que este congresso era necessário porque a América passava a ocupar uma posição de destaque na nova ordem das nações: “Há dez anos, quem se ocupava da América? hoje, quem não é forçado a se ocupar dela? Há dez anos, que lugar ocupava a América nos registros públicos dos eventos de todo universo, que nós chamamos *os jornais?*” ²³³. Para De Pradt, somente a vitória restava à América e a partir desse instante ela passava a integrar o mesmo caminho das nações civilizadas do mundo. E concluía: “Não será mais necessário tratar da Revolução da América, mas somente escrever sua história, como se tem feito para o resto do mundo” ²³⁴.

Em 1824 já havia começado a ser publicada em Paris uma coleção intitulada *Résumés de l’histoire de tous les peuples anciens et modernes*. Seu objetivo era uma apresentação resumida, porém completa, dos conhecimentos da literatura e da legislação dos povos. Foi nessa coleção que Ferdinand Denis (1798-1890) publicou em 1825 o *Résumé de l’histoire du Brésil suivi du résumé de l’histoire de la Guyane*, no qual incorporou o relato dos acontecimentos referentes ao Brasil até 1824. Um ano depois, Denis publicaria na mesma coleção o *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal suivi de l’histoire littéraire du Brésil* ²³⁵. A partir dessa coleção, as histórias de Portugal e do Brasil passavam a ser vistas como duas histórias diferentes entre si, escritas a partir de ordenações narrativas distintas, inclusive fisicamente, em livros separados. Se o resumo

²³¹ Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prohliac de Fourt de Pradt. *Congrès de Panama*. Paris : Bechet Ainé, 1825, p. 1. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 23 de novembro de 2011). No original : « Un congrès en Amérique ! Un congrès des Peuples ! [...] Un congrès pour mettre fin à une guerre de l’Europe contre l’Amérique, et pour fixer les droits d’une portion du globe envers ses autres parties. Ciel, dans quel temps vivons-nous ! et en comparaison de tant de nouveautés et de grandeurs, que devient le reste de l’histoire, *même celle des anciens jours ?* Quelle époque du monde vit jamais une réunion appelée du sein d’un territoire aussi vaste, et destinée à prononcer sur de pareils intérêts ? ».

²³² No original : *Le genre humain est en marche, et rien ne le fera rétrograder*.

²³³ Idem, p. 10-11. No original: « [...] Voyez comme le tableau s’est agrandi dans l’espace de quelques années : il y a dix ans, qui s’occupait de l’Amérique ? aujourd’hui, qui n’est pas forcé de s’en occuper ? il y a dix ans, quelle place occupait l’Amérique dans ces registres publics des événements de tout l’univers, que l’on appelle *les journaux ?* ».

²³⁴ Idem, p. VI. No original: « [...] Il n’y aura plus à traiter de la révolution de l’Amérique, mais seulement à écrire son histoire, comme on le fait pour le reste du monde ».

²³⁵ Ferdinand Denis. *Resume de l’histoire du Brésil, suivi du résumé de l’histoire de la Guyane*. Seconde Édition. Paris : Lecointe et Durey, 1825. Na mesma coleção, Alphonse Rabbe (1784-1829) já havia publicado os *Résumés* da história de Portugal e da Espanha Alphonse Rabbe. *Résumé de l’histoire de Portugal, depuis des premiers temps de la monarchie jusqu’en 1823*. Seconde édition. Paris : Lecointe et Durey, 1824.

de história literária do Brasil teve que vir seguido do resumo da história literária de Portugal, foi uma oportunidade que Denis encontrou para criticar a colonização portuguesa na América, que havia sufocado a constituição de uma literatura nacional brasileira ²³⁶:

Durante muito tempo a América meridional, submetida ao jugo de duas potências européias, parecia condenada a lhes fornecer riquezas sem compartilhar sua glória. Com a necessidade da liberdade sentiu-se no Novo Mundo um desejo ardente de aumentar seus conhecimentos. Nós não estamos mais no tempo onde se poderia reter os Americanos sob dependência pelas ligações políticas e por aquelas da ignorância. Onde nós arrancamos ouro, nós deixamos escapar o germe de todos os conhecimentos; nós veremos o que produzirá essa mudança, que se fez freqüentemente apesar de nós, pois na maior parte dos estados da América do Sul os livros eram proibidos, ou viriam se esconder nas bibliotecas dos monges, e que lá com muita freqüência uma ignorância ociosa os desdenhava ²³⁷.

Denis gozaria de grande reputação nos círculos literários do Brasil durante todo o século XIX, assim como seria responsável por manter um intenso intercâmbio literário com o Brasil, além de ser uma porta de entrada da literatura brasileira na França ²³⁸. Entretanto, ficaria a cargo das primeiras gerações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, a difícil tarefa de escrever a história nacional do Brasil. Entre heranças e influências estrangeiras, a escrita dessa história se daria em meio a disputas sobre leituras distintas do passado colonial brasileiro. Alphonse de Beauchamp seria recuperado nesse contexto. Porém, sua imagem nem de longe lembraria a alcunha de corajoso e eloqüente advogado do Brasil, como um dia fora chamado pelo Visconde de Cairu.

²³⁶ Guilhermino César (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo*. 1. A contribuição européia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.

²³⁷ Ferdinand Denis. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris : Lecointe et Durey, 1826. p. 513-514. No original : « Pendant long-temps l'Amérique méridionale, soumise au joug de deux puissances européennes, sembla condamnée à leur fournir des richesses sans partager leur gloire. Avec le besoin de la liberté on a senti dans le Nouveau-Monde un désir ardent d'accroître ses connaissances. Nous ne sommes plus au temps où l'on pouvait retenir les Américains sous la dépendance par les liens politiques et par ceux de l'ignorance. Où nous avons arraché de l'or, nous avons laissé échapper le germe de toutes les connaissances ; nous verrons ce que produira cet échange, qui se faisait souvent malgré nous, puisque dans la plupart des états de l'Amérique du sud les livres étaient prohibés, ou venaient s'enfouir dans les bibliothèques des moines, et que là trop souvent une oisive ignorance les dédaignait. »

²³⁸ Maria Helena Rouanet. *Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

CAPÍTULO 3

Que história escrever para o Império do Brasil: polêmicas e disputas por uma história verdadeira

Parece consensual entre os historiadores de ofício que o século XIX significou efetivamente o momento de profissionalização e organização de uma disciplina que passava a deter o monopólio de enunciação legítima sobre o passado [...]. De um modelo unívoco e rígido de conceber a escrita da história que parecia dar unidade ao campo no século XIX, sabemos o quanto era atravessado por disputas e tensões, por modelos alternativos de conceber a prática do ofício, assim como por tradições diversas em termos de gêneros adequados à exposição dos fatos narrados.²³⁹

Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010) vinha insistindo em seus últimos textos publicados no caráter polissêmico que moldou a constituição e profissionalização do campo historiográfico no século XIX. Suas reflexões partiam do contexto brasileiro, em especial da cultura histórica que se forjou no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 na cidade do Rio de Janeiro. A partir de suas reflexões, somos levados a perceber a constituição da produção historiográfica naquele século a partir das várias tradições, principalmente em termos de gêneros históricos, que foram adotadas por diversos homens de letras na exposição dos fatos pretéritos que eles narraram. Tradições estas que acabaram também originando disputas por memória que, ao canonizar autores e obras e constituindo assim o panteão dos nossos clássicos, acabou delegando outros ao esquecimento. Neste capítulo demonstraremos algumas interpretações da história do Brasil realizadas por letrados ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos anos iniciais da instituição. Interpretações distintas que foram mobilizadas a partir de determinadas heranças e intercâmbios intelectuais com alguns historiadores franceses, dentre eles Alphonse de Beauchamp. Para darmos início a essa discussão, quem nos introduz no debate é o General José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869).

²³⁹ Manoel Luiz Salgado Guimarães. “Escrever a história, domesticar o passado”. In: *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Antonio Herculano Lopes, Monica Pimenta Veloso e Sandra Jatahy Pesavento (orgs.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 48; Do mesmo autor: “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

A crônica precedeu a história

Como afirmou Selma Rinaldi Mattos, Abreu e Lima viveu várias vidas em seus 75 anos de existência ²⁴⁰. Poderíamos afirmar que uma delas começou e terminou com a publicação do *Compêndio da História do Brasil* em 1843, que teve também uma edição especial publicada em 1844, destinada a servir como livro oficial de história do Brasil no Colégio D. Pedro II até 1861²⁴¹. Sua obra iniciava com a exortação da jovialidade do novo país que contava naquele momento com apenas vinte anos de existência como nação. Entretanto, tal condição denunciava a impossibilidade dela possuir naquele momento uma “literatura propriamente sua”:

Todas as nações existiram anos e séculos antes de possuírem uma literatura própria; e só depois da introdução das artes e das ciências, é que cada povo as vai apropriando e desenvolvendo segundo o caráter nacional, e formando deste modo o pecúlio de suas doutrinas e fatos. Assim foi que as artes precederam as ciências, que a crônica precedeu a história, porque começou-se pela prática e acabou-se pela teoria. ²⁴²

Abreu e Lima afirmou que, enquanto colônia, o Brasil pertencia a um povo civilizado, em cuja literatura deveria figurar escritores brasileiros dentre aqueles que também haviam nascido na metrópole. Entretanto, presos ao modelo metropolitano, tais escritores seguiam as doutrinas do colonizador, “sem que as nossas obras cheirassem ao menos às flores da nossa eterna primavera”. Os poetas brasileiros cantaram o Tejo e o Douro em suas poesias, ao invés do Paraíba e do Rio Doce. O que poderia em outras circunstâncias parecer pueril era destacado como a prova cabal de que tais poetas faziam parte da literatura portuguesa, pois “tem todo o cunho de sua nacionalidade” ²⁴³. Percebemos que o fator determinante do pertencimento à nacionalidade portuguesa ou brasileira – a descrição de sua natureza – enfatiza a produção de uma literatura que seja capaz de representar a *cor local*. Dessa forma, Abreu e Lima exigia uma reparação do tempo perdido a partir da preparação dos elementos de uma literatura propriamente

²⁴⁰ Selma Rinaldi de Mattos. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 10.

²⁴¹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “A história para uso da mocidade brasileira”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 50-52.

²⁴² José Ignácio de Abreu e Lima. *Compêndio da História do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. V-VI. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 18 de fevereiro de 2010). (Grifo do autor).

²⁴³ Idem.

brasileira, pois, somente assim teria início o que ele chamou de “obra da nossa regeneração intelectual”²⁴⁴.

O conceito de literatura mobilizado por Abreu e Lima permanecia atrelado ao domínio das belas-letas, no qual a história ocupava o primeiro lugar. Nenhum serviço seria mais útil à literatura nacional, disse ele, do que começar a preparar os elementos que constituiriam sua história. Para que isso acontecesse, era necessário averiguar e ordenar os fatos, corrigir e verificar datas e, sobretudo, “esmerilhar antigos documentos para salvá-los do esquecimento” ou para “comprovar muitos feitos”, que naquele momento passavam por fabulosos ou que poderiam vir a parecê-los no futuro, se corresse sem provas de sua existência. Apesar desse apelo, seu *Compêndio* foi escrito a partir de uma síntese produzida das diversas narrativas sobre o Brasil, nacionais e estrangeiras, que haviam sido publicadas desde o início do século XIX²⁴⁵. O método utilizado por ele o levou a utilizar muito pouco de sua “própria lavra”. Serviu-se em grande parte do trabalho alheio por lhe ser muito pouco acessível consultar documentos em arquivos. Confessava que sua obra não era uma composição inteiramente original, *mas uma compilação de vários autores* submetidos a uma criteriosa dedução cronológica. Dentre os autores relacionados constavam o padre Manoel Aires de Casal (1724-1821), Robert Southey (1774-1843), Alphonse de Beauchamp, Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde (1802-1839) e John Armitage. Este último serviu como fonte para escrita da história mais recente do Império. Apesar disso, foi necessário realizar algumas alterações a partir de outros escritos da mesma época que lhe pareciam mais exatos como, por exemplo, os Anais do Visconde de São Leopoldo, que recebeu um grande aval de Abreu e Lima por lhe parecer mais habilitado a falar sobre o assunto devido à sua qualidade de “quase testemunha ocular”²⁴⁶.

²⁴⁴ Idem, p. VII. Desde a publicação do *Résumé de l'histoire du Brésil* por Ferdinand Denis, uma de suas obras mais citadas pelos letrados brasileiros do século XIX, a descrição da natureza local passava a ser exortada como uma forma de alcançar a autonomização da literatura. Cf. Luiz Costa Lima. “Natureza e História nos Trópicos”. In: *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 134. Sobre o grande peso concedido à *cor local* e à *nacionalidade* na busca das origens de uma literatura brasileira, Cf. Flora Süssekind. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁴⁵ Apesar disso, tinha conhecimento de parte da documentação relativa à história recente do Império, pois, numa sessão de 22 de outubro de 1839, doou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um manuscrito raro, no qual se evidenciava uma simpatia do governador de Pernambuco em 1817 – Caetano Pinto de Miranda Montenegro – pelos rebeldes que se levantaram contra o governo naquela ocasião. Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro. *R. IHGB*, 156 (388), jul-set., 1995, p. 518.

²⁴⁶ José Ignácio de Abreu e Lima. *Compêndio da História do Brasil...* Op. Cit. p. VII-X.

O mérito de seu *Compêndio* consistiria, segundo ele, na recopilação de um grande número de fatos que se achavam espalhados através de escritos produzidos em diferentes épocas. Sobre o estilo empregado em sua obra, afirmou que a história comportava todos os estilos e que cada assunto demandava um modo próprio de descrição, “*assim como um quadro exige diferentes tintas, com quanto seja delineado pelo mesmo pincel*”. Dessa forma, a variedade de estilos que poderia ser encontrada em seu *Compêndio* não deveria ser considerada um defeito, mas sim “filha da arte”, pois pouco havia de redação própria. Coletando extratos e copiando diferentes obras, conservou propositalmente o estilo dos autores dos quais se serviu, alterando vez ou outra uma palavra ou frase ²⁴⁷. Na impossibilidade de recorrer a documentos que poderiam ser encontrados em arquivos, Abreu e Lima dispôs então dos vários escritos que já haviam tratado dos assuntos que ele também relataria no seu compêndio. Essa maneira de escrever história foi empregada também por Beauchamp quando escreveu sua *Histoire du Brésil*. Como ele próprio já havia afirmado quando refletiu sobre a natureza das composições históricas relativas à história contemporânea, a dificuldade de escrita daquela história residia justamente no fato de não ter nenhum guia ou modelo para escrevê-la, enquanto a história de um passado mais remoto poderia ser escrita a partir daquilo que outras pessoas já haviam escrito: dessa forma, podia-se fazer um livro com outros livros. A variedade de estilos como filha da arte, afirmada por Abreu e Lima, nos mostra que o mérito do historiador estaria em sua capacidade de coordenar o que já fora escrito anteriormente sobre o assunto, de modo que sua composição pudesse representar uma junção coesa daqueles escritos.

A descrição feita por Abreu e Lima do método empregado por ele na composição do seu *Compêndio* pode ser aproximada da caracterização feita por Krzysztof Pomian da prática historiográfica realizada pelos historiadores da Alta Idade Média. Segundo ele, a assimilação do conhecimento histórico a um tipo de conhecimento imediato poderia explicar a preferência que aquele tipo de historiador teve pelas narrativas históricas em detrimento de documentos, mesmo quando eles eram disponíveis: o documento era considerado apenas um traço do evento, enquanto a narrativa tinha um status mais verídico por se basear na autópsia de quem a descrevera. Além disso, as narrativas repletas de artifícios retóricos, de detalhes pitorescos e de cor eram mais valorizadas do que uma narrativa sóbria (*récit sobre*). Entretanto, o abandono

²⁴⁷ Idem, p. X-XI. (Grifo nosso)

de um conhecimento imediato, provocado pelas transformações científicas dos séculos XVI e XVII, teria feito com que os historiadores substituíssem a fé delegada às narrativas e às intenções de seus autores pela crítica das fontes e por uma grande desconfiança dos historiadores antigos e medievais. A Querela dos Antigos e Modernos, ocorrida entre o fim do século XVII e o próximo, acabou sendo canonizada como o acontecimento que invalidou aquela construção medieval da História. Entretanto, como alerta Pomian, numerosos foram os historiadores que continuariam praticando essa historiografia de cunho retórico e apologético²⁴⁸.

De todo modo, a composição de uma narrativa sobre a história contemporânea implicava (como Beauchamp já havia afirmado) em escrevê-la sem nenhum guia ou modelo. Isso é facilmente demonstrável quando Abreu e Lima afirmou que o 8º e último capítulo do seu *Compêndio* era todo de redação própria, pois, segundo ele, “nada havia escrito desta época”²⁴⁹: para escrevê-lo, teria que recorrer às testemunhas ainda vivas que presenciaram os acontecimentos mais recentes e/ou à sua própria lembrança. Mas os desafios da escrita da história contemporânea não se limitavam apenas à falta de guias e modelos. Um dos maiores problemas enfrentado pelo historiador que escrevia sobre história contemporânea relacionava-se à conveniência em tornar público o conteúdo de alguns episódios, assim como os nomes envolvidos neles. Abreu e Lima disse que se tivesse limitado a escrever apenas acerca das gerações passadas, poderia sem receios proferir juízos em sua história. Entretanto, como quis levar adiante o plano de sua história até sua época atual, teve que se contentar em assinalar os fatos sem nenhuma reflexão. Diante desta situação foi levado também a omitir o nome de algumas pessoas que figuraram nos acontecimentos mais recentes, segundo ele, “para evitar queixumes, e talvez ressentimentos daqueles com quem vivemos de parceria”. Por este motivo, afirmou que “antes quis passar por simples cronista do que por historiador”, reservando suas opiniões para não parecer temerário.

Mesmo com a supressão de alguns nomes, Abreu e Lima reconheceria que “é quase impossível a imparcialidade na *história contemporânea*”, embora continuasse reafirmando que evitou o quanto lhe foi possível comprometer a honra de “qualquer homem que estivesse vivo, contentando-me com referir os acontecimentos como se

²⁴⁸ Krzysztof Pomian. « L’histoire de la science et l’histoire de l’histoire ». In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 30^e année, N. 5, 1975. P. 942-951. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 14 de fevereiro de 2011) ; Hans Ulrich Gumbrecht. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro : Record, 1999, p. 460.

²⁴⁹ José Ignácio de Abreu e Lima. *Compêndio da História do Brasil...Op. Cit.* p. IX-X.

passaram, e deixando à posteridade o direito de julgá-los”²⁵⁰. Essa situação demonstra uma característica fundamental para se compreender o veto à história contemporânea na cultura histórica que vinha se desenvolvendo em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos seus anos iniciais. Segundo Lúcia Guimarães, a necessidade de recordar que se desenvolveu nesta instituição foi submetida às condições em que os integrantes do Instituto, sobretudo os sócios que acumulavam cargos políticos (sua maioria), dialogaram com as circunstâncias históricas. Foi justamente no plano da ação política que foram tomadas as decisões sobre a conveniência ou não em tornar públicos alguns documentos da história mais recente do Império, particularmente aqueles relativos à Independência do Brasil. Nesse sentido, foram arquivados os documentos que, se divulgados, prejudicariam a imagem de determinados sócios, assim como obras que apresentassem versões incompatíveis com o projeto político em curso foram censuradas.

É muito significativa a expressão cunhada por Lúcia Guimarães para representar essa situação: o Instituto teria criado uma espécie de *arca do sigilo*, que só deveria ser aberta quando todos os nomes guardados nela tivessem comparecido perante o *tribunal da posteridade*. Como sublinhou a autora, houve um grande esforço para fazer com que o passado imediato aos anos iniciais do Instituto fosse esquecido. Sob este ponto de vista, reforçou-se o resgate da história de uma época mais longínqua, muito aquém da Independência. De todo modo, o projeto de memória desenvolvido no Instituto, que acabou valorizando esse passado mais remoto da história do Brasil, privilegiou a impressão de documentos históricos daquele passado, assim como passou a evitar a publicação de quaisquer indícios de contestação ao sistema colonial. Portanto, a importância concedida a essa documentação demonstrava a grande preocupação em reafirmar, naquele momento, as marcas da continuidade, da centralização e da legitimidade do Império brasileiro²⁵¹.

Logo que foi publicado em 1843, o *Compêndio* de Abreu e Lima foi imediatamente submetido a juízo por uma comissão que deveria ser nomeada pelo então secretário-perpétuo do Instituto e um de seus fundadores, o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). Entretanto, a idéia de uma comissão foi abandonada e o juízo sobre o *Compêndio* de Abreu e Lima fora delegado à Varnhagen: os estudos de crítica

²⁵⁰ Idem, p. XI-XII.

²⁵¹ Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial...Op. Cit. p. 516-522.

histórica e o grande domínio que ele tinha a respeito da documentação acerca da história do Brasil credenciavam-no, ao menos segundo a opinião de Januário da Cunha Barbosa, para a elaboração do juízo ²⁵². Já demos algumas indicações sobre o veto à história contemporânea no âmbito da ação política. Com o juízo expedido por Varnhagen, adentramos num domínio que não fica restrito apenas ao plano político. Ele nos permite ver como a prática historiográfica desenvolvida por Abreu e Lima começou sofrer um descrédito a partir de transformações que vinham ocorrendo na maneira de representar o passado.

Seguir o uso de todos os historiadores modernos

Sob um decoro cortês, que em nada anunciava as duras críticas que infligiria em seguida ao *Compêndio* de Abreu e Lima, Varnhagen iniciava o texto de seu Juízo a respeito daquela obra da seguinte forma:

“A falta de amor das velhas coisas da pátria, diz um dos primeiros representantes contemporâneos da literatura nossa co-irmã,— o meu ilustre amigo o Sr. Alexandre Herculano — “é indício certo da morte da nacionalidade, e por consequência do estado decadente e da ruína de qualquer povo.” Não se tinham ainda passado horas depois de lermos estas linhas no “Panorama” de 28 de outubro do corrente ano, quando nos vieram à mão os dois pequenos volumes de um — *Compendio da Historia do Brasil*, pelo Sr. J. I. de Abreu e Lima,— os quais, pois que nenhuma velhas coisas da pátria temos por demais importância que as respectivas à sua história, nos deram a doce consolação, como bem se pode crer, vindo eles em tal conjuntura, demais uma prova de nada contender com o nosso país frisante máxima profética anunciada. ²⁵³

Desde o início já podemos perceber sensíveis diferenças entre a opinião de Abreu e Lima e Varnhagen sobre a existência de uma literatura nacional brasileira: o primeiro defendeu a inexistência de uma literatura própria no Brasil, enquanto o segundo chamava a atenção para o grau de co-irmandade entre a literatura portuguesa e brasileira. De fato, todos os esforços de Varnhagen desde o princípio de sua vida literária dirigiram-se no sentido de reafirmar as continuidades históricas entre o Brasil e

²⁵² Selma Rinaldi Mattos. *Para formar os brasileiros...* Op. Cit. p. 179.

²⁵³ Francisco Adolfo de Varnhagen. “Primeiro Juizo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do ‘Compendio da História do Brasil’, pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima”. *Revista Trimensal de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Sexto. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1865 (1844), p. 60.

antiga metrópole: “Eu não fiz a história da América, senhores; eu escrevi a história da civilização do Brasil pelos Portugueses”²⁵⁴, afirmaria ele em 1858.

Varnhagen tentou amenizar o fato de Abreu e Lima ter escrito seu compêndio “a rogo de outrem”, além do fato de ele considerá-lo uma compilação de obras alheias: a princípio, ter afirmado que escreveu o seu compêndio daquela forma parecia à Varnhagen uma desculpa dada por Abreu e Lima baseada em sua modéstia como historiador. Contudo, ele havia utilizado como referência principal para a composição do primeiro volume do seu *Compêndio* “a tradução portuguesa de uma chamada História do Brasil, que corre como trabalhada por *Alfonso de Beauchamp*”, particularmente no período compreendido desde a colonização de Martin Afonso até a chegada da casa de Bragança ao Brasil, ou seja, entre 1532 e 1808, um período que, para Varnhagen, havia sido “pouco averiguado”. Sendo assim, Abreu e Lima teria cometido um grave erro e não ficou imune às críticas que a utilização de uma obra como aquela trazia naquele momento:

Magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser comunicadas aos nossos jovens, por uma pessoa de boa fé [...]; mas também ver a importância que essa mesma pessoa, também sem o querer, acabava de reivindicar para Beauchamp, que como escritor público, não inspira outro sentimento senão o do desprezo a quem louva a virtude, e respeita a propriedade mais sagrada que existe sobre a terra – a do entendimento.²⁵⁵

A maior parte das 25 páginas do Juízo de Varnhagen foi dedicada à comprovação das acusações de invenções e falsidades escritas por Beauchamp. Lado a lado, Varnhagen expunha os trechos copiados por Abreu e Lima da tradução portuguesa da história de Beauchamp, embora a crítica à Abreu e Lima fosse dirigida diretamente a Beauchamp – “não é com o Sr. Lima que nós temos que tratar, mas sim com o plagiário francês” – que teria plagiado Southey: “Agora os dois homens estão mortos [Southey e Beauchamp], são estrangeiros, nunca os conhecemos, e vamos ser seus jurados. É por

²⁵⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Examen de quelques points de l’histoire géographique du Brésil [...] ou Analyse critique du rapport de M. D’Avezac sur la récente histoire générale du Brésil*. Paris: L. Martinet, 1858, p. 10. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 17 de janeiro de 2011). No original: « [...] Je ne faisais pas l’histoire de l’Amérique, messieurs; j’écrivais celle de la civilisation du Brésil par les Portugais [...] ». Segundo João Paulo G. Pimenta, *História Geral do Brasil* de Varnhagen foi escrita sob a ótica de uma elite dirigente europeizada, articulando uma ligação entre Brasil e Portugal a partir de um conjunto de idéias que podem ser interpretadas como uma “mitologia das origens”. Cf. João Paulo Pimenta. “O ‘mito das origens’ nas historiografias argentina, uruguaia e brasileira: nação e território”. In: *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006. Ver também: Arno Wehling. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁵⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. “Primeiro Juízo...”. Op. cit. p. 62-63.

ventura preciso escrever o veredito?”²⁵⁶, diria Varnhagen. A polêmica entre Southey e Beauchamp havia começado nos primeiros anos do século XIX. Quando publicou *Histoire du Brésil* em 1815, Beauchamp contou que esteve em Londres e esperava a publicação do segundo volume da *History of Brazil* que Southey havia prometido: “Vã esperança; a expectativa da Europa literária foi uma vez mais enganada”²⁵⁷, afirmaria. O segundo volume da história de Southey foi publicado somente em 1817. Nessa ocasião, Southey respondeu às críticas de Beauchamp, acusando-o de ter produzido sua *Histoire du Brésil*, excetuando o capítulo inicial sobre a história de Portugal e o último contendo uma descrição do Brasil, a partir de todo o primeiro volume de sua *History of Brazil*²⁵⁸. Varnhagen reprovou enfaticamente as reclamações de Beauchamp a respeito da obra de Southey, e voltou suas críticas contra ele mesmo:

[...] E por Southey seguir o uso de todos os historiadores modernos de bom *critério*, de citarem à margem, e em notas os fundamentos do seu juízo e discurso, [Beauchamp] procura meter a ridículo o ser erudito. Mas, esquecido logo do que disse, vai ainda como arrependido, pelas margens da obra de Southey sem conhecimento algum dos livros e dos autores, aproveitar as migalhas das suas citações, para em breve ostentar-se erudito no prefácio!²⁵⁹

Além disso, Beauchamp teria se aproveitado do trabalho alheio, disfarçado o plágio convertendo algumas idéias em novas formas, suprimindo outras e sacrificado “muitas vezes a verdade histórica ao estilo fascinador, e por tanto, mais perigoso [...]”²⁶⁰. Ainda fora acusado de ter inventado uma série de nomes de nações indígenas, das quais ninguém nunca teria ouvido se quer sons a eles aproximados²⁶¹. Southey, além de ter seguido o uso de todos os historiadores modernos, teve também “a

²⁵⁶ Idem, p. 65.

²⁵⁷ Alphonse de Beauchamp. *Histoire du Brésil*. p. X. No original : « Vain espoir; l’attente de l’Europe littéraire a été encore une fois trompée ». Para uma recepção positiva da *Histoire du Brésil* de Beauchamp em Londres, Cf. “Particulars of the Country of the Brazils”. *The Literary Panorama*. New Series. Volume The Third. London: Miltonian Press, 1816. Para uma recepção negativa, que repete a acusação de plágio feita por Southey, Cf. *The Eclectic Review*. July-December. 1824. Vol. XXII. London: B. J. Holdsworth, 1824. p. 286-287. Ambos disponíveis em <<http://books.google.com.br>> (acessados em 21 de outubro de 2009).

²⁵⁸ Robert Southey. “Preface”. *History of Brazil, part the seconde*. London: Longman, 1817. p. vii-viii. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 30 de abril de 2008). Segue a passagem no original: “The list of authorities which he has given is copied from my marginal references; the manuscripts which he pretends to quote are those in my possession, and only those which I had used in my first volume. The whole matter of his history is taken from that volume, as far as it would carry him, and from no other source; and in many places it is close translation. Care has been taken to disguise this plagiarism by transposing the matter as much as possible, and omitting all that relates to Paraguay,...for M. Beauchamp is no novice in the art of plagiarism, as M. de Puissaye, and other of his countrymen, may bear witness.” (Grifos meus).

²⁵⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. “Primeiro Juízo...”. Op. Cit. p. 64.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem, p. 71-72.

inspiração de escrever uma história do Brasil” não só quando o país ainda não tinha se tornado independente, mas, também, quando ele ainda não havia se tornado o centro das atenções da Europa quando a Corte veio para o Brasil. Conforme Maria Odila da Silva Dias, a *History of Brazil* de Southey foi a primeira tentativa de *sistematização crítica e objetiva* dos fatos da história colonial. Além disso, teria feito uma crítica à colonização portuguesa a partir de uma narrativa factual e pormenorizada ao acompanhar, segundo a historiadora, a formação de uma sociedade civilizada nos trópicos. Ao tentar estabelecer uma continuidade histórica entre americanos e portugueses, Southey teria trazido uma nova contribuição para os conhecimentos históricos ao “encontrar o elo perdido no conhecimento do processo de transição da selvageria para a civilização”. Da mesma forma que Beauchamp, Southey escreveu sua história do Brasil no mesmo instante em que as colônias espanholas se separavam da metrópole e tornavam-se independentes, além de ser avesso às revoluções liberais que pretendiam criar novos Estados independentes ²⁶², chegando a publicar, em 1823, uma obra intitulada *History of the Peninsular War* [História da Guerra Peninsular], na qual criticou as reações liberais na península ibérica ²⁶³.

Sob o ponto de vista do posicionamento político diante das conseqüências legadas pela Revolução Francesa, Southey e Beauchamp até se aproximavam, pois, como vimos acima, o historiador francês também criticou veementemente os movimentos liberais na península ibérica. Entretanto, em questões de método e escrita da história, ambos tinham posições distintas. Southey foi auxiliado por uma “coleção de documentos” feita por seu tio, o reverendo Herbert Hill, durante sua residência de mais de trinta anos em Portugal. Com mais de 700 páginas, o primeiro volume da *History of Brazil* era considerado, segundo Varnhagen, o que havia “de mais essencial a organizar, principalmente por um estrangeiro, pela indispensável leitura e confrontação necessária de muitos documentos, às vezes mal escritos”. Além disso, o Visconde de Porto Seguro lembrou que o próprio Southey já havia reconhecido o quanto podia ser acrescentado à sua história caso alguém fosse compulsar os arquivos em Lisboa ²⁶⁴. Por mais que viesse a afirmar posteriormente que a *History of Brazil* de Southey merecia mais o título

²⁶² Maria Odila da Silva Dias. *O fardo do homem branco – Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 225-231.

²⁶³ Robert Southey. *History of the Peninsular War*. In Three Volumes. London: John Murray, 1823.

²⁶⁴ Idem, p. 63.

de *Memórias para escrever a história do Brasil e do dos países da Prata*²⁶⁵, ele não deixava de assinalar a importância dos meios empregados pelo historiador inglês para escrever sua história. Para ambos, os documentos guardados nos arquivos eram parte fundamental e imprescritível para se escrever uma história. Isso ficaria mais claro quando Varnhagen criticou Abreu e Lima da seguinte forma:

[...] Perdoe-nos o Sr. Abreu e Lima que não admitamos a sua conciliação, que, quando temos documentos positivos que falam, a história não pode inventar, nem fazer capitulações [...].— Tivesse Barros e tudo o mais que desejasse, parece-nos que nada trocaria pelo sedutor estilo do seu Beauchamp. Pois que melhores e mais seguros guias quer para a história de que os próprios documentos originais e autógrafos, guardados nos arquivos de um país que os conservou sempre no maior recato, e que são submetidos a exames paleógrafos, quando há neles a mínima suspeita?²⁶⁶

As acusações contra Abreu e Lima não permaneceram sem resposta. Do Recife, ele responderia não somente a Varnhagen, mas também ao cônego Januário da Cunha Barbosa. Nessa ocasião, lembrou que o cônego já vinha imprimindo opiniões desfavoráveis à sua pessoa há, no mínimo, há dez anos²⁶⁷. As severas críticas dirigidas ao *Compêndio* acabaram contribuindo para um grande descrédito que essa obra passaria a ter nos círculos eruditos brasileiro, além de levar o seu autor a devolver o diploma de sócio do Instituto. Apesar disso, sua obra figuraria como o livro de história obrigatório no Imperial Colégio Pedro II até 1862, quando seria substituído pelas novas lições de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). Os preceitos retóricos cultivados nessa instituição, com sua ênfase na compilação e na memorização dos textos, talvez tenham contribuído para a permanência do *Compêndio* como leitura obrigatória no colégio D. Pedro II²⁶⁸.

De todo modo, podemos ver que a escolha por uma obra composta de várias outras obras, bem como a ausência de documentos originais retirados dos arquivos fora uma atitude tomada por Abreu e Lima de forma consciente e voluntária. A metáfora do

²⁶⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Examen de quelques points...* Op. Cit. p. 7. No original : « Quoi qu'il en soit, je n'ai pu qu'être sensible à l'obligeance qu'il a bien voulu avoir, de mettre en relief toutes mes publications précédentes, faites dans le but de préparer consciemment le terrain, en commençant par débrouiller le véritable chaos où se trouvait l'histoire de mon pays, surtout celle du premier et du dernier siècle, malgré les travaux importants du célèbre Southey dans les trois gros volumes qu'il a appelés *Histoire du Brésil*, et qui méritaient plutôt le titre de *Mémoires pour écrire l'histoire du Brésil et des pays de la Plata*, etc. ».

²⁶⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen. "Primeiro Juízo..." Op. Cit. p. 74.

²⁶⁷ Para uma descrição sumária da resposta de Abreu e Lima ao Juízo expedido pelo Instituto sobre o seu *Compêndio*, remeto o leitor à tese de Selma Rinaldi de Mattos. *Para formar os brasileiros...* Op. Cit. pp. 186-192.

²⁶⁸ Roberto Acízelo de Souza. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999. Sobre as críticas e defesas da retórica no Brasil durante o século XIX, Cf. José Murilo de Carvalho. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". In: *Topoi*. Rio de Janeiro, nº1, pp. 123-152.

quadro formado com diferentes tintas, descrita por ele no prefácio do *Compêndio*, pode ter sido inspirada numa passagem do prefácio da *Histoire du Brésil* de Beauchamp: “As memórias são à história o que as cores são para o pintor. É somente pela sua combinação e fusão que o quadro da história que daí resulta forma uma composição completa e regular”²⁶⁹. Além disso, quando publicou sua história em 1815, Beauchamp afirmou que se manteve fiel ao seu plano original de trazer à luz uma *histoire générale du Brésil*. Diferente do conceito que viria assumir em Varnhagen, a *história geral* de Beauchamp dizia respeito à síntese das várias histórias (narrativas) particulares escritas sobre o Brasil até então – livro feito de livros. Entendida antes como relato do que como acontecimento, este conceito de história, que seria também mobilizado por Abreu e Lima, acentuava o caráter retórico ligado à historiografia clássica²⁷⁰.

A coexistência de duas formas distintas de escrita da história num mesmo espaço, como poderíamos deduzir a partir da polêmica entre Abreu e Lima e Varnhagen, indubitavelmente levou a uma disputa pela construção de uma história oficial do Império, disputas que envolviam também determinadas heranças historiográficas. O projeto de escrita da história elaborado por Abreu e Lima estava ligado às formas tradicionais de escrita da história, as quais, desde o início do século XIX, vinham sendo sobrepujadas por uma crescente historicização da realidade, assim como pela necessidade de documentos originais retirados de arquivos para atestar a veracidade do passado que era representado. O tipo de historiografia desenvolvido por Varnhagen deve ser visto como uma urgente necessidade de estabelecer as bases desse tipo de história.

Vários são os indícios de que a escrita da história nacional do Brasil naquele momento deveria seguir esses princípios. No concurso levantado pelo Imperador D. Pedro II sobre como se deveria escrever a história do Brasil, o texto de Henrique Julio Wallenstein, finalista junto com Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), propunha uma escrita da história do Brasil nos moldes de Tito Lívio, João de Barros e Diogo de Couto, ou seja, pelo sistema das décadas. Essa proposição, a mesma utilizada por Abreu e Lima em seu compêndio, e que também já havia sido feita por Beauchamp, era considerada àquela altura uma forma ultrapassada, pois, como afirmou Manoel

²⁶⁹ Alphonse de Beauchamp. *Histoire du Brésil...*Op. Cit. No original: « [...] Les mémoires sont à l'historien ce que leus couleurs sont au peintre ; ce n'est que par leur mélange et par leur fusion que le tableau d'histoire qui en résulte forme une composition complète et régulière » .

²⁷⁰ João Paulo G. Pimenta e Valdeci Lopes de Araujo. “História”. In: João Feres Junior (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 124.

Salgado Guimarães, “a exigência de uma história filosófica descartava do horizonte de possibilidades os anais, as crônicas como legítimas formas do gênero histórico (...)”²⁷¹. Soma-se a isso o silêncio a respeito da *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil*, lida em seção do Instituto em 15 de dezembro de 1838 por Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), porém publicada na *Revista Instituto* em 1863. Na *Dissertação*, Cunha Matos denunciava a impossibilidade da escrita de uma história geral do Brasil naquele momento, pois era necessário primeiro elaborar uma da história das províncias, embora esse projeto tivesse a inconveniência de valorizar o caráter local das províncias num momento em que o desejo de manter a unidade do Império ainda convivia com tentativas de abafar as revoltas ocorridas durante a Regência²⁷². Além disso, o projeto de Cunha Matos acentuava a necessidade do estabelecimento de uma periodização da história do Brasil a partir de um trabalho exaustivo da cronologia, entendida antes como simples marco temporal do que sob a ótica de uma compreensão moderna, que atribuía a cada período histórico uma identidade e unidade²⁷³.

Novas afinidades entre historiadores brasileiros e franceses

Ao resenhar a *História Geral do Brasil* para o *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*, Marie-Armand d’Avezac disse que não era a primeira vez que se publicava uma história geral sobre o Brasil. Num espaço de 120 anos – 1730 a 1850 – ele citou vários historiadores nacionais e estrangeiros que já tinham escrito uma história

²⁷¹ Manoel Luiz Salgado Guimarães. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 100.

²⁷² Valdei Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 172. Bruno Franco Medeiros & Valdei Lopes de Araujo. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIII. Nº1, Jan/Jun de 2007.

²⁷³ Valdei Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 173. Manoel Luiz Salgado Guimarães. “A disputa pelo passado...”. Op. Cit. Outro fato curioso vem do gênero ao qual pertenciam o texto de Cunha Matos – a dissertação histórica. Como afirma Fernando Nicolazzi ao analisar as características das dissertações escritas pelos Acadêmicos Esquecidos e Renascidos da Bahia no século XVIII, a dissertação se situaria numa etapa anterior à narrativa histórica propriamente dita, pois ela era entendida como uma etapa onde ocorria o debate sobre a produção de verdades a respeito de temas ainda controversos e em disputa. Cf. Fernando Nicolazzi. “Entre ‘letras & armas’, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº11, p. 40-51, maio. 2010. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/almanack>> (acessado em 10 de janeiro de 2011). Outro ponto de continuidade entre o IHGB e as academias brasílicas do século XVIII diz respeito a uma etapa das práticas de pesquisa e escrita da história, que necessariamente deveriam passar pelo estabelecimento de consensos e algumas técnicas de produção, assim como o parecer coletivo que deveria ser considerado na análise dos trabalhos que seriam publicados na Revista do Instituto. Cf. Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos...* Op. Cit. p. 193-195.

daquele tipo. Dentre os brasileiros que já haviam escrito citou Abreu e Lima. Dentre os franceses, Alphonse de Beauchamp²⁷⁴. Embora Varnhagen pretendesse que o Instituto acolhesse sua história como oficial, da pretensão ao efetivo acolhimento, a distância seria muito grande²⁷⁵. Entretanto, mesmo depois dessas opiniões, na ocasião da publicação do segundo volume da *História Geral* em 1857, Varnhagen continuaria destacando o pioneirismo de sua obra afirmando que “o ótimo é inimigo do menos mal. Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a nação uma história geral, digna deste nome, e sisuda e imparcialmente escrita”²⁷⁶.

Embora criticado por D’Avezac, Varnhagen – que também era membro da *Société de Géographie de Paris* – responderia a tais críticas sem criar polêmicas, pois sabia que era necessária a aprovação de sua história pela *Société*, como também era importante a manutenção dos laços intelectuais estabelecidos entre aquela sociedade e o IHGB. No diálogo que marcou o intercâmbio entre a cultura histórica brasileira e francesa no século XIX, Alphonse de Beauchamp não teria uma das melhores fortunas críticas. Utilizado por Abreu e Lima, acabou se transformando numa espécie de escritor mal visto por parte daqueles que compunham os quadros do Instituto. Entretanto, outros historiadores franceses da primeira metade do século XIX passavam a ter um aval muito positivo como interlocutores privilegiados, o que significava uma filiação de outros interesses em relação à formas de representação do passado, o que contribuiu também para desabonar a autoridade de Beauchamp tanto como historiador quanto a insígnia que um dia ele próprio havia lhe conferido: historiador do Brasil.

Um exemplo muito revelador dessas novas afinidades entre historiadores brasileiros e franceses em meados do século XIX pode ser visto no relatório relativo aos trabalhos desenvolvidos no IHGB no ano de 1846, publicado por Manoel Ferreira Lagos²⁷⁷, então Secretário Perpétuo do Instituto. Em um trecho retirado de seu relatório, podemos ler o seguinte:

²⁷⁴ Marie-Armand d’Avezac de Castera-Macaya. *Considérations Géographiques sur l’Histoire du Brésil. Examen Critique d’une Nouvelle Histoire Général du Brésil*. Paris : L. Martinet, 1857, p. 4-5. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 17 de janeiro de 2011).

²⁷⁵ Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial...* Op. Cit. p. 560.

²⁷⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Historia Geral do Brazil, isto é, do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Holanda*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857, p. VI. (Grifo nosso)

²⁷⁷ A leitura dos trabalhos apresentados era uma das principais funções atribuídas ao 1º Secretário perpétuo do Instituto, cargo que Ferreira Lagos assumiu logo após o falecimento do antigo secretário,

[...] Ninguém ignora como um ilustre naturalista francês [...] nos divulgou os mistérios do mundo antediluviano, chegando a recompor, por meio dos fragmentos imperfeitos que se encontram sepultados na terra, os esqueletos dos viventes a quem eles pertenceram, fazendo assim surgir de seus antigos túmulos, como se o anjo tivesse soprado a trombeta da ressurreição, grande número de animais inteiramente desconhecidos. Desde então não se acreditou mais na existência de Poliphemos nem de Adamastores, e esses fêmures e vértebras de enormes dimensões, atribuídos aos gigantes vencidos pelos deuses, ou aos heróis cantados por Homero, passaram a fazer parte de mastodontes, de megatérios, paleotérios, de toxodontes, e de outros quadrúpedes que já desapareceram da face da terra.²⁷⁸

A princípio, o pronunciamento sobre tais descobertas poderia ser apenas mais uma tentativa de acrescentar às grades taxonômicas e às coleções de História Natural as novas espécies encontradas. Isso seria reforçado quando Ferreira Lagos lembrou que o sócio do Instituto residente em Lagoa Santa, o dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), havia anunciado os resultados das explorações que vinha realizando em algumas cavernas perto de Lagoa Santa, nas quais encontrou ossos de animais extintos e alguns crânios humanos que ofereciam “todos os caracteres fósseis”. Em seguida, relatou também a então recente descoberta feita em Cantagalo, no Rio de Janeiro, pelo sócio de origem holandesa que emigrou para o Brasil em 1824, Jacob van Erven (1800-1867), o qual teria encontrado em uma pequena planície rodeada de “montanhas calcárias estratiformes, altas e alcantilada” uma série de ossos que seriam avaliados por uma comissão do Instituto, que acabou reconhecendo neles “duas vértebras cervicais de megatério, um dente molar do cavalo fóssil, sendo todos os mais de megalonix”²⁷⁹. Entretanto, o que parecia uma simples descrição repleta das preocupações de catalogação naturalista vinha acompanhado de uma sistemática preocupação com o presente a partir do olhar voltado para o passado:

Essas medalhas da criação, como um sábio do século corrente apelidou os fósseis, que a Natureza parece ter tido cuidado de conservar premeditadamente nas entranhas da terra *afim de nos avisar dos desastres de que podemos em qualquer momento ser vítimas*, e outros dados cuja enumeração tornar-se-ia agora fastidiosa, assaz demonstram que também o nosso país passou por cataclismas espantosos e sucessivos.²⁸⁰

Januário da Cunha Barbosa. Seu interesse e estudo pela zoologia ainda o levariam a ser nomeado adjunto da 1ª Seção (Zoologia e Anatomia Comparada) do Museu Nacional em 1854, além da nomeação para compor a Comissão Científica de Exploração, que partiria do Rio de Janeiro no vapor Tocantins no dia 26 de janeiro de 1859 para explorar o interior do país e retornaria em julho de 1861.

²⁷⁸ Manoel Ferreira Lagos. “Relatório dos Trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico”. In: *Revista Trimensal de História e Geografia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda Série. Tomo Quarto. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lammert, 1846, pp. 94-95.

²⁷⁹ Idem, p. 96.

²⁸⁰ Idem, p. 97. (Grifo nosso).

A partir deste momento, a história do Brasil passava a ser interpretada sob um ponto de vista quase imemorial. A ênfase dada à descoberta de fósseis demonstra a consciência dessa geração ligada ao IHGB de que uma civilização, uma época e animais desaparecidos possuíam uma forma organicamente definida. Abria-se então a possibilidade para ver um fato ou vestígio histórico como fragmento de uma totalidade, originando um movimento que permitia pensar o processo histórico como a “*constituição progressiva de uma individualidade*”²⁸¹. Além disso, alertava para o sentimento de finitude das civilizações, o qual era motivo para que “sem receio hoje se entoe cânticos festivos e se baile sobre as cinzas que sufocaram Herculano e Pompéia”²⁸². O impacto que a descoberta das ruínas de cidades da Antiguidade no século XVIII teria causado a essa geração, os levou a questionar o destino que grandes civilizações do passado haviam sofrido. Dessa forma, a preocupação com os monumentos do passado para os letrados brasileiros originou uma espécie de *monumentalização do presente*. Essa preocupação já havia sido esboçada por Gonçalves de Magalhães quando publicou o seu *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, na Revista *Nitheroy* em 1836. Neste ensaio, a literatura passava a ser vista como um objeto de memória, ou como chamou Valdeci Araujo, uma *cápsula do tempo*, responsável por mostrar à posteridade o grau de civilização e o caráter de um povo ou geração²⁸³.

Ao destacar que os povos primitivos da América haviam chegado ao continente antes de Cabral, assim como a existência de uma povoação antiga no sertão da Bahia, Ferreira Lagos concedia ao passado brasileiro uma espessura histórica e um alargamento do seu espaço de experiência temporal – não mais visto como iniciado a partir do descobrimento do Brasil, mas sim de um ponto de vista mais remoto em relação àquele acontecimento. Isto pode significar o contraponto lógico de uma *desaceleração do tempo* que legitimaria o novo Império. A imagem de um império jovem, muito utilizada no vocabulário criado durante o processo de Independência, era substituída por uma ampliação temporal que também agia no sentido de alterar uma cronologia moderna que ligava Portugal ao Brasil, sanando dessa forma os incômodos gerados pela idéia de decadência e degeneração que vinham das origens portuguesas²⁸⁴. Para Lagos, a preocupação com as populações primitivas do planeta, assim como em relação aos monumentos que elas haviam legado ao futuro, só tiveram devida atenção

²⁸¹ Valdeci Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 169.

²⁸² Manoel Ferreira Lagos. “Relatório dos Trabalhos do Instituto...”. Op. Cit. p. 97-98.

²⁸³ Valdeci Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 120-130.

²⁸⁴ Valdeci Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 162-170.

quando as narrativas sobre batalhas, genealogias de reis, biografias de Corte não satisfaziam mais “ao espírito positivo e reto de grande número de leitores”.

Acrescentava que:

depois que se colocou a história no lugar que lhe compete, no quadro dos destinos dos povos, foi necessário recorrer às causas primordiais dos maiores movimentos que influíram nas massas, e deste conhecimento resultou uma vantagem até então inapreciada: para exemplo bastará citar a habilidade com que o célebre autor da *História da conquista da Inglaterra pelos Normandos* soube fazer sobressair a poderosa influência exercida sobre todo o futuro de um país pela natureza de sua população primitiva ou de suas emigrações sucessivas.²⁸⁵

Estamos diante do desafio da escrita de uma história nacional e, para esse novo empreendimento historiográfico, seria indispensável o auxílio do célebre autor de *História da conquista da Inglaterra pelos Normandos*, muito familiar aos letrados brasileiros: o historiador francês Augustin Thierry. O elogio feito por Lagos à história de Thierry era seguido por um conselho: o que Thierry havia feito deveria ser aplicado à história do Novo Mundo. Ao defender a aplicação daquele plano à história do Brasil, Ferreira Lagos cuidava também de estreitar os laços com um projeto de escrita da história nacional que vinha sendo efetivado por historiadores franceses da primeira metade do século XIX, denominados pela historiografia de *liberais*²⁸⁶. Reafirmavam-se também os laços mantidos entre o IHGB e o *Institut Historique de Paris*, criado em 1834 e que manteve com a instituição carioca durante os primeiros anos de sua existência um intenso contato²⁸⁷. Construir uma imagem do Brasil como frente avançada da civilização francesa, diria Manoel Salgado, era, sem dúvida, um dos projetos principais do intercâmbio entre as duas instituições²⁸⁸. Para Gonçalves de Magalhães (1811-1882), o Brasil seria até mesmo considerado “filho da civilização francesa”. Ao tentar estreitar os laços civilizacionais entre os dois países, tentou-se construir uma imagem do Brasil como uma nova nação que nascia com os tempos

²⁸⁵ Manoel Ferreira Lagos. “Relatório dos Trabalhos do Instituto...”. Op. Cit. p. 109.

²⁸⁶ Além de Thierry, outro representante importante dessa geração foi François Guizot (1787-1874). Cf. Ceri Crossley. “History as a principle of legitimation in France (1820-1848)”. In: Stefan Berger, Mark Donovan and Kevin Passmore (Ed.). *Writing National Histories: Western Europe since 1800*. London: Routledge, 1999. pp. 49-56.

²⁸⁷ Sobre o contato entre o IHGB e o *Institut Historique de Paris*, assim como a relação dos membros brasileiros que faziam parte da instituição francesa, Cf. Elaine Cristina Carraro. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2002. pp. 121-148.

²⁸⁸ Manoel Luis Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 13-14.

modernos, acertando seus passos com a grande narrativa de progresso que se forjava na Europa, já que Portugal lhe permanecia alheio ²⁸⁹.

Além disso, deve-se acrescentar outro ponto de interseção entre o projeto historiográfico do IHGB e esses historiadores liberais: o sentido político conferido por eles à história os levou a compreender o passado como uma forma de produzir sentido para o futuro da comunidade nacional, embora Thierry e Guizot diferissem a respeito das origens nacionais do Estado francês ²⁹⁰. Entretanto, elevados a cargos públicos com a revolução de 1830, estes dois historiadores empreenderam um dos esforços mais significativos durante o século XIX francês a respeito da escrita de uma história nacional que, embora rompesse com o passado mais recente, precisava manter uma continuidade ²⁹¹. Guizot foi nomeado em agosto de 1830 ao cargo de ministro do Interior e meses depois apresentou ao rei Luis Filipe um relatório expondo a importância da criação da função pública de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos da França. Anos mais tarde, Guizot encarregaria Thierry do recolhimento de informações a respeito desses monumentos. Ao apresentar os primeiros resultados das pesquisas realizadas num relatório enviado a Guizot no dia 10 de março de 1837, Thierry diria o seguinte:

Existe certamente um grande mérito sobre a intenção de recolher e reunir em um só corpo todos os *documentos autênticos* da historia destas famílias sem nome, mas não sem glória, de onde saíram todos os homens que fizeram a revolução de 1789 e aquela de 1830 [...] De fato, grandes lições e bons exemplos para o século presente podem sair

²⁸⁹ Valdeci Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 127. Para uma análise do conceito de nação na Europa, Cf. Eric J. Hobsbawm. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; Anthony D. Smith. "Invention and imagination". In: *Nationalism and Modernism. A critical survey of recent theories of nation and nationalism*. New York: Routledge, 1998. pp. 117-142. Para a discussão sobre o tema a respeito do espaço ibero-americano, Cf. José Carlos Chiaramonte. *Nación y Estado em Iberoamérica. El lenguaje político em tiempos de las independências*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004 ; François-Xavier Guerra. *Modernidad e independências : ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, 1993.

²⁹⁰ Charles-Olivier Carbonell. « Les origines de l'État moderne : les traditions historiographiques françaises (1820-1990). In : *Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies des l'État moderne*. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990. Rome : École Française de Rome, 1993, p. 300. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 10 de janeiro de 2011). Carbonell descreve a distinção entre os dois historiadores da seguinte forma : « Tandis que Guizot voyait dans le constitution de l'État – au XV^e siècle, par la royauté centralisatrice – un dépassement progressiste du communalisme bourgeois, Augustin Thierry soutient la thèse d'une alliance, dès le XIII^e siècle, de la royauté et de la bourgeoisie contre la noblesse [...] ». Ver também Manoel Luis Salgado Guimarães. "Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX". In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 190.

²⁹¹ Manoel Luis Salgado Guimarães. Manoel Luiz Salgado Guimarães. "Escrever a história, domesticar o passado". In: *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Antonio Herculano Lopes, Monica Pimenta Veloso e Sandra Jatahy Pesavento (orgs.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 52.

da revelação desta face obscura e muito negligenciada dos seis últimos séculos de nossa história nacional [...].²⁹²

Famílias sem nome, mas não sem glória. O anonimato era imediatamente sanado quando esses homens passavam a viver sob o signo da nação francesa: os esforços para assegurar uma identidade individual eram direcionados para a organização de uma identidade coletiva²⁹³. Essa operação era feita a partir da revelação de lições e exemplos de seis séculos da história nacional, que culminou com as revoluções de 1789 e 1830. Ao enfatizar essas datas, Thierry assegurava a continuidade histórica tão necessária para aquele momento. Dessa forma, a Revolução passava também a ser mobilizada como o princípio organizador da escrita da história. Desde então passou a ser uma tarefa original organizar o discurso histórico de modo que fossem articuladas as partes disjuntas da história da França²⁹⁴. Entretanto, ao pensar o papel da Revolução daquela forma, Thierry se afastava das características historiográficas mobilizadas por Beauchamp, pois, para este, o passado remoto da França não era importante, sendo necessário apenas esgotar a história contemporânea, tão fugidia diante dos próprios olhos, de modo que o futuro recebesse essa história, pudesse julgá-la e aprender com ela.

Histoire de la conquête de l'Angleterre foi publicada pela primeira vez em 1825 e já trazia todo o aparato conceitual para a escrita da história nacional francesa empreendida desde então por Thierry²⁹⁵. Após uma criteriosa reavaliação e revisão de detalhes, sua história já estava na 5ª edição em 1838. Nessa ocasião, afirmou ter consultado diferentes manuscritos relativos à conquista normanda, extratos retirados de

²⁹² Augustin Thierry. *Rapport sur les travaux de la collection des monuments inédits de l'histoire du tiers état*, adressé à M. Guizot, Ministre de l'Instruction Publique, le 10 mars 1837. Paris : Imprimerie Royale, 1837, p. 17-18. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 20 de janeiro de 2011). No original : « Il y a certes un grand mérite d'à-propos dans l'intention de recueillir et de rassembler en un seul corps tous les documents authentiques de l'histoire de ces familles sans noms, mais non pas sans gloire, d'où sont sortis les hommes qui firent la révolution de 1789 e celle de 1830 [...] . En effet, de grandes leçons et de beaux exemples pour le siècle présent peuvent sortir de la révélation de cette face obscure et trop négligée des six derniers siècles de notre histoire nationale [...] ».

²⁹³ Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

²⁹⁴ Christian Delacroix, François Dosse & Patrick Garcia. *Les courants historiques en France : 19^e-20^e siècle*. Paris : Armand Colin, 2005, Especialmente capítulo 1 ; Marcel Gauchet. « Les Lettres sur l'Histoire de France d'Augustin Thierry : l'alliance austère du patriotisme et de la science ». In : Pierre Nora (dir.). *Les Lieux de Mémoire – II La Nation **. Paris : Gallimard, 1986, p. 248; Segundo François Furet, nenhum historiador ou homem político francês do século XIX escapou de se referir à Revolução Francesa como uma experiência inicial, Cf. François Furet. “A Revolução no imaginário político francês”. In: *A Revolução em Debate*. Bauru: Edusc, 2001. p. 59.

²⁹⁵ Philippe Contamine. « Le Moyen Âge romantique et libéral d'Augustin Thierry ». In : *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 139^e année, N. 4, 1995. p. 972. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 13 de janeiro de 2011).

rimas francesas do século XII e de um poema latino que havia sido recém-descoberto na Biblioteca Real de Bruxelas ²⁹⁶. De forma muito similar, Ferreira Lagos propôs a pesquisa de materiais semelhantes para solver, segundo ele, um dos maiores inconvenientes da etnologia – a origem dos autóctones da América. Para ele, os monumentos antigos da América, tão estudados pelos arqueólogos, eram a “única fonte verídica onde possamos ir beber”. Entretanto, a literatura produzida por aqueles povos poderia também ajudar a revelar sua imagem, pois, “que nos importaria o *campo onde foi Tróia* se a *Ilíada*, o protótipo eterno da epopéia, o não houvesse ilustrado?” ²⁹⁷. Ocorre então uma viragem na compreensão dos clássicos da Antiguidade: antes percebidos sob um ponto de vista normativo, eles passavam a ser vistos menos como modelos a serem imitados e mais como mensageiros de um tempo remoto, o que explica também porque Beauchamp não podia ser tomado como referência para a escrita da história do Brasil naquele momento, pois, para ele, os antigos desempenhavam um importante papel normativo, tanto em termos de ações humanas quanto para a escrita da história ²⁹⁸.

Thierry defendia o uso de uma ampla e diversificada gama de reminiscências do passado, pois, segundo ele, não era mais permitido fazer história tendo em vista somente uma idéia, pois, o “nosso século não quer assim”. Segundo ele, fazer história no século XIX demandava o levantamento do maior número de informações sobre o passado, principalmente aquelas que explicassem “a existência das nações em diversas épocas”. Exigia que fosse concedido “a cada século passado seu verdadeiro lugar, sua cor e sua significação” ²⁹⁹. Para compor sua narrativa sobre a conquista da Inglaterra pelos Normandos, afirmou ter consultado documentos e textos originais, tanto para detalhar as diversas circunstâncias da narrativa como para caracterizar os personagens e populações que lá figuravam. As tradições nacionais menos conhecidas e antigas poesias populares informavam sobre o modo de vida daqueles povos, suas idéias, sentimentos, os tempos e lugares onde ele “transporta o leitor” ³⁰⁰. Segundo Philippe

²⁹⁶ Augustin Thierry. *Histoire de la Conquête de l'Angleterre par les Normandes, de ses causes et de ses suites jusqu'à nous jours, en Angleterre, en Écosse, en Irlande et sur le Continent*. Cinquième Édition. Tome Premier. Paris : Just Tessier, 1838. p. 1-2. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 20 de janeiro de 2011).

²⁹⁷ Manoel Ferreira Lagos. “Relatório dos Trabalhos do Instituto...”. Op. Cit. p. 8.

²⁹⁸ Valdeí Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 130.

²⁹⁹ Augustin Thierry. *Histoire de la Conquête de l'Angleterre...* Op. Cit. p. 12. No original: « Notre siècle ne le veut point : il demande qu'on lui apprenne tout, qu'on lui retrace et qu'on lui explique l'existence des nations aux diverses époques, et qu'on donne à chaque siècle passé sa véritable place, sa couleur et sa signification ».

³⁰⁰ Idem, p. 12-13. No original: « [...] dans les temps et les lieux divers où je transporte le lecteur ».

Contamine, Thierry tinha como tarefa fazer reviver, pela magia de sua palavra, os indivíduos e povos desaparecidos depois de um longo tempo. Ao leitor, cabia apenas participar desta ressurreição ³⁰¹. Como historiador, não via nenhum problema em utilizar, além de documentos e textos originais, poesias populares como matéria-prima de suas narrativas. Chegou mesmo a afirmar que o estilo e a forma de seus textos não eram menos importantes que a pesquisa e a crítica dos fatos ³⁰².

A importante tarefa de produzir uma História Geral do Brasil mobilizou a geração dos primeiros anos do IHGB. Quando Ferreira Lagos considerou os clássicos da Antiguidade como monumentos daquela civilização, abria-se caminho para pensar que o destino do Império do Brasil também pudesse ser submetido à produção de um monumento que deveria perpetuar essa época. Mesmo constatando que civilizações como a da Grécia antiga haviam desaparecido, embora tenham legado à posteridade um conhecimento de sua época, no fim restavam apenas ruínas e monumentos. Essa consciência da historicidade do presente teria sido respondida por uma crescente necessidade de monumentalização de diversos aspectos da vida, fosse do cotidiano ou da memória. Sendo assim, a compreensão do fato histórico como um fragmento semântico, associado a um princípio narrativo, permitiu que se vislumbrasse a possibilidade de escrever uma História Geral do Brasil, mesmo que ainda não estivesse esgotado todo o acúmulo documental e factual desejado para a finalização daquele projeto. Sendo assim, a forma mais rápida de aproximar passado, presente e futuro poderia ser oferecida pela monumentalização da narrativa. Assim como a *Ilíada* legou a um futuro muito distante do passado em que fora produzida a glória dos gregos, uma História Geral do Brasil poderia cumprir o mesmo papel num futuro também muito distante ³⁰³.

Devemos lembrar que, no mesmo ano em que Thierry publicou pela primeira vez sua *Histoire de la conquête de l'Angleterre*, Alphonse de Beauchamp publicava sua crítica histórica e literária a respeito da *Histoire de Napoleon et de la Grande Armée en 1812* de Ségur. Vimos que ele permanecia fiel ao esforço de muitos escritores da época

³⁰¹ Philippe Contamine. « Le Moyen Âge romantique... ». Op. Cit. p. 973.

³⁰² Augustin Thierry. *Histoire de la Conquête de l'Angleterre...* Op. Cit. p. 3. No original: « [...] car, à mon avis, toute composition historique est un travail d'art autant que d'érudition : le soin de la forme et du style n'y est pas moins nécessaire que la recherche et la critique des faits ». Para François Hartog, nas obras de Thierry o modelo romanesco viria assumir o relevo da pintura. Através das técnicas narrativas do romance foi possível satisfazer à exigência da justa cor, ou da cor local. Cf. François Hartog. « L'oeil de l'historien et la voix de l'histoire ». In: *Communications*, 43, 1986. p. 57. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 28 de dezembro de 2010).

³⁰³ Valdei Lopes de Araujo. *A experiência do tempo...* Op. Cit. p. 179-182.

em esgotar sua história contemporânea. Para ele, a historiografia com ênfase nos exemplos do passado ainda permanecia como sua principal referência. Entretanto, Marcel Gauchet afirmou que, entre 1820 e 1830, operou-se na França uma transformação nas relações do historiador com o passado que acabou originando as condições de uma investigação histórica “científica”³⁰⁴. Esse perfil de historiador passava a ver historiadores como Beauchamp com grande desconfiança, a qual nascia principalmente do desprezo que historiadores como ele nutriam por uma pesquisa sistemática do passado e pelo grande peso concedido aos modelos da historiografia antiga. Em grande medida, tais características acabavam os aproximando dos historiadores filósofos do século XVIII.

Além disso, muito pesou sobre Beauchamp as opiniões que Varnhagen proferiu sobre ele na história da historiografia brasileira, quando o caracterizou como detentor de um estilo fascinador, o acusou de proferir invenções e falsidades e de ter plagiado Southey³⁰⁵. Entretanto, não só a opinião de Varnhagen foi definitiva para a fortuna crítica negativa de Beauchamp, mas também seus próprios contemporâneos passaram a considerá-lo um plagiador. Na segunda parte deste trabalho, tentaremos construir uma rede de significados que nos permita entrever uma das características fundamentais para a compreensão do conceito de plágio no século XIX: sua inclusão na constituição da cultura histórica nesse século, em particular, na historiografia francesa.

³⁰⁴ Marcel Gauchet. « Les Lettres sur l’Histoire de France... ». Op. Cit. p. 248.

³⁰⁵ Uma tentativa de caracterizar falsificações e falsidades, incluí-las na discussão sobre método histórico, e demonstrar alguns casos na historiografia brasileira, foi feita por José Honório Rodrigues. “Autenticidade e forjificação”. In: *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978, pp. 320-348.

O DESAFIO DA PROVA
PLÁGIO E ESCRITA DA HISTÓRIA

CAPÍTULO 4

Discussões sobre o plágio na França no início do século XIX

Piratar do lado de lá da linha

A forma predominante pela qual o conceito de plágio foi mobilizado durante a época moderna pode ser percebida no interior da constituição de uma crítica erudita, que se dedicou a desvendar os inoportunos empréstimos que escritores faziam de obras alheias. As justificativas, demonstrações de provas e os vereditos finais sob os quais repousavam as acusações de plágio demonstram uma complexa história que se constituía em torno deste conceito e que acabou provocando alterações significativas na configuração tanto das belas-letas – ao gerar mecanismos de um rígido controle sobre as regras de composição das produções literárias – quanto do homem de letras, que passou a moldar sua conduta na República das Letras a partir dessas regras. Ignorá-las ou não cumpri-las geralmente fez com que alguns caíssem nas armadilhas criadas por esses críticos, que procuraram sistematizar, a partir de suas obras, as formas pelas quais os autores considerados plagiários agiam, quais eram as formas de identificá-los e preveni-los.

Entretanto, em meio ao aparato crítico forjado durante a época moderna para desvendar possíveis plágios cometidos por autores, houve tempos em que ele foi até mesmo estimulado. O ministro calvinista Jean Oudart de Sourdière, *seigneur de Richesource* (1616-1694), montou e dirigiu em Paris uma *Académie des Orateurs*, na qual eram ministrados cursos intensivos sobre os domínios da arte oratória. Como prolongamento das atividades da academia, ele redigiu uma série de manuais nos anos 1660, dentre eles, *Art de bien dire ou les topiques françaises*, publicado em 1662. Suas recomendações a respeito do que ele chamou de *plagianisme* encontram-se num manual publicado em 1667, intitulado *Le masque des orateurs, c'est à dire, la manière de déguiser facilement toute sorte de discours*³⁰⁶. Neste manual, recorria-se à imitação como uma fonte possível de variação estilística ou, como já dizia o título – uma *maneira de disfarçar facilmente todo tipo de discurso*, inclusive a história. Segundo Ann Moss, esse tipo de variação, que havia sido designada pelo impressor parisiense

³⁰⁶ Jean Oudart de Sourdière, *seigneur de Richesource* (1616-1694). *Le masque des orateurs, c'est à dire, la manière de déguiser facilement toute sorte de discours*. Paris : A l'Académie des Orateurs, 1667. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 4 de julho de 2010).

Henri Estienne (1528-1598) de paródia (*parodie*), fora designado por Sourdière como plágio (*plagiat*). Dessa maneira, ensinava-se que toda estrutura de um discurso formal poderia ser transformada por procedimentos técnicos de amplificação, substituição de figuras, mudanças de frases e de sentido, de tal modo que seria impossível ao autor inicial, cuja obra fora objeto de apropriação, se reconhecer no texto que passou pelo processo de *plagianisme*³⁰⁷.

Contudo, essa não era a única forma em que o plágio era permitido e outros elementos podem ser acrescentados a essa discussão. Jean-François Marmontel (1723-1799), colaborador da *Encyclopédie* com 30 artigos, eleito secretário-perpétuo da *Académie Française* em 1783 e posteriormente historiógrafo de França, publicou em 1787 *Elements de Littérature*, uma espécie de dicionário de termos literários em ordem alfabética que apresentava alguns princípios que organizavam o decoro literário na República das Letras³⁰⁸. No verbete dedicado ao plágio, disse que roubar um autor antigo ou estrangeiro era como se enriquecer dos espólios do inimigo. O escritor fazia uso do direito de conquista e desde que declarasse a apreensão feita, os críticos deixavam passar. Entretanto, se um francês tomasse de outro francês uma idéia, os críticos não o perdoavam, estivesse seu autor morto ou vivo³⁰⁹.

A preeminência de plágio sobre os antigos em detrimento dos modernos, assim como o aquele que era cometido entre pessoas do mesmo país já havia sido declarada por François La Mothe Le Vayer (1588-1672) em um texto intitulado *Os escrúpulos da gramática*, publicado postumamente junto com outros pequenos tratados em forma de cartas. Ao discutir as regras da imitação baseada nos antigos, La Mothe Le Vayer impôs limites sobre os usos e abusos cometidos em sua época: “Tomar dos Antigos, e se aproveitar daquilo que eles escreveram, é como piratear do lado de lá da Linha; mas roubar aqueles de seu próprio século, se apropriando de seus pensamentos e de suas

³⁰⁷ Ann Moss. *Les recueils de lieux communs: apprendre a penser à la renaissance*. Genève : Droz, 2002. p. 415-419. Esse tipo de procedimento des escrita do texto está estreitamente ligado às características retóricas de composição textual, uma forma de produção baseada na recolha de *lugares comuns* (*lieux communs, topoi*), vistos por seus adeptos sob o ponto de vista da valorização da tradição retórica e por seus detratores como uma falta de originalidade. Cf. Antoine Compagnon. « Théorie du lieu commun ». In : *Cahiers de l'Association internationale des études françaises*, 1997, N° 49, p. 24-28. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 30 de janeiro de 2011).

³⁰⁸ Elisabeth Badinter. *As paixões intelectuais : Vontade de poder (1762-1738)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 103.

³⁰⁹ Jean-François Marmontel. « Plagiat ». In : *Élements de Littérature*. 1787. p. 256-257. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 5 de julho de 2009).

produções, é como retirar os revestimentos sobre a Pont-neuf”³¹⁰. Assim como La Mothe le Vayer, Marmontel defendeu a utilização dos escritos dos antigos, não de forma deliberada, mas comedida, pois “a condição dos modernos seria muito infeliz, se tudo aquilo que seus predecessores falaram lhes fosse interdito”³¹¹.

Marmontel adiantou uma discussão que seria muito destacada no debate sobre a propriedade literária no século XIX. Ao estabelecer a paridade entre o direito de propriedade literária e qualquer outra propriedade, argumentou que no direito público a propriedade de um terreno tem por condição o seu cultivo. Caso o proprietário o deixasse inculto, a sociedade teria o direito de exigi-lo para que outro o cultivasse. Da mesma forma aconteceria na Literatura: aquele que teve uma idéia fecunda e não a cultivou, abandonou-lhe (como um bem comum) ao primeiro ocupante que soube melhor desenvolver sua riqueza³¹². Quanto ao público, “ingenuamente sensível e amoroso das coisas belas”³¹³, ele somente exigia coisas belas. Sua preocupação ligava-se à obra e não ao autor: indiferente se antigo ou moderno, tudo lhe parecia bom contanto que lhe agradasse e o único plágio reprovável era aquele que não lhe trazia nenhuma novidade³¹⁴. Ao concluir suas considerações sobre o plágio, Marmontel evocou, em tom provocativo, uma citação de Plutarco:

Plutarco compara aquele que se limita ao que outros já pensaram a um homem que, indo buscar fogo na casa de seu vizinho, encontraria um bom e retornaria, sem se importar de chegar em sua casa com ele para acender o seu. Mas, aquele que de uma fagulha produz uma brasa, reclamará você vossa brasa?³¹⁵

Essa alusão já havia sido utilizada por outro autor anos antes, num contexto diferente, mas com objetivos semelhantes. Na edição ampliada das *Cartas Filosóficas* publicada em 1756, Voltaire inseriu uma longa passagem de *A Tale of Tub* de Jonathan Swift (1667-1745) e identificava como uma de suas fontes a história dos três anéis de Fontenelle. Ao concluir a carta ele confessou:

Portanto, quase tudo é imitação. A idéia das *Cartas persas* é tirada da idéia do *Espião turco*. Boiardo imitou Pulci, Ariosto imitou Boiardo. Os espíritos mais originais tomam

³¹⁰ François La Mothe Le Vayer. “Des scrupules des grammaires – Lettre CXXXIX”. In : *Derniers petits traites, en forme de Lettres Ecrites a diverses personnes studieuses*. Oeuvres de François la Mothe Le Vayer. Nouvelle Edition revuë & augmentée. Tome VII. Partie II. Dresden : Michel Groell, 1759, p. 141. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 12 de julho de 2010).

³¹¹ Jean-François Marmontel. « Plagiat ». Op. Cit. p. 264.

³¹² Idem, p. 260.

³¹³ No original: « ... naïvement sensible, & amoureux des belles choses... »

³¹⁴ Idem. p. 267-268.

³¹⁵ Ibidem. No original: « Plutarque compare celui qui se borne à ce que les autres ont pensé, à un homme qui allant chercher du feu chez son voisin, en trouveroit un bon & s’y arrêteroit, sans se donner la peine d’en apporter chez lui pour allumer le sien. Mais à celui qui d’une blquette a fait un brasier, reprocherez-vous votre blquette ? »

empréstimos uns dos outros. [...] *Acontece com os livros a mesma coisa que com o fogo em nossos lares; vamos buscar fogo no vizinho, acendemos o nosso, passamo-lo a outros, e ele pertence a todos.*³¹⁶

Nenhuma obra na língua francesa talvez tenha sistematizado as várias formas que o plágio poderia assumir quanto *Questions de littérature légale. Du plagiat, de la supposition d'auteurs, des supercheries qui ont rapport aux livres* de Charles Nodier³¹⁷, publicado pela primeira vez em 1812. Embora tenha incluído o termo *légale* ao título, o interesse de Nodier não perpassava questões do âmbito judiciário, mas tratava do estatuto e funcionamento das diferentes práticas de reescrita³¹⁸. Opinião semelhante seria dita por Augustin-Charles Renouard (1794-1878), um dos mais importantes estudiosos da propriedade literária na França do século XIX, quando ele disse que essa obra tinha muitos fatos curiosos, mas enganaria quem se deixasse levar pelo *légale* (legal) do título. Para ele, “o único tribunal de jurisdição que autor pretende escrever é aquele da crítica e da moral literária, do qual ele pertenceu, fez conhecer as leis e formulou os julgamentos”³¹⁹. Nesta ocasião, Nodier lembrou que não inaugurava algo inédito, admitindo ter consultado velhos bibliólogos que já haviam tratado do mesmo assunto, dentre eles Adrien Baillet³²⁰, assim como uma das primeiras dissertações sobre plágio da época moderna – a *Dissertatio philosophica de plagio literario*, publicada em 1679 pelo filósofo e jurista alemão Jakob Thomasius (1622-1684).

Em *Questions*, Nodier elencou vários artifícios literários, classificando-os como plágios permitidos ou proibidos. A *imitação* encabeçava a lista, e logo ecoavam as opiniões de La Mothe Le Vayer (que ele chegou a citar) e Marmontel: “tomar daqueles de sua própria nação, é roubo; mas tomar das nações estrangeiras, é conquista. O gênio

³¹⁶ Carlo Ginzburg. “Tolerância e Comércio: Auerbach lê Voltaire”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 119-120. (grifo meu)

³¹⁷ Dados biográficos de Charles Nodier podem ser encontrados em Jean Chrétien Ferdinand Hoefer. *Biographie générale depuis les temps les plus reculés jusqu'à nous jours, avec le renseignements bibliographiques et l'indication des sources a consulter*. Tome Trente-Septieme. Paris: Firmin Didot Frères et Cie, 1863, p. 160-167. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 14 de fevereiro de 2011).

³¹⁸ Daniel Sangsue. « Compte-reundu. Charles Nodier. Questions de littérature légale. Du plagiat, de la supposition d'auteurs, des supercheries qui ont rapport aux livres ». In: *Romantisme*, 2003, n° 122. pp. 149-150. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 9 de fevereiro de 2011).

³¹⁹ Augustin-Charles Renouard. *Traité des droits d'auteurs, dans la littérature, les sciences et les beaux-arts*. Tome Second. Paris: Jules Renouard et Cie, 1839, p. 34. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 9 de agosto de 2009).

³²⁰ Charles Nodier. *Questions de littérature légale. Du plagiat, de la supposition d'auteurs, des supercheries qui ont rapport aux livres*. Seconde Edition, revue, corrigée et considerablement augmentée. Paris: Crapelet, 1828, p. 119-120. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 6 de março de 2009).

tem outros meios, na verdade, de lutar contra uma nação rival, mas não devemos desdenhar aquele lá”³²¹. De todos os empréstimos que se podia fazer a um autor, a *citação* era um dos mais justificáveis, tão necessário à crítica literária quanto às ciências. Segundo ele, ainda era raro indicar ao leitor o escritor e o lugar de onde seus trechos foram retirados, remetendo-o a sinais microscópicos (*chifres microscopiques*)³²², um costume também pouco utilizado pelos antigos, embora não significasse que eles não tivessem consultado vários autores³²³.

A *aplicação* ou *alusão* era considerada uma “citação espiritual”, que concederia à passagem citada um mérito que ela não teve no seu lugar original. A *alusão* era uma maneira engenhosa de trazer ao discurso um pensamento muito conhecido e ela diferia da *citação* por ser desnecessário se apoiar no nome do autor que era utilizado, pois este era familiar ao público. Ela seria menos uma citação de uma autoridade do que uma chamada habilidosa à memória do leitor³²⁴. Além disso, a citação em nota de rodapé era considerada por ele uma prova de erudição comum e fácil, enquanto a *alusão* era a marca de um gênio³²⁵. Poderíamos então concluir que a *citação* está intrinsecamente ligada a uma cultura dominada pela imprensa, pois o escritor só pode remeter o leitor à nota de rodapé ou de margem numa cultura dominada pelo impresso. A *alusão* assenta-se sob uma cultura dominada pelo gesto, pela oralidade. Ela situa-se no campo da oratória e da retórica. Por isso os antigos não citavam os autores de onde eles retiravam suas idéias – eles situavam-se numa cultura dominada pela oralidade³²⁶: na prosa literária antiga, quando um autor culto citava textos, eles os citava de memória e não de livros³²⁷. Já o *plágio* propriamente dito significava a ação de tirar de um autor (particularmente moderno e nacional, o que agravaria o delito) os trechos de uma obra de invenção, uma idéia nova e ainda pouco conhecida e traços de um ou vários pensamentos de um determinado autor. Porém, seria injusto considerar plágio aquilo que não passava de uma extensão ou emendas úteis em uma obra já existente. Entretanto, acusou Raynal de ter produzido sua obra à custa dos pensamentos de Denis

³²¹ Idem, p. 6. No original: « [...]prendre sur ceux de sa nation, c’ étoit larcin ; mais que prendre sur les étrangers, c’ étoit conquête. Le génie a d’ autres moies, à la vérité, de lutter avec una nation rivale ; mais on a pensé que celui-là même n’ étoit pas à dédaigner ».

³²² Pode-se entender esses sinais microscópicos como notas de rodapé ou referências à margem do texto.

³²³ Idem, p. 13-15.

³²⁴ Idem, p. 17.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ Carlo Ginzburg. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 37.

³²⁷ Anthony Grafton. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papyrus, 1998, p. 36.

Diderot e de Jean Pechméjà (1741-1785), autor de uma obra também chamada *Histoire des deux Indes* ³²⁸.

Nodier não duvidou que fosse muito comum durante o renascimento das letras no século XV, que muitos escritos da Antiguidade tivessem sido apropriados por falsários (*faux savans*) ³²⁹. Durante o Renascimento, disse ele, um grande número de escritos antigos teria sido publicado sob o nome de autores modernos assim como muitos modernos publicaram suas produções sob o nome de autores antigos. Uma das suposições de autores mais célebres teria sido as *Fables* de Esopo pelo teólogo e gramático grego Maximus Planudes (1260-1330). Descoberta pelo erudito e antiquário inglês Richard Bentley (1662-1742) e pelo jesuíta François Vavasseur (1605-1681), esses críticos teriam se apoiado num anacronismo cometido em uma das fábulas para comprovar a falsidade. Mas Nodier se opõe a essa opinião, dizendo que a falsidade deveria ser atribuída à diferença de estilo ³³⁰. Para ele, o descrédito que recaía sobre os textos supostamente compostos na Antiguidade era tamanho que podia se chegar à seguinte conclusão:

O nome de Homero, que não tem melhor garantia do que aquele de Ossian, atravessou bravamente os séculos, sem que se refletisse sobre a admiração que suas obras inspiraram sobre a autenticidade de seus autores, e que se duvidou [...] que esta singular agregação de fragmentos em diferentes dialetos poderia bem ser o resultado de um trabalho complexo, onde nós admiraríamos vários poetas sob um nome comum. ³³¹

Desde 1795, o filólogo alemão Friedrich August Wolf (1759-1824) já havia demonstrado que a *Ilíada* e a *Odisséia* não eram obras de um único poeta, mas uma reunião de poemas curtos que apresentavam a expressão primitiva do povo grego. Historiadores da ciência filológica afirmam que eruditos alemães do século XVIII já haviam desenvolvido uma nova aproximação histórica em relação à literatura e à arte grega: eles passavam a percebê-los menos como obras individuais de uma beleza e valor eternos e mais como elementos de uma memória histórica do desenvolvimento e declínio do espírito grego ³³². Nodier podia concluir que, dentre os escritos da

³²⁸ Charles Nodier. *Questions de littérature...* Op. Cit. p. 45-46.

³²⁹ Idem, p. 48.

³³⁰ Idem, p. 63 ss.

³³¹ Idem, p. 78. No original: « Le nom d'Homère, qui n'est pas mieux garanti que celui d'Ossian, a traversé fièrement les siècles, sans qu'on s'avisât de régler l'admiration que ses ouvrages inspiroient sur l'authenticité de leurs auteurs, et qu'on soupçonnât [...] que cette singulière agrégation de fragmens en différens dialectes, pouvoit bien être le résultat d'un travail complexe, où nous admirerions plusieurs poètes sous un nom commun ».

³³² Anthony Grafton. « De polyhistor en philologue ». In : *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 135, décembre 2000, p. 26-27. Entretanto, como afirma Grafton nesse texto, Arnaldo Momigliano já

Antiguidade que chegaram até a época moderna, uma grande quantidade deles foi mutilada pela mão do tempo, mas também por falsificadores, que chegaram a eliminar partes inteiras desses escritos, substituindo-as por novas³³³. Se até então a Antiguidade havia desempenhado um papel normativo, Nodier rompia com esse papel e mostrava claramente que ela, a partir de seus livros, havia passado por um processo de *monumentalização*. Essa situação demonstra o desgaste que a concepção normativa do passado havia sofrido com a experiência de aceleração do tempo durante a Revolução Francesa.

República das Letras como tribunal: o passado pertence a todos

No século XIX, as discussões sobre propriedade literária assistiram a um crescimento nunca antes visto. O plágio continuaria a ser debatido, embora outros elementos passassem a ter mais importância. Essa situação já parecia clara para alguns no século XVIII, como por exemplo, quando o jesuíta Jean-Joseph Cajot (1726-1779), ao concluir sua acusação dos supostos plágios que Jean-Jacques Rousseau teria cometido, disse que “os volumes se multiplicam sem que os leitores sejam instruídos – mas o Livreiro se enriquece e o autor adquire um nome”³³⁴: ele sintetizava não somente o estado da questão naquele momento, mas também o que seria um dos pontos principais da discussão sobre a propriedade literária no século XIX.

Desde o início da época moderna, as discussões a respeito dos direitos legais sobre a propriedade literária concentraram-se mais em torno do comércio e impressão de livros – direitos de venda e impressão, regulados pelos privilégios reais concedidos durante o Antigo Regime – do que na propriedade autoral. Essa situação começou a sofrer alterações com a publicação, em 1770, de um manifesto do dramaturgo Charles-George Fenouillot de Falbaire (1727-1800), o qual foi intitulado *Avis aux gens de lettres, ou Réflexions sur les mauvais procédés de quelques libraires envers les auteurs**

havia constatado que essa crítica textual desenvolvida na Alemanha tinha raízes na filologia francesa do século XVI e na exegese bíblica alemã do século XVIII.

³³³ Charles Nodier. *Questions de littérature...* Op. Cit. p. 86-88.

³³⁴ Jean-Joseph Cajot. *Les plagiats de M. J.J.R. de Genève, Sur l'Éducation*. Haye : Durand, 1766. p. 353. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 10 de junho de 2010). No original: « Les volumes se multiplient sans que les Lecteurs soient plus instruits : mais le Libraire s'enrichit & l'Auteur s'acquiert un nom ».

* Aviso aos homens de letras, ou Reflexões sobre os lamentáveis procedimentos dos livreiros face aos autores.

– um exemplo do conflito de interesses entre livreiros e autores ³³⁵. Mas um dos documentos mais representativos das discussões a respeito dos direitos de propriedade literária na França na segunda metade do século XVIII parece ter sido a *Carta sobre o comércio do livro*, redigida por Denis Diderot durante o outono de 1763 e publicada no ano seguinte. Segundo Roger Chartier, esta Carta deve ser considerada uma obra de encomenda que fora pedida a Diderot em nome da comunidade dos livreiros parisienses por seu síndico, André Le Breton (1708-1779), ele também o principal editor da *Encyclopédie*. A Carta representava a preocupação dos livreiros parisienses com a possível supressão dos privilégios editoriais que, segundo eles, deveriam lhes assegurar o direito exclusivo e perpétuo sobre a publicação das obras que adquiriam dos autores a partir de sua compra. Sua encomenda à Diderot tinha como objetivo a constituição de um memorial que deveria legitimar a “*permanência inalterável*” dos privilégios editoriais³³⁶.

Entretanto, tais privilégios diziam respeito à perpetuidade da propriedade das obras para os editores, livreiros e impressores, mas não para o autor. Na França, uma das primeiras garantias da propriedade literária concedida ao autor viria de um decreto promulgado durante a Revolução Francesa em 21 de julho de 1793, que a definiu como a propriedade menos suscetível de contestação e concedia ao autor o direito exclusivo de vender, distribuir e ceder sua propriedade parcial ou integralmente ³³⁷. Entretanto, essa situação não seria perpetuada e viria a ser revertida nas décadas seguintes. Controversa e polêmica, a história da propriedade literária e autoral assistiria a diversas transformações e chegaria ao século XIX como uma questão não resolvida. Sobre isso, é valiosa a afirmação do jurista francês René Lefebvre Édouard Laboulaye (1811-1883), um dos principais estudiosos da propriedade literária no século XIX. Em 1858 ele ainda podia afirmar:

Aquilo que nomeamos na França: *Propriedade literária*, na Inglaterra: *Copy-right*, na Alemanha: *Autorrecht ou Verlagsrecht* é um direito cujo reconhecimento é de data recente, e cujas características não estão ainda claramente determinadas.

³³⁵ *Biographie universelle ou Dictionnaire Historique contenant la nécrologie des hommes célèbres de tous les pays des articles consacrés à l’Histoire Générale des peuples aux batailles mémorables, aux grands événements politiques aux diverses sectes religieuses, etc, etc. Depuis le commencement du monde jusqu’à nous jours*. Par une Société de Gens de Lettres. Sous la direction de M. Weiss. Tome Deuxieme. CHARGER. Paris : Furne et Cie, 1861, p. 566. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 5 de setembro de 2009).

³³⁶ Roger Chartier. “Prefácio. *A propriedade e o privilégio*”. In : Denis Diderot. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 12-13.

³³⁷ Bernard Vouillot. « La Révolution et l’Empire : une nouvelle réglementation ». In : Jean-Henri Martin et Roger Chartier (orgs.). *Histoire de l’édition française*. Tome II. Le livre triomphant (1660-1830). Paris : Promodis, 1984, p. 526.

Os antigos não conheceram a propriedade literária, pela simples razão que necessitaria a descoberta da imprensa para colocar uma obra de espírito no comércio [...]. Desde que por procedimentos mecânicos pudemos multiplicar indefinidamente e a preço reduzido o manuscrito de um escritor, autores e editores reclamaram a reprodução exclusiva de suas publicações, e o legislador se ocupou em garantir um direito que era difícil de desconhecer.³³⁸

Dessa forma, a ausência de leis que poderiam regular o *direito de propriedade autoral* desde o advento da imprensa teria levado o plágio – caracterizado na maioria das vezes como um *crime literário* – a ser discutido não em instâncias jurídicas, mas a partir de mecanismos críticos forjados no interior da República das Letras e pelo público que a constituía. O público (*le public*) na França do século XVIII podia designar os leitores (*lecteurs*), os espectadores (*spectateurs*) e a audiência (*auditeurs*) como destinatários, consumidores e críticos de arte e literatura³³⁹. Ele discutia suas idéias e interesses nos cafés e salões literários parisienses, lugares privilegiados de conversação erudita. Segundo Jürgen Habermas, raramente um grande escritor no século XVIII deixou de submeter suas idéias primeiramente em discursos pronunciados nesses lugares, pois era necessário antes ter a aprovação da audiência, legitimar-se perante esse público³⁴⁰. Esta situação demonstra a primazia que as conversações nos cafés e salões tinham no interior da República das Letras.

No início da segunda década do século XIX, o público parisiense assistiria a dois casos de plágio que foram parar nos tribunais. O primeiro foi dirigido pelo livreiro parisiense Louis-Marie Prudhomme (1752-1830), detentor dos direitos de impressão do *Dictionnaire universel* do beneditino Louis-Maïeul Chaudon (1737-1817). Prudhomme acusou os irmãos Louis-Gabriel e Joseph François Michaud de terem cometido o crime de contrafação³⁴¹ e plágio quando publicaram sua *Biographie universel*. Afirmou que,

³³⁸ René Lefbvre Édouard Laboulaye. *Études sur la propriété littéraire en France et en Angleterre. Suivies des Trois Discours prononcés au Parlement d'Angleterre par Sir. Thomas Noon Talfour*. Paris : Auguste Durand, 1858, p. I. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 11 de agosto de 2010). No original: « Ce qu'on nomme en France : *Propriété littéraire*, en Angleterre : *Copy-right*, en Allemagne : *Autorrecht* ou *Verlagsrecht*, est un droit dont la reconnaissance est de date récente, et dont le caractère n'est pas encore nettement déterminé. Les anciens n'ont pas connu de propriété littéraire, par la raison toute simple qu'il fallait la découverte de l'imprimerie pour mettre une oeuvre d'esprit dans le commerce [...]. Au contraire, dès que par des procédés mécaniques on a pu multiplier indéfiniment et a prix réduit le manuscrit d'un écrivain, auteurs et éditeurs ont réclamé la reproduction exclusive de leurs publications, et le législateur s'est occupé de garantir un droit qu'il était difficile de méconnaître. » (Grifo nosso)

³³⁹ Jürgen Habermas. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 47.

³⁴⁰ Idem, p. 49.

³⁴¹ O texto da lei de 19 de julho de 1793, referente à contrafação, deixava bem claro que somente o autor ou seu cessionário tinham o direito de dispor parcialmente ou integralmente de sua obra. Qualquer outra pessoa que dispusesse dela seria culpada de contrafação, mesmo se tivesse imprimido apenas alguma

comparando oitenta artigos da *Biographie* com seu *Dictionnaire*, podia-se comprovar que trinta colaboradores dela tinham copiado artigos da obra que lhe pertencia. Dentre esses colaboradores estava Alphonse de Beauchamp, muito próximo dos irmãos Michaud³⁴².

Prudhomme defendia os seus interesses para o estabelecimento de uma lei de propriedade literária, não autoral. Enquanto impressor, suas preocupações giravam em torno do que ele chamou de “ramo precioso do comércio” (*branche précieuse du commerce*) – as livrarias e as oficinas de imprensa. As leis que regulavam naquele momento o direito de propriedade literária cobriam principalmente questões relativas ao comércio dos livros³⁴³. Entretanto, se a lei dos modernos não garantia seus direitos, Prudhomme então recorreu a Plínio: “Me parece que a probidade e a honra demandam que, por uma confissão sincera, rendamos um tipo de homenagem àqueles que nós tiramos algumas ajuda e alguma luz”. Mesmo sabendo que o contexto e o motivo da citação era diferente daquele que Plínio havia utilizado, Prudhomme certamente podia calcular os seus efeitos³⁴⁴.

Em contrapartida, os irmãos Michaud afirmaram que sua *Biographie* relatava fatos históricos que pertenciam a todo mundo. Alegavam ser impossível escrever um dicionário sem copiar os precedentes. Charles Nodier já havia dito em *Questions de littérature légale* que a *similitude de idéias e analogia de assuntos* era um tipo de plágio permitido. A analogia de idéias entre duas obras era completamente perdoável, caso dois autores que tratassem concorrentemente do mesmo assunto fossem obrigados a recorrer às mesmas fontes. Acrescentou que os fatos que estavam no domínio da

parte. Era nesse pressuposto jurídico que a acusação de contrafação e plágio de Prudhomme se baseava: mesmo que os irmãos Michaud tivessem feito algumas mudanças dos artigos copiados, eles poderiam ser acusados do delito de contrafação. Cf. Philippe-Antoine Merlin de Douai. *Répertoire universel et raisonné de jurisprudence. Ouvrage de plusieurs Jurisconsultes, Réduit aux objets dont la connaissance peut encore être utile, Et augmenté 1° Des changements apportés aux lois anciennes par les lois nouvelles, tant avant que depuis l'année 1814 ; 2° De dissertations, de plaidoyers et de réquisitions sur les unes et les autres*. Cinquième Edition, revue, corrigé et fondue avec les additions faites depuis 1815 aux éditions précédentes. Tome Douzième. Opt-Pre. Paris: J-P. Roret. 1827, p. 477. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 21 de junho de 2010).

³⁴² Louis-Marie Prudhomme. *De la propriété littéraire ou les contrefacteurs et les plagiaires démasqués*. Paris : Prudhomme Fils, 1811, p. 20-21. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 27 de novembro de 2008).

³⁴³ Idem, p. 38.

³⁴⁴ Idem, p. 59. No original: « Pline a dit : ‘Il me semble que la probité et l’honneur demandent que, par un aveu sincère, on rende une sorte d’hommage à ceux de qui l’on a tiré quelques secours et quelque lumière ». Reinhart Koselleck. “Historia Magistra Vitae. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006, p. 41.

religião, da mitologia e da história pertenciam a todo mundo ³⁴⁵. Quando o caso foi julgado em 16 de janeiro de 1812, o tribunal deliberou a favor dos irmãos Michaud, inocentando-os das acusações feitas por Prudhomme. Ao serem julgados os artigos que continham passagens semelhantes nas duas obras, o tribunal concluiu que os autores utilizaram fontes comuns de domínio público ³⁴⁶.

Em 1811, o geógrafo Conrad de Malte-Brun foi acusado pelo livreiro e impressor parisiense Jean-Gabriel Dentu (1770-1840) de ter plagiado a *Géographie moderne* do cartógrafo, antiquário e numismático escocês John Pinkerton (1758-1826). Segundo Dentu, Malte-Brun produziu grande parte do seu *Précis de la Géographie* e da sua *Géographie de toutes les parties du monde* a partir da obra de Pinkerton. Após listar uma série de passagens semelhantes entre as duas obras, Dentu afirmou:

Em vão faria aos tribunais o ultraje de pensar que eles deixariam o plagiário exercer com impunidade suas depredações literárias, *sob o pretexto que a lei não tem especificado o delito o qual ele se rende culpado*; em vão se estabeleceria sutis distinções entre o Plágio e a contrafação, quando essas duas palavras devem ter o mesmo significado, pois uma e outra dão uma idéia de roubo, e que um roubo, qualquer que seja, deve ser reprimido.³⁴⁷

Malte-Brun afirmou que as passagens copiadas de Pinkerton eram mínimas e que, em questões de direito, o plágio não tinha nada em comum com a contrafação porque nenhuma lei o qualificava como delito: ele tinha por vingador somente a opinião pública. Além disso, argumentou que se o artigo 425 do Código Penal de 1810 tocasse em assuntos relativos ao plágio, essa lei não poderia se aplicar às suas obras, pois elas foram publicadas antes do Código ser outorgado ³⁴⁸. O caso foi julgado em 31 de dezembro de 1811 e concluiu-se que a semelhança de passagens nas obras dos dois autores provinha do uso de *fontes comuns*. Ambas eram consideradas uma compilação de outras obras de astrônomos, viajantes, naturalistas, geômetras e geógrafos que tinham escrito sobre o assunto até aquele momento. Alegava-se que Malte-Brun tinha anunciado que suas obras foram produzidas a partir da compilação de outras obras, inclusive a *Géographie* de Pinkerton, as quais ele citou em notas de rodapé. Assim, o tribunal declarou Malte-Brun inocente das acusações de feitas por Dentu, que chegou a

³⁴⁵ Charles Nodier. *Questions de littérature...* Op. Cit. p. 19-23.

³⁴⁶ Philippe-Antoine Merlin de Douai. *Répertoire universel et raisonné...* Op. Cit. p. 479.

³⁴⁷ Idem, p. 473. (Grifo nosso).

³⁴⁸ Ibidem.

recorrer, mas teve seu pedido foi negado ³⁴⁹. Uma das alegações da corte para indeferir o recurso, e que parecia por um fim às discussões, foi a seguinte:

Parece-me que os tribunais não são chamados à se misturar a todas essas contestações literárias. Lhe pertence apenas manter a *propriété* do autor; mas sua reputação na *république des lettres*, sua *réputation* como autor, é abandonada à sua própria defesa [...]. Os jornais literários são o campo de batalha, e as armas que podem empregar aqueles que não amam uma discussão séria, são a sátira e a ironia. É lá onde, para sustentar sua reputação literária, e a transmitir à posteridade, os autores podem se insultar mutuamente, se acusar de Plágio, e o provar. Não entra nos domínios dos tribunais terminarem esses tipos de contestação. ³⁵⁰

Por que tais livros têm notas de rodapé?

Quando Ali Pacha, Visir de Janina, morreu em 1822, este acontecimento chamou a atenção de toda Europa. Meses depois, Alphonse de Beauchamp publicou sua biografia, intitulada *Vie d'Ali Pacha, Visir de Janina, surnomé Aslan, ou Le Lion*. Beauchamp disse que a vida de Ali Pacha pertencia essencialmente à *história contemporânea* e que o assunto se acomodava muito bem ao espírito do século, fecundo em eventos dramáticos. Afirmava também que, se um autor quisesse ser lido, deveria consultar o gosto do público que corria aos melodramas e tinha necessidade de sensações violentas: “*Ali é o monstro mais romântico cuja história tenha feito menção; é um dos mais belos horrores que a natureza tenha produzido*” ³⁵¹.

Beauchamp reconheceu que escrever esta obra foi uma tarefa árdua, pois as relações históricas sobre Ali Pacha eram muito fragmentadas, sendo necessário juntar essas partes e formar um quadro completo. Uma das obras onde o historiador poderia

³⁴⁹ Idem, p. 473-474. Ver também: Conrad de Malte-Brun. *Annales des voyages, de la géographie et de l'histoire. Ou Collection des voyages nouveaux les plus estimés, traduits de toutes les langues européennes; Des Relations Originales, inédites, communiquées par des Voyageurs Français et Étrangers; Et de mémoires historiques sur l'Origine, la Langue, les Productions et le Commerce des Pays jusqu'ici peu ou mal connus*. Tome Quatorzième. Paris: F. Buisson, 1811, p. 363-389. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 18 de junho de 2010).

³⁵⁰ Philippe-Antoine Merlin de Douai. *Répertoire universel et raisonné...* Op. Cit. p. 477. No original: « Mais il me semble que les tribunaux ne sont pas appelés à se mêler de toutes ces contestations littéraires. Il leur appartient de maintenir la *propriété* de l'auteur; mais sa réputation dans la *république des lettres*, sa *renommée* comme auteur, est abandonnée à sa propre défense [...]. Les journaux littéraires sont le champ de bataille, et les armes que peuvent employer ceux qui n'aiment pas une discussion sérieuse, sont la satire et le persiflage. C'est là où, pour soutenir leur réputation littéraire, et la transmettre à la postérité, les auteurs peuvent se déchirer mutuellement, s'accuser de Plagiat, et le prouver. Il n'entre pas dans le domaine des tribunaux de terminer ces sortes de contestations ».

³⁵¹ Alphonse de Beauchamp. *Vie d'Ali Pacha, Visir de Janina, surnommé Aslan, ou Le Lion*. Paris: Villet, 1822. p. V-VII. No original: « Ali est le monstre le plus romantique dont l'histoire ait fait mention; c'est l'une des plus belles horreurs que la nature ait produites ». Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 5 de janeiro de 2010).

encontrar algumas notícias sobre Ali Pacha era *Voyage dans la Grèce* de François Pouqueville (1770-1838), que havia sido cônsul-geral da França em Janina e encarregado por Napoleão I em 1813 para tratar de assuntos relativos aos interesses franceses junto a Ali Pacha. Devido à proximidade entre Pouqueville e Ali Pacha, Beauchamp acreditou estar em vantagem em relação à imparcialidade exigida para escrever história, embora descrevesse Pouqueville como um homem honesto que se defrontou com um déspota feroz, para o qual foi uma “espécie de Suetônio e, todavia, Tácito”³⁵².

“Livres de toda espécie de prevenção e de ressentimento”³⁵³, Beauchamp se limitou, como historiador, a consultar e seguir as memórias esparsas nos cinco volumes da obra de Pouqueville sobre a Grécia; uma história da Sicília do historiador inglês Thomas Smart Hughes (1786-1847) publicada em 1820; os relatos de viagem pela Macedônia, Albânia e Tessália produzidos por Henry Holland (1788-1873) entre 1812 e 1813; os relatos de viagem de John Cam Hobhouse (1786-1869) pela Albânia e Turquia; as memórias das campanhas militares de Frédéric François Gillaume, barão de Vaudoncourt (1772-1845); um relato da primeira viagem feita por oficiais franceses à Janina entre 1798 e 1801, redigidas também por François Pouqueville e por fim um quadro histórico e político sobre Ali Pacha feito por Conrad Malte-Brun, inserido no tomo VI de seus *Annales de Voyage*. Beauchamp afirmou que confrontou e combinou esses diversos materiais para compor sua obra, mas que o plano e o estilo lhes pertenciam. Disse também que, ao escrever a primeira parte da vida de Ali Pacha, se deparou com algumas barreiras causadas pela coleta de dados obscuros. Foi difícil, disse ele, seguir a ordem cronológica – considerada por ele uma das únicas garantias de verdade ao se escrever história. Dessa forma, a primeira era muito romanesca³⁵⁴, pois ela não poderia ser escrita de uma maneira autêntica tendo por base somente simples tradições e narrativas sobre essas tradições³⁵⁵. Dessa forma, deixava bem claro o tipo de fontes que utilizou e as dificuldades de escrever um relato autêntico da primeira parte da vida de Ali Pacha que, mesmo sem ter garantias de autenticidade, não poderia ser excluída.

Porém, quando sua obra foi publicada, Beauchamp se viu diante de uma polêmica que desqualificava sua obra e sua originalidade. Imediatamente tratou de

³⁵² Idem, p. VII-IX.

³⁵³ No original: « [...] dégage de toute espèce de prévention et de ressentiment [...] ».

³⁵⁴ No original: « [...] Cette première partie qui est très-romanesque [...] ».

³⁵⁵ Idem, p. X-XII.

publicar uma segunda edição revista e aumentada, no prefácio da qual se justificou das acusações sofridas. Nesta ocasião, disse que, quando publicou sua vida de Ali Pacha, não existia nas livrarias nenhum anúncio, nenhum prospecto, nenhum indício que pudesse presumir o inconveniente de uma concorrência simultânea. Ao terminar de escrevê-la, leu em um jornal o conselho dado à François Pouqueville de reunir os fragmentos históricos esparsos nos cinco volumes de sua *Voyage en Grèce* para compor uma vida de Ali Pacha. Segundo Beauchamp, um tipo habitual de presentir as intrigas literárias, assim como as intrigas políticas, fez suspeitar que seu livro fosse atacado em certo jornal. Não demorou muito e o *Courrier Français*, jornal liberal cujas atividades se iniciaram em 1820, denunciou Beauchamp no dia 23 de junho de 1822 como plagiário, mero copista, que havia tomado todo o material de sua obra da *Voyage en Grèce* de François Pouqueville – seu livro seria um roubo. Ao ler essas acusações, Beauchamp escreveu uma carta de defesa e foi ao *Courrier* pessoalmente pedir o direito de publicá-la, mas este lhe foi negado. Ao sair das dependências do periódico, Beauchamp teve a confirmação que a acusação seria repetida no periódico *Drapeau Blanc*, como já lhe haviam alertado. Este periódico repetia a mesma acusação do anterior, e Beauchamp, que havia tentado novamente publicar sua réplica agora no outro periódico, teve novamente sua resposta vetada³⁵⁶. O *Drapeau Blanc* foi fundado por Alphonse Martainville (1770-1830) e Jean-Gabriel Dentu, o qual já havia polemizado com Malte-Brun. Dentu também era editor das obras de Pouqueville³⁵⁷.

Dias depois, sua defesa foi publicada no periódico *La Quotidienne*. Nesta época, o editor-chefe do periódico era Joseph-François Michaud. O apologista o defendeu acentuando sua predileção pela *história contemporânea* e como era difícil escrever a vida de um tirano, principalmente estrangeiro, além das dificuldades diante de escritores concorrentes que não se mostravam satisfeitos quando se ganhava deles em rapidez. Afirmou que a acusação do plágio de Beauchamp era falsa, pois até então o autor tinha criado todas as suas obras. Os ataques proferidos pelo *Courrier* e o *Drapeau Blanc* lhes

³⁵⁶ Alphonse de Beauchamp. *Vie d'Ali Pacha, visir de Janina*. Deuxième édition. Paris: Villet, p. 6-17. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 1 de setembro de 2010).

³⁵⁷ O *Drapeau blanc* era considerado um periódico que polemizava tanto com monarquistas quanto contra anti-monarquistas. Cf. Pierre Louis Pascal de Julian. *Galerie historique des contemporains, ou Nouvelle Biographie*. Seconde édition. Tome septième. Bruxelles : Aug. Wahlen et Comp, 1822, p. 2. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 14 de abril de 2011). No original : « On a fait pour lui, les fonds d'un journal intitulé *le Drapeau blanc*, dont on lui a confié la rédaction. Cette feuille, écrite dans le style de Marat, et où la bassesse, l'impudence et la calomnie suppléent au talent, est devenue l'égoût où viennent aboutir toutes les immondices rejetées par *le Conservateur*, *la Quotidienne* et les autres journaux de l'émigration [...]. Le Drapeau est ouvert à toutes les diffamations ».

parecia suspeito, pois poderia ser mais uma querela sobre concorrência livreira do que plágio. Abstraindo de citar nomes, o apologista disse que um autor muito bem recomendado (François Pouqueville) era apresentado por seus amigos como o único capaz de escrever e publicar uma vida de Ali Pacha, ao que respondeu:

Ter já escrito sobre um assunto histórico não constitui privilégio de explorá-lo exclusivamente. Os eventos públicos pertencem a todos os escritores que queiram se ocupar deles. Havia uma Vida de Ali Pacha antes daquela de M. de Beauchamp? Não, existiam somente fragmentos esparsos, memórias isoladas, relações incompletas. Se tomar estes materiais, para lhes moldar e lhes arranjar, é roubar, M. de Beauchamp, que fez uma Vida de Ali Pacha escrita com fervor, rapidez e clareza, é um plagiário, à maneira de todos os historiadores.³⁵⁸

Beauchamp disse que a defesa do *La Quotidienne* o dispensava de comentários, mas sentia a necessidade de acrescentar alguns esclarecimentos sobre sua forma de escrever história. As duas acusações publicadas nos periódicos tinham como objetivo, segundo ele, somente denegrir seu livro, ao mostrar para o público desatento sua imagem como um plagiário e compilador. Beauchamp definiu o plagiário como aquele que se apropria de um texto ou de parte dele, sem fazer menção ao autor. Costurar diferentes fragmentos, retirados de diversas obras, em meio a transições grosseiramente tecidas, tal era a operação do compilador, um pouco mais complicada que o plágio, mas nem por isso menos indigna do verdadeiro talento. Beauchamp então concluiu lançando a seguinte pergunta:

Sou eu um plagiário, por ter relacionado algumas passagens relativas às relações políticas de Ali Pacha com M. Pouqueville, então cônsul da França em Janina? Essas diferentes citações não foram elas marcadas por aspas [*guillemets*]? Elas não trazem a indicação da obra de onde elas foram tiradas? Isto é uma fraude? Citar é roubar? A imputação de ter compilado é também ridícula, pois não há uma só passagem de meu texto (exceto as citações), que não traz a marca de meu estilo, e deste método que dá o hábito de escrever história, *método que consiste em fundir, conciliar ou esclarecer, seja de versões diferentes, seja de relações apaixonadas ou contraditórias*.³⁵⁹

³⁵⁸ Alphonse de Beauchamp. *Vie d'Ali Pacha*. Deuxième édition...Op. Cit. p. 18-20. No original: « Avoir déjà écrit sur un sujet historique, ne constitue pas le privilège de l'exploiter exclusivement. Les événements publics appartiennent à tous les écrivains qui veulent s'en emparer. Y avait-il une Vie d'Ali Pacha avant celle de M. de Beauchamp ? Non, il n'existait que des fragmens épars, des mémoires isolés, des relations incomplètes. Si puiser dans ces matériaux, pour les façonner et les arranger, c'est piller, M. de Beauchamp, qui a fait une Vie d'Ali Pacha, écrite avec chaleur, rapidité et clarté, est un plagiaire, à la manière de tous les historiens. »

³⁵⁹ Idem, p. 21-22. No original: « Suis-je plagiaire, pour avoir rapporté quelques passages relatifs aux relations politiques d'Ali Pacha avec M. Pouqueville, alors consul de France à Janina ? Ces différentes citations ne sont-elles pas marquées par des guillemets ? Ne portent-elles pas l'indication de l'ouvrage d'où elles ont été tirées ? Est-ce là une fraude ? Citer, est-ce piller ? L'imputation d'avoir compilé est toute aussi ridicule, puisqu'il n'y a pas une seule page de mon texte (les citations exceptées), qui ne porte l'empreinte de mon style, et de cette méthode que donne l'habitude d'écrire l'histoire, méthode qui consiste à fondre, à concilier ou à éclaircir, soit des versions différentes, soit des relations passionnées ou contradictoires ». (Grifo meu)

Charles Nodier já havia dito que os franceses no início do século XIX eram pouco dados à remeter seus leitores à citações por sinais microscópicos nas margens ou rodapés de seus textos. Beauchamp afirmou categoricamente que citou a obra de Pouqueville, mas a citou textualmente, delimitando a utilização que havia feito daquele texto através de aspas. Entretanto, o ataque sofrido por ele devido à ausência de indicação das fontes utilizadas demonstra as novas demandas feitas ao historiador para que ele utilizasse outras formas de citação: os sinais microscópicos passavam a ser obrigatórios nos textos produzidos por ele.

Marc Bloch (1886-1944) se referiu ao plágio em alguns momentos, particularmente em suas reflexões sobre o método histórico, embora essas referências tenham passado despercebidas. No capítulo intitulado *A crítica*, do seu inacabado e póstumo *Apologie de l'histoire, ou Métier d'historien*, Bloch relatou alguns erros cometidos por hagiógrafos na Idade Média, dentre os quais destaco a acusação de que eles teriam se apropriado de passagens inteiras de escritos antigos sem nenhum remorso e que estes, considerados por Bloch como plagiadores, traíam-se geralmente por suas imperícias³⁶⁰. Entretanto, não era a primeira vez que se referiu ao plágio. Em 1914, quando lecionou em Amiens, Bloch fez um pronunciamento sobre crítica histórica que só seria publicado por Lucien Febvre em 1950. Naquela ocasião, iniciou seu discurso afirmando que “[...] a arte de discernir nas narrativas [históricas] o verdadeiro, o falso e o verossimilhante se chama crítica histórica. Ela tem suas regras, que são boas de conhecer [...]”³⁶¹. Afirmou que no caso de duas relações de uma batalha assemelhar-se palavra por palavra, concluía-se que uma das duas serviu de fonte para a outra. Como então discernir a cópia do original? “Os plagiários são traídos por sua inabilidade”, disse ele, e “seu estilo basta para lhes descobrir”³⁶². Ao dirigir-se à audiência Bloch afirmou qual era o primeiro dever do historiador:

Vocês nunca se perguntaram por que tais livros têm notas de rodapé? Oh! Essas notas! Pobres notas! Pra que servem as notas? Para dar o que chamamos de referências [...]. Um historiador relata um evento passado; ele não o viu [...]. Citar esses testemunhos, ou, como se diz às vezes (expressão que não é muito feliz e consagrada) “citar suas fontes”, é o primeiro dever do historiador³⁶³.

³⁶⁰ Marc Bloch. *Apologia da História, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 99-113.

³⁶¹ Marc Bloch. « Critique historique et critique du témoignage ». In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 5^e année, N. 1, 1950. p. 2. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 11 de janeiro de 2011).

³⁶² Idem, p. 4. No original: « Les plagiaires sont trahis par leurs maladroites. [...] Son style suffit à le faire découvrir ».

³⁶³ Idem, p. 2. No original: « [...] Vous êtes-vous jamais demandé pourquoi de tels livres ont des notes au bas des pages? Oh ! ces notes ! ces pauvres notes ! [...] A quoi servent les notes ? A donner ce que nous

Entre colecionadores de livros velhos e ignorados, reconhecimento de estilos, falsificações, ausência de citações, sinais microscópicos nos rodapés e referências de margem, situou-se as discussões sobre o plágio. Poderíamos acrescentar a imitação dos modelos da Antiguidade, a necessidade de superá-los. Se a República das Letras já havia estabelecido as regras do decoro literário para evitar ocorrências de plágio, discussões a respeito da escrita da história no século XIX também desempenharam um papel fundamental em sua crítica, quando se passou a exigir do historiador não só a capacidade de *contar* uma história, mas, principalmente, *provar* o que ele contava.

appelons de références. [...] Un historien relate un événement passé ; il ne l'a pas vu [...]. Citer ses témoins, ou, comme on dit quelquefois (l'expression qui n'est pas très heureuse est consacrée) 'citer ses sources', est le premier devoir de l'historien ».

Capítulo 5

Alphonse de Beauchamp e sua apologia da história

Alphonse de Beauchamp foi acusado frequentemente de plágio durante seu percurso intelectual. Sua primeira e mais importante obra, a *Histoire de la Guerre de la Vendée et des Chouans*, publicada pela primeira vez em 1806, teve sua autoria contestada por vários bibliófilos parisienses, que chegaram a afirmar que ele havia apenas assumido sua autoria ³⁶⁴. Com já vimos, dos vários livros que publicou, dois tiveram grande repercussão pela suposição de plágio: a *Histoire du Brésil* e *Vie d'Ali Pacha, visir de Janina*, publicada em 1822. A partir da polêmica suscitada por essas duas obras, Beauchamp mobilizou uma série de argumentos para justificar sua maneira de escrever história e se defender das acusações de plágio. Se nas primeiras décadas do século XIX a escrita da história ainda passava por transformações relativas a novas demandas metodológicas para a representação do passado e por uma nova experiência do tempo, o plágio pode ser considerado um sintoma dessas transformações: escrita da história e o plágio iluminam-se mutuamente.

Um dos raros momentos que Beauchamp explicou sua forma de escrever história encontra-se no prefácio da *Histoire du Brésil*. Numa passagem que bastaria para isentá-lo de qualquer acusação futura, ele dizia:

Os eruditos me reprovarão sem dúvida por não ter enchido as páginas dessa história de notas, de citações e de comentários. Eu só tenho uma objeção a lhes fazer, e ela é sem réplica; é que infelizmente eu não sou um erudito. Poderia facilmente, assim como outros, me dar ao mérito de certa quantidade de erudição e de citações; mas esse pequeno charlatanismo me pareceria ridículo e completamente indigno de um escritor que faz da franqueza e lealdade profissão. Poderíamos, aliás, opor ao sistema de citações minuciosas a autoridade dos historiadores da antiguidade, únicos modelos que confessam uma crítica sã, e o exemplo de muitos historiadores modernos que seguiram seus rastros. Por que, por exemplo, citar nas mesmas páginas os autores que são necessários frequentemente conciliar ou contradizer, e cuja versão necessita ser corrigida ou completada por outros testemunhos? As memórias são para o historiador o que as cores são para o pintor; somente por sua mistura e fusão o quadro da história que daí resulta forma uma composição completa e regular ³⁶⁵.

³⁶⁴ Gaëtan de Raxis de Flasan. *Apologie de l'HISTOIRE DE LA DIPLOMATIE FRANÇAISE, ou Réfutation de cent faux littéraires et erreurs en tout genre, contenus dans trois articles de la Gazette de France, et un article du Journal de l'Empire*. Discussion littéraire, historique et politique. Paris: Debray, 1812, p. 17. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 22 de fevereiro de 2009).

³⁶⁵ Alphonse de Beauchamp. *Histoire du Brésil...* Op. Cit. p. xii-xiv. No original: « Les érudits me reprocheront sans doute de n'avoir point hérissé les pages de cette histoire de notes, de citations et de commentaires. Je n'ai qu'une seule objection à leur opposer, et elle est sans réplique; c'est que malheureusement je ne suis point un érudit. J'aurais pu facilement, et tout comme un autre, me donner le mérite d'un certain étalage d'érudition et de citations; mais ce petit charlatanisme m'aurait semblé ridicule et tout à fait indigne d'un écrivain qui fait profession de franchise et de loyauté. On peut d'ailleurs opposer au système des citations minutieuses l'autorité des historiens de l'antiquité, seuls

Nesta mesma ocasião, Beauchamp disse que a expectativa da Europa literária (*l'attente de l'Europe littéraire*) fora mais uma vez enganada quando Robert Southey prometeu publicar o segundo volume de sua *History of Brazil* em 1810, o que não foi cumprido. Anos mais tarde, Southey rebateu a essa crítica quando finalmente publicou o segundo volume da sua história em 1817. A réplica de Southey vinha acompanhada de uma severa acusação de plágio:

Agora é minha vez de noticiar o trabalho de M. Alphonse de Beauchamp. Com exceção de um capítulo introdutório sobre a História de Portugal, e outro contendo uma descrição geral do Brasil, os dois primeiros volumes e quase uma quarta parte do terceiro, são inteiramente e somente produzidos a partir do meu. A lista de autoridades as quais ele concede é copiada a partir das minhas referências de margem; os manuscritos os quais ele finge citar são aqueles que possuo, e somente aqueles os quais eu usei no meu primeiro volume. Todo o material de sua história é retirado daquele volume [...], e em muitos lugares é quase tradução. [...] M. Beauchamp não é novato na arte do plágio, como M. de Puissaye, e outros conterrâneos seus podem testemunhar.³⁶⁶

Sua acusação baseava-se no fato de Beauchamp de ter se apropriado de suas referências de margem e dos manuscritos citados na *History of Brazil*. Beauchamp havia citado no prefácio de sua história uma lista de 64 obras consultadas, dentre elas a história de Southey. Além disso, foi acusado pelo historiador inglês de ter copiado algumas passagens que quase passavam por simples tradução. Quando Antoine-Vincent Arnault (1766-1834) publicou na *Revue de Paris* em 1833 um artigo sobre plágio, ele defendeu que a tradução de obras estrangeiras dava ao tradutor o direito de se tornar seu proprietário, uma lei estabelecida no interior da República das Letras. Eis a passagem na qual Arnault explica o direito do autor sobre sua tradução:

Quanto ao tradutor que fez passar na nossa língua as idéias e obras tomadas de uma língua estrangeira, existe entre ele e o plagiário a diferença do conquistador ao ladrão. Que fez ele? Senão importar na literatura nacional os tesouros que de outra forma não existiriam para ela? Aliás, os esforços pelos quais se fez passar numa língua as belezas

modeles qu'avoue la saine critique, et l'exemple de plusieurs historiens modernes qui ont marche sur leurs traces. A quoi bon, par exemple, citer dans les mêmes pages des auteurs qu'il faut souvent concilier ou contredire, et dont la version a besoin d'être corrigée ou complétée par d'autres témoignages? Les mémoires sont à l'historien ce que leus couleurs sont au peintre [...] ».

³⁶⁶ Robert Southey. *History of Brazil*...Op. Cit. p. iii-iv. No original: "It is now my turn to notice the work of M. Alphonse de Beauchamp. With the exception of an introductory chapter upon the History of Portugal, and another containing a general description of Brazil, the two first volumes and about a fourth part of the third, are wholly and solely made up from mine. The list of authorities which he has given is copied from my marginal references; the manuscripts which he pretends to quote are those in my possession and only those which I had used in my first volume. The whole matter of his history is taken from that volume, as far as it would carry him, and from no other source; and in many places it is close translation. Care has been taken to disguise this plagiarism by transporting the matter as much as possible, and omitting all that relates to Paraguay,.. for M. Beauchamp is no novice in the art of plagiarism, as M. de Puissaye, and others of his countrymen, may bear witness."

de outra língua não concedem elas ao tradutor o direito de propriedade sobre a obra traduzida?³⁶⁷

Beauchamp afirmou ter se apoiado no modelo dos historiadores da Antiguidade e nos modernos que seguiram seus rastros. Southey conhecia esses modelos, mas para escrever sua história do Brasil escolheu outra via. A partir da acusação de plágio, ele atacou Beauchamp não somente como homem de letras, mas também sua forma de escrever história. Mas, quais eram as características dessa historiografia baseada no modelo dos historiadores da Antiguidade e por que elas passavam a ser confundidas com a prática de plágio? Essa polêmica não trazia nenhum elemento de novidade. Nova talvez fosse a crença de que o papel normativo exercido pelos historiadores da Antiguidade tivesse perdido seu efeito. O fato de Beauchamp não citar suas referências, não só em termos de fontes, mas também intelectuais, torna-se um desafio para o historiador que se propuser a analisar a maneira como ele escreveu história. Entretanto, em um artigo publicado na *Gazette de France* em 28 de outubro de 1811, ele afirmava que não seria necessário dizer mais nada sobre a maneira de escrever história depois que Cícero e Luciano, por exemplo, já haviam estabelecido as regras para escrevê-la. Mas os exemplos não se detinham apenas sobre aquelas duas autoridades da Antiguidade. Dentre os historiadores modernos, Beauchamp citou Mably. A comparação entre a maneira como um e outro definiram como a história deveria ser escrita não é fortuita, e acabou se mostrando, como se vai ver a seguir, muito reveladora.

A história antiga muito me agradaria

Após ter estudado no Colégio dos Jesuítas em Lyon e ter ingressado no seminário do Santo-Suplício, lugar que formou a maioria dos eclesiásticos que aspiravam ao episcopado francês, Gabriel Bonot de Mably, mais conhecido como Abade de Mably, abandonou seus cadernos de teologia para dedicar-se à leitura das *Vidas dos homens ilustres* de Plutarco, à *História da Guerra do Peloponeso* de

³⁶⁷ Antoine-Vincent Arnault. « Du plagiat et des plagiaires ». In : *Revue de Paris*. Paris : Le Vavasseur, 1830. p. 193. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 30 de junho de 2009). No original : « Quant au traducteur qui fait passer dans notre langue des idées, et a plus forte raison des ouvrages empruntés à une langue étrangère, il y a entre lui et le plagiaire la différence du conquérant au voleur. Que fait-il ? qu'importer dans la littérature nationale des trésors qui autrement n'existeraient pas pour elle ? D'ailleurs les efforts par lesquels on fait passer dans une langue les beautés d'une autre langue ne donnent-ils pas au traducteur un droit de propriété sur l'ouvrage traduit ? »

Tucídides e às *Décadas* de Tito-Lívio ³⁶⁸. O gosto de Mably pelos historiadores antigos e pela Antiguidade rendeu ao menos duas importantes obras – *Parallèle des Romains et des Français, par rapport au gouvernement*, publicada em 1740 e *Observations sur les Grecs*, publicada em 1749 e transformada posteriormente em *Observations sur l'Histoire de la Grèce*. Seu amor pela Antiguidade e por seus historiadores seria confessado descaradamente numa de suas últimas obras. Logo na abertura de *De la manière d'écrire l'histoire*, publicada em 1783, ele disse:

A História antiga muito me agradaria, os homens lá têm não sei que ar de nobreza e de grandeza que nós não encontramos nos povos modernos; e ela foi tratada por tão grandes gênios que seria a última imprudência retocarem os mesmos assuntos: responder-me-ia você que querendo *pintar* tais personagens, eu não lhes daria uma atitude forçada, ou que eu não lhes tornaria banais? Seria eu mais feliz que os pintores que expõem no Louvre Hector e Popilius? É necessário que eu me lance à História moderna que somente apresenta homens muito inferiores aos Gregos e aos Romanos, que não exige do escritor esse alcance viril, bravo e vigoroso que foi necessário a Tucídides e a Tito-Lívio. Aconselha-me você a me limitar a algum evento memorável ou a um reino particular? Encarregar-me-ei de devorar o tédio de nossas crônicas; se necessário, eu folharei os manuscritos empoeirados; buscarei a verdade através das trevas onde ela se esconde [...].³⁶⁹

Ao exaltar a nobreza e a grandeza dos antigos, Mably destacava o caráter exemplar da história antiga, acentuados pela desqualificação dos modernos, caracterizados como homens muito inferiores. Além disso, discordaria dos historiadores que dispersavam doutrinas perigosas e falsas em suas histórias: divulgar mentiras seria enganar os homens comuns e os fazer cair em erros quando estes recorressem à história, pois ela, que “Cícero chamou *Magistra Vitae* [...] conduziria a erros que ela deve[ria] nos ensinar a evitar” ³⁷⁰. Para que o historiador não incorresse nesse erro, exigia-se dele

³⁶⁸ *Biographie universelle, ancienne et moderne, ou histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes*. Rédigé par une Société de Gens de Lettres et de Savants. Tome Ving-Sixième. Paris : Louis Gabriel Michauld, 1820, p. 10-11. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 20 de julho de 2010).

³⁶⁹ Gabriel Bonot de Mably. *De la manière d'écrire l'histoire*. Paris : Alexandre Jombert, 1783, p. 7-8. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 6 de julho de 2009). No original : « [...] L'Histoire ancienne me plairoit beaucoup, les hommes y ont je ne sais quel air de noblesse y & de grandeur qu'on ne trouve point chez les peuples modernes ; mais outre qu'elle a été traitée par de si grands génies qu'il seroit de la dernière témérité de retoucher les mêmes sujets : me répondriez-vous qu'n voulant peindre de tels personnages, je ne leur donnerois point une attitude forcée, ou que je ne rendrois pas platement ? serois-je plus heureux que les peintres qui viennent d'exposer au Louvre Hector & Popilius ? il faut donc me jeter dans l'Histoire moderne qui sne présentant que des hommes fort inférieurs aux Grecs & aux Romains, ne demande pas dans un Ecrivain cette touche mâle, hardie & vigoureuse qui étoit nécessaire à Thucydide & à Tite-Live. Me conseillez-vous de me borner à quelque événement mémorable ou à un regne particulier ? je tâcherai de dévorer l'ennui de nos chroniques ; s'il le faut, je feuilletterai des manuscrits poudreux ; je chercherai la vérité à travers les ténèbres où elle se cache. Prononcez, je suivrai vos conseils ; ils sont des ordres pour moi. »

³⁷⁰ Idem, p. 17. No original: « [...] & l'histoire, que Ciceron appelle *Magistra vitae*, nous conduire aux erreurs qu'elle doit nous apprendre à éviter. »

uma severa reflexão dos fatos, pois alguns deles poderiam transmitir mentiras que às vezes pareciam verdades incontestáveis.

As paixões colocadas em movimento, as guerras estrangeiras e domésticas, os partidos, facções e todas as leis, as diferentes formas de governo que sucederam uns aos outros em determinada sociedade, a ruína dos Impérios e os novos Estados que se elevaram sobre seus fragmentos para experimentar a mesma sorte: eis aí, segundo Mably, o quadro que os historiadores deveriam colocar sob os olhos de seus leitores, não para satisfazer à simples curiosidade mas suprir a inexperiência dos homens, tornando-os prudentes e ensinando-os a evitar as mesmas infelicidades, concedendo-os “uma bússola sobre este mar tempestuoso e sem limites”³⁷¹. Ele caracterizou a tarefa do historiador como aquela do pintor, que, a partir da composição de um quadro, deveria colocar os acontecimentos em movimento sob os olhos de seu espectador. O historiador que quisesse instruir deveria ter, como primeiro de seus deveres, o conhecimento das paixões, que eram, segundo Mably, a coisa mais necessária para o conhecimento do historiador. Aquele que as *pintava* e conseguia revolver e retirar um Estado de sua letargia, teria um pincel original. Esperava-se dos leitores que eles se interessassem pelas nações que não mais existiam e estabelecessem um paralelo com aquelas que ainda viviam, pois

[...] uma *história escrita por um homem hábil no conhecimento das paixões não é estranha para nenhum século nem para nenhum país*. Convenhamos que você jamais leu Tito-Lívio, Salústio, Tácito, sem se regozijar mil vezes de prazer [...]. Para mim, eu sei bem que há poucos dias atrás, lendo a história de Tucídides, eu pensei ver nas paixões insensatas da Grécia, a *pintura* daquelas que agitam hoje a Europa, e nos sujeitaram, como elas sujeitaram as Repúblicas Gregas, se elevar-se entre nós um Filipe da Macedônia.³⁷²

Por acreditar na imutabilidade da natureza humana, a história escrita por um homem hábil podia servir de exemplo para qualquer século. O paralelo traçado entre as paixões insensatas que agitaram a Grécia, descritas por Tucídides, e aquelas que agitavam a Europa naquele momento, só era possível dentro de uma compreensão do tempo baseada num *continuum* histórico de validade geral, que tinha como pressuposto a vigência do *topos* da *Historia Magistra Vitae*, evocado por Mably. Koselleck

³⁷¹ Idem, p. 23-24.

³⁷² Idem, p. 43-45. No original: « [...] une histoire écrite par un homme habile dans la connoissance des passions, n'est étrangere dans aucun siecle ni dans aucun pays. Convenez-en, jamais vous n'avez lu Tite-Live, Salluste, Tacite, sans vous écrier mille fois avec plaisir [...]. Pour moi, je sais bien qu'en lisant, il y a peu de jours, l'histoire de Thucydide, j'ai cru voir dans les passions insensées de la Grece, la peinture de celles qui agitent aujourd'hui l'Europe, & qui nous asserviront comme elles ont asservi les Républiques Grecques, s'il s'éleve parmi nous un Philippe de Macédoine. » (Grifo nosso).

argumentou que, nessa experiência do tempo, a história só pode levar ao aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e pósteros enquanto seus pressupostos para tal forem considerados basicamente os mesmos. Até o século XVIII, a mobilização do *topos* e de seus vários significados permaneceu como indício inquestionável da constância da natureza humana. Somente dessa forma Mably poderia considerar Tucídides um modelo de instrução para a Europa de seu tempo ³⁷³.

O historiador que quisesse ser lido e desejasse que sua obra sobrevivesse ao tempo, servindo de exemplo para as gerações futuras, deveria aprender a ser um grande pintor das paixões que governam o mundo. Sua pintura animaria a história e deveria ser capaz de transformar o leitor em um espectador: “Não sou mais um leitor que lê, eu sou um espectador que vê o que se passa sob meus olhos”, disse Mably ³⁷⁴. Mas diferente dos poetas e dos oradores que podem e devem *se mostrar* apaixonados, (porque as paixões comunicam e o principal objetivo da poesia é entreter), o historiador deveria conservar certa frieza, pois ele *seria um testemunho do que ele registra*. Ao comparar o historiador ao pintor, Mably caracterizava também a imparcialidade do primeiro, pois este, assim como o pintor, não aparecia sobre a tela que se animava sob sua mão, mas apenas apresentava os personagens em sua narrativa. O historiador seria imparcial também como o poeta dramático, que não se mostrava sobre a cena que reproduzia, mas que nela apresentava “a confusão, o problema e a desordem regrada das paixões”. Pela pintura do coração humano Tito Lívio, Salústio e Tácito tornaram-se admiráveis: tudo teria se animado sob suas plumas ³⁷⁵.

Mably afirmou que pequenos detalhes podiam agradar, instruir e interessar, mas somente se eles se relacionassem com os costumes, às leis e ao governo de uma nação. Esses detalhes podiam até ser necessários, mas o historiador deveria escolher aquele que fosse mais propício a tornar a verdade picante e agradável (*la vérité piquante et agréable*): isso evitaria que o leitor fosse fatigado pela superabundância de erudição ³⁷⁶. Além disso, exigia uma narração rápida e tudo que pudesse torná-la clara e inteligível não poderia ser esquecido. O historiador deveria preparar o leitor para os eventos que colocaria sob seus olhos e não fazer como o historiador inglês Edward Gibbon (1737-1794), que na sua “eterna história dos Imperadores Romanos, suspende a cada instante

³⁷³ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado...* Op. Cit. p. 43.

³⁷⁴ Gabriel Bonot de Mably. *De la manière d'écrire l'histoire...* Op. Cit. p. 311. No original: « Je ne suis plus un Lecteur qui lis, je suis un spectateur qui vois ce qui se passe sous mes yeux. »

³⁷⁵ Idem, p. 313-314.

³⁷⁶ Idem, p. 98.

sua insípida e lenta narração, para explicar as causas dos fatos que se vai ler”³⁷⁷. Ao criticar o tipo de história produzida por Gibbon, Mably reafirmava, enquanto admirador da historiografia clássica, que a história era essencialmente uma narrativa e que dependia somente do historiador a organização de um sentido concedido aos eventos. Para ele, um dos métodos de prova utilizado para validar o que historiador dizia era mobilizado na própria trama narrativa e em seus procedimentos de composição. Para Pascal Payen, ao agir dessa forma Mably teria sido um dos últimos porta-vozes de uma concepção onde o discurso histórico tinha uma ligação harmônica com a literatura³⁷⁸.

O mesmo leitor que exigia uma narrativa contínua e que não aprovava o excesso de erudição poderia desconfiar dos discursos (*harangues*) incluídos na narrativa histórica, ao considerá-los pura invenção do historiador. Dessa forma, a história não lhe inspiraria nenhuma confiança. Portanto, Mably alertava ao historiador: “Tome cuidado para que não se introduza o Romance na História”³⁷⁹. O leitor que apenas procurasse diversão não reprovava um historiador que lhe agradasse, enquanto o mais astuto buscava se instruir *sabendo que estes discursos não foram pronunciados*. A inclusão de discursos de pessoas importantes nas narrativas históricas era permitida, mas não de forma deliberada. Existiam regras que regulavam sua composição a partir de um decoro literário. Segundo Mably, uma das regras principais era seguir as características do século no qual o personagem havia vivido³⁸⁰. Esses discursos animavam uma narração e, dependendo da capacidade do historiador ao demonstrar aquilo que aconteceu, sua voz logo seria esquecida e então o leitor se

encontraria em comércio com os maiores homens da antiguidade, penetraria seus segredos e suas lições se gravaria mais profundamente em seu espírito. Estaria presente nas deliberações e em todas as negociações; isto não seria mais uma narrativa, seria uma ação que se passaria sob seus olhos³⁸¹.

³⁷⁷ Idem, p. 218. No original: « [...]M. Guibbon qui dans son éternelle histoire des Empereurs Romains, suspend à chaque instant son insipide & lente narration, pour vous expliquer les causes des faits que vous allez lire ». Mably respondia às críticas que Gibbon havia lhe dirigido, quando o acusou em 1763 de atribuir grandes conseqüências a motivos individuais e não aos costumes gerais e às características das nações. Arnaldo Momigliano. « La contribution de Gibbon à la méthode historique ». In : *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris : Gallimard, 1983, p. 327.

³⁷⁸ Pascal Payen. « Discours historique et structures narratives chez Hérodote ». In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45^e année, N. 3, 1990, p. 527-528. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 9 de fevereiro de 2011).

³⁷⁹ Gabriel Bonot de Mably. *De la manière d'écrire l'histoire...* Op. Cit. p. 44. No original: « [...] Mais faites attention que vous introduisez le Roman dans l'Histoire ».

³⁸⁰ Idem, p. 155-156.

³⁸¹ Idem, p. 144-146. No original os verbos são utilizados por Mably na primeira pessoa do plural. Na tradução acima utilizei os verbos na terceira pessoa do singular, na forma impessoal, para se adaptar ao leitor: « [...] nous nous trouvons en commerce avec les plus grands hommes de l'antiquité, nous pénétrons leurs secrets, & leurs leçons se gravent plus profondément dans notre esprit. Je suis présent aux délibérations & a toutes les affaires ; ce n'est plus un récit, c'est une action qui se passe sous mes yeux. »

Os discursos incluídos nas narrativas históricas têm sua origem na historiografia antiga e sobreviveram com grande vigor na época moderna até serem banidos completamente da escrita da história no século XIX, apesar de ser difícil precisar quando. Beauchamp os utilizou em quase todas as suas narrativas históricas, não somente relativas à história contemporânea como também na *Histoire du Brésil* e na *Histoire de la conquête et des révolutions du Pérou*. Quando publicou essa história em 1808, o editor defendeu o uso de discursos inventados nela afirmando que “[Beauchamp] fez falar os personagens colocados em ação, ele seguiu [...] o exemplo dos historiadores que mereceram servir [...] de autoridade e modelo. A fidelidade da história admite, aliás, estas formas vivas e dramáticas [...]”³⁸². Carlo Botta, o historiador italiano e amigo de Beauchamp também não abriu mão desse recurso. Quando escreveu sua história a respeito da guerra de Independência dos Estados Unidos, alertou ao leitor que ele encontraria em sua narrativa alguns discursos. Segundo ele, aqueles que ele colocou na boca de diversos personagens foram realmente pronunciados por eles. Entretanto, disse que deveria prevenir que algumas vezes fez dizer um só orador aquilo que havia sido dito por outros do mesmo partido e que algumas vezes, “usando da liberdade acordada em todos os tempos aos historiadores, eu me permiti acrescentar um pequeno número de frases que me pareciam entrar perfeitamente no sentido do orador, e próprias a fortificar sua opinião”³⁸³.

Como Mably já havia declarado, tais discursos eram fictícios e não foram pronunciados. Eles serviam, como afirmou Erich Auerbach (1892-1957), para evidenciar a dramática (*illustratio*) do acontecimento e também para a penetração nos pensamentos políticos ou morais, daquele que era representado discursando. Os discursos (*harangues*) tinham uma pretensão realista, mas acima de tudo, eram produtos de uma tradição estilística cultivada desde a escola dos retóricos antigos³⁸⁴. Até mesmo Lorenzo Valla (1407-1457), autor da refutação da Doação de Constantino, havia dito no século XV que historiadores (incluindo ele mesmo) não lembravam os discursos palavra

³⁸² Alphonse de Beauchamp. *Histoire de la conquête et des révolutions du Pérou...* Op. Cit. p. 6. No original: « [...]S’il a fait parler les personnages mis en action, il a suivi [...] l’exemple des historiens qui ont mérité de servir à la fois d’autorité et de modèle. La fidélité de l’histoire admet d’ailleurs ces formes vives et dramatiques, sur-tout quand elles ne contredisent point les caractères des personnages ni les traditions ».

³⁸³ Charles Botta. *Histoire de la Guerre de l’Indépendance des États-Unis d’Amérique...* Op. Cit. p. LXXXVII. No original : « [...]usant de la liberté accordée en tous temps aus historiens, je me suis permis d’ajouter un petit nombre de phrases qui me paraisaient entrer parfaitement dans le sens de l’orateur, et propres à fortifier son opinion [...] ».

³⁸⁴ Erich Auerbach. “Fortunata”. In : *Mimesis : a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 33-34.

por palavra, mas os compunha artisticamente para ensinar o mesmo tipo de lições gerais que os poetas encarnavam nas ações dos heróis míticos. Porém, Valla alertou que esses discursos deviam seguir um determinado protocolo retórico que exigia do historiador uma atenção para o tempo, o lugar, o status e as circunstâncias históricas nas quais os atores de sua narrativa haviam vivido ³⁸⁵. Os discursos eram considerados o ápice retórico da narrativa e, por isso, serviam para fixar na mente do leitor o objeto principal do qual ele deveria se ocupar e se instruir ³⁸⁶. Assim como o Poeta que, se desejasse comover seu leitor, deveria fazer com que seus heróis também vertessem lágrimas – Mably exigia do historiador a capacidade de poder mostrar a alma dos personagens narrados, para que o leitor pudesse amá-los ou odiá-los, e assim pudesse partilhar de suas paixões. E concluía:

Que subsídios Tito Lívio e Salústio não tiraram dos discursos, para fazer passar para mim os sentimentos dos personagens os quais eles me relatam suas ações? Não sei por qual *charme mágico* eu me tomo transportado em meio às ruínas fumegantes de Roma após a retirada dos Gauleses? ³⁸⁷

Ao dizer que se sentia transportado em meio às ruínas de Roma pelo *charme mágico* de Tito-Lívio e Salústio, Mably mobilizou um termo cunhado na Antiguidade que havia caído em desuso, mas que conservou seu significado principalmente entre os historiadores modernos que tomaram os historiadores antigos como modelo. Este termo é designado pelo grego *enargeia* (*vividez*). Segundo Carlo Ginzburg, “o historiador antigo devia comunicar a verdade daquilo que se dizia servindo-se, para comover e convencer seus leitores, da *enargeia*”. Na tradição retórica latina, Quintiliano propôs como equivalente do termo grego a expressão *evidentia in narratione*. Ele havia notado que Cícero usou *illustratio et evidentia* como sinônimo de *enargeia*. Para Cícero, “*inlustris...oratio*” indicava a parte do discurso que “põe a coisa como diante dos olhos”, semelhante ao significado que o autor anônimo de *Rhetorica ad Herennium* havia conferido à palavra *demonstratio*: “[...] Expõe, com efeito, a coisa na sua íntegra e coloca-a como que diante dos olhos”. *Demonstratio* significava na tradição retórica latina o gesto do orador que indicava um objeto invisível para sua platéia, tornando quase palpável para quem escutava, segundo Ginzburg, “graças ao poder um tanto

³⁸⁵ Anthony Grafton. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge: CUP, 2007. p. 35-36.

³⁸⁶ Idem, p. 151-154. Erich Auerbach. *Mimesis...Op. Cit.*

³⁸⁷ Idem, p. 317-318.

mágico de suas palavras”³⁸⁸. A *enargeia*, que havia se configurado no limite entre a historiografia e a retórica, também teve seu significado semântico alimentado pela pintura. Para demonstrar essa situação, Ginzburg referiu-se a um trecho do pequeno tratado *Sobre a fama dos atenienses* (347a), no qual Plutarco comparou uma pintura de Eufrantor, que representava a batalha de Mantinéia, com a descrição da mesma batalha por Tucídides. Ao elogiar a “vivacidade pictórica” (*graphike enargeia*) de Tucídides, Plutarco chegou à seguinte conclusão:

[...] o historiador mais corajoso é aquele que faz a sua narração descrevendo os sentimentos e delineando o caráter dos personagens *como se tratasse de uma pintura*. Assim, com sua prosa, Tucídides se esforça sempre para obter essa eficácia expressiva, desejando ardentemente fazer do ouvinte um espectador e de tornar vivos para quem os lê os fatos emocionantes e perturbadores dos quais eram testemunhas oculares.³⁸⁹

Séculos depois da afirmação feita por Plutarco, Beauchamp ainda podia afirmar no início do século XIX: “As memórias são para o historiador o que as cores são para o pintor; somente por sua mistura e fusão o quadro da história que daí resulta forma uma composição completa e regular”.

É necessário que o historiador deixe seu gabinete e seus livros

As opiniões de Mably sobre a escrita da história foram analisadas pelo protestante Paul-Philippe Gudin de la Brenellerie (1738-1820). Ele publicou em 1784 um opúsculo intitulado *Supplement à la manière d'écrire l'histoire ou reponse à l'ouvrage de M. L'Abbé de Mably*, no qual refutou categoricamente sua forma de escrever história, além de defender Voltaire dos ataques que o abade lhes havia dirigido³⁹⁰. Os conteúdos expostos por La Brenellerie em seu *Supplement* podem ser considerados um sintoma importante do descrédito em relação à historiografia promovida por Mably, e que continuaria a ser mobilizada no início do século XIX.

Uma de suas primeiras críticas à Mably baseava-se na sua afirmação de que o primeiro e maior dever do historiador era ser claro e não interromper o leitor ao escrever

³⁸⁸ Carlo Ginzburg. “Descrição e citação”. In : *O fio e os rastros : verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 20-21. (Grifo meu)

³⁸⁹ Idem, p. 23. (Grifo meu)

³⁹⁰ *Biographie universelle, ancienne et moderne, ou histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes*. Rédigé par une Société de Gens de Lettres et de Savants. Tome Vingt-Sixième. Paris: Louis Gabriel Michauld, 1820, p. 10-11. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 9 de setembro de 2010). Voltaire morreu em 1778 e mesmo assim não ficou isento das críticas de Mably, que apenas respondeu aos ataques que Voltaire proferiu contra ele anos antes.

sua história. La Brenellerie, apoiando-se numa citação de Luciano de Samósata (125-181?), contestou essa opinião quando disse que o primeiro princípio da escrita da história e de todo aquele que se voltasse a esse ofício era ser livre de preconceito, não abraçar nenhum partido e não ser dominado por paixões. O jesuíta Famien Strada (1572-1649) era destacado como um bom modelo de historiador, pois ele escreveu sua *Histoire le guerre de Flandre* da maneira que Luciano havia proposto: Strada servia para caracterizar a imparcialidade do historiador como um homem apátrida, livre de pertencimento a ordens, facções, país e religião ³⁹¹.

La Brenellerie aconselhou ao historiador que não experimentasse os efeitos que as diferentes obras de Salústio, Tito-Lívio ou Plutarco poderiam provocar. Aquele que tivesse necessidade de consultar os livros desses historiadores para se emocionar, ou que buscasse formar sua maneira de escrever história sobre eles, não passaria de simples copista de um grande mestre. Por outro lado, o historiador era exortado a se indignar com a tirania dos grandes, a se emocionar com a infelicidade do pobre, se surpreender com a grandeza das cidades, com a beleza das artes, com os recursos do comércio, com a coragem das grandes viagens e navegações. Era a partir dessas situações – na história como acontecimento e não como relato – que o historiador deveria procurar comoção. La Brenellerie via pouca utilidade naquilo que Salústio, Políbio ou Tito-Lívio tinham escrito, nos quadros que eles haviam pintado. Acusados de terem “pintado” ações ou acontecimentos particulares, o modelo dos historiadores da Antiguidade devia ser superado pelo grande quadro da humanidade que o historiador deveria pintar, não como o poeta que exagerava para torná-lo mais emocionante, muito menos como o pintor que só oferecia superfícies, enganava através do seu colorido e encantava a partir de uma ilusão da realidade. O historiador, segundo La Brenellerie, deveria agradar não omitindo nada, atento à mais rigorosa verdade, não desfigurando-a para ser mais eloqüente ou moralista, nem impondo-lhe seu espírito de partido ou de sistema ³⁹². Esta situação é um exemplo significativo de crítica à *Historia Magistra Vitae* no contexto historiográfico

³⁹¹ Paul-Philippe Gudin de La Brenellerie. *Supplement à La Maniere d'écrire l'histoire ; ou reponse à l'ouvrage de M. L'Abbé de Mably*. Paris : Société Littéraire-Typographique. 1784, p. 30. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 3 de setembro de 2010). Idem, p. 3-4. Eduardo Sinkevique aproxima as preceptivas elaboradas por Agostino Mascardi (1590-1640) no seu *Dell'Arte Historica* daquelas produzidas por Famiano Strada. Segundo ele, ambos “eram propensos a uma eloqüência sagrada, cuja narrativa oratória historiográfica deveria ser icástica [modelo de juízo sem fantasia, ou, no máximo, fantasia com juízo] e não fantástica [estilo que opera deformações sem regra aparente do juízo]”. Cf. Eduardo Sinkevique. “Com Furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o *Dell'Arte Historica* (1636) de Agostino Mascardi”. In: *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 333.

³⁹² Paul-Philippe Gudin de La Brenellerie. *Supplement à La Maniere d'écrire l'histoire...Op. Cit.* p. 7-10.

francês no fim do século XVIII. Cunhada por Cícero, essa expressão pertencia ao contexto da oratória e orientou séculos a fio não somente a maneira como os historiadores encararam seu objeto, mas também sua produção ³⁹³. Diferente do contexto lingüístico alemão, no qual o significado do termo *Historie* (história como relato) acabou fundindo-se ao termo *Geschichte*, no qual história significa tanto relato quanto acontecimento, o contexto lingüístico francês não possuía outro termo para designar esse novo conceito ³⁹⁴. Porém, a idéia de que só se poderia aprender com a própria história, mas não com a história escrita ³⁹⁵, foi mobilizada por La Brenellerie quando ele sublinhou a superioridade da história como acontecimento em detrimento da história escrita, e principalmente da história escrita baseada no modelo dos historiadores antigos.

A crítica de La Brenellerie contra os historiadores antigos e seu modo de escrever história estendeu-se aos discursos (*harangues*) incluídos na narrativa histórica. Segundo ele, esses discursos não passavam de mentiras (*mensonge*), pois o historiador que os compunha deixava o seu papel de narrador para assumir aquele do herói do teatro. Longos, esses discursos confundiam o leitor que passava por eles sem ater-se à sua leitura. Se fosse necessário conservar as palavras que escaparam do coração dos grandes homens, os sentimentos do retor deveriam ser evitados, ou seja, se não fosse possível recuperar o que realmente fora dito no passado, seria melhor não inventar. Esses discursos eram tão viciosos que não se poderia suportá-los na história moderna, embora fosse permitido um uso mais judicioso e moderado do que aquele praticado pelos historiadores da Antiguidade, que teriam exagerado ao colocar discursos na boca de guerreiros prestes a entrarem na cena de batalha ³⁹⁶.

O descrédito dos historiadores da Antiguidade ainda recaía sobre aquilo que eles teriam negligenciado. La Brenellerie lamentou o fato de eles não terem produzido um conhecimento preciso da história da Grécia, de sua cronologia (“essa ciência tão aprofundada pelos modernos e mal conhecida dos antigos” ³⁹⁷), de suas revoluções, de suas leis, de sua influência sobre os costumes (*moeurs*) e de suas relações com as nações estrangeiras. Para ter um conhecimento sobre essa parte da história grega, era

³⁹³ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado...* Op. Cit.

³⁹⁴ Baseio-me nas reflexões de Valdeí Lopes Araujo que diz o mesmo para o caso luso-brasileiro, ou seja, que o campo conceitual luso-brasileiro não cunhou outro conceito para lidar com as demandas modernas de experiência do tempo.

³⁹⁵ Paul-Philippe Gudin de La Brenellerie. *Supplement à La Maniere d’écrire l’histoire...* Op. Cit. p. 49.

³⁹⁶ Idem, p. 51-52.

³⁹⁷ Idem, p. 22. No original: « [...] la chronologie, cette science si approfondie par les modernes, & si mal connue des anciens. »

necessário recorrer aos historiadores modernos que desembaraçam este caos, e que, não seguindo nenhum historiador grego, consultaram “os mármore que o inglês Arondel derreteu na ilha de Paros e as medalhas, e inscrições, e os oradores, os geógrafos, os filósofos, os poetas, e sobretudo Homero, que eles erigiram em historiador [...]”³⁹⁸. Entretanto, ao exigir dos historiadores gregos esse tipo de descrição que se tornou preocupação dos historiadores modernos, La Brenellerie ignorava completamente os limites da consciência histórica dos gregos³⁹⁹.

Críticas contra os discursos incluídos nas narrativas históricas vinham sendo produzidas desde o início da época moderna. No inacabado *Dialogo della Istoria*, o humanista italiano Sperone Speroni (1500-1588) já havia declarado sua franca hostilidade contra os ornamentos retóricos incluídos nas narrativas históricas. Mas, se fosse impossível ao historiador deixar de incluí-los em sua história, Speroni afirmava que principalmente aqueles pronunciados por chefes de exército ou a respeito de conspirações eram aceitáveis, caso viessem indicados como discursos diretos⁴⁰⁰. Quando publicou sua *Ars Critica* em 1697, o erudito genebrino Jean Le Clerc atacou esse artifício narrativo quando se referiu ao historiador romano Quintus Curtius, acusando-o de ser mais retórico do que historiador. Segundo Le Clerc, nenhum historiador sério deveria incluir discursos em sua narrativa histórica, nem de forma direta, muito menos indireta. Ao incluir discursos inventados em sua narrativa, o historiador violava sua primeira responsabilidade que era dizer a verdade. Enquanto historiadores antigos apoiaram-se tradicionalmente na invenção de discursos pronunciados pelos atores de suas histórias, cujo principal objetivo era instruir e comover aqueles que as liam, Le Clerc via como tarefa central e mais importante do historiador uma preocupação com um pensamento crítico, um exame acurado de suas fontes, e que retirasse delas somente aquilo que pudesse ser provado⁴⁰¹.

La Brenellerie utilizou uma nota de rodapé do seu *Suplement* justamente para defender o uso da nota de rodapé. Afirmou que, assim como para Mably, as notas também não lhe agradavam e que, em geral, deveriam ser evitadas. Entretanto, quando se escrevia história, sua inclusão era inevitável como, por exemplo, as tábuas resumidas de uma genealogia que poderia lançar grandes luzes sobre direitos incontestáveis, uma cronologia que ordenasse eventos mal conhecidos, esclarecimentos sobre autores

³⁹⁸ Idem, p. 37-38.

³⁹⁹ Erich Auerbach. *Mimesis...* Op. Cit.

⁴⁰⁰ Carlo Ginzburg. “Descrição e citação”...Op. Cit. p. 32.

⁴⁰¹ Anthony Grafton. *What was history?*...Op. Cit. p. 8-12.

originais, ou citações que serviriam de peças justificativas (*pièces justificatives*). Se essas notas fossem longas, era mais viável rejeitá-las ao fim do volume, como fez o historiador inglês Robertson e mesmo Mably, em *Observations sur l'histoire de France*. Ao concluir sua observação sobre o uso das notas, La Brenellerie disse:

No corpo de uma história, não podemos oferecer muito a não ser resultados. Os planos forneceriam excelentes notas, *justificariam* as opiniões, *assegurariam a verdade das afirmações*, e *forneceriam algumas observações muito curiosas e instrutivas*. Eu lamento com frequência que Tito-Lívio não nos tenha concedido notas sobre as finanças, as relações, etc.etc. Para me fazer ser bem compreendido, para mostrar a utilidade que estas notas poderiam ter, eu coloquei uma ao fim deste livro onde eu tratarei da influência que os eventos políticos tiveram sobre a população de Paris no curso deste século. E, se esta não é relativa à refutação dos princípios do Abade de Mably, ao menos ela não é estranha à maneira de escrever história, nem àquela de estudá-la.⁴⁰²

Mably falou do tédio causado ao leitor pela superabundância de erudição, e citou como exemplo Edward Gibbon, que interrompia em diversos momentos sua narrativa para explicar, a partir de notas de rodapé, as causas dos fatos que leitor leria. Beauchamp havia classificado de pequeno charlatanismo o excesso de erudição e citações, denominando a si próprio como o oposto do erudito. As notas de rodapé demonstram uma decisiva transformação na escrita da história na época moderna: ela indica a passagem da historiografia entendida como uma narrativa eloqüente para uma disciplina crítica⁴⁰³. Qualquer historiador moderno poderia distinguir: o texto convence, as notas provam. La Brenellerie as declarou indispensáveis quando se escreve história, argumentando enfaticamente que elas justificam, asseguram a verdade das afirmações e eram instrutivas. Jean Le Clerc, que já havia criticado a inserção de discursos nas narrativas históricas, não condenou aqueles que escreveram história sem incluir notas de rodapé em suas narrativas, mas afirmou que o historiador que não desejasse que suas afirmações fossem verificadas não poderia recusar-se a citar suas fontes. Le Clerc disse que as notas deveriam ser compostas em bons termos, com poucas palavras, nas quais nada deveria ser afirmado sem ter provas ou sem pelo menos citar um bom autor no qual pudesse ser verificada tal afirmação, de modo que o leitor pudesse encontrá-la facilmente se desejasse⁴⁰⁴.

A nota de rodapé histórica está ligada a uma antiga forma de anotação que tem como princípio fornecer uma referência precisa às passagens de um texto oficial citadas

⁴⁰² Paul-Philippe Gudin de La Brenellerie. *Supplement à La Maniere d'écrire l'histoire...* Op. Cit. Nota 3. p. 29.

⁴⁰³ Anthony Grafton. *Origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. p. 32.

⁴⁰⁴ Idem, p. 178-179.

numa narrativa histórica. Esse tipo de referência, afirma Anthony Grafton, raramente aparecia na historiografia antiga, uma vez que o autor culto citava textos de memória, da lembrança conservada de sua leitura manuscrita, e não de livros ⁴⁰⁵. Carlo Ginzburg acrescenta que a *enargeia*, da qual já falamos, estava ligada a uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade, enquanto as citações nas margens, remissões aos textos e outras formas gráficas de citação baseiam-se numa cultura dominada pelos gráficos, que somente a invenção da imprensa e a conseqüente perda da centralidade de uma cultura oral poderiam proporcionar. A *enargeia* tinha como princípio comunicar uma ilusão da presença do passado. As citações em notas de rodapé reafirmam que o passado é acessível apenas de modo indireto, mediado ⁴⁰⁶.

La Brenellerie exortou ao historiador que deixasse seu gabinete e seus livros, para ir estudar os monumentos do século que ele queria estudar: visitar os palácios, igrejas, túmulos, medalhas, manuscritos. Sua própria visão o instruiria melhor que as vãs descrições dos historiadores: sobre “o campo de batalha onde Filipe Augusto triunfou, onde o rei João foi tomado, onde Turene expirou” o historiador “terá outras idéias do que lendo *Daniel* ou o *Gênese*” ⁴⁰⁷. Se o historiador tivesse que ler algum livro, La Brenellerie recomendava a leitura das dissertações históricas publicadas nas *Mémoires de l'Académie [des Inscriptions et]des Belles-Lettres*, segundo ele, um exemplo de empreendimento literário inédito que não se encontrava nos povos antigos e muito menos em alguns que viviam no século XVIII ⁴⁰⁸. A ênfase no estudo dos monumentos em detrimento das narrativas sobre o passado tem sua origem com o surgimento da pesquisa antiquária na época moderna. Segundo Arnaldo Momigliano, a grande era do antiquariato marcou uma revolução não somente relacionada ao gosto, mas principalmente no método histórico, quando surgiu a diferença entre fontes diretas (entendido como testemunhos oculares de documentos e outros vestígios materiais contemporâneos das narrativas relatadas) e fontes indiretas (entendido como o relato dos historiadores ou cronistas que relatam e examinam os eventos dos quais eles não participaram) ⁴⁰⁹. Desde então, os historiadores da Antiguidade e seus êmulos modernos começaram a sofrer um grande descrédito. Os objetos da Antiguidade falavam por si, e

⁴⁰⁵ Idem, p. 36.

⁴⁰⁶ Carlo Ginzburg. “Descrição e citação”...Op. Cit. p. 36-37.

⁴⁰⁷ Paul-Philippe Gudin de La Brenellerie. *Supplément à La Maniere d'écrire l'histoire...* Op. Cit. p. 20-21.

⁴⁰⁸ Idem, p. 106-107.

⁴⁰⁹ Arnaldo Momigliano. « L'Histoire Ancienne et l'Antiquaire ». In : *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris : Gallimard, 1983, p. 246.

mesmo que fossem forjados, havia muitos outros que podiam servir de comparação para detectar possíveis falsidades, diferente de uma narrativa histórica como a de Tucídides, que era única ⁴¹⁰.

Blandine Kriegel destacou as discussões eruditas no limiar da época moderna sobre a língua, a fé e a lei, caracterizando-os como os três antecedentes da erudição clássica francesa, que teria sua consagração no ano de 1681 com a publicação de *De re diplomatica*, do beneditino maurista Jean Mabillon (1632-1707) ⁴¹¹. Essa época de ouro da erudição francesa representava uma geração que vinha na esteira da publicação do *Discours sur la méthode* de Descartes publicado em 1637, uma geração nascida sob o signo da dúvida, que fez da crítica a busca da prova da verdade ⁴¹². Grande representante dessa geração, Mabillon teria dado um novo esforço na pesquisa erudita europeia, e com ele, a história eclesiástica teria definitivamente desempenhado um papel fundamental na constituição de um novo método para a história ⁴¹³.

Mas, se no século XVIII a história erudita tomou um grande impulso, ela também passou a rivalizar com outro tipo de história: a filosófica. Quando La Brenellerie recomendou a leitura das *Mémoires de l'Academie des Belles-Lettres et Inscriptions* como fontes para escrever história, ele certamente pensou no uso que o historiador Edward Gibbon fez delas quando escreveu *Declínio e Queda do Império Romano*. Em sua passagem por Paris em meados do século XVIII, Gibbon adquiriu os 20 volumes que compunham as memórias da *Academie* e utilizou aquele farto material erudito para escrever sua história. Na mesma época, Gibbon disse que na França, a língua e o ensino de Grécia e Roma foram negligenciados por uma era filosófica e que a guardiã desses estudos – a *Academie des Belles-Lettres et Inscriptions* – havia sido relegada ao mais baixo grau entre todas outras academias reais ⁴¹⁴. Quando os historiadores filósofos – Voltaire, Montesquieu, Diderot, e outros – começaram a atacar a erudição, a importância dos historiadores eruditos foi diminuída. A preocupação dos historiadores filósofos com a história centrava-se em questões sobre a evolução geral da humanidade e, neste caso, os detalhes poderiam facilmente passar por negligenciáveis. Voltaire até chegou a aprovar alguns de seus pares por colocar em dúvida algumas

⁴¹⁰ Arnaldo Momigliano. “O surgimento da pesquisa antiquária”. *As raízes clássicas...* Op. Cit. p. 89.

⁴¹¹ Blandine Kriegel. *L'histoire à l'Age Classique – II. La défaite de l'érudition*. Paris : Quadrige/PUF, 1988. pp. 23-132. Guy Bourdè & Hervé Martin. *Les écoles historiques*. Paris : Seuil, 1997. pp. 128-130.

⁴¹² Marc Bloch. *Apologia da história...* Op. Cit. p. 90.

⁴¹³ Blandine Kriegel. *L'histoire à l'Age Classique...* Op. Cit. Especialmente a segunda parte.

⁴¹⁴ J. G. A. Pocock. “Part II – The encounter with Paris and the defence of erudition, 1761-1763”. *Barbarism and Religion. Volume I. The Enlightenment of Edward Gibbon, 1737-1764*. Cambridge: CUP, 1999, p. 141.

questões da tradição histórica, mas nunca sentiu necessidade de fazer profissão de historiador a partir deles. Além disso, a noção de civilização tornou-se o tema central dos historiadores filósofos e a história política lhe foi subordinada. Temas como a religião, o comércio, os costumes e a arte tornaram-se seus temas principais. Eles os estudavam de uma forma diferente daquela que foi colocada em prática pelos antiquários ⁴¹⁵. A importância e o reconhecimento de Gibbon na história da historiografia se dão pelo fato de o historiador inglês ter conseguido unir, a partir de sua narrativa histórica, a história antiquária e a história filosófica, de uma forma magistral e difícil de ser imitada, inaugurando assim, segundo Arnaldo Momigliano, a historiografia moderna ⁴¹⁶.

La Brenellerie reclamava naquele momento não por um novo tipo de história, pois o plano para escrevê-la já existia. Seu desejo talvez fosse que um historiador francês escrevesse uma história como Gibbon havia escrito: unindo erudição e história filosófica. Ao exortar que o historiador saísse de seu gabinete e fosse buscar nos monumentos um material seguro para escrever sua história e ignorasse as vãs descrições dos historiadores, La Brenellerie demonstrou que a possibilidade de aprender com a história (escrita) era um argumento frágil. Monumentos, inscrições e moedas não instruíam sobre o passado: eles apenas informavam que qualquer reconstituição do passado era baseada em fragmentos e que fragmentado também era o conhecimento sobre o passado.

A convivência (não pacífica) entre a demanda por uma história crítica, baseada em uma pesquisa rigorosa que exigiu do historiador o levantamento de provas históricas mais eficazes para comprovar sua narrativa, e antigas formas baseadas na eloquência e na maneira como os antigos escreviam história, ocasionou esse tipo de querela entre aqueles que escreviam história na França nas primeiras décadas do século XIX. Mesmo com a crescente demanda por uma história crítica e erudita, a concepção clássica de historiografia ainda permaneceria com grande vigor naquele cenário. Já demonstramos o quanto a forma de composição histórica que Beauchamp empregou na composição da *Histoire du Brésil* se aproximava da maneira que, décadas antes, Mably havia ensinado. Seu desprezo pelas notas, citações, o aproximava imediatamente aos historiadores

⁴¹⁵ Arnaldo Momigliano. « L'Histoire Ancienne et l'Antiquaire »...Op. Cit. p. 277. Blandine Kriegel. *L'histoire à l'Age Classique*...Op. Cit. p. 297.

⁴¹⁶ Arnaldo Momigliano. Op. Cit. « La contribution de Gibbon à la méthode historique ». In : *Problèmes d'historiographie*...Op. cit; "O surgimento da pesquisa antiquária". In: *As raízes clássicas*...Op. Cit; J. G. A. Pocock. *Barbarism and religion*...Op. Cit.

filósofos do século XVIII, e certamente a *Histoire du Brésil* foi escrita tendo como uma de suas bases as premissas de uma história filosófica, como o extenso subtítulo daquela obra pode demonstrar ⁴¹⁷. Mesmo assim, a França não produziria tão cedo seu Gibbon. Nenhum historiador francês conseguiu fundir história filosófica e história erudita de forma tão magistral como fizera o autor de *Declínio e Queda*. Pelo contrário, o que vemos é um intenso debate no qual esses dois tipos de história tentaram sobrepor-se um ao outro. Reconstituir a história desse debate é perceber que a história erudita não havia sido derrota inteiramente no contexto historiográfico francês: seus defensores buscavam uma afirmação geral nesse contexto. Mas seu oponente também caminhava a passos largos. Outros componentes entraram nesta luta, e novamente Alphonse de Beauchamp nos permite adentrar nessas discussões. Elas têm início com a instituição dos prêmios decenais pelo *Institut de France* em 1809.

⁴¹⁷ *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'à 1810, contenant l'origine de la monarchie portugaise ; le tableau du règne de ses rois, et des conquêtes des Portugais dans l'Afrique et dans l'Indie ; la découverte et la description du Brésil ; le dénombrement, la position et les mœurs des peuplades Brasiennes [sic] ; l'origine et les progrès des établissemens portugais ; le tableau des guerres successives, soit entre les naturels et les Portugais, soit entre ces derniers et les différentes nations de l'Europe qui ont cherché à s'établir au Brésil ; enfin, l'histoire civile, politique et commerciale, les révolutions et l'état actuel de cette vaste contrée.*

Capítulo 6

História, falsidade, romance: a verdade em primeiro lugar, o estilo depois.

O *Institut de France*, que a partir da Revolução Francesa passou a ter sob sua guarda as academias reais, instituiu em 1809 um concurso para oferecer um prêmio decenal para as várias classes que o compunha ⁴¹⁸. No relatório publicado em novembro de 1810, os membros do júri da classe de História e Literatura Antiga e Moderna explicaram os requisitos levados em conta na análise das obras concorrentes. Começaram afirmando que a história se dividia em várias classes e que cada uma tinha gêneros e graus particulares, de interesse e utilidade, cuja execução demandava talentos diversos. Em cada uma dessas histórias, as boas obras poderiam ainda ser distinguidas em diversos méritos. Se tratando de uma obra de história, sem dúvida o primeiro de todos seria apoiar-se na fidelidade da exposição dos fatos, embora este não fosse o mérito mais difícil de ser alcançado:

A arte de desenvolver as causas dos eventos e de analisar os efeitos, de lhes aproximar e de lhes ligar às circunstâncias para *formar os quadros ou as cenas dramáticas*; a arte de conceder aos principais personagens uma fisionomia distinta, e de *lhes fazer agir e falar* de acordo com o espírito e o tom que convém à suas características; a arte enfim de imprimir em seu estilo a *cor geral* própria ao assunto, e de *lhe variar o movimento* e as nuances seguindo a natureza das coisas que se narra e *as situações que se queira pintar*; Eis aí o que distingue os historiadores superiores, aqueles que prendendo fortemente a atenção dos leitores, concorrem para difundir um vivo interesse sobre a história, e assim torná-la útil da forma mais geral e eficaz. ⁴¹⁹

O relatório trazia uma síntese da opinião do júri sobre as seis obras finalistas. A primeira era a *Histoire de l'Anarchie de Pologne*, publicada pela primeira vez em 1807, de Claude Carloman de Rulhière (1735-1791), eleito para a *Académie Française* em

⁴¹⁸ Académie Française (1635), Académie des Inscriptions et Belles-Lettres (1663), Académie des Sciences (1666), além da criação de mais duas academias : Académie des Beaux-Arts (1816), Académie des Sciences Morales et Politiques (1795). Sobre a constituição do *Institut de France*, Cf. Claude Nicolet. « L'Institut des idéologues ». In : *Mélanges de l'École française de Rome. Italie et Méditerranée*. T. 108, N° 2. 1996. pp. 659-676. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 27 de janeiro de 2011).

⁴¹⁹ *Rapports et Discussions de Toutes les Classes de L'Institut de France, sur les ouvrages admis au Concours pour les Prix décennaux*. Paris : Baudouin et Cie, 1810, p. 2-3. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 22 de setembro de 2010). No original : L'arte de développer les causes des événements et d'en analyser les effets, d'en rapprocher et d'en lier les circonstances pour en former les tableaux ou des scènes dramatiques ; l'art de donner au principaux personnages une physionomie distincte, et de les faire agir et parler dans l'esprit et avec le ton qui conviennent à leur caractère ; l'art enfin d'imprimer à son style la couleur générale propre au sujet, et d'en varier le mouvement et les nuances suivant la nature des choses qu'on raconte et des situations que l'on veut peindre ; voilà ce qui distingue les historiens supérieurs, ce qui, en attachant fortement l'attention des lecteurs, concourt à répandre un vif intérêt sur l'histoire, et par-là à en rendre l'utilité plus générale et plus efficace. » (Grifos meus)

1787⁴²⁰. Segundo o julgamento do júri, Rulhière tomou como modelo Tucídides e Salústio: imitou o primeiro nos discursos (*harangues*) e o segundo nos retratos (*portraits*). Os trechos dedicados aos discursos e aos retratos eram a parte mais brilhante da obra. Embora habilmente inseridos, eles retardavam freqüentemente a narração. Composta com muita arte, o júri afirmou que a narrativa de Rulhière era sensível apenas àqueles que tomavam os estudos históricos seriamente. Animada por reflexões engenhosas, por um estilo correto e minucioso, o autor teria falhado um pouco devido a sua imparcialidade na narrativa. Apesar disso, o júri a reconhecia como uma das melhores histórias produzidas na língua francesa⁴²¹.

A segunda obra analisada, do suíço Jean Charles Léonard Sismonde de Sismondi (1773-1842), intitulava-se *Histoire des republiques italiennes du moyen âge* e foi publicada entre 1807 e 1818. Segundo o júri, o autor se impôs a uma árdua e importante tarefa ao fundir, na exposição dos eventos, o quadro do estado e dos progressos dos costumes, ciências e artes. Já a terceira obra julgada, de Gabriel-Henri Gaillard (1726-1806) e intitulada *Histoire de la rivalité de la France et de l'Espagne*, foi publicada em 1801. Segundo o júri, ela tinha uma narração muito animada, embora faltasse ao estilo um pouco de cor (*couleur*), de concisão e variedade. O estilo da narrativa também era salientado pelo júri na quarta obra analisada, a *Histoire de France pendant le XVIII^e siècle*, do jovem Jean Charles Dominique de Lacretelle (1766-1855), considerado o quadro (*tableau*) mais completo dos eventos públicos da França na primeira metade do século XVIII. A narrativa era clara e rápida, o estilo geralmente fácil e correto, uma instrução apresentada sob uma forma agradável e interessante. Mas sua história pecava por algumas imperfeições: o autor teve pouco trabalho ao recolher os fatos que expôs em sua narrativa, pois as fontes utilizadas eram muito conhecidas. Além disso, era muito inferior aos seus modelos – Voltaire, Saint-Simon e Charles Duclos. Lacretelle conta e não pinta: ele abreviou sua narrativa retirando os fatos das circunstâncias que os acompanham e explicam. O júri então advertia: na história, como na poesia, o interesse da narração nascia quase exclusivamente dos detalhes. Pertencia ao gosto escolher aqueles que são necessários para surtir um efeito⁴²².

⁴²⁰ Em 1809, ano do Concurso do instituto, Rulhière já havia morrido. Possivelmente, seus impressores ou livreiros tinham o direito de imprimir sua obra após sua morte. Sendo assim, eles podem ter inscrito a história de Rulhière no Concurso.

⁴²¹ Idem, p. 5.

⁴²² Idem, p. 7-10. No original: « Dans l'histoire, comme dans la poésie, l'intérêt de la narration naît presque toujours des détails ; c'est au goût à choisir ceux qui sont nécessaires à l'effet ».

A quinta obra analisada pelo júri foi a *Histoire des principaux événemens du règne de Frédéric-Guillaume, Roi de Prusse* de Louis-Philippe de Ségur (1753-1830), eleito para a *Académie Française* em 1803. Ele era pai de Philippe-Paul de Ségur, que escreveu *Histoire de Napoléon et de la Grande Armée em 1812*, que Beauchamp analisou em 1825. Ségur havia sido embaixador da França na Rússia, onde conheceu os principais personagens que ele quis pintar, assim como os eventos mais importantes que ele relatou, além de ter acesso a documentos e fontes particulares negados a escritores comuns. Todas essas vantagens podiam ser percebidas durante o curso de sua história, “onde as luzes do homem de estado clareavam a marcha do historiador”⁴²³. Sua narrativa era clara, rápida e animada, assim como seu estilo fácil e elegante. O autor achou necessário entrar em grandes detalhes sobre os eventos da Revolução Francesa, as intrigas e complôs que lhes prepararam, as guerras e as relações políticas que lhe ocasionaram. Segundo o júri, ele teria agido de forma sábia e com princípios moderados, pois narrou coisas das quais havia estado muito próximo: ele foi obrigado a arranjar os fatos da melhor forma possível para seguir a severa imparcialidade exigida do historiador. De todo modo, o júri disse que a posteridade teria que fazer alguns reparos no julgamento de Ségur sobre os homens e as coisas que ele descreveu⁴²⁴.

Por último, mas não menos importante, restava a análise da *Histoire générale et raisonnée de la diplomatie française*, de Gaëtan de Raxis Flasan. Seu assunto foi considerado de grande importância e utilidade. Para preencher toda a extensão de sua obra, o autor precisou utilizar muita pesquisa e trabalho, o que já bastaria para ser elogiada e oferecer muito subsídio e esclarecimento a todos àqueles que quisessem escrever sobre a história da França. Mas o júri considerou que Flasan não era notável pela arte da composição, e desejou que ele imprimisse mais elegância ao seu estilo⁴²⁵. Após a análise da última obra que concorria ao prêmio oferecido pelo *Institut*, o júri determinou que a *Histoire de l’anarchie de Pologne* de Claude Carloman de Rulhière tinha, sobre todas as obras analisadas, uma superioridade de mérito pelo interesse do assunto, pela arte da composição, pelas belezas do estilo. A Sismondi, Ségur e Lacretelle o júri concedia uma menção honrosa⁴²⁶.

Após essa síntese, percebe-se o grande peso concedido ao estilo das histórias analisadas: todas foram primordialmente julgadas tendo por base as regras de um bom

⁴²³ No original: « [...] où les lumières de l’homme d’état viennent éclairer la marche de l’historien ».

⁴²⁴ Idem, p. 10-12.

⁴²⁵ Idem, p. 12-13.

⁴²⁶ Idem, p. 14.

estilo. Quase todos os historiadores concorrentes ganharam, senão o prêmio, ao menos menção honrosa. Quanto à Gaillard, sua obra faltava um pouco de cor, e talvez por ser “octogenário e enfermo, havia perdido alguma coisa da força de seu espírito e de seu talento”⁴²⁷, enquanto Flasan, apesar da pesquisa e trabalho notáveis, pecava pela falta de elegância do estilo.

A história não admite a mais ligeira mentira

Provavelmente, nenhuma das seis obras que concorreram ao prêmio decenal do *Institut de France* foi alvo de um debate tão caloroso nos anos que seguiram ao prêmio quanto a *Histoire de la diplomatie française* de Gaëtan de Raxis Flasan. Através desse debate, podemos ver o choque de forças entre dois tipos de escrita da história nos primeiros anos do século XIX na França. Flasan tinha muitos motivos para estar descontente com o resultado final do concurso promovido pelo *Institut*. Além da crítica do júri a respeito da sua falta de estilo e de ter sido relegado ao último lugar, ao lado de um autor octogenário e enfermo, sua obra foi criticada dois anos depois em três artigos, dois deles publicados na *Gazzete de France* e o outro no *Journal de l'Empire*. O autor dos dois primeiros artigos foi Alphonse de Beauchamp. O terceiro foi escrito por Conrad de Malte-Brun. Para defender-se das difamações que considerava ter sofrido a partir da publicação daqueles artigos, Flasan publicou em 1812 sua *Apologie de l'Histoire diplomatique française*, na qual refutou cem falsidades literárias e erros de todos os tipos contidos nos artigos que Beauchamp e Malte-Brun haviam escrito.

Em sua apologia, começava afirmando que, no âmbito das belas-letas, as discussões não podiam resumir-se à opinião dos críticos, pois elas tinham por natureza ser puramente arbitrária e do domínio do gosto. Contudo, esse julgamento não deveria se estender à escrita da história, cuja única base real é a verdade dos fatos. A verdade de uma composição histórica se ligaria ao escritor, à sua reputação como homem privado e, portanto, pouca estima poderia ser acordada àquele que, em narrativas apresentadas como autênticas, introduziu ficções ou fatos alterados. Observando, a degradação que em sua época ameaçava, a partir de princípios perigosos, o gênero histórico, Flasan determinou que fosse preciso levantar voz a favor dos verdadeiros princípios da

⁴²⁷ Idem, p. 8. No original: « Octagénaire et infirme, avoit perdu quelque chose de la force de son esprit et de son talent ».

história⁴²⁸. Dessa forma, apoiou-se em várias críticas favoráveis à sua obra para poder defender tais princípios.

Uma dessas críticas apareceu numa resenha publicada em 6 de abril de 1809 no *Journal de Paris* por Jean-Baptiste Lécuy (1740-1834), um homem de grande erudição e possuidor de um vasto conhecimento sobre a história da França. Naquela ocasião, afirmou que Flasan ofereceu uma história da França muito completa e que não diferiria de outras que gozavam de uma boa reputação. Sua obra havia sido produzida não por conjecturas ou pensamentos vagos, mas por provas e documentos autênticos. Além disso, Flasan dizia que o relator da classe de história do *Institut* havia afirmado que ele não tinha negligenciado os grandes efeitos da pintura, mas que poderia ter se apoiado mais nesses efeitos. O autor concorda, afirmando ironicamente que ele poderia mesmo ter se apoiado mais nos efeitos da pintura, mas somente se ele houvesse aspirado *a produzir um romance histórico*: para escrever uma história verdadeira, ele deveria se afastar “do enfático Raynal, do belo espírito Duclos, [e] do *colorista* Rulhières”⁴²⁹. Além disso, dever-se-ia tomar *a verdade em primeiro lugar das qualidades históricas, o estilo depois*⁴³⁰.

Os três artigos escritos por Beauchamp na *Gazette de France* foram publicados respectivamente em 28 de outubro, 12 de novembro e 24 de novembro de 1811, o primeiro assinado anonimamente sob as iniciais J. P. De um modo geral, a opinião de Beauchamp sobre a *Histoire de la diplomatie française* lembra de imediato o julgamento de Mably sobre *Declínio e queda* de Gibbon: ela era volumosa e fatigante. Mas, para Flasan, o tédio de Beauchamp justificava-se por seu trabalho incessante para os livreiros, do qual vivia absolutamente pela simples combinação das letras do alfabeto. Mas o principal motivo de seu tédio seria um uso comum nos jornais da época: redatores secundários, encarregados de analisar algumas obras, recebiam uma retribuição por cada artigo escrito. Tomar seu tempo para analisar uma obra como a de Flasan, que era constituída por 7 volumes, para produzir apenas um artigo, faria com que o redator perdesse um tempo que poderia ser gasto analisando, por exemplo, 7

⁴²⁸ Gaëtan de Raxis de Flasan. *Apologie de l'HISTOIRE DE LA DIPLOMATIE FRANÇAISE, ou Réfutation de cent faux littéraires et erreurs en tout genre, contenus dans trois articles de la Gazette de France, et un article du Journal de l'Empire*. Discussion littéraire, historique et politique. Paris: Debray, 1812, p. 1-3. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 22 de fevereiro de 2009).

⁴²⁹ Idem, p. 8-12. (Grifo meu)

⁴³⁰ Idem, p. 19. No original: « [...] LA VÉRITÉ au premier rang des qualités historiques, et LE STYLE après ».

obras diferentes, de modo que recebesse a quantia respectiva à quantidade de obras analisadas ⁴³¹.

Em seu primeiro artigo, Beauchamp criticou Flasan por tentar estabelecer as regras para a escrita da história e, em particular, da história diplomática. “O que dizer, de fato, sobre a maneira de escrever história depois de Cícero e Luciano, depois de Fénelon, Rollin, Mably e La Harpe?”, pois bastava seguir os princípios estabelecidos por eles. Flasan rebateu a essa crítica argumentando que um dos pequenos artifícios de alguns críticos era citar em seus textos vários nomes imponentes e foi dessa forma que Beauchamp falou de Hugo Grotius (1583-1645), Samuel Pufendorf (1632-1694), Gottfried Leibniz (1646-1716), provavelmente sem tê-los lido. Mas esse artifício de citar nomes caía por terra quando se percebia que Beauchamp ignorava os princípios e as máximas desses autores ⁴³².

Beauchamp foi criticado também pelo uso que fez da expressão *poética da história*. Para Flasan, essas duas palavras encerravam um absurdo e uma contradição, pois a poética era geralmente designada como um tratado sobre a arte da poesia e dos gêneros que ela abarca e, portanto, não poderia existir uma poética de um gênero que pertence exclusivamente à prosa. Quando Beauchamp escreveu aquela expressão, pensava na parte dramática que podia ser transportada da poesia para a história. Mas, segundo Flasan, isso contradizia completamente os princípios da história: o drama, segundo ele, supõe uma ação e os personagens que o poeta conduz sobre a cena para fazê-los agir e falar baseado numa ficção. A história, pelo contrário, é uma narração que “como diz Luciano, não admite a mais ligeira mentira”. E continua:

Observarão que alguns antigos, e notadamente Tito-Lívio, introduziram um drama ficcional nas suas histórias? Mas é nisso que eles pecaram; e precisaria de todo o charme de seu estilo para lhe perdoar as invenções que não lhe são menos viciosas e contrárias à natureza da história, a qual repudia as situações patéticas que não existiram, e os discursos que não foram jamais pronunciados. Luciano gosta de ridicularizar os autores que “parecem ignorar que a poesia e as concepções poéticas têm regras particulares, absolutamente diferentes daquelas que possui a história”. [...] Perdoem-me por este breve desenvolvimento, pois o crítico [Beauchamp] que confunde todos os gêneros quer constantemente que a história seja tratada como um drama. ⁴³³

⁴³¹ Idem, p. 40-41.

⁴³² Idem, p. 18-19.

⁴³³ Idem, p. 20-21. No original: « Observera-t-on que quelques anciens, et notamment Tite-Live, ont introduit un dramatique fictif dans leurs histoires? Mais c'est en cela qu'ils ont péché; et il a fallu tout le charme de leur style pour leur faire pardonner des inventions qui n'en sont pas moins vicieuses et contraires à la nature de l'histoire, laquelle repousse les situations pathétiques qui n'ont point existé, et les harangues qui n'ont jamais été prononcées. Lucien se plaît à ridiculiser les auteurs 'qui semblent ignorer que la poésie et les conceptions poétiques ont des règles particulières, absolument différentes de celles de l'histoire'. [...] Qu'on me pardonne ce léger développement, parce que le critique qui confond tous les genres, veut constamment que l'histoire soit traitée comme un drame ».

No último artigo publicado por Beauchamp no dia 24 de novembro de 1811, uma série de princípios sobre a maneira de escrever história eram citados e, novamente, ele comparou o drama à história, ao dizer que ele não era menos necessário ao historiador que ao autor dramático. Contrariando essa afirmação, Flasan disse que o drama era uma ação representada sobre o palco, embelezada pelas ficções do poeta que tinha o direito de criar os eventos, as paixões, e de excitar um vivo interesse a partir de todos os recursos da arte. Mas a história – e Flasan citou novamente Luciano – não deve passar de uma longa narração, sempre semelhante a ela mesma, sem proeminências assim como sem vazios, de modo que se remarque acima de tudo a clareza do estilo. Sendo assim, a história é tão oposta ao drama quanto a ação é da narração. Aproximá-los ou assimilá-los seria um erro, demonstrável pela simples definição das palavras ⁴³⁴.

Ao comparar o drama à história, Beauchamp mobilizava a metáfora da imparcialidade já descrita por Mably: o historiador podia ser comparado ao pintor porque não se representava na tela que pintou, assim como o poeta dramático não aparecia no palco onde sua seus personagens desempenham seus papéis. Entretanto, Flasan não entendia a comparação do drama à história dessa forma: para ele a história era um local reservado à verdade, e trazer elementos da poesia e do drama para a história seria transformá-la em um local de mentira, de falsidades. Ele também reafirmava que as regras da poesia não eram as mesmas da história e, portanto, seria uma falta imperdoável desprezar os limites que separavam esses dois gêneros, dando “à história as cores da poesia, suas bajulações hiperbólicas, suas fantasias e fábulas” ⁴³⁵. Nessa passagem, é perceptível novamente uma referência a Luciano. Em *Como escrever a história*, ele exigia que o historiador considerasse que sua tarefa não podia se conciliar nem com a oratória e nem com o uso dos poetas. Através de algumas palavras que bem poderiam ter saído da boca de Flasan, Luciano disse o seguinte:

[...] Tais escritores parecem ignorar que a história tem metas e regras distintas da poesia e dos poemas. [...] É assim importante – e uma falta grave – não saber manter separados os atributos da história e da poesia e trazer os ornamentos da poesia para a história – o mito, o encômio e o exagero de ambos. ⁴³⁶

As regras para escrever história foram freqüentemente tiradas da prática dos antigos, mas paradoxalmente (pois citou Luciano), Flasan considerava este método pouco seguro. Alguns diziam que a história deveria ser escrita à maneira de Tucídides,

⁴³⁴ Idem, p. 93-94.

⁴³⁵ Idem, p. 98. No original: « [...] en donnant à l'histoire les couleurs de la poésie, ses flatteries hyperboliques, son merveilleux et ses fables ».

⁴³⁶ Luiz Costa Lima. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 96.

outros que ela fosse tratada como fez Tácito. Outros se dedicaram a imitar Raynal e Voltaire. Alguns amadores apaixonados do drama e da ficção converteram a história em romances ou tragédias em prosa. Mas, para Flasan, o homem sensato partia das regras do gosto e da razão e observava até que ponto elas foram seguidas por aqueles que experimentaram a carreira da história: ele não contaria entre os historiadores superiores aqueles que, para embelezar sua história, buscaram os sucessos em sua imaginação ⁴³⁷. Oposto àqueles que buscaram em alguns historiadores o melhor modelo para escrever história, e que não abriram mão de encher sua narrativa de falsidades a partir da confusão entre história e drama, Flasan escreveu sua narrativa baseando-se em numerosas pesquisas feitas no depósito dos manuscritos da Biblioteca Imperial em Paris, nos manuscritos da biblioteca de Harlay que faziam parte do depósito imperial e nos manuscritos da Abadia de Saint-Germain-des-Près ⁴³⁸. Enquanto na Alemanha, no início do século XIX, firmava-se cada vez mais a “ciência da Antiguidade”, somada aos princípios da crítica filológica que seriam aplicados posteriormente por Ranke às fontes modernas, ou seja, aos textos dos historiadores da época considerados como fontes, na França, os estudos gregos e romanos, baseados naquele tipo de pesquisa, restringiam-se a humildes proporções, rivalizando com outro tipo de apropriação dos historiadores gregos e romanos: seu uso como modelo de imitação ⁴³⁹.

O luxo da literatura: abundância excessiva de ornamentos

O artigo que o *Journal de l'Empire* havia encomendado ao geógrafo Conrad de Malte-Brun havia sofrido um atraso: naquela época ele estava respondendo ao processo de contrafação levantado pelo impressor Jean-Gabriel Dentu ⁴⁴⁰. Flasan disse que se encontrou pessoalmente com Malte-Brun, e o alertou para não repetir as falsidades e imitar seu amigo Beauchamp. Mas a publicação do artigo no dia 13 de janeiro de 1812 mostrou que Malte-Brun havia incorrido, segundo Flasan, nas mesmas falsificações e erros cometidos anteriormente por Beauchamp ⁴⁴¹.

A refutação contra as opiniões de Malte-Brun tinha início a partir da expressão *talent de l'histoire*, utilizada por ele logo no início de seu artigo. Nas composições

⁴³⁷ Gaëtan de Raxis Flasan. *Apologie de l'HISTOIRE DE LA DIPLOMATIE...*Op. Cit. p. 98-101.

⁴³⁸ Idem, p. 117.

⁴³⁹ Marcel Gauchet. « Les Lettres sur l'Histoire de France... ». Op. Cit. p. 255-258.

⁴⁴⁰ Conrad de Malte-Brun. « Analyse Fidèle d'une Diatribe de Jean-Gabriel Dentu, se disant éditeur de la Géographie de Pinketon ». In : *Annales des voyages...*Op. Cit.

⁴⁴¹ Gaëtan de Raxis Flasan. *Apologie de l'HISTOIRE DE LA DIPLOMATIE...*Op. Cit. p. 154-155.

históricas, disse Flasan, muitas pessoas restringem do talento ao brilho dos quadros delineados e ao caráter picante dos retratos. Entretanto, a palavra *talento* deveria abarcar tudo aquilo que poderia tornar uma história recomendável, pois os quadros mais brilhantes escapavam da memória, mas as idéias verdadeiras e sensatas permaneciam na mente do leitor para compor o julgamento. Além disso, argumentava ele, o verdadeiro talento do historiador se mostraria através da importância do assunto a ser tratado, assim como da ordenação geral da obra, da exatidão dos fatos, da solidez das provas e pureza dos princípios “nem muito severos, nem muito fáceis, mas adaptados à natureza humana”⁴⁴². A harmonia das frases e o embelezamento do estilo pelas figuras poderiam vir a seguir, desde que fossem feitas com reserva.

Malte-Brun acusou Flasan de ter transformado a narração e o estilo em qualidades secundárias da sua história, enquanto deveriam ser consideradas de primeira ordem em toda obra, quer fosse do gênero histórico ou científico. Questionado pelo crítico sobre o uso da expressão *luxe de littérature* (luxo da literatura), Flasan explicou que a palavra literatura possuía vários significados e que o principal era o conhecimento das belas-letas, ou ainda as diversas obras que uma nação possuía sobre as belas-letas – assim se poderia dizer que existe uma literatura francesa, alemã ou inglesa. Ela poderia também significar os ornamentos da linguagem e quando Flasan empregou o termo *luxe de littérature*, ele quis atacar a abundância excessiva desses ornamentos (*l'abondance excessive de ces ornemens*)⁴⁴³.

Era claro para aqueles que se preocupavam com a escrita da história na França nos primeiros anos do século XIX que ao menos três modelos de escrita da história eram disponíveis. Quem nos informa é Malte-Brun: “[...] ao lado da *história oratória*, pode existir outros gêneros menos brilhantes, mas, todavia, muito úteis, a saber: a *história filosófica* e a *história erudita*”⁴⁴⁴. Como vimos, a fórmula de Momigliano para a fundação da historiografia moderna se deu a partir da junção da história erudita com a filosófica. Contudo, podemos perceber, a partir da polêmica entre Malte-Brun e Flasan, que no início do século XIX na França, esses dois tipos de história ainda não haviam se conciliado. Pelo contrário, havia uma grande resistência de ambos os lados em conciliá-las numa narrativa histórica.

⁴⁴² No original: « [...] ni trop sévères, ni trop faciles, mais adaptés à la nature humaine ».

⁴⁴³ Idem, p. 161-165.

⁴⁴⁴ Idem, p. 165. No original: « Que j'ai voulu établir qu'à côté de l'*histoire oratoire*, il peut exister d'autres genres moins brillants, mais quelquefois plus utiles, savoir : l'*histoire philosophique* et l'*histoire erudite* ».

Essa resistência era para Flasan ainda mais forte. Ele considerava aquela divisão da história inadmissível. O que era, a princípio, a história oratória? Para ele, a história não era um discurso, nem uma peça de eloquência, mas uma narração calma e temperada – ela repudiava as formas oratórias. Malte-Brun considerava história oratória um tipo de história colocada em discurso e citou como exemplo o *Discours sur l’histoire universelle* de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) publicado em 1681. Em contrapartida, Flasan argumentou que um discurso (*discours*) sobre a história não era uma história e, quando escreveu o *Discours*, Bossuet foi mais orador do que historiador. Malte-Brun acrescentou que história oratória podia ser entendida também como a história escrita à maneira de Tito-Lívio. Mas, segundo Flasan, era impossível acreditar numa história na qual o autor tirava de sua imaginação um grande número de discursos que não foram jamais pronunciados, demonstrando assim mais um vício na maneira de escrever história do que um gênero histórico. A história não poderia pertencer nem à arte oratória e muito menos à arte dramática, pois essas artes tinham por meta colocar “as paixões em movimento a partir de todos os recursos do espírito e mesmo da ficção, enquanto a história”, afirma Flasan, “só pode retirar seus sucessos da exposição fiel e correta da verdade”⁴⁴⁵.

Quanto à história erudita, Flasan disse que a história recebe o nome especial de seu objeto ou da matéria que ela abarca, e não de uma qualidade dominante. Dessa forma, a história seria antiga ou moderna, universal ou particular, pois toda história deve ter por base um conhecimento profundo dos fatos ou uma erudição conveniente e esta erudição, não menos que o método e a precisão, são características essenciais a qualquer obra histórica. Quanto à história filosófica⁴⁴⁶, se alguém pretendia concluir que o historiador se propõe a tirar de sua narrativa conclusões morais, ele o conseguiria fazer sem precisar incluir a palavra filosófica à história, pois ela era uma narrativa de fatos raciocinados (*faits raisonnés*) ou, dito de outro modo, a história seria um curso de moral em ação. Assim, a intenção filosófica do historiador serviria para caracterizar o caminho traçado por seu gênio para alcançar seu objetivo, mas não deveria constituir um gênero particular de história. Ao concluir, Flasan disse que “a expressão *histoire philosophique*

⁴⁴⁵ No original: « [...] les passions en mouvemens par toutes les ressources de l’esprit et même de la fiction, tandis que l’histoire ne doit tirer ses succès que de l’exposé fidèle et correct de la vérité ».

⁴⁴⁶ Flasan afirmou que Raynal colocou essa expressão em voga a partir de sua história sobre os estabelecimentos europeus nas duas Índias

é vaga e ambiciosa; a *histoire érudite* é um pleonasmo e a *histoire oratoire*, um erro de princípios”⁴⁴⁷.

Após refutar as classificações da história apresentadas por Malte-Brun, Flasan propunha três maneiras pelas quais ela podia ser escrita. Na primeira, ela seria constituída sem ornamentos e conteria somente uma simples narrativa dos eventos: seu modelo era as crônicas, as tábuas cronológicas e as efemérides. Em sua segunda forma, a história seria embelezada pelo escritor com arte, a fim de produzir um grande efeito. Porém as narrativas históricas produzidas dessa maneira não eram acompanhadas por provas e seria necessário dar crédito ao escritor a partir de sua fala (*parole*). Esse tipo de história, segundo Flasan, foi muito cultivado pelos antigos, que conheciam pouco aquilo que ele denominou de peças oficiais (*pièces officielles*), consideradas uma segurança para a verdade histórica. Muitos modernos haviam tomado os historiadores antigos por modelo nesta maneira de escrever história, o que tornava a narrativa mais rápida, porém favorecia fortemente a inclusão da parcialidade do historiador. Sobre esses historiadores modernos que pretendiam emular os antigos, Flasan dizia:

Para se impor ao público ignorante, este partido pretende seguir os princípios e o método dos historiadores gregos e romanos; mas eles somente os imitam em suas falhas, quer dizer, na sua tendência à ficção, na sua negligência às regras da crítica, e numa eloquência de tribuna, que, oferecendo mais frases do que pensamentos deixam entretanto no espírito esta opinião que os antigos tanto acordaram à imaginação, e que com frequência desdenharam a exatidão na narrativa dos combates como nos discursos (*harangues*). São essas falhas que alguns escritores de hoje se prezam a imitar [...]. Em uma palavra, os antigos historiadores são mais oradores do que narradores, aí está sua falha. Mas ao menos eles são puros, excelentes moralistas; e a história, em seu tempo, cumpriu sua meta, que era conduzir ao bem por grandes modelos.⁴⁴⁸

Por fim, existia uma maneira de escrever história que o historiador incluía em sua narrativa ornamentos adequados, mas a apoiava sobre as peças oficiais incontestáveis. Esta maneira, diz Flasan, foi adotada por Paul de Rapin (1661-1725),

⁴⁴⁷ Idem, p. 165-168. No original: « En résumé, l'expression *histoire philosophique* est vague et ambitieuse ; l'*histoire érudite* présente un pléonasme, et l'*histoire oratoire*, une erreur de principes ».

⁴⁴⁸ Idem, p. 220-222. No original: « Pour en imposer au public ignorant, ce parti prétend suivre les principes et la méthode des anciens historiens grecs et romains ; mais il ne les imite que dans leurs défauts, c'est-à-dire, dans leur penchant à la fiction, dans leur négligence des règles de la critique, et dans une éloquence de tribune, qui, en offrant plus de phrases que de pensées, laisse pourtant dans l'esprit, cette opinion que les anciens ont trop accordé à l'imagination, et souvent dédaigné l'exactitude dans le récit des combats comme dans les harangues. Ce sont ces défauts que certains écrivains du jour se plaisent à imiter ; Les écrivains dont il s'agit, son à mille lieues des anciens, pour la partie morale et la connaissance de coeur humain. Au lieu de s'occuper à l'élever par des traits mémorables, il ne cherchent qu'à le dégrader par des tableaux infamans, comme s'ils avaient en vue d'établir que la morale n'est qu'un vain nom. En un mot, les anciens historiens sont plus orateurs que narrateurs, c'est leur défaut ; mais du moins ils sont purs, excellens moralistes ; et l'histoire, chez eux, remplit son but, qui est de porter au bien par de grands exemples. »

autor de uma volumosa história da Inglaterra, pelo abade Paul François de Velly (1711-1759), autor de uma história da França em 8 volumes e por David Hume (1711-1776), também autor de uma história da Inglaterra. Tais peças oficiais – consideradas ao mesmo tempo fatos e provas – concediam uma instrução muito mais sólida, pois o leitor não estaria à mercê do historiador, mas sim daquelas provas. Esta foi a maneira adotada por Flasan ao compor sua *Histoire diplomatique*⁴⁴⁹.

Ao comentar que a busca pelo prêmio oferecido pelo *Institut* originou principalmente um sentimento de inveja entre os vários candidatos, Flasan admitiu que “a república das letras” de seu tempo não era “aquela de Platão [...], ela é plena de animosidades, de rivalidades, e só existe uma franca amizade entre aqueles que cultivam o mesmo ramo de literatura”⁴⁵⁰. Além disso, as discussões abertas no júri e no seio da terceira classe do Instituto, fez com que ele entreviesse duas maneiras bem distintas de escrever história naquela época. A primeira consistia somente em apresentar os fatos moralmente indiscutíveis e a indicar as fontes e autoridades sobre as quais a narrativa se fundava. Livre do espírito de partido, essa maneira de escrever história subordinava sua composição ao julgamento, à fria razão e à probidade⁴⁵¹.

A segunda maneira, segundo Flasan, era composta por homens que deveriam ser chamados anti-historiadores (*anti-historiens*). Sem nenhuma reflexão, eles julgavam os séculos passados assim como seu próprio século sem exame, estudo ou crítica. Eles deveriam ser chamados de fraseadores (*phrasiers*): este neologismo os havia condenado ao ridículo e principalmente após a Revolução Francesa, esta seita (*secte*) – como considerada por Flasan – quis ocupar um grande lugar de destaque. Esses historiadores, ou anti-historiadores, nunca citavam autores, nem indicavam as fontes a partir das quais haviam colhido material para compor sua história – era necessário crer apenas em seu testemunho. A mania que eles tinham de *fundir* os eventos para produzir seus efeitos os levava freqüentemente a incorrer em anacronismos. Além disso, eles tinham um jargão comum: poética da história, drama da história, conduzir à cena (*mise en scène*), os quadros, o colorido, o pitoresco, as formas, etc. Sendo assim, Flasan se dizia confuso pois ninguém saberia se estava lidando com poetas, romancistas, pintores ou escultores,

⁴⁴⁹ Idem, p. 182-183.

⁴⁵⁰ Idem, p. 217. No original: « La république des lettres n'est pas celle de Platon, ni celle de Saint-Marin. Elle est pleine d'animosités, de rivalités, et il n'existe guère d'amitié franche qu'entre ceux qui ne cultivent pas la même branche de littérature ».

⁴⁵¹ Idem, p. 218.

mas certamente não com historiadores ⁴⁵². Então concluiu: “Enfim, e isto diferencia os verdadeiros historiadores daqueles que lhes usurpam o nome, os primeiros tomam modestamente por divisa, *verdade, razão e clareza de estilo*, enquanto os outros inscrevem sobre os letreiros multicoloridos as palavras: *ficção, drama, iluminura*” ⁴⁵³.

Entretanto, Flasan poderia se surpreender com a aproximação que vinha ocorrendo entre historiografia e romance entre alguns historiadores franceses no início do século XIX, embora essa aproximação em nada lembraria as acusações de que Beauchamp produzia romance e ficção: ela inclusive demarcaria um distanciamento entre a forma como ele escrevia história e aquela que surgia na França no mesmo período. Mas para compreender melhor essa inusitada aproximação, é necessário recuar um pouco no tempo, e quem nos serve de guisa de conclusão é o Abade Jean-Jacques Barthélemy (1716-1795). Vindo de Marselha, Barthélemy chegou a Paris em 1743 e logo conheceu Claude Gros de Boze (1680-1753), especialista em numismática e curador do *Cabinet de Médailles da Bibliothèque du Roi*. Nomeado seu adjunto em 1745, Barthélemy assumiria seu lugar após a sua morte. Foi eleito para a *Academie des Inscriptions et Belles-Lettres* em 1747 e em 1789 para a *Academie Française*. Acompanhou duque Étienne-François de Choiseul (1719-1785), embaixador da França na Itália em 1754, onde teve oportunidade não só de entrar em contato com o berço da cultura humanista como também visitar as ruínas de Herculano e Pompéia, então recém descobertas ⁴⁵⁴.

Durante sua viagem, Barthélemy pensou em escrever um livro no qual um viajante francês percorreria a Itália na época do Renascimento e descreveria a vida artística e intelectual que ali existira, mas logo abandonou esse projeto, pois seu conhecimento do século XVI italiano era escasso. Entretanto, transferiu o mesmo artifício narrativo para um período histórico que suas pesquisas eruditas haviam lhe tornado mais familiar – a Grécia do século IV a.C. Barthélemy imaginou que um cita, de nome Anacarse, viajava pela Grécia observando os costumes das populações e encontrando uma série de personagens famosos: “Compôs-se assim uma viagem, em

⁴⁵² No original: « [...] se rabaisser jusqu'à ces froids *compilateurs*, pour copier et réchauffer leurs productions ».

⁴⁵³ Idem, p. 217-220. No original: « Enfin, et ceci différencie sur-tout les vrais historiens de ceux qui en usurpent le nom, les premiers prennent modestement pour devise, *vérité, raison, et clarté de style*, tandis que les autres inscrivent sur les enseignes bariolées, les mots : *fiction, drame, enluminure*. »

⁴⁵⁴ Charles Dezobry et Théodore Bachelet. *Dictionnaire general de Biographie et d'Histoire, de Mythologie, de Géographie Ancienne et Moderne comparée, des Antiquités et des Institutions Grecques, Romaines, Françaises et Étrangères*. Quatrième édition revue. Première Partie. Paris : Ch. Delagrave et Cie, 1866, p. 230. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 20 de setembro de 2010).

vez de uma história; porque numa viagem tudo é posto em uso, inclusive os pequenos pormenores, que não é permitido ao historiador citar”, diria Barthélemy ⁴⁵⁵. Surgia assim, em 1788, o romance *Voyage du jeune Anacharsis en Grèce*, um verdadeiro *best-seller* que teria várias edições ao longo do século XIX, a ponto de Gustave Flaubert incluí-lo entre as leituras de serão do jovem Charles Bovary ⁴⁵⁶.

Mas quais seriam os pequenos pormenores que não era permitido ao historiador citar? Carlo Ginzburg segue os traços dessa questão e nos dá uma resposta significativa. Em primeiro lugar, a obra de Barthélemy era repleta de notas de rodapé – 20 000, proclamadas com orgulho. Tais notas remetiam a textos de autores gregos, com menor frequência autores latinos e raramente algum autor moderno. Nas suas memórias, Barthélemy havia declarado ter utilizado principalmente a grande coleção de antiguidades gregas organizadas pelo erudito alemão Johann Friedrich Gronow (1611-1671) ⁴⁵⁷. *Voyage du jeune Anacharsis* não é um tratado sistemático de antiquariato, nem uma narrativa histórica. Barthélemy seguiu outra via, na qual fundiu romance e erudição. Mesmo não sendo um tratado de antiquário ele se inspirou em vários deles, verdadeiros e falsos e, ao tentar fundir romance e erudição, procurou superar os limites da historiografia existente. Já vimos o quanto a erudição foi negligenciada pelos historiadores filosóficos do século XVIII, que odiavam os detalhes. Detalhes que podiam ser encontrados fartamente no romance de Barthélemy.

Ginzburg nos lembra que durante os trinta anos em que *Voyage* foi gestado, uma obra de um gênero totalmente diferente fora publicada e destinada a uma fama mais duradoura: *Declínio e Queda do Império Romano*, de Edward Gibbon. Gibbon nutrir-se da mesma cultura antiquária que Barthélemy – a da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Em sua formação, tinha também se alimentado da história filosófica, da qual Barthélemy tinha se distanciado voluntariamente. Gibbon foi considerado o fundador da historiografia moderna por ter fundido a história erudita com a história filosófica. O caminho escolhido por Barthélemy, que pretendia unir romance e história erudita, foi uma maneira que, em longo prazo, se mostraria perdedora ⁴⁵⁸.

Mas nem tão perdedora assim. Em 1835, ao revisar dez anos de estudos históricos, Augustin Thierry disse que nos primeiros meses de 1820 havia começado a

⁴⁵⁵ Carlo Ginzburg. “Anacarse interroga os indígenas – uma nova leitura de um velho best-seller”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 140-142.

⁴⁵⁶ Idem, p. 139. Gustave Flaubert. *Madame Bovary*, moeurs de province. Édition de Thierry Laget. Paris: Gallimard, 2001, p. 54.

⁴⁵⁷ Carlo Ginzburg. “Anacarse interroga os indígenas...”. Op. Cit. p. 143-144.

⁴⁵⁸ Idem, p. 148-153.

ler uma coleção de historiadores originais da França e da Gália. À medida que sua leitura avançava, um grande prazer era despertado pela “pintura contemporânea dos homens e coisas da nossa velha história”, mas, em contrapartida, acusou os escritores modernos de não terem reproduzido fielmente, além de desfigurarem aquela época, ao lhe impor “uma cor falsa ou indecisa”. Passava, desde então, a declarar “guerra aos escritores sem erudição que não souberam ver, e aos escritores sem imaginação que não souberam pintar”⁴⁵⁹. Entretanto, entre os escritores modernos, havia um que Thierry leu com grande admiração: Walter Scott (1771-1832). “Foi com um grande entusiasmo que saudei a aparição da obra prima *Ivanhoe*”, afirmaria⁴⁶⁰. Thierry admirou Scott porque este teria conseguido imprimir um sentido de realidade em sua obra a partir das características originais da época que narrou. Além disso, afirmou que

um homem de gênio, Walter Scott, veio apresentar uma vista real desses eventos tão desfigurados pela fraseologia moderna; coisa singular, mas que não surpreenderá aqueles que leram suas obras precedentes, é num romance que ele esclareceu esse grande ponto da história, e apresentou vivamente esta conquista normanda, que os narradores filósofos do último século, mais falsos que os cronistas iletrados da idade média, igualmente enterraram sob as fórmulas banais de *sucessão, governo, etc* [...] ⁴⁶¹.

A contribuição do modelo romanesco de Walter Scott para a historiografia desenvolvida por Thierry foi frequentemente assinalada, assim como a distância tomada por ele em relação aos historiadores filósofos do século XVIII, “mais falsos que os cronistas iletrados da idade média”⁴⁶². Entretanto, há um capítulo em sua biografia intelectual que não deve ser ignorado: em 1830, Thierry foi eleito para a *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*⁴⁶³.

⁴⁵⁹ Augustin Thierry. *Dix ans d'études historiques*. Paris : Just Tessier, 1835, p. XIII-XV. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 6 de setembro de 2010). No original : « [...] guerre aux écrivains sans érudition qui n'ont pas su voir, et aux écrivains sans imagination qui n'ont pas su peindre ».

⁴⁶⁰ Ibidem. No original: « [...] Ce fut avec un transport d'enthousiasme que je saluai l'apparition du chef-d'oeuvre d'*Ivanhoe* [...] ».

⁴⁶¹ Idem, p. 132. No original: « Um homme de génie, Walter Scott, vient de présenter une vue réelle de ces évènements si défigurés par la phraséologie moderne ; et chose singulière, mais qui ne surprendra point ceux qui ont lu ses précédens ouvrages, c'est dans un roman qu'il a entrepris d'éclairer ce grand point d'histoire, et de présenter vivante et nue cette conquête normande, que les narrateurs philosophes du dernier siècle, plus faux que les chroniqueurs illétrés du moyen âge, ont élégamment enseveli sous les formules banales de *succession, de gouvernement* [...] ».

⁴⁶² Philippe Contamine. « Le Moyen Âge romantique... ». Op. Cit. Marcel Gauchet. « Les Lettres sur l'Histoire de France ... ». Op. Cit. p. 274.

⁴⁶³ François-Xavier Feller. *Biographie universelle ou Dictionnaire Historique des hommes qui se sont fait un nom par leur génie, leurs talents, leurs vertus, leurs erreurs ou leurs crimes. Supplément depuis 1830 jusqu'en 1856 par M. J. Le Glay*. Paris : Leroux et Jouby & Gaume Frères, 1856, p. 137 ; Marcel Gauchet. Op. Cit. p. 260. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 13 de fevereiro de 2011).

Conclusão

As experiências e mesmo as narrativas que brotam de tudo aquilo que os homens fazem e atravessam, dos acontecimentos e ocorrências, se dissipam na inanidade inerente à palavra viva e aos feitos vivos, a menos que sejam discutidos e comentados vezes sem conta. *O que salva as ações dos homens de sua inerente inutilidade não é outra coisa senão essa discussão incessante que se trava em torno delas*, a qual, por sua vez, permanece inútil a não ser que dê origem a certas concepções e a determinados marcos dominantes que favoreçam a futura evocação ou que simplesmente lhe sirvam de referência.⁴⁶⁴

Ditas por Hannah Arendt em 1963, quando publicou pela primeira vez seu famoso livro sobre o conceito de revolução, essas palavras referem-se a uma reflexão feita pela filósofa sobre as heranças epistemológicas legadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Norte-Americana, num capítulo dedicado especialmente à análise da tradição revolucionária que esta última inaugurou, mas que acabou se transformando, como ela disse, num tesouro perdido. Nesta ocasião, afirmou que estava propensa a creditar o sucesso mundial alcançado pela Revolução Francesa ao grande interesse teórico e ao farto pensamento conceitual estabelecidos vertiginosamente por pensadores e filósofos europeus, apesar do fim desastroso que ela havia alcançado. Por outro lado, a Revolução Americana era considerada um tesouro perdido porque, ao contrário do que acontecera com a congênere francesa, sua herança não teria sido amplamente discutida. Diante dessa situação, Arendt argumentou que se partíssemos do princípio que todo pensamento se inicia com a lembrança, não seria menos verdade afirmar que nenhuma memória permaneceria incólume ao esquecimento, a menos que fosse formulada e inserida num conjunto de noções conceituais, no interior do qual ela pudesse se *reafirmar recorrentemente*⁴⁶⁵. De modo geral, sua crítica sobre o grande interesse intelectual despertado pela revolução ocorrida na França em fins do século XVIII ajuda-nos também a compreender como o sucesso da narrativa que veio consagrá-la como a abertura de um novo tempo e até mesmo um dos pilares de fundação da nossa modernidade implicou em outras perdas que não se restringiram às contribuições que a Revolução Americana poderia sugerir⁴⁶⁶.

Nesta dissertação quis mostrar como, entre o século XVIII e o próximo, apesar do grande espaço que a historiografia moderna vinha alcançando nas instituições

⁴⁶⁴ Hannah Arendt. “A tradição revolucionária e seu tesouro perdido”. In: *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1990, p. 175-176. (Grifo nosso).

⁴⁶⁵ Ibidem. (Grifo nosso)

⁴⁶⁶ Reinhart Koselleck. “‘Modernidade’ – Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade”. In: *Futuro Passado...Op. Cit.*

savantes, a maneira de escrever história *à la* historiografia antiga continuou a ser cultivada. Claro que, à medida que novas formas de representação do passado ganhavam cada vez mais espaço, o tipo de história produzida por Alphonse de Beauchamp passava a ser cada vez mais desacreditada. Essa situação não foi motivada diretamente pela Revolução Francesa, embora ela tenha colaborado em grande medida para colocar em evidência o desgaste que essa história vinha sofrendo frente à exigência cada vez maior de novas formas de representação do passado. Pudemos ver como Alphonse de Beauchamp mobilizou a maneira de escrever história herdada dos historiadores da Antiguidade em suas narrativas sobre alguns episódios decisivos da Revolução, fixados em relatos históricos (os quais ele chamou de *histórias*), muitas vezes no instante em que tais episódios aconteciam ou acabavam de acontecer: seu percurso como historiador pode e deve ser caracterizado através de um grande esforço de sua parte em esgotar a história de seu próprio tempo. Contudo, tais relatos não se limitavam a alimentar a curiosidade do público leitor francês no início do século XIX, muito menos demonstrar para este mesmo público algumas lições terríveis dos feitos atrozes cometidos pelo governo revolucionário francês, embora não tenha renunciado a essas tarefas. Um de seus principais intuitos era fixar a história de seu próprio tempo, de modo que pudesse preservar a *palavra viva* e os *feitos vivos* (como afirmou Arendt), dignos também de serem reafirmados recorrentemente na memória viva dos acontecimentos que ele considerava dignos de serem lembrados, os quais, escapando a essa operação, corriam o risco de se diluírem num mar de esquecimento. Desse modo, Beauchamp se auto-intitulou historiador do tempo presente, que escrevia – segundo suas próprias palavras – *história contemporânea*.

Devemos destacar que a discussão que realizamos neste trabalho a respeito do espaço perdido pela historiografia do tempo presente na passagem do século XVIII para o próximo situa-se num momento em que o debate sobre a possibilidade de produção daquela história retorna novamente ao debate historiográfico nos dias atuais. Entretanto, não devemos ignorar que essas duas histórias, apesar de tratarem do tempo presente, situam-se em *regimes de historicidade* distintos. Essa categoria é proposta por François Hartog como um instrumento heurístico da investigação histórica que nos permite compreender como os homens no passado produziram uma formulação especializada (*savante*) de sua experiência do tempo, a qual modela a maneira como eles dizem e vivem no tempo. Dessa forma, o antigo regime de historicidade (*ancien régime d'historicité*), que permaneceu desde a Antiguidade até vésperas da Revolução com

grande vigor foi marcado por uma estreita relação entre passado e futuro, ou como diria Koselleck, o espaço de experiência do passado nutria o horizonte de expectativa em relação ao futuro. Nesse regime de historicidade, existia uma forte presença do círculo de influência dos historiadores da Antiguidade que serviam como modelos para a escrita da história. Entretanto, para Hartog, a Revolução veio marcar, particularmente na França, uma nova maneira de lidar com o passado, principalmente pela sua incapacidade de esclarecer o futuro a partir de então.

Dessa forma, nossa modernidade teria nascido justamente quando as expectativas de futuro passaram a distanciar-se cada vez mais das experiências adquiridas até então. Isso significa que o passado compreendido como uma série de lições disponíveis que poderiam ser utilizadas em qualquer momento da história passou a ser desqualificado em vista de uma história entendida como processo, cujo futuro era aberto a novas possibilidades incompatíveis com os exemplos do passado ⁴⁶⁷. Entretanto, um regime de historicidade deve ser compreendido menos como uma entidade metafísica do que uma moldura de pensamento de longa duração: contestado logo que instaurado, ele formula, recicla os elementos anteriores que conjugam a relação do homem com o tempo. Sendo assim, quando surge um regime de historicidade e, por ele não existir em seu estado puro, ele também carrega consigo elementos de regimes anteriores ⁴⁶⁸. No caso aqui analisado, mesmo que a história do tempo presente nos dias atuais tenha diferenças substantivas em relação àquela que fora cultivada no início do século XIX, não lhe escapa algumas formulações que já foram produzidas a respeito dos mesmos problemas no início do século XIX.

Desde a década de 1970, aquilo que percebemos como *presente* passou a ser visto consideravelmente ampliado, o que acabou por transformá-lo em um espaço de simultaneidade ⁴⁶⁹. Segundo Hans Ulrich Gumbrecht, a origem deste “presente mais amplo” estaria numa relutância crescente a atravessar a fronteira entre o presente e o futuro. Uma vez que o otimismo nas possibilidades de futuro foi frustrado, este passou a ser considerado ameaçador: o que o habita desde então são imagens de catástrofes nucleares, climáticas, poluição do meio ambiente, superpopulação e eclosão de

⁴⁶⁷ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado...* Op. Cit. pp. 305-327.

⁴⁶⁸ François Hartog. « Temps et histoire... ». Op. Cit. p. 1222.

⁴⁶⁹ Para Hans Ulrich Gumbrecht, “se a nossa impressão é então a de que o tempo passou a se mover ‘mais e mais vagorosamente’ e de que ‘o presente torna-se mais amplo’ *de novo*, isso não significa, certamente, que a série de acontecimentos e mudanças ‘relevantes’ tenha ‘objetivamente’ diminuído. Estas sensações indicam somente o quanto estamos nos afastando do cronótopo do ‘tempo histórico’, com seus imperativos implícitos de mudança e inovação”. In: *Modernização do sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 22.

epidemias⁴⁷⁰. No mesmo sentido, François Dosse afirmou que diante da crise sofrida pelos grandes esquemas de explicação histórica tal como o funcionalismo, o estruturalismo, o marxismo, que pretendiam se erigir como leituras exclusivas da realidade social, o historiador esteve frente aos desafios de uma era reflexiva, com questões voltadas particularmente para o significado da operação historiográfica. Profundas alterações no intercâmbio de informação, assim como a aceleração de seu ritmo, fez com que o mundo contemporâneo viesse experimentar o que Dosse, citando Pierre Nora, chamou de extraordinária dilatação da história. Essa dilatação do tempo histórico acabou levando a um alargamento do presente, alterando assim as formas consagradas de experiência do regime de historicidade moderno⁴⁷¹.

Foi justamente nesse contexto de grandes transformações entre a década de 1960 e 1970 que o *Institut de l'Histoire du Temps Présent* foi fundado em 1978 pelo historiador francês François Bédarida (1926-2001), seu primeiro diretor. A fundação do *Institut* inscreve-se num duplo contexto: a anamnese coletiva que assistiu ao despertar de uma memória europeia e internacional da Segunda Guerra Mundial e dos grandes traumas da história do século XX, além da emergência concomitante de uma nova historiografia do contemporâneo que conquistou uma plena legitimidade no campo científico⁴⁷². Num artigo publicado meses antes de sua morte em 2001, Bédarida afirmou que a história do tempo presente havia conhecido, num espaço de vinte anos, um grande florescimento, período cujo início coincidia justamente com a fundação do *Institut de l'histoire du temps présent*. Afirmou que tanto o *Institut* quanto o periódico que ajudou a fundar – o *Vingtième Siècle* – eram símbolos “da dilatação da história que caracteriza nossa época”. Longe de ser considerada uma criação *ex nihilo*, este modo de tratamento da história tinha atrás de si um glorioso passado multissecular, pois historiadores da Antiguidade, como Tucídides, Xenofonte e Políbio, foram praticantes da história do tempo presente. Entretanto, chamou atenção para o fato de esta prática historiográfica ter sido eclipsada aproximadamente durante uns cem anos, um período de reclusão que não somente ajudou a enfraquecer sua produção como também contribuiu para que aquela história passasse a ser vista com suspeita como um modo de se relacionar com o tempo. Diante dessa nova situação alcançada pela história do tempo

⁴⁷⁰ Hans Ulrich Gumbrecht. “Depois de aprender com a história”. In: *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. P. 468-469.

⁴⁷¹ François Dosse. « Le moment Ricoeur ». In : *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. Nº 69, janvier-mars 2001, pp. 137-147. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 19 de abril de 2011).

⁴⁷² Informações retiradas do site do *Institut de l'histoire du temps présent*: <http://www.ihp.cnr.fr> . Consultado em 24 de abril de 2011.

presente, Bédarida afirmou que se poderia falar de uma virada historiográfica (*tournant historiographique*) a partir do fim dos anos 1970, segundo ele, “graças à reintegração do presente no território do historiador”⁴⁷³.

Contudo, a atualidade de alguns temas analisados nessa dissertação não se restringe apenas às discussões sobre a história do tempo presente. No início de maio de 2011 veio à tona a notícia que a Universidade de Bayreuth acusou o ex-ministro alemão de Defesa Karl-Theodor zu Guttenberg de ter plagiado deliberadamente trechos de sua tese de doutorado produzida no departamento de Direito. A comissão de controle científico da universidade teria concluído, após análise do texto que compõe a tese, que Guttenberg “violou seriamente os padrões de boas práticas científicas e enganou deliberadamente” a instituição, o que a levou a anular seu título de doutorado adquirido naquela universidade. Entretanto, esse era apenas o desfecho de uma série de acusações que havia começado meses antes, quando a imprensa alemã passou a divulgar dezenas de passagens copiadas na dissertação de Guttenberg, segundo o texto do jornal, “sem a correta citação”. Essas revelações teriam iniciado uma campanha pela opinião pública contra o ministro, o que levou a Universidade Bayreuth a revogar seu título de doutor em março. Guttenberg veio à imprensa e admitiu ter cometido alguns erros graves na tese defendida em 2007, embora insistisse que não copiou intencionalmente trabalhos alheios. Devido à grande polêmica causada por essa acusação, Guttenberg acabou renunciando ao cargo em 1º de março deste ano. A chanceler alemã Angela Merkel chegou a apoiá-lo durante a crise, particularmente porque Guttenberg havia sido o ministro mais popular de seu gabinete, cuja popularidade baseava-se em uma imagem cultivada com honestidade e integridade⁴⁷⁴. Esta notícia apenas vem somar-se a várias outras de plágios e fraudes acadêmicas, que parecem estar destinadas a aparecer com mais frequência. De todo modo, elas originam certo desconforto nos meios acadêmicos e acabam gerando uma crise na crença, que até então parecia inabalável, das formas de validação dos trabalhos desenvolvidos nesses ambientes.

Neste trabalho, enfrentei o desafio de analisar acusações, desconfortos e crises muito semelhantes. A pecha de plagiário atribuída a Alphonse de Beauchamp atravessou o século XIX e XX quase completamente intacta, assim como a falta de credibilidade concedida tanto a ele quanto à suas obras. Tentei superar essas

⁴⁷³ François Bédarida. « Le temps présent et l'historiographie contemporaine ». Op. Cit. p. 153. No original : « [...] grâce à la réintégration du présent dans le territoire de l'historien ».

⁴⁷⁴ “Universidade alemã confirma plágio no doutorado de ex-ministro”. Folha de São Paulo, 6 de maio de 2010. Edição on line.

qualificações um tanto quanto superficiais ao me dedicar à análise de algumas de suas obras mais importantes, para que pudesse caracterizar a forma como compôs suas narrativas e quais foram os elementos empregados por ele para certificar e provar aquilo que escreveu. Mas acusações de plágio direcionadas àqueles historiadores que, como Beauchamp, continuavam a tomar os historiadores antigos como modelos para escrever sua história revelam também o surgimento de uma nova atitude em relação não só à Antiguidade, mas ao passado como um todo.

Em 1791, Louis-Gabriel Ambroise, Visconde de Bonald (1754-1840) fugiu da Revolução, emigrando com sua família para Heidelberg. Retornou em 1806, quando se tornou redator do periódico *Mercure de France* na companhia de Chateaubriand⁴⁷⁵. Num artigo publicado em 24 de janeiro de 1811, intitulado *Sobre a multiplicação dos livros*, comparou as vastas bibliotecas então existentes a cemitérios do espírito humano. Embora naquele momento existisse uma infinidade de livros disponíveis, afirmou que as obras primas da literatura antiga eram poucas, mas as únicas que o homem de gosto deveria estudar e reter o conhecimento. Em uma passagem magistral, Bonald registrou como a Antiguidade podia ser percebida naquele momento e qual deveria ser o seu papel: “nós lemos os historiadores antigos menos para aprender a história do que para buscar os modelos de estilo que lhes convinha”⁴⁷⁶.

Com este testemunho brilhante, o velho *topos* da *historia magistra vitae* despedia-se aos poucos do contexto historiográfico francês. Essa história, que havia sido a escola de tantos príncipes e governantes, não era mais capaz de conceder exemplos e ensinar. Entretanto, Bonald ainda acenava para a possibilidade de tomar dos historiadores antigos o estilo para se escrever história, permitindo que autores como Beauchamp pudessem se apoiar nos antigos como modelo de estilo. Mas a constatação de que o conhecimento sobre o passado era fragmentado e que havia muita coisa ainda a ser conhecida – a descoberta das ruínas de Herculano e Pompéia no século XVIII desempenhou um papel fundamental nesse processo – passou a exigir da história não só

⁴⁷⁵ Charles Dezobry et Thierry Bachelet. *Dictionnaire général de biographie et d'histoire, de mythologie, de géographie ancienne et moderne, comparée des antiquités et des institutions grecques, romaines, françaises et étrangères*. Quatrième édition revue. Première Partie. Paris : Ch. Delegrave et Cie, 1866. p. 327. Jean-Baptiste Glaire. *Dictionnaire universel des sciences ecclésiastiques*. Tome Premier A-J. Paris : Poussielgue Frères, 1868. p. 312. Ambos disponíveis em <<http://books.google.com.br>> (acessados em 20 de setembro de 2010).

⁴⁷⁶ Louis-Gabriel-Ambroise (Visconde de Bonald). *Mélanges littéraires, politiques et philosophiques*. Paris : Adrien Le Clere, 1819, p. 569. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 4 de agosto de 2010). No original : « [...] on lit les historiens anciens, moins pour apprendre l'histoire que pour chercher des modèles du style qui lui convient ».

uma pesquisa mais rigorosa de documentos e fontes primárias, como também novas formas de representação. Formas que os modelos da historiografia antiga não eram capazes de conceder, pois elas também passavam a ser vistas como fragmentos do passado.

Étienne-Gabriel Peignot (1767-1849), um dos bibliólogos mais importantes e respeitados de sua época, publicou a segunda edição de seu *Manuel du Bibliophile* em 1823. Dentre as poucas obras que recomendava para leitura e instrução destacou as vantagens incalculáveis que a leitura dos antigos, assim como de seus êmulos modernos, poderia oferecer ⁴⁷⁷. Acreditava que a escrita tinha capacidade de parar o tempo em seu curso rápido e aproximar os séculos. Elogiou o trabalho incessante dos monges medievais, que empregaram muito de seu tempo a copiar os manuscritos antigos, fossem sagrados ou profanos ⁴⁷⁸, de modo que pudessem chegar até nós. Portanto, não só a imprensa tinha, sem sombra de dúvidas, remediado uma grande falta de livros da Antiguidade, mas também os monges medievais tiveram um importante papel, ao salvar todas aquelas obras das injúrias do tempo. Injúrias como aquela sofrida por um homem no primeiro século da era vulgar,

cuja biblioteca de pouco mais de 1700 volumes ou rolos, foram conservados pelas lavas do Vesúvio, mas que o calor havia de tal forma calcinado e escurecido pela fumaça, que à época de sua descoberta em 3 de novembro de 1753 eles se constituíam basicamente em carbono. Este erro fez a princípio destruir uma boa quantidade desses volumes, e em seguida sofreu-se toda a tristeza do mundo ao desenrolar alguns fragmentos. ⁴⁷⁹

Entre 1857 e 1861, o financista e arqueólogo parisiense Ernest-Aimé Feydeau (1821-1873) publicou sua *Histoire générale des usages funèbres et des sépultures des peuples anciens*. No mesmo período, Gustave Flaubert (1821-1880) trabalhava na escrita de *Salammbô*, romance histórico cuja narrativa se passa em Cartago no século III a.C. Entre abril e junho de 1858, Flaubert fez uma viagem à Tunísia que teria sido determinada pela redação daquele romance ⁴⁸⁰. Enquanto Feydeau e Flaubert produziam seus livros, houve uma intensa troca de correspondência entre os dois. Numa

⁴⁷⁷ Gabriel Peignot. *Manuel du Bibliophile, ou Traité du Choix des Livres*. Dijon : Victor Lagier, 1823. p. LV. Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 5 de agosto de 2010).

⁴⁷⁸ Idem, p. XXVIII.

⁴⁷⁹ Idem, p. XXIII-XXV. No original: « [...] chez un simple particulier à Herculanium, il existoit (dans le premier siècle de l'ère vulgaire) une bibliothèque de d'à-peu-près dix-sept cents volumes ou rouleaux, que la lave du Vésuve a conservés jusqu'à nous jours, mais que la chaleur avoit tellement calcinés et noircis, qu'à leur découverte (le 3 nov. 1753) on les prit pour des charbons. Cette erreur en fit d'abord détruire un certain nombre, et ensuite on éprouva toutes les peines du monde à en dérouler quelques fragmens ».

⁴⁸⁰ Francis Lacoste. « L'Orient de Flaubert ». In: *Romantisme*, 2003, n° 119. p.73. Disponível em <<http://www.persee.fr>> (acessado em 24 de fevereiro de 2011).

noite de terça-feira, entre o dia 29 e 30 de novembro de 1859, Flaubert escreveu à Feydeau, relatando, dentre outros fatos, o estágio da escrita de *Salammbô*. Nessa ocasião ele afirmou: “Poucas pessoas adivinharão quanta tristeza foi necessária para tentar ressuscitar Cartago! Esta é uma *Thébaïde* onde o desgosto da vida moderna me impeliu. Se eu não tivesse minha mãe, partiria neste instante para a China”⁴⁸¹.

Em sua sétima tese sobre a história, Walter Benjamin afirmou que Fustel de Coulanges (1830-1889), que publicaria *La cité antique* em 1864, dois anos após o aparecimento de *Salammbô*, recomendou ao historiador que quisesse *ressuscitar* uma época que ele esquecesse tudo o que sabia sobre fases posteriores da história. Segundo Benjamin, “impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico”. Esse método seria o da *empatia*. Sua origem: a inércia do coração, a *acedia*, que busca desesperadamente captar a verdadeira imagem histórica em sua passagem fugaz. Para os teólogos medievais, a *acedia* era o primeiro fundamento da tristeza. Benjamin disse que Flaubert a conhecia bem quando afirmou sobre a tristeza necessária para tentar ressuscitar Cartago⁴⁸². A vida moderna da qual Flaubert queria escapar, embora não tenha conseguido, nasceu com a Revolução francesa. Sua tristeza foi a mesma do bibliólogo Peignot: a constatação de que o conhecimento do passado não podia ser recuperado integralmente fez com que o historiador se esforçasse para capturar a verdadeira imagem histórica em sua passagem fugaz, antes que elas se tornassem pó, ruínas.

Entretanto, para escrever suas histórias Beauchamp escolheu outro caminho. Enquanto vários de seus contemporâneos fugiam da Revolução Francesa, permaneceu em Paris e narrou os fatos que aconteciam sob seus olhos. Preocupou-se em deixar uma imagem do presente para o futuro, e não reconstituir histórias de passados remotos. Para Bonald, Peignot e Flaubert, o passado estava morto, e o único sentimento que se podia nutrir por ele era a tristeza, talvez pela constatação de que nunca mais se poderia recuperar uma imagem integral dele. Beauchamp não pensava dessa forma, e talvez a maior lição que tenha nos legado foi nos mostrar que não necessariamente o passado esteja morto, e que a história pode ser viva.

⁴⁸¹ Gustave Flaubert. *Correspondance:1859-1871*. Paris: Club de l’Honnête homme, 1975, p. 16. No original: « Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour entreprendre de ressusciter Carthage ! C’est là une Thébaïde où le dégoût de la vie moderne m’a poussé. Si je n’avait pas ma mère, je partirais maintenant pour la Chine. L’occasion m’en serait facile ». Disponível em <<http://books.google.com.br>> (acessado em 24 de fevereiro de 2011).

⁴⁸² Walter Benjamin. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

FONTES

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compêndio da Historia do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. Disponível em <http://books.google.com.br>

AMBROISE, Louis-Gabriel (Visconde de Bonald). *Mélanges littéraires, politiques et philosophiques*. Paris : Adrien Le Clere, 1819. Disponível em <http://books.google.com.br>

ARNAULT, Antoine-Vincent. « Du plagiat et des plagiaires ». In : *Revue de Paris*. Paris : Le Vavasseur, 1830. Disponível em <http://books.google.com.br>

BAILLET, Adrien. *Auteurs deguisez sous des noms etrangers; empruntez, supposez, feints à plaisir, chiffrez, renversez, retournez, ou changez d'une langue en une autre*. Paris : Antoine Dezallier, 1690. Disponível em <http://books.google.com.br>

BARANTE, Baron [Prosper] de. *Mélanges historiques et littéraires*. Tome Premier. Bruxelles : J. P. Meline, 1835. Disponível em <http://books.google.com.br>

BEAUCHAMP, Alphonse de. *Biographie des Jeunes Gens, ou vies des grands hommes qui, par leurs vertus, leur génie et leurs actions héroïques, sont dignes d'être proposés pour modèles à la Jeunesse*. Tome Troisième. Paris : Alexis Eymery, 1813. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte jusqu'à 1810*. Paris : Alexis Eimery, 1815.

_____. *Histoire de la Campagne de 1814, et de la Restauration de la Monarchie Française, avec de pièces justificatives*. Tome Premier. Paris : Le Normant, 1815. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire des Campagnes de 1814 et de 1815 [...] rédigée sur des matériaux authentiques ou inédits*. Tome Premier. Paris : Le Normant, 1816. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire des Campagnes de 1814 et de 1815*. Seconde Partie. Tome Premier. Paris : Le Normant, 1817. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire de la Conquête et des Révolutions du Pérou*. Paris : Le Normant, 1808. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire de la Guerre d'Espagne et de Portugal, pendant les années 1807 à 1813 ; Plus la Campagne de 1814 dans le midi de la France, par le Colonel sir John Jones, avec des Notes et des Commentaires*. Tome Premier. Paris : Germain Mathiot, 1819. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire de la Guerre de la Vendée, ou tableau des guerres civiles de l'ouest, depuis 1792 jusqu'en 1815*. Quatrième édition. Tome Premier. Paris : Louis-Gabriel Michaud, 1820. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *De la Révolution d'Espagne et de sa crise actuelle*. Paris : Ponthieu, 1822. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *Vie d'Ali Pacha, Visir de Janina, surnommé Aslan, ou Le Lion*. Paris : Villet, 1822. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *De la Révolution d'Espagne et de son Dix-Août*. Paris: Michaud, 1822. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *Biographie des Jeunes Gens, ou vie des grands hommes qui, par leurs vertus, leurs talens et leurs actions, sont dignes d'être proposés pour modèles à la Jeunesse*. Troisième édition. Tome Premier. Paris : Alexis Eymery, 1823. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *Vie de Jules César, suivie du tableau de ses campagnes, avec des observations critiques*. Paris : Ch. Villet, 1823. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil*. Paris : Delaunay, 1824.

_____. *Collection des mémoires relatifs aux révolutions d'Espagne*. Paris : L.-G. Michaud, 1824. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *Critique historique, avec des observations littéraires, sur l'ouvrage du général Comte de Ségur, intitulé Histoire de Napoléon et de la Grande-Armée, pendant l'année 1812*. Paris : Adriveau, 1825. Disponible em <http://books.google.com.br>

BOISGELIN, Louis de. *Histoire des Révolutions de Portugal, par L'Abbé de Vertot, continuée jusqu'au temps présent, enrichie de Notes Historiques et Critiques, d'une Table Historique et Chronologique des Rois de Portugal, et d'une Description du Brésil*. R. Juigné, 1809. Disponible em <http://books.google.com.br>

BOTTA, Charles. *Histoire de la Guerre de l'Indépendance des États-Unis d'Amérique*. Traduite de l'Italien, et précédée d'une introduction par M. L. De Sevelinges. Tome Premier. Paris : J. G. Dentu, 1812. Disponible em <http://books.google.com.br>

CAJOT, Jean-Joseph. *Les plagiats de M. J.J.R. de Genève, Sur l'Éducation*. Haye : Durand, 1766. Disponible em <http://books.google.com.br>

Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal. Ministro secretario d'Estado d'El Rei D. Joze I. Com o epítome da vida deste ministro e ornado do seu retrato. Tomo II. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão, 1822. Disponible em <http://books.google.com.br>

CASTERA-MACAYA, Marie-Armand d'Avezac de. *Considérations Géographiques sur l'Histoire du Brésil. Examen Critique d'une Nouvelle Histoire Général du Brésil*. Paris : L. Martinet, 1857. Disponible em <http://books.google.com.br>

CHATEAUBRIAND, René-François. « Essai sur les Révolutions. Tome I ». In : *Oeuvres Complètes*. Troisième Livraison. Paris : Ladvocat, 1826. Disponible em <http://books.google.com.br>

DENIS, Ferdinand. *Resume de l'histoire du Brésil, suivi du résumé de l'histoire de la Guyane*. Sécond Édition. Paris : Lecointe et Durey, 1825. Disponible em <http://books.google.com.br>

_____. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris : Lecointe et Durey, 1826.

DOUAI, Philippe-Antoine Merlin de. *Répertoire universel et raisonné de jurisprudence. Ouvrage de plusieurs Jurisconsultes, Réduit aux objets dont la connaissance peut encore être utile, Et augmenté 1° Des changemens apportés aux lois anciennes par les lois nouvelles, tant avant que depuis l'année 1814 ; 2° De dissertations, de plaidoyers et de réquisitions sur les unes et les autres*. Cinquième Edition, revue, corrigé et fondue avec les additions faites depuis 1815 aux éditions précédentes. Tome Douzième. Opt-Pre. Paris: J-P. Roret. 1827. Disponible em <http://books.google.com.br>

FLASAN, Gaëtan de Raxis de. *Apologie de l'HISTOIRE DE LA DIPLOMATIE FRANÇAISE, ou Réfutation de cent faux littéraires et erreurs en tout genre, contenus dans trois articles de la Gazette de France, et un article du Journal de l'Empire*. Discussion littéraire, historique et politique. Paris: Debray, 1812. Disponible em <http://books.google.com.br>

FLAUBERT, Gustave. *Correspondance:1859-1871*. Paris: Club de l'Honnête homme, 1975. Disponible em <http://books.google.com.br>

GENOUDE, Antoine Eugène. *Voyage dans la Vendée et dans le midi de la France ; suivi d'un voyage pittoresque dans quelques cantons de la Suisse*. Paris : Méquignon Fils Ainé ; Lyon : Périsse Frères, 1821. Disponible em <http://books.google.com.br>

Historia do Brazil, desde 1807 até o presente; originalmente composta em portuguez para servir de continuação à que se publicou vertida do francez. Tomo IX. Lisboa: Typ. Desiderio Marques Leão, 1823.

Historia do Brazil, desde 1807 até ao presente; originalmente composta em Portuguez para servir de construção à que se publicou vertida do Francez. Oferecida a S.A.R. O Sereníssimo Senhor D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real. Tomo I. Lisboa: Na Impressão de J.B. Morando, 1817.

LA BEAUMELLE, Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de. *L'Empire du Brésil, considéré sous ses rapports politiques et commerciaux*. Paris : Bossange Frères, 1823.

LA BRENELLERIE, Paul-Philippe Gudin de. *Supplement à La Maniere d'écrire l'histoire ; ou reponse à l'ouvrage de M. L'Abbé de Mably*. Paris : Société Littéraire-Typographique. 1784. Disponível em <http://books.google.com.br>

LABOULAYE, René Lefbvre Édouard. *Études sur la propriété littéraire en France et en Angleterre. Suivies des Trois Discours prononcés au Parlement d'Angleterre par Sir. Thomas Noon Talfourd*. Paris : Auguste Durand, 1858. Disponível em <http://books.google.com.br>

LAGOS, Manoel Ferreira. “Relatório dos Trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico”. In: *Revista Trimensal de História e Geografia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda Série. Tomo Quarto. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lammert, 1846.

LE VAYER, François La Mothe. “Des scrupules des grammaires – Lettre CXXXIX”. In : *Derniers petits traites, en forme de Lettres Ecrites a diverses personnes studieuses*. Oeuvres de François la Mothe Le Vayer. Nouvelle Edition revuë & augmentée. Tome VII. Partie II. Dresden : Michel Groell, 1759. Disponível em <http://books.google.com.br>

LISBOA, José da Silva. *Introdução à História dos principais sucessos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.

MABLY, Gabriel Bonot de. *De la manière d'écrire l'histoire*. Paris : Alexandre Jombert, 1783. Disponível em <http://books.google.com.br>

MARMONTEL, Jean-François. *Les incas, ou la destruction de l'Empire du Pérou*. Tome Premier. Paris : Lacombe, 1777. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Éléments de Littérature*. 1787. Disponível em <http://books.google.com.br>

MALTE-BRUN, Conrad de. *Annales des voyages, de la géographie et de l'histoire. Ou Collection des voyages nouveaux les plus estimés, traduits de toutes les langues européennes ; Des Relations Originales, inédites, communiquées par des Voyageurs Français et Étrangers ; Et de mémoires historiques sur l'Origine, la Langue, les Productions et le Commerce des Pays jusqu'ici peu ou mal connus*. Tome Quatorzième. Paris : F. Buisson, 1811. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Traité de la légitimité, considérée comme base du droit public de l'Europe chrétienne, précédé d'une lettre à S. S. Le vicomte de Chateaubriand...* Paris : Charles Gosselin, 1825. Disponível em <http://books.google.com.br>

MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the Prince regent of Portugal, including a voyage to the Rio de la Plata, and an historical sketch of the revolution of Buenos Ayres*. London: Longman, 1812. Disponível em <http://books.google.com.br>

Mémoires de Madame la Marquise de La Rochejaquelein, avec deux cartes du théâtre de la guerre de la Vendée. Tome Premier. Seconde édition, revue et corrigée. Paris : L.G. Michaud (Imprimeur du Roi), 1815. Disponible en <http://books.google.com.br>

NETTEMENT, Philippe. *Le second retour des Bourbons, ou la fin de la révolution.* Paris : Gueffier, 1815. Disponible en <http://books.google.com.br>

NODIER, Charles. *Questions de littérature légale. Du plagiat, de la supposition d'auteurs, des supercheries qui ont rapport aux livres.* Seconde Édition, revue, corrigée et considérablement augmentée. Paris : Crapelet, 1828. Disponible en <http://books.google.com.br>

PEIGNOT, Gabriel. *Manuel du Bibliophile, ou Traité du Choix des Livres.* Dijon : Victor Lagier, 1823. Disponible en <http://books.google.com.br>

PRADT, Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac de Fourt de. *Des trois derniers mois de l'Amérique Méridionale et du Brésil, suivis des personnalités et incivilités de La Quotidienne et du Journal des Débats.* Paris : F. Bechet, 1817. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Les trois ages des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir.* Tome Premier. Paris : Giguet, 1801. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Des Colonies, et de la révolution actuelle de l'Amérique.* Tome Premier. Paris : F. Bechet, 1817. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Les six derniers mois de l'Amérique et du Brésil.* Paris : F. Béchet, 1818. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *De la Révolution actuelle de l'Espagne, et de ses suites.* Paris : Bechet Aine & Bechet Fils, 1820. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Congrès de Panama.* Paris : Bechet Ainé, 1825. Disponible en <http://books.google.com.br>

PRUDHOMME, Louis-Marie. *De la propriété littéraire ou les contrefacteurs et les plagiaires démasqués.* Paris : Prudhomme Fils, 1811. Disponible en <http://books.google.com.br>

RABBE, Alphonse. *Résumé de l'histoire de Portugal, depuis des premiers temps de la monarchie jusqu'en 1823.* Seconde édition. Paris : Lecointe et Durey, 1824.

Rapports et Discussions de Toutes les Classes de L'Institut de France, sur les ouvrages admis au Concours pour les Prix décennaux. Paris : Baudouin et Cie, 1810. Disponible en <http://books.google.com.br>

RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *Histoire Philosophique et Politique des Établissements & du Commerce des Européens dans les deux Indes.* Tome Premier. Amsterdam : 1772. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire Philosophique et Politique des Etablissements & du Commerce des Européens dans les deux Indes*. Tome Troisième. La Haye :1774. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire Philosophique et Politique des Etablissements & du Commerce des Européens dans les deux Indes*. Tome Sixieme. Genève : Jean-Leonard Pellet, 1781. Disponível em <http://books.google.com.br>

RENOUARD, Augustin-Charles. *Traité des droits d'auteurs, dans la littérature, les sciences et les beaux-arts*. Tome Second. Paris : Jules Renouard et Cie, 1839. Disponível em <http://books.google.com.br>

ROISSY, Jean Guillaume Locré de. *Discussions sur la liberté de la presse, la censure, la propriété littéraire, l'imprimerie et la librairie, qui ont eu lieu dans le Conseil d'État, pendant les Années 1808, 1809, 1810 et 1811*. Paris : Garnery : H. Nicolle, 1819. Disponível em <http://books.google.com.br>

SOURDIÈRE, Jean Oudart. *Le masque des orateurs, c'est a dire, la maniere de déguiser facilement toute sorte de discours*. Paris : A l'Academie des Orateurs, 1667. Disponível em <http://books.google.com.br>

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil, part the seconde*. London: Longman, 1817.

THIERRY, Augustin. *Dix ans d'études historiques*. Paris : Just Tessier, 1835. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Rapport sur les travaux de la collection des monuments inédits de l'histoire du tiers état*, adressé à M. Guizot, Ministre de l'Instruction Publique, le 10 mars 1837. Paris : Imprimerie Royale, 1837. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Histoire de la Conquête de l'Angleterre par les Normandes, de ses causes et de ses suites jusqu'à nous jours, en Angleterre, en Écosse, en Irlande et sur le Continent*. Cinquième Édition. Tome Premier. Paris : Just Tessier, 1838. Disponível em <http://books.google.com.br>

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade Brasileira, 1997. [1856]

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. São Paulo: Melhoramentos, 1957 (1916).

_____. "Primeiro Juizo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do 'Compendio da História do Brasil', pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima". *Revista Trimensal de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Sexto. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1865 (1844).

_____. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil [...] ou Analyse critique du rapport de M. D'Avezac sur la récente histoire générale du Brésil*. Paris : L. Martinet, 1858. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Historia Geral do Brazil, isto é, do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Holanda*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857. Disponível em <http://books.google.com.br>

VIOLLET, Alphonse. *Histoire de Bolívar par le général Ducoudray Holstein, continuée jusqu'à sa mort*. Paris : Alphonse Levavasseur, 1831. Disponível em <http://books.google.com.br>

VOLNEY, Constantin-François Chasseboeuf de. *Tableau du climat et du sol des Etats-Unis d'Amérique, suivi d'éclaircissemens sur la Floride, sur la colonie Française au Scioto, sur quelques colonies Canadiennes et sur les Sauvages*. Tome Premier. Paris : Courcier ; Dentu, 1803. Disponível em <http://books.google.com.br>

_____. *Les ruines, ou méditation sur les révolutions des empires*. Paris : Desenne, 1791. Disponível em <http://books.google.com.br>

WERDET, Edmonde. *De la librairie française. Son passé – son présent – son avenir, avec des notices biographiques sur les libraires-éditeurs les plus distingués depuis 1789*. Paris : E. Dentu, 1860. Disponível em <http://books.google.com.br>

PERIÓDICOS

El censor, periódico político y literario. n. 96. Sabado 1 de junio de 1822. Disponível em <http://books.google.com.br>

Gazeta de Lisboa. Quarta Feira, 11 de Maio. Num. 110. Anno 1825. Disponível em <http://books.google.com.br>

Le Conservateur. Tome Quatrième. Paris : Le Normant, 1819. Disponível em <http://books.google.com.br>

O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c. Numero LIV (No. 2, Vol. XIV). Londres: T. C. Hansard, Dezembro de 1815. Disponível em <http://books.google.com.br>

The Literary Panorama. New Series. Volume The Third. London: Miltonian Press, 1816. Disponível em <http://books.google.com.br>

The Eclectic Review. July-December. 1824. Vol. XXII. London: B. J. Holdsworth, 1824. Disponível em <http://books.google.com.br>

OBRAS DE REFERÊNCIA

ARNAULT, Antoine Vincent. *Biographie nouvelle des contemporains, ou dictionnaire historique et raisonné de tous les hommes qui, depuis la Révolution Française, ont acquis de la célébrité* [...]. Tome Deuxième. B-BEZ. Paris : Librairie Historique, 1820. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie des hommes vivants, ou histoire par ordre alphabétique de la vie publique de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs actions ou leur écrits. Tome premier. Paris : L. G. Michaud, 1816. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie universelle ancienne et moderne, ou histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes. Rédigé par une société de gens de lettres et de savantes. Tome Vingt-Quatrième. Paris : L.G. Michaud, 1819. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie universelle, ancienne et moderne, ou histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes. Rédigé par une Société de Gens de Lettres et de Savants. Tome Ving-Sixième. Paris : Louis Gabriel Michaud, 1820. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie universelle, ancienne et moderne. Rédigé par une Société de Gens de Lettres et de Savants. Tome Quarante-Neuvième. Paris : Michaud, 1827. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie universelle ou dictionnaire historique, contenant la nécrologie des hommes célèbres de tous les pays, des articles consacrés à l'histoire générale des peuples, aux batailles mémorables, aux grands évènements politiques, etc., etc., depuis le commencement du monde jusqu'à nos jours. Par une Société de gens de lettres, de professeurs et de bibliographes. Tome Troisième. HABE-MERL. Paris : Furne, 1833. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie Universelle (Michaud) Ancienne et Moderne, ou histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leur écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes. Nouvelle édition. Tome Troisième. Paris : Madame C. Desplaces : Michaud, 1854. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie universelle (Michaud) Ancienne et Moderne. Tome Douzième. Paris : Madame C. Desplaces, 1855. Disponível em <http://books.google.com.br>

Biographie universelle ou Dictionnaire Historique contenant la nécrologie des hommes célèbres de tous les pays des articles consacrés à l'Histoire Générale des peuples aux batailles mémorables, aux grands évènements politiques aux diverses sectes religieuses, etc, etc. Depuis le commencement du monde jusqu'à nous jours. Par une Société de Gens de Lettres. Sous la direction de M. Weiss. Tome Deuxieme. CHA-GER. Paris : Furne et Cie, 1861. Disponível em <http://books.google.com.br>

BOUILLET, Marie Nicolas. *Dictionnaire Universel d'Histoire et de Géographie*. Douzième Édition. Paris : L. Hachette et Cie, 1857, p. 1027. Émile Péhant. *Catalogue Méthodique de la Bibliothèque Publique de la Ville de Nantes*. Troisième Volume – Belles-Lettres. Nantes : A. Guéraud et Cie, 1864. Disponible en <http://books.google.com.br>

Catalogue des livres composant la bibliothèque de la ville de Bordeaux – Sciences et Arts. Paris: L'Imprimerie Royale, 1830. Disponible en <http://books.google.com.br>

Critique littéraire sous le premier empire. Publié par F. Colincamp. Précédée d'une notice historique sur M. Boissonade par M. Naudet. Tome Premier. Paris : Didier et C^e, 1863. Disponible en <http://books.google.com.br>

DESESSARTS, N.-L.-M. *Les Siècles Littéraires de la France, ou Nouveau Dictionnaire Historique, Critique, et Bibliographique de tous les Ecrivains français, morts et vivans, jusqu'à la fin du XVIIIe siècle*. Paris : Chez l'Auteur, 1800. Disponible en <http://books.google.com.br>

DESROCHERS, Pierre-Charles-Tr. *Nécrologe de 1832, ou notices historiques sur les hommes les plus arquans tant en France que dans l'étranger, morts pendant l'année 1832*. Paris : Chez l'Auteur, Février 1833. Disponible en <http://books.google.com.br>

DEZOBRY, Charles et Théodore Bachelet. *Dictionnaire general de Biographie et d'Histoire, de Mythologie, de Géographie Ancienne et Moderne comparée, des Antiquités et des Institutions Grecques, Romaines, Françaises et Étrangères*. Quatrième édition revue. Première Partie. Paris : Ch. Delagrave et Cie, 1866. Disponible en <http://books.google.com.br>

FELLER, François Xavier de. *Dictionnaire historique, ou histoire abrégée de tous les hommes qui se sont fait un nom par le génie, les talents, les vertus, les erreurs, &c. depuis le commencement du monde jusqu'à nous jours*. Nouvelle Edition, revue, corrigée, abrégée & augmentée par l'Abbé F.X.D.F. Tome Second. Ausbourg : Matthieu Rieger, 1782. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Dictionnaire Historique ou Biographie universelle des hommes qui se sont fait un nom par leur génie, leurs talents, leurs vertus, leurs erreurs ou les crimes*. Continué jusqu'en 1835, sous la direction de M. R.-A. Henrion. Huitième Édition. Tome Quatrième. Paris : E. Houdaille, 1836. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Biographie universelle ou Dictionnaire Historique des hommes qui se sont fait un nom par leur génie, leurs talents, leurs vertus, leurs erreurs ou leurs crimes*. Tome II. Paris : J. Leroux, Jouby et Ce, 1848. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Biographie universelle ou Dictionnaire Historique des hommes qui se sont fait un nom par leur génie, leurs talents, leurs vertus, leurs erreurs ou leurs crimes*. Supplément depuis 1830 jusqu'en 1856 par M. J. Le Glay. Paris : Leroux et Jouby & Gaume Frès, 1856. Disponible en <http://books.google.com.br>

_____. *Biographie Universelle des hommes qui sont fait un nome par leur génie, leurs talents, leurs vertus, leurs erreurs ou leurs crimes*. Tome Deuxième. BO-CL. Paris : J. B. Pélagaud, 1860. Disponível em <http://books.google.com.br>

GLAIRE, Jean-Baptiste. *Dictionnaire universel des sciences ecclésiastiques*. Tome Premier A-J. Paris : Poussielgue Frères, 1868. Disponível em <http://books.google.com.br>

HOEFER, Jean Chrétien Ferdinand. *Biographie générale depuis les temps les plus reculés jusqu'à nous jours, avec le renseignements bibliographiques et l'indication des sources a consulter*. Tome Trente-Septieme. Paris : Firmin Didot Frères et Cie, 1863. Disponível em <http://books.google.com.br>

JULIAN, Pierre Louis Pascal de. *Galerie historique des contemporains, ou Nouvelle Biographie*. Seconde édition. Tome septième. Bruxelles : Aug. Wahlen et Comp, 1822. Disponível em <http://books.google.com.br>

Le cicerone de Versailles, ou l'indicateur des objets curieux de cette ville. Nouvelle édition, augmentée et revue avec soin ; enrichie du Plan de Versailles, et de quatre Gravures représentant les principales parties du Château. Versailles : I. Jacob, 1815. Disponível em <http://books.google.com.br>

RICH, Obadiah. *Bibliotheca Americana Nova; or, A Catalogue of Books in various languages, relating to America, printed since the year 1700*. London: O. Rich; New York: Harper and Brothers, 1835. Disponível em <http://books.google.com.br>

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Sexto. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARAÚJO, Ana Cristina. “Um Império, um Reino e uma Monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”. In: István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005. pp. 235-270.
- ARAUJO, Valdeci Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. *Almanack Brasiliense*. nº 07. Maio. 2008. pp. 47-55. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/almanack>
- _____. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1990
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2009
- BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais – Desejo de glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BANN, Stephen. “The historian as taxidermist: Ranke, Barante, Waterton”. In: E. S. Shaffer (ed.). *Comparative Criticism*. A Yearbook. Volume 3. Cambridge: CUP, 1981.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BÉDARIDA, François. « Le temps présent et l’historiographie contemporaine ». In : *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*. Nº 69, janvier-mars 2001. pp. 153-160. Disponível em <http://www.persee.fr>
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato – deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. « Critique historique et critique du témoignage ». In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 5^e année, N. 1, 1950. pp. 1-8. Disponível em <http://www.persee.fr>
- BOUQUIN, Maurice. *Histoire de la Sainte-Alliance*. Genève : Librairie de l’Université Georg et Cie, 1954.
- BOURDÉ, Guy & Hervé Martin. *Les écoles historiques*. Paris : Seuil, 1997.

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to write the history of the New World? Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: SUP, 2001.

CARBONELL, Charles-Olivier. « Les origines de l'État moderne : les traditions historiographiques françaises (1820-1990). In : *Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies des l'État moderne*. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990). Rome : École Française de Rome, 1993. pp. 297-312. Disponível em <http://www.persee.fr>

CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus, 1994.

CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, nº1. pp. 123-152.

CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo*. 1. A contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.

CEZAR, Temístocles. “Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, mai. 2010, p. 25-33. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/almanack>

CHARTIER, Roger. “Prefácio. *A propriedade e o privilégio*”. In : Denis Diderot. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado em Iberoamérica. El lenguaje político em tiempos de las independências*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

COMPAGNON, Antoine. « Théorie du lieu commun ». In : *Cahiers de l'Association internationale des études françaises*, 1997, N° 49. pp. 23-37. Disponível em <http://www.persee.fr>

CONTAMINE, Philippe. « Le Moyen Âge romantique et libéral d'Augustin Thierry ». In : *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 139^e année, N. 4, 1995. pp. 969-981. Disponível em <http://www.persee.fr>

COSTA, Wilma Peres. “Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, p. 5-25, mai. 2010. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/almanack>

CROSSLEY, Ceri. "History as a principle of legitimation in France (1820-1848)". In: Stefan Berger, Mark Donovan and Kevin Passmore (Ed.). *Writing National Histories: Western Europe since 1800*. London: Routledge, 1999.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DELACROIX, Christian, François Dosse & Patrick Garcia. *Les courants historiques en France : 19^e-20^e siècle*. Paris: Armand Colin, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Aspectos da Ilustração no Brasil". In: *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DOSSE, François. « Le moment Ricoeur ». In : *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. N° 69, janvier-mars 2001. pp. 137-152. Disponível em <http://www.persee.fr>

EHRARD, Jean. « L'histoire revisitée par la Révolution. Condorcet et Volney ». In : *Mélanges de l'École Française de Rome. Italie et Méditerranée*. T. 108, n° 2. 1996. pp. 445-456. Disponível em <http://www.persee.fr>

FONTANA, Josep. *A Europa diante do Espelho*. Bauru: EDUSC, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FURET, François. « De l'homme sauvage à l'homme historique : l'expérience américaine dans la culture française ». In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 33^e année, N. 4, 1978. pp. 729-739. Disponível em <http://www.persee.fr>

_____. *A Revolução em Debate*. Bauru: Edusc, 2001.

GAUCHET, Marcel. « Les Lettres sur l'Histoire de France d'Augustin Thierry : l'alliance austère du patriotisme et de la science ». In : Pierre Nora (dir.). *Les Lieux de Mémoire – II La Nation **. Paris : Gallimard, 1986.

GRAFTON, Anthony. *Faussaires et Critiques. Créativité et duplicité chez les érudits occidentaux*. Paris : Les Belles Lettres, 1993.

_____. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

_____. « De polyhistor en philologue ». In : *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 135, décembre 2000. pp. 25-38. Disponível em <http://www.persee.fr>

_____. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge: CUP, 2007.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, 1993.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro. *R. IHGB*, 156 (388), jul-set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. Manoel Luiz Salgado Guimarães. “Escrever a história, domesticar o passado”. In: *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Antonio Herculano Lopes, Monica Pimenta Veloso e Sandra Jatahy Pesavento (orgs.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. “Escrever a história, domesticar o passado”. In: *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Antonio Herculano Lopes, Monica Pimenta Veloso e Sandra Jatahy Pesavento (orgs.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hileia. Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTOG, François. « L’œil de l’historien et la voix de l’histoire ». In: *Communications*, 43, 1986. pp. 55-69. Disponível em <http://www.persee.fr>

_____. « Temps et histoire. ‘Comment écrire l’histoire de France ?’ ». In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 50^e année, n. 6, 1995. pp. 1219-1236. Disponível em <http://www.persee.fr>

_____. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

_____. *Régimes d'historicité : présentisme et expériences du temps*. Paris : Seuil, 2003.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JANCSÓ, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: Laura de Melo e Souza (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “Independência, Independências”. In: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ, 2005.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da UERJ, 1999.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. “A visão dos estrangeiros: a Independência do Brasil (1780-1850) na historiografia européia e norte-americana”. In: István Jancsó (org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

KRIEGEL, Blandine. *L'histoire à l'Age Classique – II. La défaite de l'érudition*. Paris : Quadrige/PUF, 1988.

LACOSTE, Francis. « L'Orient de Flaubert ». In: *Romantisme*, 2003, nº 119. pp. 73-84. Disponível em <http://www.persee.fr>

LECLANT, Jean. « La modification d'un regard (1787-1826) : du Voyage en Syrie et en Égypte de Volney au Louvre de Champollion ». In : *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 131^e année, N. 4, 1987. pp. 709-729. Disponível em <http://www.persee.fr>

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUCAS-DUBRETON, Jean. *Napoleon*. Paris: Hachette, 1960.

MEDEIROS, Bruno Franco & Valdeci Lopes de Araujo. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIII. Nº1, Jan/Jun de 2007.

MARIN, Louis. « Pouvoir du récit et récit du pouvoir ». In : *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 25, janvier 1979. pp. 23-43. Disponível em <http://www.persee.fr>

MARTIN, Jean-Clément. « A propos du ‘génocide vendéen’. Du recours à la légitimité de l’histoire ». In : *Sociétés Contemporaines* (2000) nº 39. pp. 23-38. Disponível em <http://www.persee.fr>

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris : Gallimard, 1983.

_____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. “Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções”. In : *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, p. 34-38, mai. 2010. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/almanack>

MOSS, Ann. *Les recueils de lieux communs: apprendre a penser à la renaissance*. Genève : Droz, 2002.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

NETO, José Alves de Freitas Neto. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Annablume, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “A história para uso da mocidade brasileira”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NICOLAZZI, Fernando. “Entre ‘letras & armas’, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº11, p. 40-51, mai. 2010. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/almanack>

NICOLET, Claude. « L’Institut des idéologues ». In : *Mélanges de l’École française de Rome*. Italie et Méditerranée. T. 108, N° 2. 1996. pp. 659-676. Disponível em <http://www.persee.fr>

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sétima edição. São Paulo: Hucitec, 2001.

PADILLA, Guillermo Zermeño. “História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850”. In: *Almanack Braziliense*, nº 07. Maio 2008. pp. 5-25. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/almanack>

PAYEN, Pascal. « Discours historique et structures narratives chez Hérodote ». In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45^e année, N. 3, 1990. pp. 527-550. Disponível em <http://www.persee.fr>

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: Edusc, 2009.

PIMENTA, João Paulo G. e István Jancsó. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

PIMENTA, João Paulo G. e Valdei Lopes de Araujo. “História”. In: João Feres Junior (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Brasil y las Independencias de Hispanoamerica*. Castelló de La Plana: Publicacions de La Universitat Jame I, 2007.

_____. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 11, p. 88-99, mai. 2010. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/almanack>

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion. Volume 1. The Enlightenment of Edward Gibbon, 1737-1764*. Cambridge: CUP, 1999.

_____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Barbarism and Religion: Barbarians, Savages and Empires*. Volume Four. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PIRENNE, Jacques-Henri. « L'union des deux natures politique et mystique du Pacte de la Sainte Alliance ». In : *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tome 56. Fasc. 2, 1978. Histoire (depuis l'Antiquité) – Geschiedenis (sedert de Oudheid). pp. 399-409. Disponível em <http://www.persee.fr>

POMIAN, Krzysztof. « L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire ». In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 30^e année, N. 5, 1975. pp. 935-952. Disponível em <http://www.persee.fr>

RICOTTA, Lúcia. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

ROCHE, Daniel. « Académies et académisme : le modèle français au XVIII^e siècle ». In : *Mélanges de l'École française de Rome*. Italie et Méditerranée T. 108, N^o 2. 1996. pp. 643-658. Disponível em <http://www.persee.fr>

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5^a Ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.

ROMILLY, Jacqueline de. *História e razão em Tucídides*. Brasília: Ed. UNB, 1998

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SANGSUE, Daniel. « Compte-reundu. Charles Nodier. Questions de littérature légale. Du plagiat, de la supposition d'auteurs, des supercheres qui ont rapport aux livres ». In : *Romantisme*, 2003. pp. 149-150. Disponível em <http://www.persee.fr>

SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720). *História da Historiografia*. Ouro Preto. número 03. Setembro. 2009. pp. 204-215. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/rhh>

SINKEVISQUE, Eduardo. “Com Furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o *Dell’Arte Historica* (1636) de Agostino Marcardi”. In: *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006. pp. 331-378.

SMITH, Anthony D. “Invention and imagination”. In: *Nationalism and Modernism. A critical survey of recent theories of nation and nationalism*. New York: Routledge, 1998.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VARELLA, Flávia Florentino. “*Sine ira et Studio*: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito”. In: *História da Historiografia*. Número 1. Agosto. 2008. pp. 71-87. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/rhh>

VENTURA, Roberto. “Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 2. Nº 3. São Paulo. Setembro/Dezembro, 1988, pp. 40-51.

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: Laura de Melo e Souza (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331-385.

VOUILLOT, Bernard. « La Révolution et l’Empire : une nouvelle réglementation ». In : Jean-Henri Martin et Roger Chartier (orgs.). *Histoire de l’édition française*. Tome II. Le livre triomphant (1660-1830). Paris : Promodis, 1984. Disponível em <http://www.persee.fr>

WASSERMAN, Fabio. “La historia como concepto y como práctica: conocimiento histórico en el Rio de la Plata”. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto. número 4, setembro 2010. pp. 15-36. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/rhh>

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.